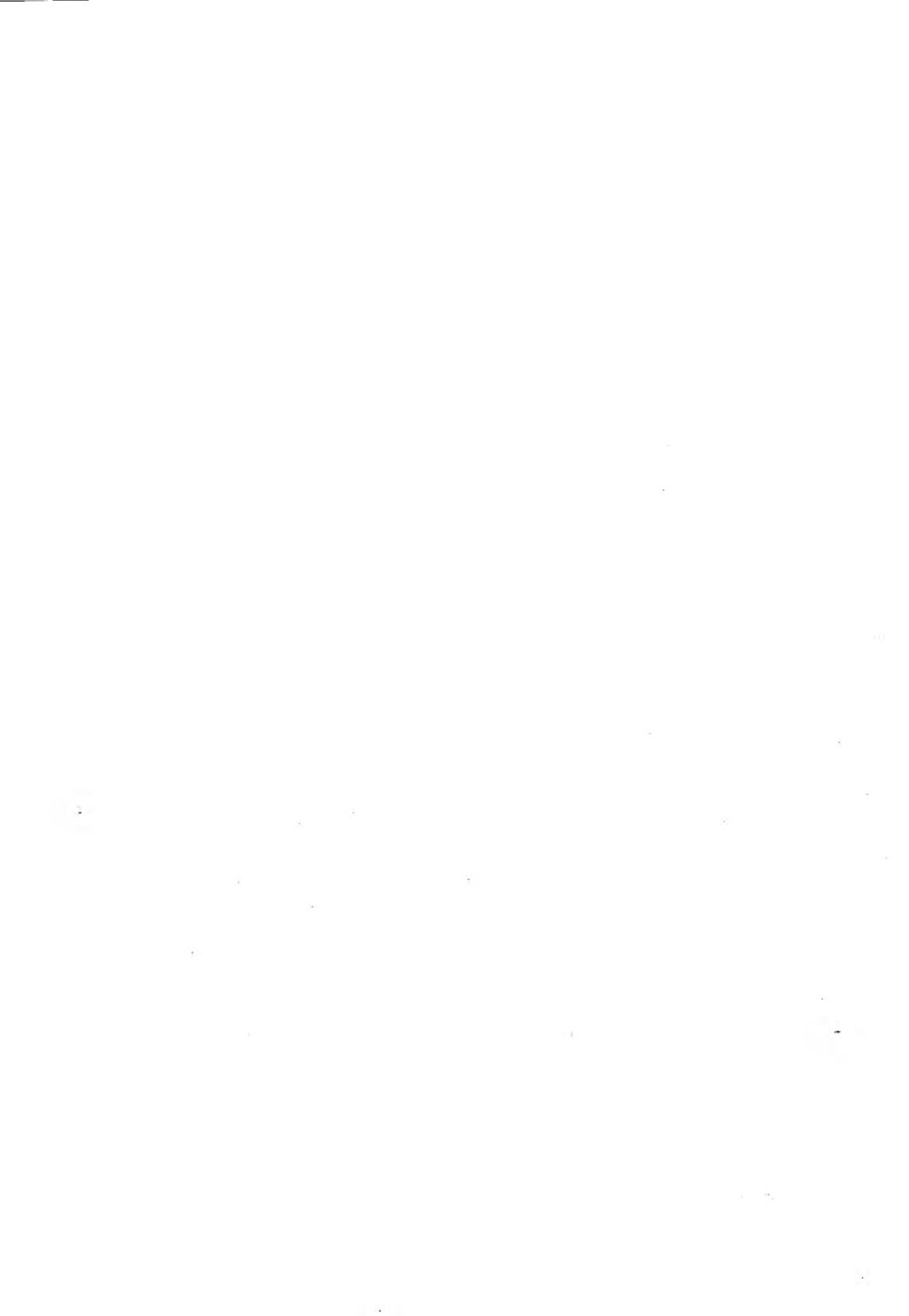


# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Ano I - Nº 1 - Brasília, 1998







# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



ANO I – Nº 1 – Brasília, 1998

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO DISTRITO FEDERAL – Nº 1 – SETEMBRO/1998**

**EXPEDIENTE**

Diretor

*José Hélder de Souza*

Conselho Editorial

*Affonso Heliodoro dos Santos*

*Cassiano Nunes*

*João Carlos Taveira*

*José Santiago Naud*

**DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO DISTRITO FEDERAL**

PRESIDENTE – Affonso Heliodoro dos Santos

VICE-PRESIDENTE – João Carlos Taveira

1º SECRETÁRIO – Lourierdes Fiuza dos Santos

2º SECRETÁRIO – Napoleão Emanuel Valadares

1º TESOUREIRO – Leon Frejda Szklarowsky

2º TESOUREIRO – Cláudio de Paula Penna

DIRETOR DA BIBLIOTECA – Clovis Sena

CONSELHO FISCAL – Paulo Afonso Martins de Oliveira, Guido Mondim e  
Lincoln Magalhães da Rocha

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL – Raul Bernardo Nelson de Senna,  
Kurt Pessek e Armando José  
Buchmann

Editoração eletrônica, fotolito e impressão:  
Verano Editora – Brasília, DF

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL  
SEPS 703/903 – Brasília/DF – CEP 70390-039  
Tel. (061) 224-6544/226-7753 – Tel/Fax. (061) 224-8467

## SUMÁRIO

Editorial .....	07
Homenagem .....	09
Lúcio Costa – In Memoriam – <i>José Santiago Naud</i> .....	11
Alguns Pensamentos, Sentimentos e Opiniões de Lúcio Costa .....	12
O Inventor da Cidade – <i>Ernesto Silva</i> .....	19
Lúcio Costa – <i>Geraldo Mayrink</i> .....	31
As Três Capitais: Salvador, Rio de Janeiro e Brasília – <i>Lourenço F. Tamanini</i> .....	39
Lúcio Costa – <i>Tânia Batella de Siqueira</i> .....	49
O Plano Piloto de Brasília – <i>Adirson Vasconcelos</i> .....	57
Posses no Instituto Histórico e Geográfico do DF .....	65
Kurt Pessek Saúda Novos Sócios do IHG-DF – 14 de Agosto de 1997 .....	67
Newton Egydio Rossi Fala em Nome dos Novos Sócios do IHG-DF – 14 de Agosto de 1997 .....	71
Guido Mondim Saúda os Empossados Augusto E. Lins, Áureo Mello, Rui Rasquilho e Miguel Setembrino-E. de Carvalho – 2 de Outubro de 1997 .....	83
Discurso de Augusto Estellita Lins na Posse de Novos Sócios do IHG-DF – 2 de Outubro de 1997 .....	87
João Carlos Taveira Fala aos Novos Acadêmicos Branca Bakaj, Maria Duarte e Léo da Silva Alves, em 19 de Março de 1998.....	93

Discurso de Branca Bakaj na Posse de Novos Sócios do IHG-DF – 19 de Março de 1998 .....	99
Registro Iconográfico .....	115
Necrológio .....	129
Em Memória do Acadêmico José Dirlemando Meireles – <i>Lincoln Magalhães da Rocha</i> .....	133
De Bolívar a Kubitschek – O Despertar da América Latina – <i>Affonso Heliodoro dos Santos</i> .....	139
Monteiro Lobato, Admirador de Euclídes da Cunha – Um Estudo Comparativo Entre os Dois Escritores – <i>Cassiano Nunes</i> .....	151
Brasília no Contexto Social – A Complexidade Geográfica e a Unidade Geopolítica – <i>Lucídio Guimarães Albuquerque</i> .....	167
Subsídios à Construção Cartográfica do Brasil – <i>Rui Rasquilha</i> ....	179
Como Dom João II Enganou os Reis Católicos da Espanha – <i>José Hélder de Souza</i> .....	187
Migração, Integração, Identidade – <i>Mercedes Gassen Kothe</i> .....	191
Brasília, Capital Federal – <i>Adalberto Lassance</i> .....	203
As Deformações Geopolíticas, Sociais e Econômicas do Distrito Federal e As Alternativas Para a Sua Integração – <i>José Dilermando Meireles</i> .....	209
Pequena História das Liberdades no Brasil – <i>Kurt Pessek</i> .....	219
Testemunho da Mensagem de Anápolis – Carta Endereçada a Antônio Soares Neto, o Toniquinho – <i>Antoninho Rapassi</i> .....	227
O Homem da Serra do Cafezal – <i>Paulo Bertran</i> .....	229
Missão Universal da Língua Portuguesa – <i>José Santiago Naud</i> .....	235
Soberania, “Soberania Limitada”, “Dever de Ingerência”, “Intervenção Humanitária” – <i>Manoel Soriano Neto</i> .....	249
Relação Nominal dos Sócios Efetivos do IHG-DF .....	259

## EDITORIAL



Há dois anos na direção do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a atual Diretoria vem se empenhando em dar continuidade à programação instituída pela Diretoria que nos antecedeu, encabeçada por José Adirson de Vasconcelos, no sentido de realizar, sempre que possível, sessões memorialísticas, que aqui ocorrem às terças-feiras. São temas variados. Focalizam passagens e fatos importantes da história Pátria e da História de Brasília. Tão jovem nossa Capital, mas de real e destacada importância para o desenvolvimento desta vasta região, é imperativo que de sua História se cuide, estude, ensine, preserve. Impõe-se, pois, ao IHG-DF tomar para si a tarefa de registrar, difundir e ensinar, não só a História e a Geografia regionais, mas encaixá-las no contexto da História do Brasil, plena de ricos episódios, heroísmo, renúncia, sacrifício, luta e patriotismo. Cabe-nos, portanto, ministrar aos professores e alunos da rede escolar de Brasília, tanto a oficial quanto a particular, bem como aos usuários do IHG-DF, os indispensáveis conhecimentos sobre Brasília, com a preocupação de evitar distorções e separar o que é lenda, cuidando de realizar um trabalho que mostre a verdadeira História da Capital do Brasil, tão eivada de inverdades maldizentes, contadas pelas campanhas oposicionistas levantadas à época de sua construção, ainda hoje, volta e meia, revividas por remanescentes saudosistas que não perceberam o significado da interiorização da Capital.

O IHG-DF vem cumprindo esse desiderato nos diversos cursos que ministra, nas palestras, conferências, debates, exposições e encontros

que se realizam em sua sede. A par desse trabalho, há, também, a preocupação com as instalações físicas do Instituto. Obras estão sendo realizadas - fundamentais que são para a conservação do prédio e conforto dos associados e usuários. São medidas que proporcionarão ao Instituto transformar-se num ponto de encontro de escritores, estudiosos, pesquisadores e estudantes de modo geral. A Biblioteca está sendo reformulada e dividida em áreas de pedagogia, de pesquisa e de recreação. Criou-se o Departamento de Eventos e Intercâmbio Cultural. Esse Departamento cuidará de montar exposições históricas, vernissages, lançamentos de livros, posses de acadêmicos e outros eventos condizentes com os projetos culturais do Instituto. A par dessas atividades realizará também programas de turismo cultural, com visita às cidades históricas do Brasil. Um curso intensivo sobre a cidade a ser visitada será ministrado antes da viagem, cuidando de sua história, sua gente, seus costumes e seu folclore.

O projeto de criação de uma livraria do escritor de Brasília está em andamento. Esperamos inaugurá-la no próximo ano.

Com a edição do nº 1 desta Revista, substituindo o Boletim que era editado semestralmente pelo Instituto, estamos dando continuidade ao serviço de informações sobre a Instituição, tão bem cuidada pela administração passada. Trabalhos realizados por seus acadêmicos passarão a ser publicados, com o intuito de divulgar os temas das palestras e conferências, bem como outros assuntos aqui debatidos ou comentados. Visam tais providências prestar melhor assistência aos seus associados que terão ambiente propício para realizar seus trabalhos, acadêmicos ou não, na Casa que passará a contar com a permanente e agradável presença de todos.

A feitura desta Revista do IHG-DF é uma colaboração gratuita da VERANO EDITORA & COMUNICAÇÃO LTDA, editada e impressa por seu proprietário, JORNALISTA E ACADÊMICO ALARICO VERANO, a quem o Instituto Histórico e Geográfico-DF muito agradece.

*O Presidente*

---

*A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal é lançada quando se comemora o nonagésimo sexto aniversário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.*

## HOMENAGEM

Iniciando nova fase de suas atividades, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal intenta publicar sua revista, na qual abrigará trabalhos de seus sócios, bem como de destacados intelectuais desta e outras unidades da República Federativa do Brasil, nos quais se reflitam fatos da História e aspectos da Geográfica do território da Capital da República.

Este número inaugural aparece quando se registrou fato histórico relevante: o falecimento, com 96 anos de idade, no dia 13 de junho deste ano de 1998, do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, o genial criador de Brasília, autor do Plano Piloto da nova capital do Brasil, obra urbanística vista como a mais marcante deste século XX, admirada em todo o mundo culto.

Assim, principiando a publicação desta sua Revista, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal presta homenagem ao mais destacado de nossos urbanistas, reunindo ensaios, artigos, crônicas, depoimentos de pessoas do convívio com Lúcio Costa na época marcante do planejamento, construção e transferência da nova capital do Brasil, que resultou, vencido o grande desafio, encetado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na Brasília de nossos dias.

Publicando os trabalhos de arquitetos, engenheiros, funcionários da presidência, na gestão de JK, e da empresa construtora de Brasília, a NOVACAP, participantes efetivos do episódio histórico, a direção do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e a direção da Revista procuraram refletir e exaltar, o máximo possível, a vida e a obra de Lúcio Costa.



## LÚCIO COSTA – IN MEMORIAM



*José Santiago Naud*

Este ano, dia 13 de junho, deixou-nos o arquiteto Lúcio Costa.

Foi-se.

E sem as fanfarras oficiais, que estão sempre a postos em ocasiões que tais, quando se trata de badalação ou da mediocridade afortunada, coberta de ouropéis mas capaz de render o dividendo dos votos no jogo eleitoral. Exceto a viagem especial do professor Cristovam Buarque, Governador de Brasília, feita logo em seguida para a visita de condolências, e uma homenagem em praça pública, realizada pelo GDF no dia 26, o passamento do grande brasileiro passou cá em branca nuvem, como o de um homem qualquer. Teve um velório singelo, e acompanharam-no ao cemitério apenas alguns íntimos.

Assim mesmo, o triste episódio significa a sua vida, assinalada pela solidão do gênio e o silêncio de todo ser autêntico. Rigorosamente íntegro, limpamente pobre, era ele infenso à lisonja e não o compravam, nem a cobiça nem a vaidade. Sadio, sábio, extinguiu-se como coisa natural, um facho de luz que se consuma, tal qual o pavio das velas ou o azeite da lamparina, depois de haver esgotado as possibilidades vitais da matéria. Bem merecido portanto o reconhecimento preciso que lhe fizeram, no convite para que se participasse da homenagem popular: *Lúcio Costa, o Inventor de Brasília – Poucos são os criadores que podem ser homenageados pela própria obra*; ou a reação sentida e sem dramas do ator Roberto Bonfim: “Fico feliz em saber que ele morreu como um passarinho. Fechou os olhos, bateu asas e voou”.

Entretanto, poucos como ele representam as nossas virtudes nacionais. Circunstancialmente nascido na cidade francesa de Toulon, teve educação européia e viajou sempre com muita freqüência, sem jamais afrouxar o interesse, a compreensão e o estudo da sua pátria, o Brasil, iluminado em suas idéias e nos seus atos com a inteligência e o amor. Este foi o fio de prumo que, sem nenhuma inconstância, ao longo da larga existência orientou-lhe sem fadiga a vida fecunda e a obra completa, uma dimensão universal. Tal qual Antônio Vieira, que encheu energicamente o século XVII caracterizando o Barroco, Lúcio Costa veio a encher o século XX com o nosso Modernismo.

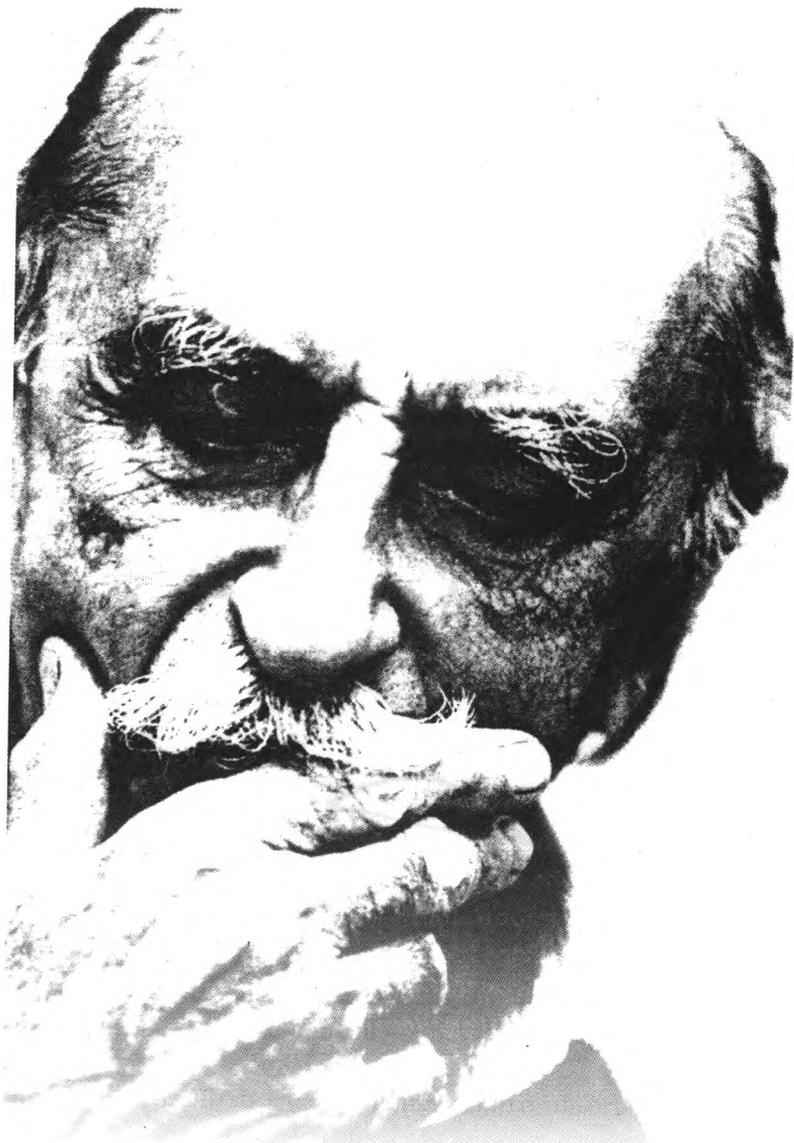
Tanto quanto ele ter sido o inventor desta Cidade, honram-nos a sua vida e a sua obra. Uma, ele riscou sobre o nada, a partir do sinal da cruz sem dogmas, irradiada em toda a direção conforme o mais puro espírito do lugar. As outras, ele nos legou como oferenda de beleza e cultura, identificando o melhor deste país. Isso compensa generosamente, segundo o seu caráter, a singeleza desta homenagem que a nossa revista do IHGDF pode lhe prestar, com profundo respeito e a veneração devida.

Ilustram a memória, firmada por confrades ou testemunhas da nova capital, um vigoroso retrato do Arquiteto, seu autógrafo, três riscos originais do Plano Piloto, e 25 excertos colhidos na fonte imprescindível que é o livro **LÚCIO COSTA Registro de uma Vivência**, editado pela UnB em 1995. Revelam, a par do peregrino artista, um poderoso intelectual e o fino estilista. Que ele o foi também.

## **ALGUNS PENSAMENTOS, SENTIMENTOS E OPINIÕES DE LÚCIO COSTA**

### **JUVENTUDE**

Comecei a considerar a beleza incomparável da natureza e senti mais do que nunca um imenso prazer de viver! Sei que serão inúmeros e terríveis os obstáculos que terei de enfrentar, mas para subjugá-los bastará, tenho plena certeza, o sincero amor, a verdadeira adoração que sinto pela Arte como missão. E essa missão sagrada tem que ser confiada aos



Brazilian, cidade que inventei.

Osni Guadalupe

privilegiados da sorte que nasceram artistas. (De um rascunho escrito aos 15 anos.)

Há momentos em que tenho ímpetos de fugir, de esconder-me em um país bem estúpido, que nada tenha de arte, onde a inteligência e o espírito possam espreguiçar-se numa despreocupação sã e animal.

Em alto mar, em pleno oceano, dois navios brasileiros se cruzavam, se saudavam. Uma sensação estranha de força, de poder, se apoderou de todos. Foi içada a bandeira, o pano se desdobrou, estalando ao vento. E o orgulho que todos nós sentimos, a bandeira pareceu também sentir.

## ARTE E ARQUITETURA

O que caracteriza a arte contemporânea é a tendência à superação do dualismo antagônico à cuja sombra nasceu a Idade Moderna.

A presunção de ser *a arte pela arte* antítese da *arte social*, é tão destituída de sentido como a antinomia *arte figurativa – arte abstrata*. Não passa de uma deformação teórica, assim como se fosse, por exemplo, ato condenável a prática do bem só por bondade.

Ao contrário do que ocorreu na maioria dos países, no Brasil foram justamente aqueles poucos que lutaram pela abertura para o mundo moderno, os que mergulharam no país à procura das suas raízes, da sua tradição, tanto em São Paulo nos anos 20, como no Rio, em Minas, sul e nordeste nos anos 30, propugnando pela defesa e preservação do nosso assado válido (SPHAN).

Desconheço o milagre da fé, mas vivo muitas vezes o do espaço indizível, coroamento da emoção arquitetônica.

Arquitetura e música são irmãs, manipulando uma e outra o tempo e o espaço. Na arquitetura a ferramenta que dá forma ao encantamento é a proporção.

É necessário que o futuro arquiteto tenha, desde cedo, uma perfeita noção do que seja *proporção*: equilíbrio ou equivalência no dimensionamento das partes; *comodulação*: confronto harmônico das partes entre si e com relação ao todo; *modenatura*: modo peculiar como é tratada, plasticamente, cada uma dessas partes.

Eu estudei a fundo as propostas e obras dos criadores, Gropius, Mies van der Rohe, Le Corbusier, – sobretudo este, porque abordava a questão no seu tríplice aspecto: o social, o tecnológico e o artístico, ou seja, o *plástico*, na sua ampla abrangência.

O “milagre da moderna arquitetura brasileira” – fenômeno que se estendeu, na sua fase inicial, da vinda de Le Corbusier, em 36, ao pós-guerra – se constituiu, no dizer de Walter Gropius, numa surpresa para o mundo profissional renascido do pesadelo, tal como o foi a criatividade na Finlândia. Tomei conhecimento da existência de Le Corbusier somente em 1927, e esse encontro – essa *revelação* – me deixou, como que, em “estado de graça”.

Todo meu sofrido e malogrado esforço visando à reintegração das artes teve o seu *aboutissement* na elaboração do projeto e efetiva construção do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde. “A sua pureza arquitetônica é a expressão materializada do impossível sonho dos anos 30 e 31.”

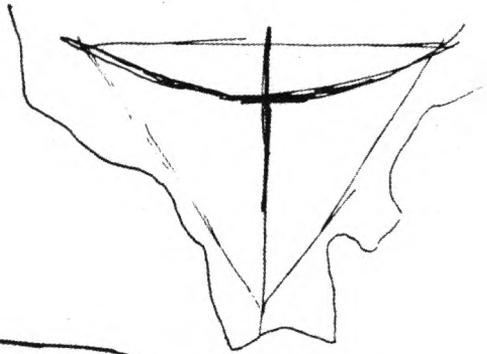
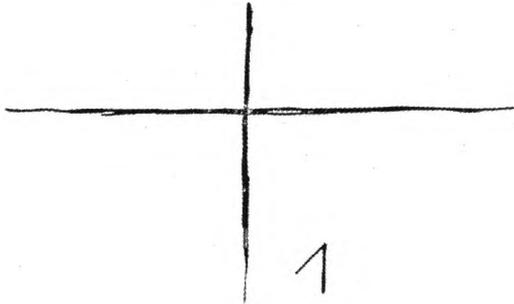
O projeto do edifício-sede do Ministério da Educação data de 1936. Esse belo edifício é um marco histórico e simbólico. Histórico, porque foi nele que se aplicou pela primeira vez, em escala monumental, a adequação da arquitetura à nova tecnologia construtiva do cimento armado, inclusive a fachada totalmente envidraçada. E simbólico porque, num país ainda social e tecnologicamente subdesenvolvido foi construído com otimismo e fé no futuro, por arquitetos moços e inexperientes, enquanto o mundo se empenhava em autoflagelação.

## O SOCIAL

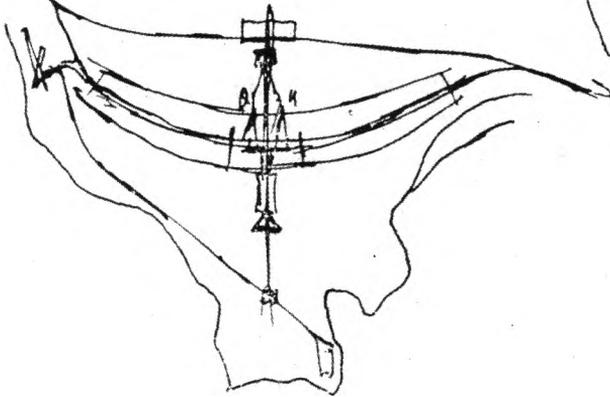
Na Itália, a adoração em que é tido Mussolini tem qualquer coisa de grandioso e de ridículo. Em última análise, o ideal do povo italiano, como de todos os povos, é ter alguém que pense por si. Alguém que tenha a formidável coragem de se declarar o único responsável de tudo e por tudo que possa acontecer, e que a sua sombra seja nítida e precisa, sempre presente e visível. É o que basta. Sentindo aquela sombra protetora o povo está contente. Deixa o barco correr.

É preciso quebrar este falso equilíbrio em que vivemos, esta consentida e chocante convivência “normal” da miséria absoluta com a desmedida fartura. É dar poder de compra à massa anônima que trabalha – nas fábricas, nas construções, no comércio, no campo – a fim de ampliar o mercado interno.

O sistema usual, dito “realista”, de minúsculas casinhas, com cubículos se devassando lateralmente e enfileiradas a perder de vista como verdadeiros cemitérios residenciais proletários, deve ser



ANAPOLIS



PARROCVINO

2

*definitivamente* abolido. Este falso realismo decorre de um certo ranço escravocrata ainda latente no país. A realidade – já que a abolição data de um século – é a necessidade de se encarar *de frente* esse problema da morada dos herdeiros da escravidão.

Restituir a confiança e o otimismo capazes de predispor às tarefas que se antepõem no caminho da superação das contradições atuais e de uma ordenada, integral e generalizada industrialização. Industrialização capaz de transferir o imemorial anseio de justiça social do plano utópico para o plano das realidades inelutáveis.

## **CIDADE DE BRASÍLIA**

Em 1922 conheci Diamantina. Lá chegando caí em cheio no passado do seu sentido mais despojado, mais puro; um passado de verdade. Foi uma revelação. E mal sabia que, 30 anos depois, iria projetar nossa capital para um rapaz da minha idade nascido ali.

Cidade é a expressão palpável da humana necessidade de *contato, comunicação, organização* e troca, – numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico. Urbanização consiste em levar um pouco da cidade para o campo e trazer um pouco do campo para dentro da cidade. Estar desarmado de preconceitos e tabus urbanísticos e imbuído da dignidade implícita do programa: *inventar* a capital definitiva do país.

O mundo está cheio de cidades apenas vivas, que não interessa à Humanidade preservar. Mas no caso raro dessas cidades eleitas há sempre particularidades que precisam manter-se imunes a inovações e modismos, do contrário o que é válido nelas se perde e se esvai.

Apesar de todas as críticas e restrições, preconceituosas ou não, entendo que Brasília valeu a pena e com o tempo ganhará cada vez mais conteúdo humano e consistência urbana, firmando-se como legítima capital democrática do país.

## **A REFLEXÃO MADURA**

Tenho uma natural tendência a querer sempre compreender e justificar o ponto de vista dos outros e, apesar do tranco cruel que o destino me reservou – que, este, não tem perdão –, a desculpar os trancos que eventualmente levo.

Não sou capitalista nem socialista, não sou religioso nem ateu, – acredito simplesmente na minha velha teoria das *resultantes convergentes*.

E como a natureza visível, ao alcance dos sentidos, e a natureza oculta, ao alcance da inteligência, são, no fundo, a mesma coisa, entendo que o desenvolvimento científico e tecnológico, livre de peias, não pode ser contra o homem, porquanto, transcendência ou imanência, – o ser humano, com o seu drama existencial – gênio, vagabundo ou santo –, é a peça chave, o remate da Evolução.

Todos os esforços contraditórios que hoje, num ou noutro sentido se pretendem opor, ou absorver, ou isolar, tenderão afinal, apesar das aparências de conciliação impossível, para um estuário comum e para uma nova síntese de amplitude universal.

O Novo Mundo já não está à esquerda nem à direita, mas acima de nós; precisamos elevar o espírito para alcançá-lo, pois já não é uma questão de espaço, porém de tempo, de evolução e de maturidade. O Novo Mundo é agora a Nova Era, e cabe à inteligência retomar o comando.

## O INVENTOR DA CIDADE



Ernesto Silva (\*)

*“Administrar Brasília não é administrar uma cidade qualquer, mas uma cidade que já nasceu com pedigree, o que obriga a umas tantas limitações. A primeira condição para se administrar Brasília é GOSTAR DE BRASÍLIA; a segunda é CONHECER OS PLANOS; a terceira, RESPEITÁ-LOS.”*

(Lúcio Costa)

Dotado de intelectualidade brilhante e multifária, Lúcio Costa integra o reduzidíssimo grupo dos gênios da nossa geração.

Democrata, discreto, modesto, fiel aos seus princípios, Lúcio Costa, na arquitetura e no urbanismo, inspirou uma época que ameaçava afogar-se na trivialidade.

Nascido em Toulon, França, no dia 27 de fevereiro de 1902 ( o pai era engenheiro naval e estava a serviço na Europa ), Lúcio Costa regressou ao Brasil aos quatro meses de idade, mas, em 1910, seu pai foi integrar a missão naval brasileira em Newcastle, Inglaterra, onde Lúcio Costa freqüentou, entre meninos ingleses, o Royal Grammar School.

Em 1914, deixou a Inglaterra e, até 1916, quando voltaria definitivamente ao Brasil, passou períodos em Paris, Freiburg e Interlaken (Suíça). Desta última cidade, Lúcio Costa relembra os “belos” crepúsculos da Jungfrau e o intenso azul do lago de *Thun*”.

Conta Lúcio Costa que o pai gostaria de possuir um “artista” na família. Atendendo ao desejo paterno, matriculou-se, em 1917, na Escola Nacional de Belas Artes, formando-se em arquitetura em 1923.

Dotado de talento invulgar e assáz disciplina, Lúcio Costa chamou a atenção de seus professores. E qual não foi sua surpresa quando, certa vez, o Diretor da Escola, o paisagista Baptista da Costa, o chamou (ele cursava o terceiro ano) para lhe conferir o que viria a ser o seu primeiro trabalho. A partir daí, começou a trabalhar.

O primeiro projeto, conforme relata, foi o de uma casa em “estilo inglês”, na Avenida Paulo de Frontin, Rio de Janeiro.

Em 1926 – confessa Lúcio Costa – resolveu viajar para a Europa por “motivos sentimentais”, que classificou de “insolúveis”, onde – como revela candidamente – “passou uma vida folgada”.

A doença, no início de 1927, o atingiu na Europa. É internado, para tratamento, na Villa Igeia, arredores de Roma.

Embora doente, não lhe passou despercebida a beleza da irmã de caridade que cuidava dele nem, no relato de suas memórias, se esqueceu de mencionar que a doente, internada no quarto contíguo, era uma simpática moça, de nome Fana, que lhe recitava versos de Carduci “piu leggera che l’ombra del fumo”.

Voltando ao Brasil, visitou Sabará, Mariana, Ouro Preto e Diamantina. Observando a velha arquitetura dessas cidades, Lúcio Costa “começou a perceber o equívoco do chamado neo-colonial, lamentável mistura de arquitetura religiosa e civil de pormenores de épocas e técnicas diferentes”.

Embora tenha considerado fracassada a intervenção no ensino durante sua gestão, parece-me que a partir dessa época, começava a fulgir, no cenário nacional, uma refulgente estrela, que permitiu a inserção de uma nova filosofia no urbanismo e na arquitetura.

Em 1936, surgiu-lhe uma esplêndida oportunidade: o convite para projetar o edifício do Ministério da Educação e Saúde, que, segundo Lúcio Costa, não foi “apenas o marco de uma época, mas de um excepcional momento de lucidez e idealismo, no confuso quadro da época”. E explica: “o que não foi possível realizar na reforma da Escola, foi feito aqui, cinco anos depois: a adequação da arquitetura à nova tecnologia construtiva do aço e do concreto armado. Em 1938, com o prédio do Ministério em construção, ainda não havia em Nova York nenhum arranha-céu com fachada envidraçada – a “curtain-wall” ou o “mur rideau” surgiram todos depois”.

Para auxiliá-lo na elaboração do projeto do Ministério, convidou seus amigos Carlos Leão, Afonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos e Oscar Niemeyer.

No dia 27 de outubro de 1939, Lúcio Costa envia carta ao Ministro Gustavo Capanema com as informações solicitadas sobre o custo da obra:

“Em construções de edifícios públicos de significação não apenas utilitária, mas também representativa, não se deve ter em vista, “principalmente”, a economia, senão, e antes do mais, a necessidade de traduzir, de forma adequada, a idéia de prestígio e dignidade”.

“A construção de um edifício destinado à sede desse Ministério não é uma construção barata”.

Refutando as críticas surgidas durante a construção do prédio, Lúcio Costa tece em carta, os seguintes comentários:

“Trata-se de um empreendimento de repercussão internacional e que, como tal, terá o seu lugar na história da arquitetura contemporânea. Prova disso é o interesse que vem demonstrando pela obra as melhores revistas técnicas e estrangeiras. E coube ao nosso País dar esse passo definitivo: mais um testemunho bem significativo de que já não condicionamos as nossas iniciativas a beneplácitos de fora”.

E remata assim, no seu relato pessoal publicado na revista MODULO, número 40: “É difícil ao arquiteto de hoje perceber a significação dessa obra e aquilatar o que ela representa de paixão, de esforço, de sacrifício”.

Cumprido esclarecer que, para opinar sobre esse projeto, Lúcio Costa insistiu, até mesmo pessoalmente, junto ao Presidente Getúlio Vargas para a vinda de Le Corbusier, que passou quatro semanas no Brasil, discutindo o projeto do Ministério da Educação, fixando normas para a construção da Universidade do Rio de Janeiro e dando aulas. Lúcio Costa crê que, além disso, Le Corbusier “deixou, de quebra, sem querer, uma dádiva: foi durante esse curto, mas assíduo convívio de quatro semanas que o gênio incubado de Oscar Niemeyer aflorou”.

Abrindo um parêntese, não poderia deixar de revelar um fato significativo, de elevada beleza moral, no início da carreira de Oscar Niemeyer, assim descrito por Lúcio Costa:

“É impressionante que um talento tão raro tenha permanecido tanto tempo ignorado: na verdade, não foi senão em 1936, quando trabalhou por apenas quatro semanas sob a orientação de Le Corbusier, que sua verdadeira estatura artística se revelou. Antes dessa experiência decisiva, não houve o menor indício de sua iminente trajetória. Por exemplo: quando me procurou pela primeira vez, trazendo uma carta de apresentação, tentei dissuadi-lo de trabalhar comigo, uma vez que o serviço era pouco e não lhe daria a necessária remuneração; ele, invertendo os papéis, propôs “pagar” para ter direito de participar de algum modo do meu dia a dia profissional. Essa atitude, aparentemente impensada, revelava, de forma incisiva, o seu desejo de seguir a orientação que, no seu entender, era a mais acertada”.

Le Corbusier, após a visita ao Brasil, tornou-se amigo dos jovens e talentosos arquitetos que surgiam. A 29 de dezembro de 1962, saudosos, envia uma carta “AOS SEUS AMIGOS DE BRASÍLIA”:

“Brasília está construída. É magnífica de invenção, de coragem, de otimismo, e fala ao coração. Brasília é única”.

Após a experiência do Ministério da Educação, os convites para projetos de arquitetura e urbanismo chegam em catadupas a seu escritório: residências privadas, planejamento do Parque Guinle, no Rio de Janeiro, do Park Hotel de Friburgo, da sede do Jockey Club do Rio, do Pavilhão do Brasil na New York Fair, da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, da casa do Brasil em Paris e o da Barra da Tijuca. Às críticas ao projeto da Barra, Lúcio Costa assim resumiu: “Quanto à fase da Barra, as críticas, na sua maioria, procedem de pessoas que, no fundo, gostariam de uma ocupação rarefeita na Baixada de Jacarepaguá, de tal forma que os edifícios altos fossem definitivamente banidos”.

Não sei se por motivos sentimentais, creio que a glorificação de Lúcio Costa havia chegado quando decidiu concorrer ao concurso do Plano Piloto de Brasília.

O urbanista, a princípio, não desejava participar, tanto que deixou para a última hora a entrega de seu projeto, o de número 22: “Não pretendia

competir e, na verdade, não concorro, – apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta”.

Logo no início de sua Memória Descritiva adverte:

“Se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi intensamente pensada e resolvida; se não o é, a exclusão se fará mais facilmente e não terei perdido meu tempo nem tomado o tempo de ninguém”.

Resumidamente, assim Lúcio Costa imaginou a cidade:

“Ela (a cidade) deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida, capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental”.

Do primeiro item (“nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”) ao último, Lúcio Costa descreve a cidade com clareza e simplicidade.

Na realidade, ao planejá-la, o urbanista aplicou os princípios gerais do urbanismo que ele mesmo resume em breve texto:

“Cidade é a expressão palpável da humana necessidade de *contato, comunicação, organização e troca*, numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico”.

“Urbanizar consiste em levar um pouco da cidade para o campo e trazer um pouco do campo para a cidade”.

“Os interesses do homem *como indivíduo* nem sempre coincidem com os interesses desse mesmo homem como ser coletivo; cabe, então, ao urbanista procurar resolver, na medida do possível, esta contradição fundamental”.

A cidade foi concebida em função de quatro escalas diferentes: a escala coletiva ou monumental; a escala cotidiana ou residencial; a escala concentrada ou gregária; a de lazer ou BUCÓLICA. O jogo dessas quatro escalas é que daria o caráter próprio definitivo.

“Quanto à escala monumental, ela se caracteriza por diferentes níveis escalonados: 1) o terreno agreste; 2) o terrapleno triangular onde se assentam os três poderes autônomos da democracia, espaço tratado com a largueza e o apuro de uma “Versalhes do povo”; 3) a Esplanada dos Ministérios e o setor cultural; 4) a grande plataforma no cruzamento dos três níveis dos eixos da cidade e onde será construído o centro urbano; 5) o terreno da torre de TV”.

Quanto ao problema residencial, Lúcio Costa optou pela criação de uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada.

“Dentro dessas superquadras – esclarece em seu relatório – os blocos residenciais podem dispor-se da forma mais variada, obedecendo, porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos, e pilotis e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior da quadra”.

Ao tratar da iluminação das quadras, Lúcio Costa, em carta enviada ao Dr. Israel Pinheiro, deixa escapar as reminiscências da mocidade, ao se referir ao “namoro caseiro”:

“No interior das superquadras, o critério é garantir atmosfera recolhida e íntima; a iluminação DEVE SER DISCRETA, com postes baixos e luminárias cegas do lado dos edifícios, a fim de não ofuscá-los, e deverá ser desigual, com áreas de iluminação amortecida, próprias ao colóquio e ao namoro caseiro”.

Como se vê, tudo foi meticulosamente meditado e dito.

Quem não sabe ou não tem interesse em administrar a cidade, quem não leu ou, se o leu, não compreendeu o Plano Urbanístico da cidade não pode administrar Brasília. E se leu e compreendeu deve respeitar o Plano.

Ainda sobre superquadras, merece ser citado este trecho do trabalho de Maria Elisa Costa intitulado BRASÍLIA HOJE:

“A superquadra é uma tradução em português dos novos conceitos de morar. Talvez seja uma das mais inovadoras e acertadas contribuições atuais para a habitação multifamiliar.

“Estruturalmente, uma superquadra é um conjunto de edifícios Residenciais sobre pilotis (que tem, em Brasília, pela primeira vez, presença urbana contínua) ligados entre si pelo fato de terem acesso comum e de ocuparem uma área delimitada, com uma população de 2.500 a 3.000 habitantes. O chão é público – os moradores pertencem à quadra, mas a quadra não lhes pertence. Esta é a grande diferença entre superquadras e condomínios. Não há cercas nem guardas e, no entanto, a liberdade de ir e vir não constrange nem inibe o morador de usufruir de seu território e a visibilidade contínua assegurada pelos pilotis contribui para a segurança.

“A superquadra é a VERDADEIRA RAIZ DE BRASÍLIA, que fez a árvore crescer e dar frutos”.

O concurso do Plano Piloto de Brasília foi julgado por seis notáveis profissionais: três estrangeiros – Stamo Papadaki, americano; William Holford, inglês; André Sive, francês; e três brasileiros – Oscar Niemeyer, representante da Novacap; Luiz Hildebrando Horta Barbosa, representante do Clube de Engenharia; Paulo Antunes Ribeiro, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Após um exame perfunctório dos projetos pelo júri, a escolha foi relativamente fácil: o projeto de Lúcio Costa “era o único plano para uma capital administrativa do Brasil” na apreciação do júri, merecendo do juiz inglês a seguinte observação: “todos os grandes planos são fundamentalmente simples”.

E o de Lúcio Costa se revelara o mais consentâneo: “cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, próprio ao devaneio e à

especulação intelectual, capaz de tornar-se, além de centro de governo e administração, num foco de cultura”.

Em 1985, Lúcio Costa apresentou ao Secretário de Obras, Carlos Magalhães e ao Governador José Aparecido de Oliveira um conjunto de recomendações – “Brasília Revisitada”. No seu livro de memórias, transcreve o documento escrito em 1990, quando Brasília foi tombada:

“O mundo está cheio de cidades apenas vivas que não interessa à Humanidade preservar. Mas no caso das cidades eleitas há sempre particularidades que precisam manter-se imunes a inovações e modismos, do contrário o que é válido nelas se perde e se esvai.

“Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu facies é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade. “O tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o direito de conhecer Brasília tal como foi concebida.

“Para mim, como urbanista da cidade, importa, principalmente, o seguinte:

a) Respeitar as quatro escalas que presidiram a própria concepção da cidade: a simbólica e coletiva, ou MONUMENTAL; a doméstica, ou RESIDENCIAL; a de convívio, ou GREGÁRIA; e a de lazer, ou BUCÓLICA, através da manutenção dos gabaritos e das taxas de ocupação que as definem;

b) Respeitar e manter a sua estrutura urbana, que é original e tem garra, a partir da qual se estabelece a relação entre as quatro escalas;

c) Respeitar e manter as características originais dos dois Eixos e de seu cruzamento, ou seja:

– manter o caráter rodoviário inerente à pista central do eixo rodoviário-residencial;

– manter non-aedificandi e livre o espaço interno gramado do eixo monumental da Praça dos Três Poderes até o da Torre de TV;

– manter a Plataforma Rodoviária como traço de união e ponto de convergência já consolidada do complexo

urbano composto pela *cidade político-administrativa* e pelos improvisados assentamentos satélites;

– manter o gabarito deliberadamente baixo do centro de comércio e diversões, sendo as fachadas dos dois conjuntos voltadas para a esplanada recobertas DE FORA-A-FORA POR PAINÉIS LUMINOSOS DE PROPAGANDA COMERCIAL;

– preservar e cuidar das pequenas Praças de Pedestres fronteiras ao Teatro e ao Touring, com as fontes, bancos e plantas sempre funcionando e em perfeito estado, tal como o grande conjunto de fontes ao pé da Torre;

d) A preservação do Eixo Monumental, da Praça dos Três Poderes à Praça Municipal. A Praça dos Três Poderes, complementada pela presença dos Ministérios do Exterior e da Justiça na cabeceira da Esplanada, se constituiu, desde o nascedouro, numa serena e digna INTEGRAÇÃO-ARQUITETÔNICA-URBANÍSTICA, agora enriquecida pela presença do Panteon;

e) A manutenção do conceito de superquadra como espaço residencial aberto ao público, em contraposição ao de condomínio *privativo* fechado; da entrada única; do enquadramento arborizado; do gabarito uniforme de seis pavimentos sobre pilotis livres, com os blocos soltos no chão;

f) A manutenção da hierarquização do tráfego nas áreas de vizinhança graças à descontinuidade nas vias de acesso às quadras;

g) A preservação do grande Parque Público projetado por Burle Marx.

“Como vê, trata-se, em suma, de RESPEITAR Brasília”.

Em 1987, Brasília é inscrita pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, após o compromisso formal do Governo Federal e o do Governo do Distrito Federal de respeitar e resguardar o Plano Original de Lúcio Costa. É o único bem contemporâneo tombado pela UNESCO.

No momento em que a UNESCO tombava Brasília, havia, no âmbito do Governo do Distrito Federal, uma série de programas

propostos, que ameaçavam descaracterizar a estrutura original do Plano Urbanístico; Oscar Niemeyer desabafa: “Agora acabou: quem não gostou que faça outra cidade”. Lúcio Costa limitou-se a dizer: “O projeto é esse mesmo”. Há cerca de um ano, em entrevista a um órgão da imprensa, sentindo, cada vez mais, o descaso das autoridades de Brasília pela preservação do Plano Original, Lúcio Costa lamenta: “Não foi esta a cidade que planejei. Salvem Brasília!”

Será que vão ouvi-lo?

Não poderia terminar esta brevíssima exposição da vida de Lúcio Costa sem agregar dois tópicos:

1 – alguns trechos do depoimento de Carlos Drummond de Andrade – LÚCIO COSTA NA REPARTIÇÃO – no qual define traços importantes da personalidade do urbanista:

“Trabalhei cerca de 12 anos ao lado de Lúcio Costa, num canto de sala no Ministério da Educação. Entre a divisão de madeira, formou-se um corredor com duas mesas. Para chegar à dele, Lúcio passava pela minha. Dirigia-me um “olá” quase silencioso e, vez por outra, dava um leve toque no meu ombro. Pouco nos falávamos, mas nos entendíamos bem. Lúcio não tinha hora de chegar e de sair. Dizia-se mais um consultor de Rodrigo de Andrade, diretor do SPHAN, que burocrata. Eu era seu subordinado. Ao dirigir-me a palavra, sempre em voz baixa e tom extremamente delicado, deixava transparecer simpatia e compreensão, mas, em geral, preferia manter-se em silêncio – um silêncio que durava o tempo de permanência no corredor – que eu respeitava como se respeitava o silêncio das igrejas.

“Não tinha nem de leve ar importante e parecia mesmo querer se ocultar de todos e de tudo.

“Frequentemente surpreendia, pois se esperava que ele tivesse esse ou aquele ponto de vista, que parecia ser o mais evidente e o mais afeiçoado à sua linha intelectual. Mas ele vinha com alguma coisa totalmente nova. Às vezes, chocava pela novidade de colocação; depois, o que Lúcio Costa propunha era a solução magistral”.

2 – Trechos do depoimento de Lúcio Costa “CONSTATAÇÃO”, escrito em 1932 (há 66 anos!), no qual trata, com clarividência, de um tema, infelizmente, ainda atual:

“Morei no interior, nesse interior desproporcionado do nosso País. E vi fazendas e sítios. Vi de perto o homem do campo no seu trabalho de enxada. Acompanhei-o légua e meia até o cercado onde mora por favor; entrei na casa onde ele vive, chão de terra batida, paredes de taipa, telha vã; conheci a família dele: a mulher, os filhos – aquela porção de filhos de olhar espantado. Assisti à janta. Vi o que eles comem. À noite, senti o vento soprar pelas frestas. E vi como dormem, todos juntos. Sei, no fim do mês, quanto ele “ganha”.

“Morei nos subúrbios da cidade, nos quartos sublocados e nas favelas onde o operário vive. Segui-o muito cedo, na caminhada à estação; no trem apinhado; no “caradura”; presenciei à chamada. Depois, à tarde, ainda o “caradura”, o trem apinhado, a caminhada e, por fim, de novo o quarto sublocado ou a favela. É o que se convencionou chamar “o dia de oito horas”. Trabalha a vida toda – ganha apenas para sobreviver.

“Morei nas casas de cômodo da cidade. Conheci costureirinhas que almoçam média com pão, sonham com meias de seda e se suicidam por amor em Paquetá.

“Como se vê, nada mudou, salvo o bonde de segunda classe e o quarto sublocado” – as favelas crescem. Quanto às costureirinhas, continuam a sonhar, mas não se matam mais por amor.

“Não existe excesso de produção, apenas o número dos que estão em condições de adquirir o necessário ao conforto material é mínimo.

“O que é preciso é quebrar este falso equilíbrio em que vivemos, essa consentida e chocante convivência “normal” da miséria absoluta com a desmedida fartura. É dar poder de compra à massa anônima que trabalha – nas fábricas, nas construções, no comércio, no campo – a fim de ampliar o mercado interno”.

“Brasília tem esta marca de berço, e a força do vínculo entre a proposta urbanística e o momento heróico que a gerou é de tal ordem que a capital permanece – e permanecerá – o símbolo vivo do gesto de fé

e vontade, do resultado da união de todos os cidadãos, da Nação voltada para o seu horizonte maior”. (Maria Elisa Costa)

É a este insigne brasileiro – Lúcio Costa –, que inventou a cidade mais bela do mundo e que lutou denodadamente pela sua criação, que dedico, em nome dos bravos pioneiros que construíram a cidade, os sentimentos mais profundos de admiração, gratidão e respeito pela sua inquestionável contribuição à cultura universal.

*\* Ernesto Silva, ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, o segundo a exercer este cargo, teve grande parte de sua vida, desde 1954, ligada à transferência da nova capital e à construção de Brasília.*

## LÚCIO COSTA

*Geraldo Mayrink*

Lúcio Costa tem um porte caprichosamente composto. Os longos bigodes brancos em forma de um “V” invertido, os olhos pequenos e muito vivos, um cachecol comprido que cai do pescoço e, como por acaso, chega até as suas pernas, dão ao seu vulto miúdo e magro um toque de nobreza que parece emergir do fundo dos tempos. Aos 89 anos, completados neste começo de ano, ele espera a publicação de sua nova e talvez última obra – não um prédio, uma casa ou uma discussão, como as de que participou nos últimos 60 anos, mas um livro de mais de 500 páginas, repleto de desenhos, fotos e croquis ilustrando textos que falam de um Brasil passado e antecipam o perfil de um país futuro. Chama-se **Compilação de Sentido Autobiográfico** e contém uma vida inteira.

Ao meio-dia de uma segunda-feira, enquanto o sol entra discretamente pelas janelas semicerradas de seu apartamento de frente para o mar, num velho prédio da avenida Delfim Moreira, no Leblon – lugar quase tão histórico quanto seu dono, o último prédio da avenida e o primeiro do Rio de Janeiro erguido sobre pilotis pelo arquiteto Paulo Camargo há quase 60 anos –, Lúcio Costa está preparando seu café matinal. Ele dorme tarde, acorda tarde, costuma ter insônia e não tem horário. Nunca teve, assim como passou a maior parte de sua carreira sem ter um escritório.

Salta-se direto do elevador para a sala de estar e para um mundo de móveis velhos e tapetes puídos abrigando papéis de todos os tipos, livros e revistas novas e velhas, mapas, armários entulhados e um regimento de soldadinhos de chumbo ingleses. “Preciso dar um destino a estas coisas que estão se acumulando e não têm a menor significação”,

diz ele com sua voz baixa. 'Pede licença para trocar os chinelos e volta com um lustroso par de sapatos marrom-escuros. *Noblesse oblige*. E começa a falar.

Deu várias entrevistas na vida, mas sua obra é singularmente pequena em comparação à de tantos outros arquitetos, especialmente Oscar Niemeyer. A muitos quarteirões dali, mas também num velho prédio de frente para o mar, em Copacabana, Oscar Niemeyer, construtor de tantas obras monumentais pelo mundo afora, está debruçado na prancheta com sua pequena equipe. Aos 84 anos, completados em dezembro último, ele está tocando quatro novos projetos ao mesmo tempo. Os dois se conhecem desde o começo dos anos 30, quando o estudante Oscar apareceu no escritório do já profissional Lúcio Costa com uma carta de apresentação de Ulisses Carneiro da Rocha, secretário do Barão de Saavedra, do Banco Boa Vista. "Ele queria trabalhar, mas os tempos estavam difíceis, e eu disse isso a ele francamente", lembra Lúcio. Mas Oscar queria freqüentar o escritório de qualquer jeito e durante um ano e meio fez isso, "sem demonstrar menor talento", acrescenta Lúcio. "O gênio dele só se revelou depois da vinda de Le Corbusier".

O próprio Oscar tem outra lembrança destes tempos de aprendizado. "Sempre tive pelo Lúcio a maior admiração", diz. "Lembro, quando ainda estudante e o auxiliava trabalhando em seu escritório, o apreço com que nas horas vagas examinava os projetos que ele elaborava, atento às soluções que propunha, entusiasmado com seus primorosos desenhos", acrescenta. "Pois aí se vê como as coisas são estranhas", comenta Lúcio. "Eu tive até ímpetos de aconselhá-lo a trabalhar em um banco, por exemplo. Justo o Oscar esta coisa fabulosa". E, embora os nomes dos dois apareçam ligados desde a construção de Brasília, na verdade só trabalharam juntos duas vezes, ainda na década de 30. Quanto ao Barão de Saavedra, que entra na história como Pilatos no Credo, Lúcio – e não Oscar – acabou projetando uma casa para ele em Petrópolis, em 1942.

A fabulosa sombra projetada pela carreira de Oscar Niemeyer ofuscaria a de Lúcio e de muitos outros arquitetos durante décadas. No entanto, Lúcio chegou antes e só não foi mais longe, segundo estudiosos de sua obra, porque não quis, por vontade ou temperamento. O crítico Frederico Morais, de O Globo, sem dar o nome cita um arquiteto segundo o qual Lúcio é capaz de defender o pior especulador imobiliário, se achar que ele tem razão, apenas para manter sua coerência doutrinária e zelar por sua independência intelectual. Comenta Morais: "Tal postura ética,

demonstrada em artigos, ensaios, cartas e pareceres, acabou por transformá-lo numa personalidade polêmica dentro da arquitetura e do urbanismo brasileiros”.

Lúcio, *homme du monde* nascido em Toulon, na França e que freqüentou a Royal Grammar School, de New Castle, onde jogava cricket no verão e rugby no outono com os meninos ingleses, jamais procurou a polêmica, embora tenha sido forçado a ela em defesa de suas idéias. Modesto à sa *manière*, passou a maior parte da vida como funcionário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde entrou em 1937, para se aposentar em 1972. Sua vida compõe-se de flashes tão iluminados que lembram o mundo que desaparecia no século passado para sobreviver no começo deste através de boas maneiras, da nascente arte moderna, das viagens de vapor e lembranças de uma guerra mundial, a primeira.

O pai de Lúcio, Almirante Joaquim Ribeiro da Costa, baiano, era engenheiro naval comissionado na França. Havia se casado com Alina, amazonense, em Portugal, onde ela estudava no internato de Mademoiselle Roussel. Quatro dos seis filhos do casal nasceram no exterior, e Lúcio chegou ao Rio recém-nascido, para depois seguir a família numa nova temporada – esta de seis anos na Inglaterra, França e Suíça, a partir de 1910. Moraram em Paris – Lúcio lembra até hoje o endereço: 18, rua Clément Marrot, 1º andar – e depois em Friburgo, Beatenberg e Montreux, na Suíça, onde ele estudou no Collège National. Depois de alguns meses em Liverpool, na Inglaterra, a família voltou ao Brasil a bordo do navio Darrow, que navegava às escuras para evitar ataques noturnos de submarinos alemães. Aí o pai lhe disse que gostaria de ter um filho artista.

“Eu dependia muito de meu pai, até muito mais tarde também”, conta Lúcio. “Ele sofreu muito no fim da vida”. Assim, obedecendo ao pedido paterno, atravessou o curso da Escola Nacional de Belas-Artes, de seis anos, os quatro últimos para se especializar em arquitetura. Como Lúcio não tardaria a perceber, havia muito em que se especializar naqueles tempos do chamado “ecletismo arquitetônico”. Colocado em termos menos pomposos, isso queria dizer que os diferentes estilos históricos eram aplicados de acordo com o que o fregueses queriam. Tratando-se de igreja, recorria-se ao receituário romântico, gótico ou barroco; se edifício público ou palacete, aos estilos Luiz XV ou XVI; se banco, ao renascimento italiano. “Os bancos não eram inteiramente envidraçados como hoje”, comenta Lúcio. “Queriam dar aparência de segurança”.

Com um diploma no bolso, o saldo dos dois primeiros empregos como desenhista nas firmas Rabecchi e Escritório Técnico Heitor Melo e de um terceiro, como sócio de seu colega de turma Fernando Valentin, Lúcio achou melhor dar um tempo àquela paisagem de horrores arquitetônicos. Além disso, queria esquecer uma certa Julieta. Como se não bastasse, era jovem, solteiro e tinha uma carta de crédito de 28 contos de réis do Citibank. Com este dinheiro passou um ano na Europa. “Mas eu era tão alienado na época” (1926-1927), confessa Lúcio, “que nem tomei conhecimento dos movimentos de renovação da arquitetura, das novas tecnologias de construção”. Depois de alguns meses para curar um princípio de tuberculose em Roma, voltou ao Brasil cheio de idéias. Casou com outra Julieta, filha do Dr. Modesto de Guimarães, em 1929, e no ano seguinte dirigiu por dez meses a Escola Nacional de Belas-Artes. Indicado pelo chefe de gabinete do ministro da Educação, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a quem não conhecia e que depois seria seu chefe do Patrimônio e amigo de toda a vida. “Mas fracassei na Escola”, admite.

Na verdade, não foi bem assim. Chegando aos 30 anos, Lúcio começava a criar forças para enfrentar o tal ecletismo arquitetônico e outros. Primeiro, convocou um júri modernista – Anita Malfatti, Celso Antonio, Ismael Nery, além dele próprio – para julgar o 38º Nacional de Belas-Artes, até então reduto do mais devotado academicismo. Como os acadêmicos se recusaram a participar, convocou todos os inscritos, todos futuros superstars das artes plásticas: Guignard, Portinari, Flávio de Carvalho, Cícero Dias, entre outros. Havia ainda Di Cavalcante, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Vítor Brecheret – os modernistas de 22. Era o “salão dos tenentes”, como foi chamado – os tenentes da arte moderna contra os coronéis da arte acadêmica.

Depois, como não agüentava mais fazer as coisas que lhe pediam, viveu tempos de penúria, chegando a criar projetos chamados “casas sem dono”, que vendia em bancas de jornais. Mas contra-atacou: “Fazem cenografia, estilo, arqueologia; fazemos casas espanholas de terceira mão, miniaturas de castelos medievais, falsos coloniais – tudo menos arquitetura”, escreveu ele no O Jornal em 1931. Em vez disso pregava que modernismo tinha mais que ver com a verdadeira arquitetura tradicional brasileira, na sua “simplicidade perfeita, adaptação ao meio e à função e conseqüente beleza”. Leram e tomaram nota discípulos como Alcides da Rocha Miranda, Carlos Leão e Niemeyer, além do futuro paisagista Roberto Burle Marx.

O resto é história. A ponte lançada por Lúcio entre tradição e modernidade ganhou forma a partir de 1936, quando ele ficou em primeiro lugar no concurso para projetar o futuro edifício do Ministério da Educação, no centro do Rio. Sopravam ventos favoráveis aos renovadores e o ministro Gustavo Capanema, desgostoso com o que os arquitetos acadêmicos lhe ofereciam, anulou um concurso anterior e encomendara outro. Lúcio formou um pequeno grupo, e um dos seus arquitetos, Jorge Moreira, pediu-lhe que incluísse seu sócio, Ernani Vasconcelos. Aqui, as linhas de Lúcio e Oscar voltaram a se cruzar, quando este procurou o grupo e disse: “Bom, se vocês vão botar o Vasconcelos, porque é amigo dos homens, então me sinto no direito de participar. Os seis arquitetos estavam, porém, inseguros – na Europa já se faziam projetos como aquele, mas em escala menor e não para um edifício público de porte. Queriam a ajuda do legendário Charles Edouard Jeanneret, dito Le Corbusier (1887-1965), e para convencer o reticente Capanema da importância disso Lúcio foi levado ao Palácio do Catete, onde fez um veemente apelo ao Ditador Getúlio Vargas, enquanto Capanema puxava-lhe o casaco pedindo moderação. Ao final, Vargas concedeu: “Bem, se vocês acham importante, então chamem o homem”.

Le Corbusier veio, passou um mês elogiando o projeto, sugeriu – sem conseguir – que fosse construído em outro local e foi embora. Assinado por Lúcio, Oscar, Jorge Moreira, Afonso Eduardo Reydi, Ernani Vasconcelos e Carlos Leão, com assessoria de Le Corbusier, o prédio ergueu-se lentamente, entre 1937 e 1943, para ser considerado o símbolo mais marcante da arquitetura moderna no Brasil e a primeira realização das idéias de Le Corbusier em escala monumental. Anos depois, Lúcio diria: “Afirmar que a arquitetura de hoje é mais pobre que a de ontem é um cacoete. Acontece que na época da Segunda Guerra o mundo não podia se importar com jardins e arquitetura, enquanto no Brasil fazíamos um prédio otimista e renovador. Nesse instante da história fomos a locomotiva. Mas, como as inovações são naturalmente assimiladas, passamos a vagão. Isso não quer dizer que a arquitetura que se faça hoje é ruim. Cada época tem seu estilo”.

Entre os gênios de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, no século XVIII, e o de Oscar Niemeyer, neste, Lúcio foi depurando seu pensamento sobre arquitetura, arte e tecnologia. Embora muitos afirmem que mais coisas separem do que unem Lúcio e Oscar, o fato é que os dois fizeram juntos o pavilhão da Feira Mundial de Nova York em 1939 (Lúcio

venceu o concurso, mas convidou Oscar, segundo colocado, por considerar o projeto dele melhor que o seu), um prédio de existência temporária e um dos raros sucessos arquitetônicos reconhecidos nesta feira. Mais tarde, em 1957, Oscar fazia parte do júri que escolheu o projeto urbanístico para a futura Capital, e o de Lúcio, entre 26 concorrentes, foi o escolhido. O governo dera um prazo de seis meses aos candidatos, que os arquitetos acharam curto demais, mas, quando faltavam três meses, Lúcio teve a idéia geral da cidade e entregou o plano piloto dentro do prazo. O plano trazia esquemas gráficos e uma memória descritiva, “um texto tão claro e bem escrito que nos parecia ver a cidade realizada”, segundo Oscar. Nas palavras de Lúcio, Brasília nasceu “do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, o próprio sinal da cruz”.

Construída em 43 meses (um a menos que o prazo previsto), depois que caíram 45 milhões de metros cúbicos de terra vermelha e ao custo de 2,3% do PNB (Produto Nacional Bruto), ou 360 milhões de cruzeiros, a preços de 1961, Brasília encheu de orgulho – e também de uma certa amargura – o homem que a concebeu. Oscar largou tudo no Rio e foi para o planalto tocar a obra. Lúcio queixou-se de que sua obra foi desfigurada desde o começo. Anos depois, em 1969, numa entrevista à Revista Pampulha, fez uma análise algo chocante de Brasília: “Assim como a morte de Le Corbusier foi uma alívio para todo o mundo, o fato de Brasília ter sido construída foi um alívio para todos os arquitetos, que se livraram finalmente daquele pesadelo, daquela arquitetura moderna que vinha de 1936 até Brasília. Sem o Oscar não teria havido esta arquitetura que surpreendeu os europeus, a América do Norte e o Japão, depois de um período de matança de guerra. O movimento da arquitetura dita brasileira contemporânea é, no fundo, Oscar Niemeyer”.

Depois, porém, acrescentou: “Os arquitetos brasileiros também já se libertaram da arquitetura de Oscar. Não só se libertaram como a encaram como coisa que não desejariam mais fazer. Porque realmente os arquitetos são estimulados a ser gênios, a inventar. Então, o sujeito fica inventando demais. O próprio Oscar foi culpado disso.”

Mas Brasília, para o bem ou para o mal, está lá. “Eu inventei uma cidade que, por mais que tenham mudado, continua no essencial”, diz Lúcio. Ele fala sem mágoas, às vezes acha graça no que conta. Diz que nunca mais foi feliz desde que sua Julieta morreu na estrada de Petrópolis, num acidente com o carro que ele mesmo dirigia, com as duas filhas – Maria Elisa e Helena –, no banco de trás, em 1957. Todos escaparam,

menos Julieta. Projetou uma casa para Helena e um apartamento, que ocupa a cobertura de seu prédio, para Maria Elisa – duas obras carinhosas que se juntam ao escasso currículo onde se destacam o Parque Guinle, no Rio (1948-1954), premiado na I Bienal de São Paulo “pela simplicidade do plano, o uso prudente e eficaz da cor e a integração do ambiente” e primeira fonte inspiradora das superquadras de Brasília: o Parque Nacional de Nova Friburgo (1945); e o altar do 36º Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro, 1955. “Fui muito mais um homem do Patrimônio do que da arquitetura”, explica.

Na verdade, foi muitas outras coisas. Ele mesmo se define como um franco-atirador, alguém que não é um profissional no sentido total da palavra. Urbanista de renome internacional, tem a fama de ter recusado centenas de projetos, escolhendo só aqueles em que visse a possibilidade de desenvolver algo exemplar. Está longe de ser um homem rico. Sai de vez em quando para comprar chocolate, recebe a visita de alguns amigos, das filhas e das netas, pouca coisa mais. “Sou um homem de temperamento fechado”, diz.

Para muitas outras pessoas, foi também muito mais que isso. Pioneiro da arquitetura brasileira, como aclamaram os estudantes da Faculdade Nacional de Arquitetura em 1947. Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Harvard, e Comendador da Legião de Honra, pelo governo francês. Um conhecedor apaixonado do que se fez e do que se faz no mundo da arquitetura e das artes plásticas, como diz Oscar Niemeyer.

Maria Elisa, a filha arquiteta que mora na cobertura e está cuidando da edição do livro – tem outra visão, bem mais simples, porém talvez mais próxima da verdade: “Ele é a mente mais livre e aberta que já conheci”.



## AS TRÊS CAPITAIS: SALVADOR, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA



*Lourenço Fernando Tamanini*

### **A vela triangular, Cristóvão Colombo e Tordesilhas**

Até o século XV usavam-se embarcações de velas quadradas – as *naus*. Embarcações pesadonas, de difícil manejo, só podendo navegar *a favor* do vento, jamais ousaram a conquista dos oceanos.

Surgiram então as *caravelas*, ágeis, ligeiras, fáceis de manejar, trazendo inovação que tornou possível a expansão das fronteiras do mundo: velas triangulares, que permitiam navegar *contra* o vento.

O mundo testemunhou, a partir daí, os grandes descobrimentos. Colombo chegou às Antilhas em 1492, Vasco da Gama à Índia cinco anos depois e Cabral às costas brasileiras em abril de 1500.

Ao retornar da viagem em que descobrira para a Espanha terras ao ocidente, Cristóvão Colombo foi alcançado por tempestade ao aproximar-se do continente europeu e viu-se forçado a buscar abrigo nas águas do rio Tejo, à vista de Lisboa. Convidado pelo rei D. João II, foi recebido cordialmente e fez ao monarca o relato de sua viagem. Depois de ouvi-lo com atenção, o rei o advertiu de que as terras descobertas pertenciam à Coroa portuguesa, pois se encontravam no caminho que levava às Índias e assim, por direito reconhecido em Bulas e tratados antigos, estes celebrados com a própria Espanha, eram terras de Portugal.

Sem perder tempo reuniu D. João seu Conselho de Ministros e decidiu aprestar poderosa armada, para ocupar as terras achadas por Colombo. Preocupados, os reis de Espanha (Izabel, de Castela e Fernando, de Aragão) enviaram a Lisboa Diego Lopes de Haro, que em nome deles pediu a D. João que nomeasse embaixadores credenciados a discutir o problema para se chegar a uma solução conveniente a ambas as partes.

Na realidade a Espanha, enquanto procurava acalmar o rei vizinho, buscava em Roma, junto ao Papa Alexandre VI, que era espanhol, um pronunciamento que a favorecesse. Esse pronunciamento veio através de Bula que fixava como limite entre as concessões espanholas e portuguesas, das terras descobertas e por descobrir, linha meridiana arbitrária a cem léguas ao ocidente das ilhas dos Açores e do Cabo Verde: a leste do meridiano as terras seriam portuguesas, a oeste espanholas.

O Pontífice, naqueles tempos, antes dos cismas na Igreja, era considerado pelos países cristãos da Europa o Chefe de todos eles e suas decisões tinham força e poder de normas substantivas, acolhidas e respeitadas pelos soberanos e pelo povo.

Inconformado com a bula papal, D. João enviou à Espanha Pedro Dias e Rui de Pina, que se dirigiram a Barcelona, onde se encontrava a Corte. Sua missão não alcançou resultado, por não disporem dos amplos conhecimentos e poderes necessários à tarefa.

Foi a vez de a Espanha, ante o insucesso das negociações de Barcelona, enviar a Lisboa seus embaixadores, Garcia de Carbajal e Pedro d' Ayala. Um era coxo, o outro pouco dotado de inteligência, o que levou D. João ao comentário maldoso de que era uma embaixada “sem pé nem cabeça”. Não se chegou a nenhum acordo, mas os enviados espanhóis conseguiram, através de muitas promessas, evitar o confronto armado. A essa altura já Colombo partira para sua 2ª viagem à América.

Finalmente, após negociações demoradas, chegaram os dois países a um entendimento, traduzido em vários “capítulos”. Nesse entendimento se estabeleceu como divisa “uma linha direta, de polo a polo, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção ao poente”. Esse acordo, dito de “Capitulacion de la Particion del Mar Oceano”, tornou-se conhecido como “Tratado de Tordesilhas”, nome da vila espanhola em que foi assinado a 7 de junho de 1494.

### **Cabral descobre o Brasil. Pero Vaz de Caminha escreve ao Rei**

Mal chegara, Vasco da Gama, de volta de sua viagem à Índia, com os porões atulhados de especiarias valendo uma fortuna, mandou el rei

D. Manuel aprestar grande esquadra, para refazer a rota e buscar novo carregamento. Foi essa esquadra a de Cabral, a maior até então organizada em Portugal, 13 navios com mil e quinhentos homens entre soldados e marinheiros. A esquadra de Colombo, espanhola, fora de 3 caravelas; a de Vasco da Gama de 4. Nessa viagem de Cabral os portugueses descobririam o Brasil.

O escrivão da frota contou assim ao Rei o descobrimento da nova terra:

“... e neste dia, a horas de vésperas, houve vista de terra, primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e outras serras mais baixas, ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e a terra – a terra de Vera Cruz.”

### **Tomé de Souza e a Cidade do Salvador**

Descobriram os portugueses o Brasil em má hora, se poderia dizer, pois estando com a atenção voltada para a Índia e o comércio de suas riquezas, deixaram de lado a nova terra descoberta, que as primeiras expedições exploradoras indicavam não possuir “nada de proveito”, exceto árvores de pau-brasil.

Com as informações pessimistas das primeiras expedições exploradoras, D. Manuel nunca mais voltou a falar do Brasil.

Sua morte levou seu sucessor, D. João II, à decisão de policiar os mares brasileiros. Mas policiar as costas brasileiras valia pouco: Fazia-se mister colonizar a terra.

Buscou, o rei, nas circunstâncias, solução já anteriormente adotada na colonização das ilhas da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e São Tomé: o sistema de capitânicas hereditárias. A troca de alguns tributos transferia a Coroa, ao donatário, muitos dos direitos reais. E naturalmente os riscos e os encargos da empreitada.

O sistema revelou-se inadequado às condições brasileiras. Das capitânicas apenas duas prosperaram: a de Pernambuco, no norte e a de São Vicente, no sul. Para sete mil quilômetros de costa era muito pouco.

Ante o insucesso das capitânicas, apressou-se Portugal a nomear um Governo para o Brasil, capaz de levar aos donatários a ajuda da Corte e a uni-los todos para a defesa comum.

A Carta Régia, que nomeava Tomé de Souza Governador Geral do Brasil, falava assim:

“Eu El Rei faço saber a vós Thomé de Souza fidalgo da minha Casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu hê conservar enobrecer as Capitánias e povoações das terras do Brazil, e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se posão hir povoando para o exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus Reinos e Senhorios e dos naturais delles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer hua forteleza e povoação grande e forte em hum lugar conveniente para dali se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e o bem das partes; e por ser informado que a Bahia de Todos os Santos hé o lugar mais conveniente da Costa do Brazil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios, que nella entrão, como pela bondade e abundância e saúde da terra, e por outros respeitos; ay por meu serviço, que na dita Bahia se faça a dita povoação e asento, e para isso vá hua Armada com gente, artilharia armas e munições e tudo o mais que for necessário. E pela muita confiança que tenho em vós, que em cazo de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquela fieldade e deligência que se para isso se requer, hei por bem de vos enviar Governador às ditas terras do Brazil...”

Escolhido pelo rei para Governador Geral, Tomé de Souza, aportou com suas embarcações à baía de Todos os Santos em março de 1549. Os navios fundearam na entrada da barra, perto da vila arruinada, sede da antiga capitania, conhecida como a “povoação do Pereira”, nome tirado ao do donatário. Vinham com Tomé mais de mil pessoas, entre autoridades nomeadas, fidalgos, militares, religiosos e degredados. À espera do Governador estavam cerca de quarenta antigos moradores, entre eles Diego Álvares, o Caramuru, que vivia no Brasil há quarenta anos e “muito prática e experiência tinha das gentes e dos costumes da terra”.

Não reunia a povoação do Pereira condições para sede do Governo Geral, quer por sua localização vulnerável à entrada da barra, quer pela

escassez de água. Buscou Tomé de Souza, então, mais para dentro da baía, paragem melhor para edificar a nova cidade. E como a cidade devesse ser também uma praça forte, escolheu um planalto, uma chapada, meia légua distante da vila arruinada, local de fácil defesa, muito farto de água (corrente e de nascentes) e que dominava a baía e toda a região em volta.

Aí, roçado o mato, Tomé de Souza, como prudente capitão que era, se foi aproveitando desse mato para construir uma forte tranqueira, com a qual desde logo ficassem os colonos ao abrigo das inconstâncias do gentio. Terraplenado um tanto o local, traçou as ruas e praças, fez a distribuição de diferentes solares, marcando o dos paços do concelho, da casa do governo e da casa dos contos. Para a primeira morada dos colonos construíram-se provisoriamente, com ajuda de muitos índios, alguns como galpões cobertos de palha. Depois tratou Tomé de Souza de dar mais solidez à cerca substituindo-a por uma forte muralha de taipa, com duas torres para o lado do mar e quatro para a banda da terra. A esse arraial, ainda apenas em princípio, deu o primeiro Governador Geral do Brasil o nome de Cidade do Salvador.

No dia 1º de novembro daquele ano, data em que se comemorava o feriado religioso de Todos os Santos, Tomé de Souza declara, na casa da Câmara, oficialmente instalada a Governadoria Geral do Brasil e presta juramento como Governador Geral.

### **Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 2ª capital**

Salvador nascera capital, fora construída por Tomé de Souza para esse fim, com estrutura apropriada, ainda que rudimentar. O Rio surgiu da necessidade de reconquistar aos franceses o domínio da Guanabara, invadida e ocupada por eles deste 1555. Mem de Sá, 3º Governador Geral, os derrotara em 1560, destruindo o forte de Coligny, seu principal reduto e fazendo muitos prisioneiros. Por carência de recursos, entretanto, inclusive de pólvora, retirara-se para São Vicente e os franceses, que haviam fugido para as matas, voltaram e reconstruíram suas fortificações. Impunha-se que os portugueses se instalassem na região, se quisessem vê-la livre de invasores.

Reinava então em Portugal Da. Catharina, por morte do rei D. João, seu marido e por não ter ainda seu neto, D. Sebastião, herdeiro do trono, mais que cinco anos. Mem de Sá enviou à Corte o sobrinho Estácio de Sá,

que participara da luta contra os franceses, para levar à rainha-regente a boa nova da importante vitória que haviam os portugueses conquistado. Informada de que a fortaleza de Villegagnon, “uma das mais fortes da Christandade, com muita e formosa artilharia de metal e outra muita de ferro coado, com muita pólvora e outras muitas munições” – conforme lhe escrevera o Governador – fora arrasada por ordem dele, que decidira “não deixar gente que a defendesse e povoasse a terra, por lhe haverem morta muita gente neste combate”, a rainha desaprovou a decisão e mandou de volta Estácio de Sá com dois galeões “providos de aprestos de guerra e soldadesca” e cartas para o governador. Abertas as cartas viu-se que a soberana, depois de agradecer a Mem de Sá por tudo que fizera, lhe dizia que a ocasião parecia boa “de meter nossa gente no Rio de Janeiro, senhorear a terra, lançar de todo fora os franceses e começar a povoar daquela parte, para o que lhe mandava duas naus de guerra, que agregadas ao poder do Estado, seriam bastante para a empresa”.

Com essas duas naus e oito embarcações menores, que o governador pudera “ajuntar”, partiu Estácio de Sá da Bahia para o Rio de Janeiro. Depois de algumas escaramuças com o inimigo, que contava com o apoio dos índios da área, cujas canoas “coalhavam a baía”, viu Estácio que “suas forças não bastavam para a empresa”; e tendo sabido que São Vicente se encontrava ameaçada por índios hostis, decidiu partir em ajuda àquela capitania. Os tamoios de Iperoig, entretanto, liderados por Cunhambebe, amigo de Anchieta, já haviam acorrido em socorro de São Vicente, que estava em paz, e assim pôde Estácio de Sá concentrar-se no refazer-se naquela capitania e a obter suprimentos e embarcações de remo, necessárias para as operações de desembarque e ataque direto às fortificações do inimigo, indispensáveis, portanto, ao cumprimento da missão que lhe fora desembarcando ao pé do Pão de Açúcar. Anchieta, companheiro de Estácio nessa empresa, relata que “... foi logo o capitão-mor a dormir em terra, dando ânimo aos outros para fazer o mesmo, e ocupando-se cada um ao fazer o que lhe era ordenado por ele, a saber: cortar madeira e acarrear-la aos ombros, terra, pedra e outras coisas necessárias para a cerca, sem haver nenhum que a isso repugnasse”. Construíram-se, depois de pronta a cerca, alguns ranchos de taipa cobertos de palha e Estácio de Sá deu ao humilde arraial o nome de “Cidade de São Sebastião”, em homenagem ao rei menino.

Durante mais de um ano a luta contra os franceses e os gentios seus aliados limitou-se a escaramuças “sem resultado”. Visitando o arraial,

mais acampamento militar que povoação, Nóbrega ao ver como estavam as coisas “despachou Anchieta para a Bahia, onde se ordenasse, pois ainda não era mais que coadjutor temporal” e que levasse ao governador a notícia de que no Rio, com as forças limitadas de que dispunha Estácio de Sá, nada se poderia fazer: “ou se havia de envidar mais um esforço para levar a empresa a cabo, ou seria mister abandoná-la”.

Mem de Sá, obteve da Corte três galeões, e eles juntou “dois navios que andavam na costa e mais seis caravelões e se passou em pessoa ao Rio de Janeiro com todos os socorros de gente e mantimentos que pode juntar”. À Guanabara chegou o governador em 18 de janeiro de 1567, mas chegou doente e por isto foi Estácio de Sá quem comandou, na manhã do dia 20, quando se comemorava o santo padroeiro da cidade, o ataque aos franceses, e os derrotou após intensa luta, durante a qual foi ferido no rosto por seta envenenada, ferimento de que viria a morrer um mês mais tarde.

Expulsos definitivamente os franceses da Guanabara, decidiu Mem de Sá buscar melhor lugar para a cidade e escolheu um morro que chamavam de São Januário (depois morro do Castelo), donde facilmente “poderiam se defender dos inimigos”, sítio que considerou mais conveniente para edificar nele a nova cidade de São Sebastião, “o qual sítio era de um grande mato espesso, cheio de muitas árvores e grossas, em que se levou assás de trabalho em as cortar e alimpar o dito sítio e edificar uma cidade grande”, que a passar dos anos transformaria na mais importante cidade do Brasil, e que Pombal haveria de escolher, em 1763, para substituir Salvador como capital da colônia.

A transferência da capital, de Salvador para o Rio, resultara de boas razões. Deslocara-se a base, o eixo da economia colonial, da indústria açucareira do nordeste para a indústria de mineração do centro-sul. O ouro e os diamantes predominando sobre a cana de açúcar. O Rio crescera muito, como entreposto da zona de mineração. E havia ainda a conveniência de reforçar as defesas do sul, contra pretensões da Espanha.

### **Finalmente Brasília. Por quê?**

No Brasil Colônia, quando se falava em interiorização da capital, as considerações de segurança sobrepujam-se a todas as demais. Não era segura uma cidade à beira do mar.

Durante o Império, ainda se argumentava com a necessidade de colocar a sede do Governo longe do alcance dos canhões das grandes

potências marítimas; entretanto, outras razões emergiam com evidência maior, traduzindo anseios de “progresso” e “civilização”. José Bonifácio destacava que a nova capital criaria, em curto prazo, “um giro de comércio interno da maior magnitude” e Varnhagen afirmava que a capital no interior “seria mais adequada a civilizar todo o sertão e a desenvolver suas latentes riquezas, bem como o comércio das províncias entre si”.

Quando, por fim, a nova capital foi construída no coração do Brasil e a mudança do Governo se fez, o mundo era outro e o Presidente Kubitschek resumiu assim os objetivos da nacionalidade com a concretização do sonho secular: “Brasília representa a conquista do que tem sido nosso apenas no mapa. Dos oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados do território nacional, permanecem despovoados nada menos que seis milhões”.

O mundo atravessara estranho período, enveredando por desvios que o levariam ao confronto sangrento das armas na segunda guerra mundial. Na Alemanha surgira a teoria do “espaço vital”, de Karl Haussofer, que buscava legitimar o avanço dos países superpovoados sobre as áreas sem uso das nações de baixa densidade demográfica. Na França, Paul Reynaud, que viria a chefiar o Governo do país, sugerira (1935) a criação de um novo Estado, no planalto central brasileiro (desabitado e entregue à própria sorte), para abrigar os excedentes populacionais do mundo.

Guido Mondin, ex-presidente do nosso Instituto, em conferência que pronunciou há alguns anos nesta casa, relatou o seguinte:

“Em 1935, o ministro francês Paul Reynaud, propôs às grandes potências européias a criação de um Estado nas regiões do Brasil não ocupadas, Estado que deveria abrigar os excessos populacionais do mundo. Temos ainda na memória a fotografia estampada pela “Illustration Française”, onde se via o Chefe do Governo da França a apontar com uma régua, na carta geográfica do Brasil, as regiões do Oeste.

Em 1960 (25 anos após o pronunciamento de Paul Reynaud) tive oportunidade, por mero acaso e em circunstâncias inusitadas, de ler, em Atenas, na Embaixada brasileira, a cópia de uma ata de nova reunião que houvera em Paris, entre representantes das chamadas Grandes Potências, com os mesmos propósitos.

Dias depois, em inesquecível audiência com SS. o Papa João XXIII, que fez questão de receber os brasileiros numa peça do Vaticano que fora o quarto onde falecera o Papa dos Operários, Leão XIII, iria

ouvir algo que confirmava o que havia lido na Grécia. Éramos quatro senadores recebidos pelo Papa e nosso diálogo foi longo e informal. O Papa nos fez uma surpreendente apreciação sobre Brasília, que estava a inaugurar-se. Disse-nos do acerto do cometimento, particularmente quanto à influência que exerceria sobre nossas regiões despovoadas. E afirmou Sua Santidade: o Brasil está fadado a ser vanguardeiro no Mundo nos caminhos da paz e da justiça social, mas apressem-se os brasileiros em ocupar seu próprio território antes que lhe tomem parte dele.

Evidentemente, o Papa João XXIII estava ciente da nova investida.”

Fazia-se, assim, urgente, a ocupação dos espaços vazios do interior brasileiro, se quiséssemos prevenir problemas futuros. E foi essa a razão fundamental da transferência da sede do Governo.

A propósito: vocês naturalmente leram ontem nos jornais, o pronunciamento do general norte-americano, admitindo a ocupação militar da Amazônia pelos EEUU se a política do governo brasileiro para a região vier a representar, no julgamento deles, o mais remoto risco à hegemonia que detêm no mundo. Os jornais de hoje publicam nota da embaixada daquele país que busca explicar o episódio como interpretação equivocada dos jornalistas. O texto da nota, propositalmente confuso, mais que um desmentido é a confirmação do fato, para quem lê nas entrelinhas.

Uma homenagem final a três figuras exponenciais da história desta jovem capital, que ao completar apenas 38 anos já se situa, talvez, como a 5ª maior cidade brasileira: a Juscelino, que decidiu construí-la enfrentando oposição e dificuldades que pareciam insuperáveis; a Israel, que a edificou, com imenso sacrifício de ordem pessoal; e ao jovem Toniquinho, que a mão da Providência escolheu para deflagrar no comércio de Jataí, todo o processo, quando JK já descartara, no seu Programa Prévio de Governo, a hipótese de transferir para o Planalto a capital do país.

Sem dúvida os três merecem, por garantir a integridade do território nacional, o galardão de Heróis da Pátria.



## LÚCIO COSTA

*Tânia Batella de Siqueira(\*)*

Discorrer a respeito do profissional arquiteto LÚCIO COSTA – que foi um dos fundadores do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Bens Culturais (SPHAN), que venceu o Concurso Nacional do Plano Piloto da nova Capital do Brasil, Brasília, que foi autor dos projetos de arquitetura da Torre de Televisão e da Estação Rodoviária de Brasília, e que foi, entre outros tantos projetos, autor também do projeto urbano da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro –, é repassar o conhecido.

Gostaria de me deter, aqui, sobretudo na pessoa LÚCIO COSTA, o francês nascido em Toulon e nacionalizado brasileiro, o “professor”, como aceitava ser chamado, o qual tive o privilégio de conhecer e com o qual convivi nos anos 80, enquanto prestava serviços no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras, órgão responsável pelo planejamento urbano do Distrito Federal.

Naquela época, por força do trabalho, fiz várias visitas ao professor Lúcio. E trocamos cartas, todas decorrentes de consultas que fazia eu ao então consultor da Secretaria de Obras para assuntos urbanísticos.

Lembro-me da primeira vez que o visitei em seu apartamento no Rio de Janeiro.

Fui com receio desse primeiro encontro, que me colocaria diante desse *mito* do urbanismo, o já famoso Lúcio Costa, sem poder imaginar o que aconteceria, ou qual seria a receptividade que as questões que eu, enquanto responsável pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria, lhe levava, para consulta.

Demorei para achar o prédio onde ele morava, no Leblon. Procurava um edifício de arquitetura moderna, de construção recente, deixando transparecer conforto interior, regalias de moradia que eu julgava ser condizente com a importância da figura do seu morador.

Tive minha primeira surpresa no momento em que encontrei o prédio, um dos edifícios mais antigos do Leblon, talvez o único que ali existia nos seus quatro pavimentos.

Ao tocar a campainha, no térreo, recebi a recomendação de não esquecer de fechar a porta do elevador, de grade de ferro sanfonada.

Ao chegar no último andar, fui recebida por uma senhora que se adiantou em se desculpar, talvez incomodada diante da confusão que por ali reinava e que eu, naquele momento, talvez viesse a notar:

– “Não repare, mas o professor não gosta que mexam nas coisas dele. Tudo deve ficar onde está.”

Enquanto aguardava sua chegada, entrei na sala, embevecida com o que via: um ambiente levemente escurecido pela persiana cerrada, um perfume de banana madura no ar e que vinha da fruteira colocada bem no centro da mesa redonda, uma manta sobre o sofá, papéis, muitos papéis de jornais e revistas que se espalhavam por todos os cantos sem deixar brecha para se enxergar o rodapé, uma miniatura de escultura segurando a porta, alguns pratos de louça inglesa sobre o móvel.

Fiquei alguns minutos em estado contemplativo, com a nítida sensação de que estava entrando num outro mundo. Um mundo diferente, autêntico e bem próprio, marcado por uma personalidade ímpar. De fato, tempos depois, tal constatação se confirmou.

Em instantes, chegou o “professor”, que com seu terno escuro, seu enorme bigode e seus gestos gentis, completou o ambiente. Ele e a sala integravam-se perfeitamente.

Fiquei à vontade, como se já o conhecesse. E essa foi a minha segunda surpresa. A conversa rolou fácil, sem constrangimentos.

Daí para frente, foram muitos os nossos contatos, não tantos quanto eu desejaria, mas o necessário para conhecer um pouco de seu jeito delicado de tratar as pessoas e do seu jeito firme de cuidar dos assuntos profissionais que eu lhe levava.

Mas continuei tendo surpresas. Algumas vezes, me surpreendeu pela dureza das suas colocações. Mas expunha os seus pontos de vista com tamanha leveza que tinha muito gosto em ler os seus comentários e pareceres, por vezes com sutis críticas veladas. É o caso da carta que me

encaminhou, em que se manifestava a respeito da pretensão do Governo de, em 1980, instalar um museu de armas na área prevista para Casa de Chá, na Praça dos Três Poderes. (Cito esta e outras cartas mantendo a ortografia antiga, tal como era por ele usada.)

### **Parecer sobre o pavilhão da Praça dos Três Poderes**

Devo confessar que fiquei chocado com a presente consulta.

De facto, a deliberação de construir-se no Terraplino Triangular equilátero que define o espaço sugestivamente denominado “Praça dos Três Poderes” – como já na Memória Descritiva do P.P. a designei –, visou dar aos visitantes e aos funcionários daquele sector despojado de qualquer comércio, um ponto de apoio onde pudessem encontrar as facilidades de conforto urbano normalmente requeridos – lanches, refrescos, sorvetes, café, chá, telefone, sanitários – , construção esta semi-enterrada para que a sua presença não estorvasse a simbólica e solene dignidade do ambiente.

Lamentavelmente em vez disto, administrações anteriores, mal avisadas, consentiram no licenciamento ali de um ridículo restaurante chinês.

A idéia de utilizar este espaço, agora disponível, para instalação de um **museu de armas** ainda parecerá a todos mais extravagante, para não dizer acintoso.

É o momento de, afinal, dar à edificação o destino utilitário que a motivou, ou seja, o de oferecer ao público, na severa aridez intencional daquele bello logradouro, um local onde as pessoas, visitantes e usuários, possam eventualmente se refazer ou repousar.

Apesar da boa intenção dos responsáveis pela iniciativa, é evidente que não levaram na devida conta os aspectos negativos da sugestão e a sua manifesta inadequação. Não faltará na cidade – no sector militar, p. ex., área apropriada ao fim proposto.

Entendo, pois, que o processo deve ser simplesmente arquivado.

*Lúcio Costa*

Não titubeava em mudar de opinião e voltar a posicionamentos anteriormente rejeitados, desde que recebesse informações novas que justificassem tal mudança. E sua posição era sempre a de apresentar sugestões para solução de problemas. É o que demonstra a carta que me encaminhou a respeito de um projeto arquitetônico que pretendiam executar no setor hoteleiro, que contrariava as normas urbanísticas da época, com dois pavimentos além do permitido.

**Prezada Tânia Battella de Siqueira,  
Diretora do DAU/SVO**

Em adendo ao meu parecer de 22/2/83 e devidamente alertado para o facto de que, apesar de já reduzido em relação ao projeto inicial, o gabarito do complexo hoteleiro em pauta, ultrapassa o gabarito geral do sector hoteleiro, entendo que para um melhor entrosamento no perfil urbano será suficiente uma redução de mais dois pavimentos nas cinco unidades que constituem o conjunto a ser edificado, tanto mais que isto não implicará em alteração do novo projeto apresentado mas bastará uma ressalva nas respectivas plantas.

Atenciosamente,

*Lúcio Costa*  
*12/III/83*

Coisas simples encantavam-no.

Na ocasião em que decidimos elaborar um documento comparativo entre o Plano Piloto vencedor do concurso público e o Plano Piloto de Brasília já edificada, ninguém melhor do que o próprio autor para responsabilizar-se pelo trabalho, o que o motivou a vir a Brasília após dez anos de ausência.

Maravilhou-se com a vista do eixo rodoviário, que exibia toda sua exuberância nas árvores já adultas e floridas, graças ao cuidado do

conhecido Departamento de Parques e Jardins, e da natureza que ali se expunha em plena primavera.

Em seu primeiro encontro com o Governador, na época, o Coronel Ornellas, que aconteceu no Palácio do Buriti, perguntou insistentemente quem seria o responsável pela guarda do Palácio do Planalto. Havia assistido a troca da guarda no Palácio, na véspera, e não se conformava com o movimento exagerado e grotesco dos soldados, levantando as pernas e batendo com os pés fortemente no chão. Demonstrou o exagero dos movimentos dos soldados, marchando pela sala, e comparando tal brutalidade de movimentos com a leveza da marcha dos soldados ingleses. Isso o incomodou tão profundamente que o Governador, percebendo o desconforto, telefonou para o Ministro do Exército e marcou uma audiência, a que o professor compareceu, justamente para deixar registrada esta sua contrariedade.

Lembro-me, também, de quando levei documentos sobre a intenção do Governo local em concordar com a colocação de matéria de propaganda na Plataforma Rodoviária de Brasília. Ele, então, se encantou com a blusa listada que eu vestia, que resultava, segundo ele, em “desenho interessante, apenas trabalhando com o sentido das listas”.

Assim era o professor. Observava e comentava, com acuidade e de modo igualmente intenso, tanto traços da vida, do cotidiano, quanto linhas e sentidos do urbanismo e da arquitetura.

E sobre a questão de se autorizar ou não a propaganda na Plataforma Rodoviária, foi mais uma vez objetivo e direto.

**Parecer**  
**Propaganda comercial**  
**na Plataforma Rodoviária**

Consultado sobre a proposta da PCL, através da Administração da Rodoviária, no sentido da utilização de pavimentos e platibandas da Estação para propaganda comercial, devo informar o seguinte:

1º. a propaganda comercial na Estação deve limitar-se aos numerosos boxes de negócio – cerca de 40 – existentes.

2º. É inconcebível que na capital da República, a boa conservação da estação fique na dependência de tais artifícios; as verbas consideradas necessárias a essa manutenção devem ser incluídas no orçamento normal do DF.

3º. A Plataforma Rodoviária é parte integrante do Eixo Monumental da cidade e, como tal, está a exigir compostura urbana compatível com essa circunstância.

Sou, pois, radicalmente contrário à proposta.

*Lúcio Costa*  
*18/IV/83*

Certa ocasião, levei até ele um assunto, para consulta, que o deixou consternado. A questão era a seguinte: propunha-se uma proteção ao mirante da Torre de Televisão, tendo em vista o fato de que muitas pessoas tentavam – e algumas conseguiam – suicidar-se, saltando do alto da Torre.

Foi contrário à proposta, por razões plásticas. A Torre, enquanto monumento arquitetônico e urbanístico, não comportava tal proteção. No entanto, mudou de idéia tão logo soube que realmente algumas pessoas conseguiram saltar de lá de cima. E esse fato deixou-o tão aborrecido que a proposta seguiu, posteriormente, por croqui acompanhado de um bilhete, em que dava as necessárias explicações.

Prezada Tânia,

Mando-lhe esta sugestão para a proteção do mirante da Torre.

Entendo que a estrutura deve ser rígida, porem, leve, e basta a altura de 230, ou até 2m20, pois mesmo com apoio no peitoril nenhum infeliz poderá saltar.

*Com boas festas*  
*Lúcio Costa*  
*16/XII/83*

PS. Não repare o risco, pretendia passar a limpo, mas não deu.

Nós, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e mesmo o próprio Lúcio Costa, pessoalmente, recebíamos um número muito grande de propostas que conflitavam com o projeto original do Plano Piloto de Brasília. Muitas delas vinham com força política e, nesse caso, se a proposta, depois de examinada, era negada, era também logo contestada pelas pessoas interessadas. Muitas delas, aliás, chegavam ao conhecimento do professor Lúcio já deturpadas, com modificações que eram feitas, naturalmente, por determinação dos interessados no assunto.

Recebíamos, também, propostas que não contrariavam o Plano Piloto, mas como ainda não tinham sido executadas, causavam polêmica no momento em que se iniciava o processo de sua construção.

Combinamos, então, que tanto numa situação quanto noutra, trocaríamos idéias a respeito. Recorreríamos um ao outro, para que Brasília se mantivesse preservada de deturpações que poderiam ser para sempre irreparáveis.

Assim não foi possível a Casa de Armas tomar o lugar da Casa de Chá, na Esplanada dos Ministérios. As propagandas não se espalharam pela Plataforma da Estação Rodoviária. Não foi construído hotel com número de pavimentos superior ao permitido.

E houve outros casos, alguns, com detalhes importantes. É o caso de um edifício cuja construção, na Quadra 700 Norte, estava já prevista no projeto urbanístico da cidade. E a planta tinha sido, inclusive, registrada em cartório. O início da construção motivou inúmeras contestações por parte de moradores que já estavam acostumados com a respectiva área desocupada.

Foi quando o professor me encaminhou a seguinte carta:

Tânia,

Mando-lhe aqui cópia da rectificação enviada ao Dr. Mello – não sei se ele já falou consigo a respeito.

Quanto ao infeliz caso do prédio, é que fui procurado por Maria Lucia, diretora da revista **Módulo** que foi durante muito tempo casada com o Oscar, juntamente com sua prima, residente ahí.

Independentemente de possíveis interesses futuros, a verdade é que, nas circunstâncias –

alargamento da via com supressão do espaço que havia entre os lotes e o asfalto, etc.... a ambientação da área ficou muito sacrificada com a construção do prédio, embora prevista.

Esse amesquinamento, logo em Brasília onde prevalece o espaço livre, é pena.

Entendo que seria melhor transferir o empreendimento para outro local, inclusive em benefício dos futuros moradores do prédio.

Mas acentuei, na ocasião, que tudo dependia do DAU, ou seja, de você, pessoa criteriosa e honrada, merecedora de minha total confiança e do meu respeito.

C'est tout, e aceite meu abraço amigo.

*LÚCIO COSTA*  
*27/VI/84*

Imaginem se o professor visse Brasília agora, com seus espaços livres sendo cercados, com as calçadas dos comércios locais sendo invadidas ... Que tristeza ele sentiria!

Certamente seria a mesma tristeza que eu sinto, mas que hoje aparece agravada pela impotência que às vezes sinto no exercício da cidadania, sem poder contar com pessoas e instituições responsáveis às quais fosse possível recorrer, para denunciar, reclamar, exigir providências sobre os abusos que vêm sendo sistematicamente praticados nesta cidade.

Hoje, nem mesmo o fato de se registrar queixa na Procuradoria Geral da República parece importante. Nem se mostra tal fato como força suficiente e eficaz nesse trabalho de se estancar o processo de deturpação do plano urbanístico de nossa cidade.

De um lado, temos a nossa cidade, declarada, para orgulho nosso, monumento do Patrimônio Histórico Nacional e Patrimônio Cultural da Humanidade. De outro lado, temos o Estado, que não consegue impedir tais abusos,

Justiça seja feita, quando tínhamos o sábio e firme professor atuando, com o apoio do Governo local, tudo era diferente.

Também por esse motivo o professor deixa saudades.

E o país fica a lhe dever uma homenagem em reconhecimento a tudo que ele construiu e nos legou.

---

\* TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA – arquiteta e urbanista – assessora parlamentar –  
Câmara Legislativa do DF

## O PLANO PILOTO DE BRASÍLIA



*Adirson Vasconcelos*

A escolha do Plano Piloto de Brasília, saindo vencedor o urbanista Lúcio Costa, é de vital importância para as obras de construção da nova Capital brasileira, pois, com ele, a Companhia Urbanizadora – a Novacap – já poderia tomar providências concretas com o fim de plantar a cidade projetada. O fato ocorre a 16 de março de 1957, sendo presidente do júri, o engenheiro Israel Pinheiro, também presidente da Novacap.

Lúcio Costa projetara Brasília inspirado no desejo de ser “uma cidade para o trabalho ordenado e eficiente”, mas, ao mesmo tempo, “viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do País”.

Aprovado o Plano Piloto de Brasília, os urbanistas estrangeiros William Holford, André Sive e Stamo Papadaki, membros da Comissão Julgadora, visitam o Planalto Central e os canteiros de obras da Novacap. Holford faz referências, na ocasião, ao “esplendor do lugar, com seus aclives e declives, perfeitamente adequado a receber um trabalho grandioso como é o do arquiteto Lúcio Costa”.

### CONCEPÇÃO DA CIDADE

Expansão, no seu sentido mais amplo e filosófico, deve ter sido o sentimento que Lúcio Costa teve em mira ao idealizar o urbanismo de Brasília.

Expansão que não significa apenas um objetivo de difusão, mas de interpretação plena lógica dos princípios geradores de uma cidade inspirada na técnica e naqueles requisitos indispensáveis da vida moderna.

Os riscos geométricos que se espalharam sobre a prancheta dando forma à cidade que haveria de nascer, não se restringiram apenas aos contornos de grandeza e embelezamento urbanístico.

Não faltou ao artista o zelo de adaptar, com alma de sociólogo, condições de bem-estar de grande alcance moral e social para os habitantes da futura cidade:

– Ar, luz, espaço, jardins, horizonte.

Uma concepção “sui-generis”. Sem igual no mundo. Inventada.

Lúcio Costa concebeu-a “não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna, mas possuidora dos atributos inerentes a uma Capital”. Não quis projetar apenas uma “urbs”, mas uma “civitas”, na acepção mais justa do termo. Imbuu-se o artista de “dignidade e nobreza de intenção”, do que decorreram a “ordenação e o senso de conveniência e medidas capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental, não no sentido de ostentação, mas no de expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa”.

## **O CENTRO ADMINISTRATIVO**

O grande centro administrativo da cidade-administrativa foi concebido por Lúcio Costa em um terrapleno triangular, formando-se uma praça compondo a cúpula dos três Poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Em cada ângulo dessa praça – a Praça dos Três Poderes – localizou-se uma das casas, as do Executivo (Palácio do Planalto) e do Supremo Tribunal (Palácio da Justiça) na base, a do Congresso Nacional no vértice, com frente igualmente para uma esplanada ampla – a Esplanada dos Ministérios –, disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto que a Praça dos Três Poderes. Nesta esplanada ficou localizada a Catedral, mas numa praça autônoma e disposta lateralmente.

Esta disposição triangular da Praça dos Três Poderes tem inspirado interpretações espiritualistas que vêem, nesta forma, um símbolo da

perfeição – segundo estudos iniciativos da Maçonaria e outras filosofias. Poderia estar a representar símbolos da Antigüidade. A própria forma de concepção do Plano Piloto – uma cruz, um avião, uma ave de asas abertas – lembra o pássaro mitológico da Antigüidade.

## **OS CONJUNTOS RESIDENCIAIS**

Ao lado do monumental, que é essencial a uma cidade-Capital, o planificador projetou os conjuntos residenciais “emoldurados por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras residenciais, visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem”.

Esta disposição, além de “garantir a ordenação urbanística mesmo quando varia a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios”, oferece ao morador aquelas condições de bem-estar das “extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras”.

O setor residencial foi disposto ao longo de um dos eixos característicos da cidade, o Eixo Rodoviário, uma “seqüência contínua de grandes quadras duplas ou singelas”, com capacidade de abrigar, cada uma, cerca de 2.500 a 3.000 pessoas.

## **A VIDA NAS QUADRAS**

Lúcio Costa é quem explica a maneira simples da vida nas quadras que planejou com o espírito voltado para o ideal de oferecer o bem-estar:

– “Dentro das Superquadras, os blocos residenciais dispõem-se de maneira variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, com seis pavimentos e “pilotis” ou três pavimentos sem “pilotis”, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra. Ao fundo das quadras estende-se a via de serviço para o tráfego de caminhões, destinado-se ao longo dela a frente oposta às quadras à instalação de garagens, oficinas, depósitos do comércio em grosso etc, e reservando-se uma faixa do terreno, equivalente a uma

terceira ordem de quadras, para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do Eixo Rodoviário, intercalam-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, é onde se localizam a igreja, as escolas secundárias, o cinema, o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza”.

E, continua:

– “O mercadinho, os açougues, as vendas, quitandas, casas de ferragens etc, na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, os cabeleireiros, modistas, confeitarias etc, na primeira seção da faixa de acesso privativo dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta, contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessias para ligação de uma parte à outra, ficando assim as lojas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto se constitua um corpo só”.

– “Na confluência de quatro quadras, localizou-se a igreja do bairro e, aos fundos dela, as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema, a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube da juventude, com campo de jogos e recreio”.

## **ALGUNS OUTROS CUIDADOS**

Foi evitada a localização dos bairros residenciais à beira do Lago (que é um dos lugares aprazíveis da cidade), “a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água.”

A nova concepção urbanística dava aos moradores da cidade planejada o caráter de vida funcional exigido pelos aglomerados humanos dos tempos modernos: ar, luz, espaço, jardim, horizonte.

Todos os demais ângulos que formam o todo de uma “urbs” foram abordados pelo urbanista ao sanear Brasília, procurando “estabelecer as bases para a criação de comunidades felizes” sem que a monumentalidade implicasse “no esmagamento estardalhaçante do homem”.

O tráfego de automóveis – conclui – processa-se sem cruzamento, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, com faixas centrais com um trevo de cada lado e pistas laterais que alcançam a cidade em toda a sua extensão.

## **MONUMENTAL E ACOLHEDORA**

Em resumo, o Plano Piloto da nova Capital brasileira “se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não excluía variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória”.

É assim, que, sendo monumental, a cidade é também, como desejou o criador do seu urbanismo, cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É, ao mesmo tempo, derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. Uma cidade feita com uma preocupação maior: o homem. Uma cidade para o homem viver agradavelmente.

Para executar o plano urbanístico de Brasília, Lúcio Costa contou com a ajuda de um grupo de especialistas, entre os quais o engenheiro Augusto Guimarães e os arquitetos Jaime Zettel, Adeildo Viegas, Sérgio Porto, Maria Elisa Costa (sua filha) e Harry Cale.

## **UM TRAÇO DA HISTÓRIA**

Quando traçou as linhas características de Brasília, o planificador inspirou-se também no ideal dos Inconfidentes – defendido ardorosamente pelo Patriarca –, de transferir a Capital para o interior, a fim de motivar as riquezas latentes de uma imensa região interiorana que não havia sido ainda conquistada pelos seus donos. Existia apenas no mapa.

Imbuído daquele espírito secular, fez o seu Plano nascer do “gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz”. Uma cruz que pode ser simbolizada também como um avião, ou um pássaro, que voa sobre os altiplanos, então desértico, em que a grande paisagem é o horizonte sem fim, o céu muito azul de lindas nuvens brancas que caminham no espaço celestial.

## O CONCURSO DO PLANO PILOTO

O plano urbanístico de Brasília, chamado de Plano Piloto, nasceu como devia: de um Concurso, promovido por Edital, e do qual participaram 26 concorrentes, entre os quais nomes de reconhecido valor como Rino Levi, M.M.M. Roberto, Henrique Mindlin, Carlos Cascaldi, firmas construtoras e o próprio Lúcio Costa, o vencedor.

Por igual um júri, com o gabarito de William Holford, Stamo Papadaki, André Sive, Israel Pinheiro, Luiz Hildebrando Barbosa e Oscar Niemeyer, escolheu os trabalhos, classificando Lúcio Costa em 1º lugar; Ney Gonçalves, Beruch Milmann e João Henrique Costa em 2º lugar; Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesa, Carvalho Franco e M.M. Roberto em 3º e 4º lugares, e Henrique Mário Wagner Vieira e Paulo de Camargo em 5º lugar.

William Holford, arquiteto inglês e membro do júri, destacou, entre outras, as seguintes virtudes do Plano Piloto de Lúcio Costa: o único plano para uma Capital administrativa do Brasil, seus elementos podem ser prontamente apreendidos: o plano é claro, direto e fundamentalmente simples – como por exemplo: o de Pompéia, o de Nancy, o de Londres feito por Wren e o de Paris de Luiz XV; um centro conduz ao outro, de modo que o plano pode ser facilmente compreendido; o método de crescimento – por arborização, alguns caminhos e de artéria principal; é o mais prático de todos; as Embaixadas estão bem situadas dentro de um cenário variável.

## O CONCURSO DO PLANO

Antes, o médico militar Ernesto Silva, que substituiu o marechal José Pessoa na presidência da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, elabora, em setembro de 56, o edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto de Brasília, que é divulgado no último dia do mês. O prazo de 15 dias para apresentação dos trabalhos é, depois, prorrogado até 11 de março de 57. Encerradas as inscrições no dia 11 de março, já no dia 12 a Comissão Julgadora se reúne, nas dependências do Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, para examinar os 25 trabalhos apresentados. E no dia 16 os trabalhos estão concluídos com a escolha do projeto de n.º 22, de autoria do urbanista Lúcio Costa.

## DEMARCANDO O PLANO PILOTO

Aprovado o Plano Piloto, o Presidente Juscelino visita a região da futura capital, no dia 2 de abril, a fim de participar da demarcação inicial da cidade. Em sua companhia, viajam os embaixadores de Portugal e da França. O “viscount” desce na pista asfaltada do aeroporto, onde se encontra grande número de operários e dirigentes da Novacap. O aeroporto é, assim, inaugurado; porém, só a 3 de maio o é oficialmente.

Deve-se ressaltar, com a devida ênfase, que Lúcio Costa participa desta viagem de 2 de abril. E quando chega, já havia sido feita uma demarcação provisória do Eixo Monumental, inclusive com uma placa que muito contraria o urbanista, pois o pintor, em vez de “Eixo” escrevera “Avenida Monumental”. E, como Juscelino chamasse o “eixo” de “avenida”, Lúcio Costa o corrige seguidamente. O engenheiro Joffre Mozart Parada observando aquele constrangimento chamou o pintor e pediu que apagasse “avenida”, substituindo por “eixo”, o que foi feito na hora. Lúcio Costa presenciou o fato. Era já o espírito de Brasília, de solução prática e rápida para os problemas.

O Plano Piloto Concebido por Lúcio Costa envolvia toda a área de terras da chamada fazenda Bananal, adquirida, pelo Governo goiano, do proprietário Jorge Pelles, o qual possuía também a fazenda de nome Curralinho, em Brazlândia. Esta aquisição ocorrera em dezembro de 55, pelo governador Juca Ludovico, de Goiás.



**POSSES NO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO DISTRITO FEDERAL**



## **KURT PESSEK SAÚDA NOVOS SÓCIOS DO IHG-DF EM 14 DE AGOSTO DE 1997**



Excelentíssimo Coronel Affonso Heliodoro dos Santos

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Hoje é dia fasto para os membros desta Casa. Dia de gala e júbilo pela oportunidade de doravante ombrear novos e ilustres companheiros cujo estofo cultural somado alcança invejável gigantismo. Louve-se também a nobreza do caráter dos agora admitidos, plenamente endossada por todos quantos têm o privilégio de conhecê-los. Nosso Instituto ficará sobremodo enricado com a larga experiência de vida por eles amealhada, bagagem insigne de quem consagrou a existência às práticas da sabedoria. Bem-vindos, sejam.

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal cada vez mais rápido – face à liderança e o ímpeto de seu atual Presidente – galga considerável prestígio junto à sociedade brasiliense. Abriga grande número de autoridades e expoentes, além dos membros menores do acolitado, no qual se inclui este orador, no entanto carece de verbas para as quotidianas miuçalhas. Contrastes da vida. Rico em membros de truz, miserável no campo administrativo. Pouco importa, adotamos assim o exemplo de Diógenes de Sinope, cuja fama de sábio e honesto jamais foi embotada pelo fato de ele ser paupérrimo e, antes de tudo, infenso aos atrativos da corrupção. Incontestável exemplo de dignidade.

Transpor os portões desta Casa significa aceitar a premissa do padre Vieira quando afirmou ser a união “o primeiro e primário efeito do amor”. É boa oportunidade de fazer novos amigos na certeza da validade dos frutos deste ato. José Cabral Sobrinho, poeta intimista, a vezava afirmar:

“O afeto conquistado  
Nas terras onde estive  
Me faz grato e compensado  
Das riquezas que não tive.”<sup>(1)</sup>

Entrar nesta Casa consiste em reiterar o compromisso para com a verdade sem disfarces – mãe ciumenta da justiça – e estribada na retitude da consciência. Longe portanto da irracionalidade e a repudiar com ênfase a mente probatória. Zeuxis de Heracléia, mestre da pintura na antiga Grécia, entristeceu-se ao ver o retrato de Vênus – deusa da beleza – pintado por seu dileto discípulo. Censurou-o: “Fizeste-a rica porque não a pudestes fazer formosa.” Assim também é o discurso da maior parte de nossos políticos. Plenos de ouropéis, transbordantes de ricas promessas, na vã tentativa de ocultar a feia verdade. Fazem-na falsamente rica pela impotência de torná-la bela.

No sermão do Santíssimo Sacramento, pregado em Santa Engrácia, no ano de 1645, verberou o famoso padre Antônio Vieira: “Tempos houve em que os demônios falavam e o mundo os ouvia; mas depois que ouviu os políticos ainda é pior o mundo.”

Entrar nesta Casa é abraçar a causa da liberdade. Hayek, Frederich August Von Hayek, revelou o passo inicial desta matéria no seu notável livro “Os Fundamentos da Liberdade”: “Se quisermos vencer a grande luta que se está travando no campo das idéias devemos, antes de mais nada, saber em que acreditamos.” Para tanto, temos aqui largueza capaz de abrigar todos os conceitos gestados no abissal e sombrio campo das idéias e assim permitir obter o necessário consenso.

Entrar nesta Casa implica em rejeitar o sentimento do patriotismo. Palavra hoje vilãmente interpretada pelos adeptos da moderna globalização. Outra vez, lá de fora, nos acenam com maravilhas sem nos explicar o verdadeiro significado desta palavra, sem mesmo nos informar o nosso futuro papel no fabuloso mundo por eles concebido. Basta! aos importados. Sou adepto do patriotismo no sentido de cultuarmos nossas tradições, de nos orgulharmos de

nosso passado, de amar a nossa gente, mesmo sendo pequena, mesmo sendo mestiça, mesmo sendo ignara.

Há de repudiar-se o xenofobismo hidrófobo mas também os malditos, e sempre lá fora gestados, “ismos” doutrinários, quaisquer sejam eles. Sem a embriaguez da ufanía irracional, sem a obnubilaco do fantástico imaginário, devemos, ps no chão, bater no peito e com a altanada sobranaria gritar aos quatro ventos: **Graças a Deus, eu sou brasileiro!**

Entrar nesta Casa subentende investir-se daquela magistratura entendida por Cícero: “O homem de espírito nunca é simples cidadão mas verdadeiro magistrado.” Significa luta sem tréguas para requestar-se das autoridades públicas a solução de nossas eternas mazelas, sempre adiadas. Falta  grande parte de nossos administradores a coragem da decisão, com destaque nos ensejos nos quais a rigidez no cumprimento da Lei  imprescindível. Escreveu o extraordinário Vital Pacifico de Passos, em 1956:

“Conheço bem o transe brasileiro  
E bato o malho firme na bigorna,  
Com açúcar não se trata o formigueiro,  
Nem lcera maligna com água morna.  
O fogo oculto jaz sob o cinzeiro  
A doença maltratada ao corpo toma.  
Tal a árvore plantada há muitos anos,  
São se arranca com esforços sobre-humanos.” (2)

Entrar nesta Casa representa reafirmar a nossa fé na esperança, mesmo seja ela dedicada não a nós mas aos nossos pósteros. Na esperança de jamais perder a esperança, marco final dos que morrem antes de morrer. Lembra o poeta, inspirado na realimentação diária do valor da existência:

“V, estão voltando as flores.  
V, nesta manhã tão linda.  
Vê, como é bonita a vida.  
V, há esperança ainda.” (3)

Entrar nesta Casa comporta em aceitar a vida por mérito. Com destaque para nós, deste Instituto, favorecidos por t-la “cheia de dias”,

conforme se lê na Bíblia. A vida consiste, sem dúvida, no maior e mais prodigioso milagre do Criador. Inúmeras pessoas tentaram, sem êxito, defini-la. No cândido e infantil conceito das crianças simplesmente ela “é bonita”. Com este mote, verseja o poeta popular:

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz.  
Cantar a beleza de ser um eterno aprendiz.  
Eu sei que a vida podia ser bem melhor, e será  
Mas isto não impede que eu repita  
É bonita, é bonita, é bonita.”<sup>(4)</sup>

Obrigado.

“Quod scripti, scripti.”

*Kurt Pessek*

---

(1) Posição de Sentido

(2) O Canguleiro Joca

(3) Estão Voltando as Flores de Paulo Soledade

(4) O que é, o que é? de Gonzaguinha

**NEWTON EGYDIO ROSSI FALA EM NOME  
DOS NOVOS SÓCIOS DO IHG – DF  
14 DE AGOSTO DE 1997**



Excelentíssimo Senhor Coronel Affonso Heliodoro dos Santos, digníssimo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

Escritor Kurt Pessek, sensibilizados estamos pela belíssima Oração Acadêmica.

Ilustres membros componentes da mesa que preside esta solenidade.

Digníssimas autoridades. Ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico.

Poetas, Prosadores, Acadêmicos.

Senhoras e Senhores.

David Hume, ao abrir uma de suas Palestras econômicas sobre a fortuna e a riqueza da Inglaterra indagava: *“Que aconteceria, se através de desastres naturais, ou guerra, fosse o equipamento físico da Inglaterra destruído, mas ficando intacto seu material humano e sua tradição de cultura? Acreditava Hume, que os efeitos não seriam particularmente sérios. Se permanecesse intocado o estoque de cultura, após algum tempo a civilização poderia ser construída e, através do desafio à invenção e à imaginação, criado pelo desastre, talvez a civilização fosse ainda mais próspera. Se, entretanto, postulava ele, “ficasse intacto o equipamento físico, mas fosse destruído o reservatório humano de cultura, aí então a civilização inglesa voltaria a idade da pedra.”*

Seis cadeiras deste respeitável Instituto, hoje, estão sendo preenchidas.

E os que chegam, para dignificá-las, o fazem com o mais profundo senso de responsabilidade, na certeza de que a cultura jamais será destruída; de que os atos marcantes do passado e os seus bravos protagonistas jamais serão esquecidos.

A saudade sempre foi o alicerce da esperança.

Recebi de meus pares, que, também, assumem a imortalidade honrosa nesta casa, a incumbência de representá-los neste discurso de posse.

Forneceram-me a síntese do Panegírico de seus patronos para que os seletos convidados recebessem, pelo menos, um lampejo da imensa claridade que esses inolvidáveis vultos da história deixaram, para que o passado pudesse iluminar os caminhos do futuro.

O Professor ALMIR BRUNETTI assume a CADEIRA nº 113, cujo patrono é CASSIANO RICARDO (1895-1974)

Poeta, ensaísta, jornalista e homem público, membro da Academia Brasileira de Letras, Cassiano Ricardo iniciou-se na literatura dentro do parnasianismo e participou ativamente de todos os grandes movimentos de renovação literária no Brasil até o concretismo mais recente, já antecipado em muitas de suas poesias. Como poeta, a sua contribuição mais marcante foi o livro **Martim Cererê** (1928), originalíssimo poema que cristalizava o seu “modernismo nacionalista”. Como ensaísta, é de consulta obrigatória o livro **Marcha para Oeste** (1940), no qual estuda a influência das Bandeiras na formação política e social na nação. Em sua belíssima “Toada Prá Se Ir a Brasília,” (in Montanha Russa, 1960) disse ele da nova capital:

“Tenho a chave do futuro:  
que quero outra maravilha.  
Que os outros viajem prá Lua,  
eu não: irei prá Brasília.”

EMBAIXADOR JOSÉ SETTE CÂMARA é o patrono da cadeira nº 118 que o intelectual LUCÍDIO GUIMARÃES ALBUQUERQUE passa a ocupar.

O embaixador José Sette Câmara possui uma personalidade integralmente dedicada às causas públicas, nacionais e internacionais, cuja trajetória, desde a modesta condição de servidor na Prefeitura

Municipal de Belo Horizonte à de Vice-Presidente da corte Internacional de Haia soube honrar o nome do Brasil.

A sua formação intelectual, basicamente estruturada no culto ao Direito e à Justiça, revelou-se fortemente carregada de Humanismo, servidor público, diplomata, assessor do Presidente Getúlio Vargas, Chefe da Casa Civil do Presidente Juscelino Kubitschek, governador do Estado da Guanabara, Prefeito de Brasília e Embaixador do Brasil em vários países e na Organização das Nações Unidas.

Ao lado de Lucas Lopes, Sebastião Santana, Affonso Heliodoro, Walter Santos, Lúcio Meira, Celso Furtado, Roberto Campos, Israel Pinheiro, e de outros expressivos nomes da nossa vida publica, integrou o primeiro escalão do governo do Presidente Juscelino Kubitschek.

Quando Embaixador do Brasil na ONU representou nosso País no Conselho de Segurança, no Tratado de Desnuclearização (Tlatelolco), na Comissão de Direito Internacional, presidiu a Conferência da ONU em Viena (1975), e foi Chefe da Delegação do Brasil para a nona e vigésima-primeira Assembléia Geral daquela entidade internacional.

Como reconhecimento à sua cultura e ao seu trabalho no campo do Direito Internacional, em 1978 foi eleito Juiz e Vice-Presidente da Corte Internacional de Justiça de Haia, pela assembléia Geral das Nações Unidas, oportunidade em que se destacou como um verdadeiro apóstolo da paz entre os povos.

O escritor DINIZ ESTEVES ocupa a cadeira Nº 114, patroneado por AURÉLIO DE LYRA TAVARES,

General de Exército que, além de haver atingido o mais alto degrau da hierarquia militar e de ter sido Ministro do Exército, é também um dos expoentes da intelectualidade e da cultura brasileira.

É um eminente historiador, consagrado através de primorosas obras de cunho ilustrativo e doutrinário, cujo valor abriu-lhe as portas da Academia Brasileira de Letras e dos Institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil, possuindo, ainda, como traço marcante de sua personalidade invulgar, uma acuidade diplomática que o levou à condição de Embaixador do Brasil na França.

A quantidade e a qualidade de conquistas alcançadas em sua laboriosa e fecunda existência, quer na carreira militar, quer nas suas atividades culturais, ou nos setores de Engenharia e do Direito, no campo das Letras e da História, no círculo de seus camaradas e amigos e,

finalmente, no seio de sua ilustre família, constituem um precioso conjunto de lúreas que o situa como uma das mais ilustres personalidades contemporâneas.

AIRES DA MATA MACHADO FILHO, cadeira nº 115, patrono do escritor e general Arnaldo Serafim, nasceu a 24 de fevereiro de 1909 em Diamantina, Minas Gerais, onde fez os seus primeiros estudos que tiveram seqüência no Instituto de Cegos Benjamim Constant, no Rio de Janeiro.

Catedrático de Filologia Românica na Universidade Federal de Minas Gerais e de Filologia Portuguesa na Universidade Católica.

Diretor e Professor de Língua Portuguesa e Lingüística Geral na Faculdade de Ciências e Letras de Diamantina.

Vice-Presidente do Conselho Estadual de Cultura e Técnico do Centro Regional de Pesquisas-Educacionais.

Aires da Mata Machado Filho integrou os quadros da Academia Brasileira de Filologia, Associação Brasileira de Antropologia, Sociedade Brasileira de Folclore, Academia Mineira de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e Academia Municipalista de Letras.

Sua bibliografia ostenta mais de sessenta livros, inclusive várias traduções.

Profundo conhecedor de nossa língua está entre os maiores filólogos do país.

O ilustre Desembargador e escritor **ROMEUE JOBIM** passa a ocupar a cadeira nº 117, Patroneada pela literata **BÁRBARA ELIODORA GUILHERMINA DA SILVEIRA**, nascida em São João del Rei, Minas Gerais, em 1759, filha de José da Silveira e Souza e de Maria Josefa da Cunha Bueno. Ele, português vindo para o Brasil em meados do século XVIII, no exercício de cargo de Justiça, e ela descendente de Amador Bueno, aquele que, aclamado, recusou o título de rei.

Esposa de Inácio José de Alvarenga Peixoto, **BÁRBARA ELIODORA** passou à história não só como uma mulher muito bonita e de forte personalidade, mas ainda como figura de relevo na Inconfidência Mineira. Culta, reunia em sua casa o que, na região, havia de mais expressivo nos meios social e literário.

Os últimos anos de sua vida só agora começam a deixar os domínios da lenda, não obstante perdida ou destruída sua produção poética, restaram

magníficas sextilhas e um primoroso soneto dedicado à filha Maria Ifigênia, quando esta completou sete anos:

“Amada filha, é já chegado o dia  
em que a luz da razão, qual tocha acesa,  
vem conduzir a simples natureza,  
é hoje que teu mundo principia.  
A mão que te gerou teus passos guia,  
despreza ofertas de uma vã beleza,  
e sacrifica as honras e a riqueza  
às santas leis do Filho de Maria.

Estampa na tua alma a caridade,  
que amar a Deus, amar aos semelhantes,  
são eternos preceitos da verdade.

Tudo o mais são idéias delirantes:  
Procura ser feliz na eternidade  
que o mundo são brevíssimos instantes.”

Por nímia deferência dos dignos componentes deste sodalício, onde a história repousa, foi-me conferido o privilégio de ocupar a cadeira de número cento e dezesseis, cujo patrono é Alvarenga Peixoto.

Inácio José de Alvarenga Peixoto, poeta, coronel de cavalaria e Doutor em Leis, foi, sem dúvida alguma, um dos mais importantes pregoeiros do movimento libertador, denominado Inconfidência Mineira. Exercia funções relevantes e projeção na elite da época, onde era influente, integrante da “inteligência mineira”. Doutor em Cânones, poeta celebrado, ligado à família do melhor conceito. Teve papel de relevo nos planos revolucionários, e era tido como candidato natural a um dos mais importantes postos no futuro Estado Independente.

Filho de Simão de Alvarenga Braga e de Dona Angela Micaela da Cunha, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1742. Estudou no Seminário de São José, dos Jesuítas, no Rio de Janeiro, onde fez preparatórios. Após o falecimento de seu pai, foi mandado a estudar em Braga, com os padres da Congregação do Oratório, matriculando-se, depois, na Universidade de Coimbra, onde graduou-se em Cânones (Direito) em 1767.

Foi nomeado pelo Marquês de Pombal, Juiz-de-Fora em Sintra.

Em Portugal tinha nome entre os poetas, tendo ingressado na Arcádia sob o pseudônimo de Eureste Fenicio.

Regressou ao Brasil e recebeu um alto posto: Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João del Rei, ato assinado pelo Marquês do Lavradio, em 1776.

Quando chegou a São João del Rei, com 34 anos, jovem culto, inteligente e bem colocado, hospedou-se na residência do Dr. José da Silveira e Sousa, advogado famoso, progenitor de filhas de beleza invulgar, das quais, Bárbara Heliadora e Maria Policena, tiveram participação na História de Minas.

No esplendor dos seus 17 anos, Bárbara se destacava das demais. São muito conhecidos os versos que Alvarenga a ela dedicou. Tornaram-se namorados e posteriormente casaram-se. Tiveram 4 filhos: Maria Efigênia, nascida em 1779, José Eleutério, em 1787, João Damasceno, em 1788 e Tristão, em 1789.

A diferença da data de nascimento de Maria Efigênia para os demais deve-se ao fato dela ter nascido antes do casamento.

Em 1785, foi nomeado Coronel Comandante do Corpo de Cavalaria Auxiliar da Comarca do Rio das Mortes.

Alvarenga tinha livros luministas e freqüentava amigos de igual convicção.

É provável que, em Tertúlia, com Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, tenha colaborado com as “Cartas Chilenas”.

Para Ronald Carvalho, Alvarenga Peixoto é um verbalista, continuador de Basílio Gama, pelo forte e sonoro encanto de sua poesia.

O poeta foi totalmente envolvido na conjuração de que foi um dos principais participantes. Na elaboração de planos, arregimentação de forças e até preparo de futuros diplomas legais.

Uma das primeiras reuniões com caráter de celebração de valores nacionais, crítica à colonização deprimente do País e aspiração à liberdade, foi realizada a 08/10/1788, por ocasião do batizado de seus filhos João Damasceno e José Eleutério, na casa do padre Carlos Correia de Toledo.

Foi um dos autores da bandeira de Minas. Teve consagrada sua proposta do disco latino “*Libertas quae sera tamen*”, verso de Virgílio, no livro *Bucólicas*, de quem Alvarenga era assíduo leitor.

A prisão de Alvarenga não se fez esperar. Foi em 24/05, dias após o episódio do embuçado de Vila Rica.

O tenente Antônio José Dias Coelho, mandou chamar Alvarenga, que se encontrava no Quartel de São João, para falar-lhe em nome do

Governador. Atendido, o tenente declarou que iria levar o poeta até o Rio para averiguações em presença do Vice-Rei. O Tenente ainda lhe disse que, no Rio, tinham prendido Joaquim Silvério dos Reis e o Alferes Tiradentes.

A primeira sentença condenou Alvarenga a que, com pregão, fosse conduzido pelas ruas ao lugar da forca e nele fosse morto e tivesse a cabeça cortada e pregada em alto poste.

Com a clemência da Rainha a pena de morte foi comutada em degredo perpétuo.

O poeta foi para Dande, em Angola, África, onde passou por terríveis sofrimentos e pouco viveu.

Márcio Jardim, na página 92 de “Tiradentes”, sobre Alvarenga na prisão, diz, em dramática narrativa:

*“Aquele homem de 47 anos, estava no fim. Arrasado intimamente pela desgraça da perda da mulher, filhos, bens, reputação, isolado, incomunicável, sofrendo de ataques intermitentes de malária era um resto daquele arrojado e destemperado jovem abastado que vivera sempre vizinho das altas esferas da sociedade financeira e política. Esmagado em sua resistência, vendo a morte se aproximar, Alvarenga Peixoto enlouqueceu.”*

Historiadores modernos acham que Alvarenga não enlouqueceu: entrou em profunda depressão. Louco não seria capaz de escrever os sonetos inolvidáveis, na prisão que o atormentava, como este, por exemplo:

“Eu não lastimo o próximo castigo,  
Uma escura prisão, estreita e forte!  
Lastimo os caros filhos, a consorte,  
A perda irreparável de um amigo.

A prisão não lastimo, outra vez digo.  
Nem o ver, iminente, o duro corte;  
Que é ventura também achar a morte,  
Quando a vida só serve de castigo.

Ah, quem já bem depressa acabar vira  
Este enredo, este sonho, esta quimera,  
Que passa por verdade e é mentira.

Se filhos, se consorte não tivera,  
E do amigo as virtudes possuía,  
Um momento de vida eu não quisera.”

Alvarenga Peixoto foi transferido para o Presídio de Ambaca, onde, deprimido, em deplorável estado de saúde, veio a falecer nos primeiros dias de agosto.

Em 1936 os restos mortais do inconfidente mineiro, regressaram ao Brasil, por iniciativa do historiador Augusto de Lima Júnior.

Inácio José de Alvarenga Peixoto repousa, hoje, no Panteon do Museu da Inconfidência Mineira, em Ouro Preto, onde história e saudade se misturam, em meio aos gritos sufocados de liberdade que o tempo não destruiu.

História é o repositório de fatos marcantes do passado, que se perpetuam pelo tempo, deixando marcas que não se apagam.

São lampejos de claridade na densa escuridão do mundo.

São degraus na escalada do infinito, por onde o homem caminha, em busca da perfeição.

Que seria do mundo? Um mundo sem história?...

É na história que nos alicerçamos para a nossa construção individual, componente relevante para a edificação de um mundo melhor. É nela que encontramos os paradigmas que marcam a vida com heroísmo, bravura, criatividade e determinação. São personagens que não se acomodaram, não se acovardaram diante dos perigosos ardis da maldade e das injustiças, tão próprias dos despreparos para o poder temporal que, pela ambição desmedida, cometem desastrosos imperdoáveis, danificando tanto a frágil e efêmera existência humana.

É hora de nos alicerçarmos nos pontos de luz que ficaram, lá longe, no passado e ouvirmos os gritos lancinantes de dor dos injustiçados e os atos de bravura dos heróis que, ainda hoje, ecoam como clarinadas redentoras, despertando consciências.

Ou vamos ficar indiferentes diante do mundo em profundas mutações, que pode tomar rumos nefastos se nos acomodarmos na omissão. Daí a grande responsabilidade daqueles por quem manifestam a inteligência, a cultura, o espírito e a intuição que formam pensamentos e que podem e devem mudar os rumos da História, tão ameaçada pelos desvios impostos pela indignidade, onde predominam atos escusos que denigrem a imagem do homem feito à semelhança de Deus, e que, às vezes, tomam a feição dos anjos decaídos, instrutores do inferno na Terra.

É hora de reflexão... mas, também, é hora de ação.

Mais do que nunca se faz mister a presença decidida daqueles que pensam, que escrevem e que formam opiniões. Daqueles que empunham, não a arma que mata, mas a palavra que edifica, constrói e aponta rumos ascensionais na trajetória da vida. É hora do espírito sobrepor-se ao materialismo e da inteligência vencer a mediocridade. É hora de uma nova conspiração contra o mal... e, quem sabe, uma nova inconfidência do pensamento.

E nós, empossados, em nome de quem tenho a elevada honra de falar, temos a plena consciência do nosso dever e da nossa grande responsabilidade ao adentrarmos os portões sagrados deste Templo da História, onde nos espera a iluminada confraria do saber, para a grande oração do civismo, do amor à Pátria e do profundo respeito aos vultos do passado que nos legaram toda a grandeza do presente.

O Instituto Histórico e Geográfico é um cofre que guarda os tesouros do passado. É um livro que faz lembrar os que já se foram, mas deixaram exemplos a seguir. Como bem disse, Tomás Antônio Gonzaga, o poeta da Inconfidência Mineira, em uma de suas sentidas liras dirigidas à Marília:

“É melhor, minha bela, ser lembrada  
Por quantos hão de vir, sábios humanos,  
Do que ter urcas, coches e tesouros  
Que morrem com os anos.”

O Instituto Histórico e Geográfico, não é apenas mais uma das inúmeras Instituições que aglutinam valores humanos para a contemplação da cultura e o estímulo à produção da Arte e da Literatura.

Ele é um elo de ligação entre o que foi e o que será. Entre os que se foram e os que virão. Marco entre os tempos, onde os archotes se encontram para novas caminhadas, empunhados por mãos limpas e firmes, prontas para entregá-los aos pósteros dignificados, que iluminarão novos horizontes.

Que as nossas almas, de joelhos, profiram o juramento de respeito à História... de admiração aos seus vultos e o compromisso de preservar os ideais que mudaram a bússola do tempo.

Agora vamos nos ombrear aos valorosos pensadores desta Casa, capitaneados por Affonso Heliodoro dos Santos, extraordinária figura que parece trazer, lá do passado, a chama vigorosa da dignidade, do amor à Pátria e ao seu povo, num anseio incontido de servir, semeando esperanças por onde passa.

Vamos, juntos, oferecer o fruto dos sonhos às bocas famintas, que virão sequiosas por sorver o mais nobre dos sentimentos, o alimento do espírito que se chama LIBERDADE, ainda que tardia.

Ao Instituto Histórico e Geográfico, obrigado por nos receber. Concluimos com o brado de alerta às consciências adormecidas:

### CLARINADA DA LIBERTAÇÃO

Levanta-te, ó Pátria!  
Não deixes que te detenham  
“Deitada em berço esplêndido”.  
É hora da libertação,  
É hora da verdade,  
É hora de ação.  
O fruto está maduro demais  
Para não ser colhido.  
O sonho dos Inconfidentes  
Clama por realidade  
E começa a despertar.  
Acorda, Brasil!

Um corpo esquartejado  
Serviu de símbolo a uma Nação.  
Lágrimas vertidas  
Regaram a semente pura  
De um ideal construído sem medo,  
No sussurro das conspirações.

Juntem-se todas as crenças,  
Misturem-se todos os sangues  
E unam-se todas as coragens.  
É hora de colher.  
O sangue derramado  
Manchará de vermelho  
A face dos envergonhados.  
Os antepassados nos vigiam  
E os pósteros nos esperam  
Para o julgamento.

Soberania não é dádiva,  
É conquista.  
Acorda do teu longo sono, Brasil!  
É chegada a tua hora.  
A clarinada da mobilização  
Já soa no horizonte.  
Liberta-te dos monstros,  
Que te devoram,  
Para os vôos que te esperam  
Nas asas da liberdade.  
Ela é tudo, mesmo que tardia.  
A madrugada espera  
O sol de um novo tempo.  
Acorda, Brasil!

*Newton Rossi*



**GUIDO MONDIM SAÚDA OS EMPOSSADOS  
AUGUSTO ESTELLITA LINS, ÁUREO MELLO,  
RUI RASQUILHO E MIGUEL SETEMBRINO  
E. DE CARVALHO – 2 DE OUTUBRO DE 1997**



Não vos envergonheis de vossa exaltação, porquanto ela é um dom de Deus, somente a alguns eleitos concedido.

Por que fui buscar esta sentença em Dostoiewski para iniciar a minha saudação aos preclaros empossandos desta noite? É que não me sentiria à vontade adstrito às formalidades normais de uma solenidade assim e sim deixar extravasar a alma, tal é a alegria de que estou possuído.

Dou de logo as razões, lembrando Dante quando disse, na **Divina Comédia**, que não há pior dor do que recordar no infortúnio os dias dardivosos antes vividos.

É que as sugestões desta solenidade me levam a uma reflexão antônima, porque não há maior regalo para o coração do que rememorar numa hora assim, de tanto júbilo, os dias cinzentos que foram vencidos, para que o nosso Instituto, pudesse agora, em mãos firmes e libertas, nos proporcionar esta euforia.

Quero assim que os nossos novos confrades assimilem sem tardança o espírito que predomina em nossa convivência nesta Casa.

Mas queria, antes, assinalar como é confortante registrar a composição deste auditório na sua expressão mais alentadora. Os que vieram, acorrendo ao nosso convite, primam por um sentimento de adesão,

solidariedade e aplauso ao que se desenvolve aqui em louvor dos ideais superiores que perseguimos.

Todas as entidades congêneres surgiram quando ia longe a história que cultuariam, o que nos confere inegável distinção. Nosso Instituto nasceu com Brasília. Absorveu o carisma que impregnava cada iniciativa, cada gesto das horas inaugurais da Nova Capital, assim haurindo os impulsos da sua gloriosa singularidade.

Como a cidade, a fundação do Instituto exigiu uma determinação que nunca será demais louvar. Há fases dos primeiros tempos que beiram ao grotesco, mas que se fizeram épicas pelas circunstâncias vividas.

Eu lhes digo, caríssimos empossandos, que, por vezes, quando aqui penetro, parece-me ouvir, ainda, partindo dos desvãos do prédio inconcluso, imprecações abafadas, de permeio a exclamações de esperanças e reafirmações másculas de determinação.

Havia um propósito a cumprir e a sua razão viria a ser abraçada com fervor pelos idealistas que assumiriam depois a direção desta Casa, dando-lhe a ambiência, a atração e o conceito que desfruta.

E tanto que sentireis, nobres empossandos, pela convivência e pela solidariedade existentes, amalgamadas pelos objetivos comuns que a tudo impulsionam.

Esta instituição é uma concentradora de cultura, mas que não quer circunscrever-se a mera ação associativa. Ha em nossa inquietação uma clara finalidade emulativa, que é a de fecundar com o nosso ideal e a nossa atividade a aridez dos apáticos e dos inapetentes. Nem importa o teor desta intenção quando ela se evidencia na paixão que alimentamos.

A luta em prol da cultura não deverá ser jamais um devaneio elitista, mas uma ação de salvaguarda da dignificação dos valores que enobrecem a vida. E esta ação que há de sempre proclamar nosso inconformismo e nossa reação contra o achatamento de uma sociedade rendida e acomodada aos critérios e à influência deletéria de uma mídia bastarda, desprevenidas da infância e da juventude, vulneráveis e receptivas aos seus efeitos.

Está claro: os que aqui se reúnem não querem rolar como paus podres ao sabor da correnteza, onde cambalhotam os detritos de todas as deformações.

É para compartilhar desta faina e desta visão que vos acolhemos nesta Casa, caríssimos empossandos.

Cada qual, sabemos, traz no seu curriculum um cabedal de luminosa trajetória. Quatro novos lidadores a somar sua decisão de servir pela inteligência.

O idealismo só faz morada em cérebros de escol. Não raro os idealistas são tidos como sonhadores num sentido depreciativo. Mas quem não sabe sonhar, muito menos sabe construir e menos ainda como sonhadores num sentido servir. É sedição o aforismo: quem não sabe sonhar, nasceu velho – e quem não sabe sonhar segundo as realidades, mais do que velho, nasceu inútil.

Há uma tarefa sublime e envolvente a perseguir. Nos objetivos do Instituto proclamamos nosso amor à terra em que nascemos, como à gente que perlustra os nossos mesmos caminhos. E, imperativamente, por amor a Brasília, onde não se pode viver indiferentemente, não só em razão dos fatores que lhe determinaram a construção, mas atentos aos caprichos do destino que nos trouxe aqui. Repito, não se vive indiferentemente em Brasília. Não se há de regatear nossa admiração ao seu fundador, àquele que dirigindo os destinos do Brasil, marcou sua gestão com este grande evento da nossa história, quando podemos dizer que ele se fez um demarcador da nossa existência como povo.

Direi, ao ensejo, que Brasília reclama dos seus professores, de todos os graus, que despertem na juventude este sentimento em torno do significado da interiorização da Capital brasileira.

Brasília não conheceu instantes bucólicos. Não foi uma choupana perdida junto a um rio de mansos reflexos e muito menos uma capela de onde dolentes vozes ecoassem e se escoassem pela amplidão em silêncio. Mas Brasília vem de longe no subconsciente da brasilidade.

Se ela é a afirmação da inteligência, da visão e da sensibilidade realista de um povo, é, antes, a captação mística do espírito bandeirante, direi de quantos pró homens, em passados tempos, como que a anunciaram no rastro dos seus passos e da sua audácia. São os que desbravaram sertões em séculos pretéritos, penetrando terras e águas, na dilatação e na integração do nosso espaço na América.

Como não querer que as botas de Raposo Tavares, de Fernão Dias ou de um Bartolomeu Bueno já carregassem o pó que um dia iríamos encontrar aqui com Brasília alteando-se nos sertões que perlustraram?

Estas elocubrações estão no culto que queremos como resposta e retribuição pelo telúrico legado e a transmissão desse instinto premonitório que está na ação dos nossos dias. E aí está a mola mestra que explica e impulsiona a ação primeira do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

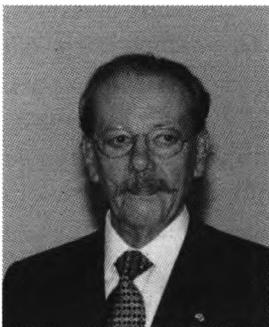
Cuidemos, ademais, que as gerações que nos sucederem, algum dia, julgarão o que fizemos como brasilienses das primeiras horas.

Enfim, vamos nos dar as mãos, nobres confrades AUGUSTO ESTELLITA LINS, ÁUREO MELLO, RUI RASQUILHO, e MIGUEL SETEMBRINO EMERY DE CARVALHO – vamos nos dar as mãos e agora caminhar juntos.

Se há charcos no trajeto, em compensação há muito sol nos levando a horizontes onde a luminosidade deixa intensamente visível nosso acerto e a proporção do nosso procedimento.

*Guido Mondim*

## DISCURSO DE AUGUSTO ESTELLITA LINS NA POSSE DE NOVOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO - 2 DE OUTUBRO 1997



Meus amigos Aureo Mello, Miguel Setembrino Emery de Carvalho e Rui Rasquilha.

Quando a Musa fiandeira da vida e dos destinos soprou vossos nomes, enganando quem vos escolheu com a ilusão de uma escolha soberana, no entanto ditada pelos céus, ela sabia que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os institutos regionais não exigem que todos os seus membros sejam profissionais historiadores ou geógrafos, porém seduzem com seus convites insinuantes e acolhem com particulares afagos, apenas os homens que fazem a história mesmo que não costumem contá-la, reservando-lhes as nobres cadeiras, que por isto são numeradas e patrocinadas, para que com mais conforto contemplem neste recinto sua própria obra como testemunhas da história. Serdes membros desde Instituto que hoje vos acolhe equivale, portanto, a receberdes um certificado de que sois atores protagonistas da nossa história.

Ao nos designarem patronos, propõem-nos modelos de inspiração do passado que se perpetuam no presente e no futuro.

FILIPE DOS SANTOS, patrono da cadeira do senador, ilustre acadêmico e orador ÁUREO MELLO, é protótipo do líder e do idealista. Na evolução econômica do Brasil, o ciclo do ouro de Minas Gerais se

associou ao processo da urbanização em vilas e à organização administrativa financiada com os recursos da cobrança dos quintos. Entre os atos de rebeldia de paulistas e portugueses contra os agentes fiscais e judiciais, destaca-se a revolta de Vila Rica, em 1720, cujo chefe ostensivo, Filipe dos Santos Freire, reuniu dois mil voluntários combatentes e ocupou a vila. O conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida Portugal, fez concessões e prometeu indulto mas reviu sua posição quando tendo obtido o apoio do regimento dos dragões, retornou a vila e capturou os chefes da revolta. Filipe dos Santos foi detido em Cachoeira do Campo, em atividade revolucionária, fazendo proselitismo. Em processo sumário, foi condenado à forca e ao esartejamento. Em 16 ou 21 de julho de 1720, foi atado à cauda de quatro cavalos e executado. O conde de Assumar teve de se explicar diante do Governo português pela arbitrariedade que procurou justificar pela necessidade de debelar rapidamente um importante foco de desordem e rebelião.

Patrono da cadeira do ilustre professor e cultor dos clássicos, MIGUEL SETEMBRINO DE CARVALHO, um mestre da história, é o escritor VIRIATO CORREIA. Vejo-o na memória, na casa de meus pais, baixo, moreno, imagem típica do caboclo nordestino. Escritor de imensos recursos de cultura, erudição, conhecimento lingüístico e abrangência temática, fez-se notável na historiografia, no conto, no teatro, embora para mim tenha assumido uma dimensão sobre-humana com seu desprezioso e por isso mesmo genial Cazuzá. Maranhense, menino da roça, no primeiro diálogo com a cidade o deslumbram as luzes. Não a impositação feérica de Luna Broadway, nem os enormes neons que despejavam água-mineral nas encostas do Pão de Açúcar no anúncio da Salutaris. Eram apenas dois globos acesos em azul e vermelho no balcão da farmácia que, piscantes, extasiavam e introduziam no pequeno mundo do futuro escritor a magia dos signos, a ilusão do mundo virtual.

Num outro extremo do Panteon brasileiro, nem mais alto nem mais baixo, encontraríamos o patrono da cadeira que a partir de hoje ocupa o nosso mestre RUI RASQUILHO, um representante permanente do pensamento português que vem comungar conosco dos colóquios de cultura. Só que Rui Rasquilho não precisou de sussurros nem insinuações da Musa da vida e do destino para ser eleito. A bem dizer, Rui Rasquilho é daqueles que desde ao nascer, ainda no primeiro berço, já conquistaram por direito todas as honras e cadeiras acadêmicas, já que o destino a elas os destina. Este egrégio Instituto hoje se completa, se afina à própria

pauta de seu título de histórico e geográfico, pois não podia ser nem totalmente um nem outro sem a presença participante de um membro português que personificasse aquilo que consideramos mais digno e notável em nosso passado: a maternidade portuguesa.

A cadeira de Rui Rasquillo tem como patrono a figura polêmica, conturbada, contraditória de FLORIANO PEIXOTO, o marechal que para consolidar a escolha republicana conviveu com a repressão, a perseguição, a arbitrariedade, o menosprezo do poder civil, embora a tantas desigualdades consorciasse igual quantidade de virtudes de civismo, honestidade, energia, generosidade, simplicidade. E como a de obrigação reconhecer, foi ele quem nomeou a missão encarregada de demarcar o território da futura Capital que se transformou, por obra de Juscelino Kubitschek, no que é Brasília.

A quarta cadeira que se preenche hoje tem como patrono o Visconde de Taunay, Alfredo d'Escragno. Engenheiro geógrafo e historiador da **Retirada da Laguna**, um épico da guerra do Paraguai da qual participou. Também polígrafo de requintado estilo que revelou no clássico romance **Inocência**. Foi membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico. Na carreira política, foi senador e Presidente das províncias de Santa Catarina e do Paraná, tendo lançado nesta região um programa de desenvolvimento colonial e agrícola que lhe conferiu novos rumos econômicos.

Entre nossos patronos e seus afilhados que estão tomando posse, separa-nos um hiato gigantesco, um vazio que não é só de tempo, da sucessão de fatos, mas principalmente, da natureza dos fatos que se sucederam carregados de inovações e invenções. Não existe entre eles e nós uma cadeia de causalidades que se possam racionalizar. Ou, o que é outra maneira de olhar as coisas do passado, nossos instrumentos não são adequados para analisar nem julgar os valores que tornaram nossos patronos ícones da liberdade, da erudição, do patriotismo, da honradez. Entre eles e nós se construíram a revolução industrial, o capitalismo e seu antagonista o socialismo, o neo-colonialismo. Perdeu-se hoje a visão histórica.

O desenvolvimento tecnológico impele os homens da atualidade a posições pretensiosas e arrogantes. Julga-se haver algo de inovador na globalização acelerada pelo chamado neo-liberalismo. Todo momento histórico em que o poder, levantado sobre um palco sentado num trono, amplia a visão roceira e particular, abrindo o cenário para abranger a

calota do planeta e o horizonte, produz uma **weltanschauung**, uma visão de mundo, e uma globalização. Esse fenômeno ocorreu com Alexandre da Macedônia, o império romano, a igreja católica, Napoleão, o império português, o império britânico. A diferença está em que a globalização atual se faz sem ou contra o poder administrativo e governamental. Para justificar sua carga de rebeldia e anarquia propulsionada pelas empresas transnacionais, procura apoio na teorização dos economistas neo-liberais.

As contradições são evidentes. Para que tivesse êxito a transição para esta etapa, seria preciso rever e retornar todos os mecanismos da associação dos fatores de produção (capital, trabalho, matéria-prima, tecnologia), a administração pública, (as instituições políticas e o estatuto do homem-produtivo e do homem-assistido (idosos, mulheres, crianças). Nada disto foi feito. Criou-se assim no mundo inteiro um clima de apreensão, perplexidade e decepção.

A visão globalizante está impondo uma compartimentação minimalista geo-histórica, o que constitui um paradoxo comparável ao paradoxo do capitalismo que precisou do socialismo para que o trabalhador, amparado pelas leis salariais, pelos sindicatos, pela seguridade social, pelo ensino oficial, atingisse a produtividade que permitiu ao empresário construir em dimensões gigantescas uma economia capitalista em elevados níveis de produção, pesquisa e tecnologia avançada com altos salários. Nada disto aconteceria se o operário fosse mantido no padrão do proletariado inglês do século XIX ou norte-americano da depressão, faminto, sem teto, analfabeto, sem estabilidade no emprego.

Antes, o historiador tinha de proceder à subdivisão da história em enredos locais – uma história episódica em que cada dinastia parecia um comboio de reis encadeados no mesmo trilho. Agora, nesta pós-modernidade, cada episódio se produz como uma mini-epopéia que pretende abalar o mundo. Há meio século não temos guerras mundiais mas cada conflito localizado – Coréia, Vietname, Sinai, El Salvador, Argélia, Iraque, Bósnia – põe em perigo a paz global.

O Brasil, como outros países, pode começar a sofrer impactos de minimalismo, de mini-epopéias – os bandos de rua, bairro ou favela unidos pelo crime, os sem-trabalho, sem-escola, sem-saúde, sem-terra, sem-teto, sem-cesta básica, dispersos pelo país numa grande epopéia dos **sem-sem**, numa grande Canudos formada de minimalista **canudinhos**, localizados em cada município e, brevemente, em cada quintal.

Qual a dimensão social desta nova história? Com exceção de uma cúpula de privilegiados – pelo seu valor pessoal, ou pela acumulação Histórica de patrimônio em família, ou modernamente pelo roubo e pela-corrupção – o resto da população brasileira carece de algum desses itens.

Não chega a ser consolador sabermos que o fenômeno não é apenas nosso, está em crescimento na Europa, nos Estados Unidos da América, onde os desempregados crônicos estão formando uma nova classe de desempregados permanentes, cada dia com menos seguridade social.

Na era do conflito capitalismo-socialismo, a empresa privada visava o lucro, mas nesta nova era pós-moderna e neo-liberal a empresa visa a eficiência. Então a empresa estatal que nunca visou o lucro mas a produção de serviços e insumos de interesse público, ficou desacreditada em critérios de eficiência e está sendo sucateada e vendida. Seria até mesmo fácil aceitar a tese de que a empresa estatal tinha sua prosperidade garantida pelo setor político, urgindo reformulá-la em outro sentido. O que é menos fácil de aceitar é a analogia que os neo-economistas fazem entre a empresa estatal e o governo administrativo. Nunca foi, nem é nem será o objetivo da administração pública atingir a máxima eficiência. Desculpem-me a ousadia de proclamar alto e bom som esta solene heresia contra os dogmas de uma economia que guilhotina os pescoços dos menos dotados. Mais do que um equívoco, e um delito exigir eficácia do governo por duas razões. Primeiro, porque para contrabalançar a anarquia financeira de um mercado global sem regras nem leis, seria necessário reformular os conceitos e estruturas do mercado, o que não permitem fazer. Em segundo lugar, porque a experiência tem comprovado que, na ansiedade de atingir o máximo nível de eficácia e competitividade, não algumas mas muitas empresas, simplesmente, adotam modelos de supereficiência fraudulenta. Não cabe ao governo seguir esses modelos, mas combatê-los e expulsá-los do mercado.

Prezados colegas, o que quis dizer é que, para sermos de fato os personagens e atores protagonistas de nossa história atual, temos de adotar varias posições. Primeiro, rejeitar a analogia entre funcionário público e mão-de-obra empresarial em termos de eficiência ou de lucro. Segundo, manter uma visão lúcida e realista do momento histórico para não sermos engolidos como indivíduos e como nação dentro de um globalismo anárquico ou de um minimalismo em que conflitos marginais corroem e desmoralizam todos os valores materiais e espirituais.

Enfim imbuirmo-nos da missão triunfante que os portugueses nos inculcaram, conscientes de que não há triunfo de uma classe ou grupo

segregado, neste espetáculo em que a platéia tem de ser integrada no elenco de atores, incluindo não só os economicamente ativos mas, também, os desvalidos, os deserdados, os desempregados, os mendicantes, os enfermos e todos os outros que a eles se dedicam para socorrer todos eles em suas deficiências.

Nesta sociedade arrogante, desmemoriada e cruel dos dias que correm, estamos sendo diariamente pressionados a considerar desprotegidos apenas os que sofrem de carências físicas. Entre nós há escritores, professores, músicos, artistas, sacerdotes, missionários, diplomatas, militares, policiais, operários especializados, artesãos, enfim, uma procissão de indivíduos que dedicam toda a vida ao trabalho correto, mal pago e muitas vezes servil, sem receber um elogio ou um gesto de gratidão, machucados e agredidos na sua alma, menosprezados nas catedrais do deus-dinheiro, mutilados pela inveja, pela calúnia, pela corrupção alheia.

A história não se ocupa deles. A história não vai registrar os nomes deles em lugar de destaque. Por conseguinte, o registro Historiográfico de nossos tempos será, pelas omissões perversas e pelas inclusões corporativas, a grande mentira impressa na história do mundo.

Muito obrigado.

*Augusto E. Lins*

**JOÃO CARLOS TAVEIRA FALA AOS NOVOS  
ACADÊMICOS BRANCA BAKAJ, MARIA  
DUARTE E LÉO DA SILVA ALVES,  
EM 19 DE MARÇO DE 1998**



Senhor Presidente,  
Demais Membros de Mesa,  
Caros Confrades,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores,

Sob a égide do Presidente Juscelino Kubitschek –o nosso venerável patrono–, escudado na força de trabalho e perseverança de Affonso Heliodoro dos Santos –que tem demonstrado em sua gestão todo o empenho na consolidação desta Casa–, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ao empossar, nesta noite, os novos acadêmicos Branca Bakaj, Maria Duarte e Léo da Silva Alves, dá mais um passo rumo ao cumprimento de suas finalidades, que é trazer para os seus quadros intelectuais ligados à História e à Geografia de Brasília, quer seja na área de Educação, quer seja na de Cultura.

Atento ao tempo de que disponho, procurarei trazer-lhes, pelo menos, uma pequena parcela da vida e obra dos empossandos.

\* \* \*

BRANCA BAKAJ (professora, escritora e artista plástica) nasceu no Rio de Janeiro, onde cursou o Primário no Colégio Santa Cecília, o

Ginasial no Colégio Sagrado Coração de Maria e o Segundo Grau na Fundação Getúlio Vargas.

É bacharel e Licenciada em Línguas Neolatinas pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo se formado em 1959. Tem Pós-graduação em Moderna Literatura Brasileira.

Por seu casamento com o arquiteto Mário Bakaj, com que tem três filhas: Patrícia, Andréa e Paula, mudou-se para Brasília em janeiro de 1960. Em 1961, foi aprovada em concurso público para o magistério do Distrito Federal nas cadeiras de Português e Francês.

Experiência Docente:

Ensino Médio – Professora de Português, de 1961 a 1965; professora de Espanhol, em 1965, no Centro de Ensino Médio Elefante Branco; e professora de Francês no Curso Pré-Universitário, de 1970 a 1973.

Ensino Universitário – Professora de Língua e Comunicação no CEUB, de 1972 a 1974; professora de Literatura Brasileira e Teoria Literária, também no CEUB, de 1975 a 1989.

Teve participação, como professora, em diversos cursos ministrados para professores, de 1966 até 1971.

Como se vê, Branca Bakaj lecionou nos mais diversos níveis, da antiga quarta série ginasial à pós-graduação no CEUB, onde foi Chefe do Departamento de Letras por nove anos, além de Coordenadora do Curso de Pós-Graduação daquele Centro de Ensino, na área de Letras, por cinco anos.

No Senado Federal, durante trinta anos, trabalhou na Secretaria Geral da Mesa, na Vice-Diretoria-Geral Administrativa, tendo terminado seu período de funcionária daquela Casa do Legislativo, em 1991, como Diretora do Arquivo.

Branca Bakaj é Membro da Associação Nacional de Escritores desde 1974, sendo sua atual Presidente. É Membro efetivo, fundadora, da Academia de Letras do Brasil, desde 1987, de cuja atual diretoria é Secretária-Geral.

Autora de inúmeros artigos publicados em jornais e revistas. Publicou as seguintes obras:

- 1) *Reforma Ortográfica*, 1972;
- 2) *A Educação Cavalheiresca e sua Projeção na Península Ibérica*, 1974;
- 3) *Quatro Estudos Literários* (Mário de Andrade, Machado de Assis, Henriqueta Lisboa e Florbela Espanca), 1989.

Em 1995, participou no livro *Cronistas de Brasília*, Volume 1, Antologia organizada, selecionada e prefaciada por Aglaia Souza, publicação de André Quicé Editor, em Brasília.

No Senado, foi responsável pela coordenação da pesquisa, organização da obra e redação das notas introdutórias do livro *A Abolição no Parlamento: 65 Anos de Luta* (2 volumes), em 1988; do livro *O Velho Senado* (obra comemorativa ao sesquicentenário do nascimento de Machado de Assis, vendo-o como cronista parlamentar), sendo responsável pela coordenação, nota introdutória e notas de rodapé, a pedido do Senador Nelson Carneiro, estudioso do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, 1989; também coordenou a publicação dos dois volumes *Arquivo Secreto*, em 1990, e, nesse mesmo ano, com a Casa de Rui Barbosa, colaborou para a publicação da obra *Sucessão e Posse na República* (1889-1989).

Branca Bakaj toma posse na Cadeira nº 45, patrono Olavo Bilac.

\* \* \*

MARIA DE SOUZA DUARTE é carioca, casada com Ítalo Cassiano Duarte, e mãe de três filhos: Pedro, Natália e André.

Em 1960, forma-se em Serviço Social pela Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1969/70, especializa-se em Planejamento Educacional, pela Fundação Getúlio Vargas, e em junho de 1982, já na Universidade de Brasília, conclui o Curso de Mestrado em Educação, com a dissertação “A Educação pela Arte numa Cidade Nova – o caso Brasília”, que, no ano seguinte, transformou-se em livro publicado pela Thesaurus Editora.

No entanto, seu envolvimento com Arte e Educação começa no Rio de Janeiro, no final dos anos 50, quando participava do movimento estudantil.

Por contingências profissionais, transfere-se para Brasília, em 1970, e a tentativa de compreender a cidade por intermédio da dinâmica de sua vida cultural torna-se um desafio conscientemente assumido, como gosta de dizer. Tal desafio, entretanto, é enfrentado pelo exercício de atividades de animação cultural, pela busca do aperfeiçoamento profissional (nesta época empreende três importantes viagens de estudos à Europa) e pelo envolvimento constante com pessoas, grupos e instituições ligados à vida cultural da nossa cidade.

A professora Maria Duarte foi diretora do NUTRE, de 1975 a 1982, entidade na qual empreendeu diversas atividades, entre elas a fundação do Teatro Garagem.

O seu contato com o grande Pompeu de Sousa levou-a a trabalhar na Secretaria de Educação e também no INSS local; desse convívio e dessa amizade é testemunha a *Biografia de Pompeu de Sousa*, livro de sua autoria publicado pelo Senado Federal, em 1992.

Em Brasília, tem desempenhado diversas funções, entre as quais destacam-se o cargo de superintendente do INSS; assessora na UnB; coordenadora do FLAAC (Festival Latino-Americano de Arte e Cultura); servidora do Tribunal Superior Eleitoral; servidora da Câmara Legislativa e, mais recentemente, o cargo de Secretária de Cultura e Esporte no Governo do Distrito Federal.

Além dos cursos de formação já mencionados, a professora Maria Duarte tem vários outros na área de especialização, bem como três em línguas, a saber: Curso Intensivo de Francês, Brasília, 1974; Curso de Conversação – Aliança Francesa, Paris, 1976; Português/Espanhol, Brasília, 1978.

A nova acadêmica, além dos livros citados, tem diversos trabalhos publicados em livros, revistas e jornais. Cito alguns:

- 1) *Avaliação de um Programa de Concessão de Bolsas de Estudos a adolescentes superdotados*, 1960;
- 2) *Gastos com Educação – Consumo ou formação de capital?*, 1969;
- 3) *Anteprojeto de Reforma da Universidade do Estado da Guanabara*, 1970;
- 4) *SESC em Brasília – Lazer*, 1975;
- 5) *Boca do Lixo, Beco da Fome e Cio de Tempo*, 1981 (co-autoria);
- 6) *Casas de Cultura no Distrito Federal*, 1992.

Maria Duarte ocupará a Cadeira nº 3, patrono Pompeu de Sousa.

\* \* \*

LÉO DA SILVA ALVES, gaúcho de Rosário do Sul, chegou em Brasília em janeiro de 1987. É formado em Ciências Jurídicas e Sociais, tendo, durante anos, exercido a advocacia cível e criminal. Frequentou, ainda, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Curso de Mestrado em Direito Civil.

Estudioso dos fenômenos sociais, percorreu 42 países e participou de trabalhos junto a várias universidades estrangeiras, como a

Universidade de Oxford, a Universidade de Coimbra, a Universidade Urbaniana do Vaticano, a Universidade de Jerusalém, a Universidade José Matias Delgado, em El Salvador. Acompanhou de perto a guerra civil na América Central e conviveu com o horror dos confrontos nos campos do Oriente Médio. E em 1981, participou do Congresso Mundial de Advogados, na Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Profissional de rádio e televisão, atuou como comentarista em diversas emissoras, destacando-se a Rádio Gaúcha, de Porto Alegre, e a famosa Rádio Nacional, a mais potente emissora de rádio da América. Foi âncora de telejornal, entrevistador e comentarista na TV Nacional e na TV Capital/Record de Brasília. Nessas ocasiões, teve contato com parlamentares, diplomatas e estadistas de várias partes do mundo.

Procurador Federal concursado, integrou os quadros da Procuradoria-Geral do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – e, por três gestões, presidiu a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial do Ministério da Previdência Social – Direção-Geral do INSS.

Teve experiência na vida pública, sendo Secretário Municipal do Planejamento aos 21 anos; eleito vereador aos 22; e Diretor de empresa estatal (Companhia Riograndense de Turismo) aos 25. Prestou assessoria especial em vários escalões da Administração Pública e assessoria especial na Câmara dos Deputados, durante a elaboração da nova Constituição brasileira.

Como especialista em Processo de Comunicação na Função Pública, percorreu o Brasil e parte da Europa proferindo conferências. Suas conferências também tratam de temas ligados ao Processo Administrativo, especialmente matérias referentes à **defesa**, à **prova** e ao **juízo**. Nesse campo, tem dezenas de artigos em publicações especializadas de nível nacional. É professor de Direito Administrativo em Brasília.

O professor Léo da Silva Alves presidiu mais de 90 seminários nacionais e internacionais, além de vários ciclos de aperfeiçoamento a técnicos de alto nível do Governo Federal, Congresso Nacional, Tribunais superiores, Tribunais de Contas e governos estaduais.

É presidente do Centro Ibero-Americano de Administração e Direito – CEBRAD –, que reúne os mais respeitados conferencistas na área de controle da Administração Pública no Brasil e em Portugal.

Tem os seguintes livros publicados:

- 1) *Os Segredos do Sucesso Político*;
- 2) *Esse Inusitado Congresso*.

Léo da Silva Alves assume hoje no Instituto a Cadeira nº 64, patrono Oscar Niemeyer.

Senhor Presidente,  
Caríssimos Confrades,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores,

Eis aí a síntese curricular da vida de nossos três novos confrades, figuras que, com suas vastas experiências no campo das atividades humanas, vêm enriquecer as nossas fileiras na luta pela valorização e crescimento do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Meus Caros Novos Confrades,

Sejam bem-vindos, a casa é sua. Entrem para que possamos, juntos, sentar à mesa da convivência pacífica e, irmanados, beber o cálice do trabalho participativo – nesta terrena tentativa de contribuição para um mundo melhor, para um mundo mais justo, social e economicamente.

Muito Obrigado.

*João Carlos Taveira*

## DISCURSO DE BRANCA BAKAJ NA POSSE DE NOVOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL - 19 DE MARÇO DE 1998



### **Empossados:**

Maria de Souza Duarte

Léo da Silva Alves

Branca Bakaj (oradora)

### **Patronos:**

Ponpeu de Sousa

Oscar Niemeyer

Olavo Bilac

*Dedicado à Confreira Edillis Bockel  
Snitcowsky, recentemente falecida.*

Estamos aqui reunidos, nesta noite memorável para nós, Maria de Souza Duarte, Léo da Silva Alves e eu, os felizes empossandos nesta egrégia instituição do saber. Há, inegavelmente, por uma feliz conjunção do destino, uma reunião de patronos dos mais louváveis méritos, ligados por um denominador comum - a crença no homem e em seus valores, valores estes pelos quais lutaram com denodo, como teremos oportunidade de mostrar, a fidelidade a seus princípios teleológicos e a valorização do estético. Tenho de louvar Olavo Bilac, meu patrono, com dupla honra e orgulho, pois, se não bastassem seus reconhecidos méritos de extraordinário poeta, o estou herdando pela merecida ascensão de nosso ínclito Presidente à categoria de Sócio Benemérito; Pompeu de Sousa, patrono da professora Maria de Souza Duarte, e Oscar Niemeyer, o do Dr. Léo da Silva Alves.

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac e Roberto Pompeu de Sousa Brasil (Já falecidos) e Oscar Niemeyer Soares Filho, felizmente

ainda entre nós, são três exemplos de dignidade e seriedade. Niemeyer foi o escolhido por nosso patrono maior, o grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, como responsável pela arquitetura de Brasília, chefiado pelo também arquiteto e urbanista Lúcio Costa, com o comando da obra nas mãos do inesquecível Israel Pinheiro, com numerosos parentes que habitam, até hoje, em nossa capital. Contou, ainda, com o auxílio do grande Bernardo Sayão, tragicamente falecido. Sua filha, Léa, é escritora e mora na nossa capital, juntamente com seu filho Bernardo.

Tendo casado em dezembro de 1959 com o arquiteto Mário Bakaj, que para aqui viera no segundo semestre desse mesmo ano, ainda noivo, contratado pela Construtora Nacional, com vistas aos acabamentos do Congresso Nacional, aqui cheguei, no dia 8 de janeiro de 1960, deixando para trás as belezas naturais de meu estado natal, o Rio de Janeiro, e toda minha família. Vivenciei muito todo o processo de construção da cidade, tendo podido ver, diariamente, uma parada (não militar como todos nós conhecemos das comemorações de Sete de Setembro) de operários, passando compactamente, por longo tempo, no horário das refeições. Muito jovem ainda, recém-formada, vivia algo jamais imaginado, tão distante de menina e moça de cidade grande, embora conhecesse o interior agrícola de São Paulo onde morava parte de minha família paterna. Sentia que estava participando de algo grandioso e me sentia envolvida por uma sensação de compromisso com o futuro, sem imaginar, todavia, tudo que até hoje consegui. Imaginava-me só uma professora a mais no ensino de Brasília, eis-me, agora, Membro desta e egrégia instituição, Secretária-Geral da Academia de Letras do Brasil e Presidente da Associação Nacional de Escritores. Brasília foi, realmente, generosa comigo.

Maria de Souza Duarte, também carioca, onde se formou em Serviço Social pela PUC-RJ, em 1960, dedicou-se à área educacional, tendo cursado o Mestrado em Educação na UnB. Foi sempre educadora respeitada, tendo marcado sua presença no Distrito Federal, de onde foi Secretária de Cultura e Esportes (95-96). Seu patrono, Roberto Pompeu de Sousa Brasil, filho de Antônio e Olímpia Pompeu de Sousa Brasil, era meu primo, pelo lado de minha bisavó materna, cearense como grande parte de minha família. Com ele tive oportunidade de conviver mais de perto no Senado Federal, podendo admirar sua inteligência e integridade.

Pompeu de Sousa, em 1931, com 15 anos de idade, resolve deixar Redenção, onde nasceu a 22 de março de 1914, indo para o Rio de Janeiro,

com a intenção de formar-se em Direito. Na então capital do país, trabalhou, com apenas 18 anos, como professor do Colégio Pedro 11, reconhecido educandário de minha cidade natal. Ali lecionou Língua Portuguesa. Com 22 anos, inicia-se no jornalismo, sua grande paixão, no *Diário Carioca*, onde galgou todos os cargos, chegando a Diretor Presidente desse importante órgão da imprensa brasileira. Nossa confrreira Maria Duarte, no livro que escreveu sobre Pompeu de Sousa, informamos ter ele renunciado, em 26 de agosto de 1961, ao cargo elevado que exercia, “por não aceitar o golpe militar que tentou impedir a posse, na Presidência da República, do então vice-presidente João Goulart.”

No *Diário Carioca*, foi o responsável pela substituição do sistema conhecido como “*nariz-de-cera*” pelo do “*lead*”, baseado no “copidesque” e usado até hoje.

Cabe aqui lembrar, que o *Diário Carioca* foi o único jornal da grande imprensa brasileira a apoiar a mudança da Capital para Brasília.

Quando em 1949 criou-se o Curso de Jornalismo, com chancela oficial, foi Pompeu de Sousa professor de Técnica do Jornal e do Periódico, na Faculdade Nacional de Filosofia, onde por sinal me formei em 1959, bem como nosso confrade Miguel Setembrino. Tendo vindo para Brasília, em 1961, foi fundador da UnB, junto com Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer, entre tantos nomes ilustres que para Brasília vieram prestigiar a ousadia de Juscelino Kubitschek.

Pompeu de Sousa projetou e dirigiu, na UnB, o início da implantação da Faculdade de Comunicação de Massa, fato que Maria Duarte ressalta, com muita propriedade em seu livro, ser “o primeiro projeto com tal amplitude em todo o mundo”. Concomitantemente, dirigiu o “Centro de Extensão Cultural, o Seminário Permanente de Problemas Brasileiros, o Seminário Permanente das Estruturas Docentes, o planejamento do Centro de Teledifusão Universitária e, interinamente, o Instituto Central de Letras”. Em colaboração com a Câmara dos Deputados, projetou ele e dirigiu o Seminário sobre a Reforma do Poder Legislativo Brasileiro.

Sua fama foi além das fronteiras do continente sul-americano. Assim, foi convidado, em 1964, para um ciclo de conferências em sete novas universidades do reino britânico: Inglaterra, Escócia e País de Gales, para narrar sua experiência com a Universidade de Brasília. Neste mesmo ano, todavia, foi o primeiro nome da lista de 15 professores demitidos pelo governo revolucionário, ocasião em que mais de duzentos professores da UnB se demitiram em conjunto.

Aqui em Brasília, Pompeu de Sousa criou, em 12 de setembro de 1959, o primeiro jornal do Distrito Federal. Era o *DC – Brasília*.

Desde 1956, acompanhou, passo a passo, a construção da nova capital, ao lado do nosso Presidente Juscelino Kubitschek.

Depois de exercer inúmeros outros cargos, foi convidado pelo então Ministro Fernando Lyra, para presidir a chamada Comissão Pompeu de Sousa, composta de artistas e intelectuais, que elaborou, a partir de muito estudo, o Projeto de Lei de Defesa da Liberdade de Expressão. Presidiu, ademais, o PMDB e o Sindicato de Escritores do Distrito Federal, de onde se afastou para assumir a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, tendo, na sua gestão, reformulado o sistema educacional público da nossa capital.

Em 15 de novembro de 1986, foi eleito para o Senado Federal, com mais de 150.000 votos.

Casado, em segunda núpcias, por 42 anos, com Othília Pompeu de Sousa, psicóloga, tendo com ela quatro filhos. Do primeiro casamento, teve duas filhas, ficando viúvo cedo.

Em 11 junho de 1991 falece de parada cardíaca, sem muito sofrimento, conforme afirmativa do Dr. Campos da Paz, naquela ocasião.

De uma alegria contagiante, acreditando que viver é lutar, só a morte conseguiu retirar-lhe o riso descontraído e de uma felicidade quase infantil.

Nosso companheiro de posse, o Dr. Léo da Silva Alves, gaúcho, é também professor, como Maria Duarte e eu. Formado em Direito, concluiu Mestrado em Direito Civil, além de haver cursado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Seu patrono é Oscar Niemeyer Soares Filho, nascido no Rio de Janeiro em 1907. Na Escola Nacional de Belas-Artes, diplomou-se em 1934. Dois anos depois, em 1936, já se destacava na equipe de Lúcio Costa que estava desenvolvendo “o risco” de Le Corbusier para o projeto do Ministério da Educação e Saúde. Em 1937, realizava sua primeira obra individual, conhecida como OBRA DO BERÇO. Em 1938, Niemeyer projetou, com Lúcio Costa, o pavilhão brasileiro na Feira Internacional de Nova Iorque, em 1939. A construção da Pampulha (1942-1943) mereceu elogios internacionais à arquitetura brasileira, com ampla repercussão interna também.

Oscar Niemeyer participou, com nove outros arquitetos, da orientação da construção das Nações Unidas, em Nova Iorque. Os planos

de Niemeyer e de Le Corbusier foram determinantes para a construção do prédio que lá se encontra atualmente.

Além das incontáveis e notáveis obras realizadas no Brasil, o patrono do Dr. Léo da Silva Alves projetou-se no exterior, como se pode ver em Caracas, Alemanha, Israel, Líbano, África, França, Portugal, Argel, Ilha da Madeira e em inúmeros outros lugares.

Entre tantos prêmios significativos que recebeu ao longo de sua carreira, Oscar Niemeyer ganhou, ainda, o Benito Juarez, em 1967, concedido pelo governo mexicano à personalidade latino-americana que mais contribuiu para o desenvolvimento das artes no continente sul-americano.

Apesar de seus 91 anos, não tem parado de trabalhar, sendo sua obra mais recente um Museu de Arte em Niterói, e, como sempre, de forma ousada, arrojada. Não se prendeu ele aos valores arquitetônicos do passado. Respeita-os, mas não os copia. Pedro Lyra nos diz, com muita propriedade que “é a mutabilidade que permite a transformação das características histórico-geográficas dos agrupamentos humanos, ou seja, a própria evolução do homem.” (p. 27 de **Literatura e Ideologia**). E continua ele: “A arte verdadeira só pode ser a do hoje e do aqui: a que problematiza o homem histórico-geográfico, situado no seu tempo e no seu espaço vitais. A tarefa do artista consiste em conferir a esta substância concreta uma forma capaz de presentificar a sua obra em todos os tempos e todos os espaços.” (p.28) E é isto que nosso grande esteta – pois é assim que o vejo – vem fazendo.

Oscar Niemeyer escreveu **Minha Experiência em Brasília**, livro este editado em português, russo, italiano e francês o que bem nos mostra a valoração de sua obra no mundo inteiro.

Todos aqueles que com ele trabalharam na construção de nossa Capital consideram-no o grande mestre.

Politicamente engajado, foi sempre coerente com sua ideologia, da qual se pode discordar, sem, todavia, deixar de reconhecer sua coragem de não renegá-la mesmo em períodos ortodoxamente contrários a sua filiação dogmática. Tanto assim que cedeu ou doou, segundo foi divulgado por jornais há poucos anos, apartamento para Luís Carlos Prestes, o líder de seu partido político, morar.

Olavo Bilac, poeta conhecido de todos os brasileiros, cujos versos constam de praticamente todos os livros escolares, coube a mim como patrono.

Filho do Dr. Brás Martins dos Guimarães Bilac, médico, e de D. Delfina Belmira dos Guimarães Bilac, ambos baianos, nasceu ele a 16 de dezembro de 1865, num modesto sobrado da Rua da Vala, no Rio de Janeiro, cinco meses depois de seu pai haver partido para a luta longa e impiedosa da Guerra do Paraguai, integrando o 31º Batalhão dos Voluntários da Pátria, deixando para trás a esposa grávida e uma clínica muito respeitada na Corte. Interessante é ressaltar que o bisavô do Dr. Brás, Jean Olivier Martin Bilac, foi médico das tropas do General Junot que “capitaneou a primeira invasão francesa em Portugal” (Fernando Jorge in **Vida e Poesia de Olavo Bilac**, p.22), no ano de 1807.

O casal, que já possuía uma filha, Cora, vê nascer o varão Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, cujo nome já era uma predestinação poética, pois constitui-se num alexandrino perfeito (doze sílabas métricas, com acentuação na sexta, formando dois hemistíquios) bem ao gosto parnasiano.

Aos quinze anos conclui Bilac os preparatórios e vê-se às voltas com um confronto com a vontade seu pai, monarquista e conservador, homem austero a quem não agradava a possibilidade de ver o filho poeta. Considerava os poetas “vagabundos incorrigíveis e incapazes”.

Bilac queria ser advogado e depois ingressar na carreira diplomática, mas o desejo paterno era outro, visualizava-o médico, seguindo a tradição familiar. A determinação do Dr. Brás era tal que ele chega ao extremo de conseguir um Decreto (nº 2956 de 3.8.1880) do Imperador Pedro II, mandando matricular Bilac na Faculdade de Medicina como ele queria, “dispensado o requisito da idade legal”.

A ânsia de liberdade de Bilac, seus companheiros de boêmia e amigos poetas levam o Dr. Brás ao desespero, a ponto de pôr o filho para fora de casa, para desgosto profundo de D. Delfina.

Nos bancos escolares, Bilac já começara a se sentir tocado pela poesia. Seus primeiros sonetos mostravam ateísmo e anticlericalismo sem nem mesmo respeitar o Papa.

Bilac era abolicionista e republicano, sentindo-se extremamente chocado, por sua sensibilidade, com as cenas vergonhosas da escravidão. Acreditava ele que a república daria mais possibilidade de abolir a escravatura. Em 1883, nosso poeta saúda, no Jardim Botânico, a futura República Federal Brasileira.

Bilac, apesar do sucesso literário que logo conseguiu, vivia em apuros financeiros.

Quando teve de sair da casa paterna, vagou pela cidade sem saber qual seria seu destino, até lembrar-se, no Campo de Santana, da pensão em que morava Francisco de Paula Nei, cearense, um de seus amigos, que ele havia conhecido no Curso de Medicina.

As dificuldades financeiras de Bilac chegaram ao ponto de fazê-lo desenvolver uma peça tola, “O Império dos Frutos”, começada por um preto desconhecido que não sabia como esticá-la. Por quinze mil-réis conclui o trabalho de uma noite até a manhã do dia seguinte.

Em Niterói, na Rua Diamantina, na casa de seu amigo Alberto de Oliveira, Olavo Bilac conheceu Amélia, jovem irmã de seu amigo. Daí para diante, seu coração se inflama pela moça bonita, educada, meiga e que fazia versos também. Afirma-se que ela saberia, de cor, duzentos e cinquenta e sete sonetos e poemas.

Impressionado com a arte de Sarah Bernhardt, Bilac dedicou-lhe o poema “Fedora”, publicado em “A Semana”, no dia 1º de julho de 1886. Escrito em francês corretíssimo e com o pseudônimo de Richepin fez com que as pessoas achassem ser o poema da autoria do autor de **Chanson des Gueux**, merecendo grandes elogios. Quando da descoberta do nome verdadeiro do autor, logo houve quem criticasse o soneto, alegando versos frouxos e adjetivação não muito adequada.

A leitura dos poetas franceses era habitual no Brasil daquela época. Théophile Gautier pontificava entre os poetas, com seu **Emaux et Camées**. Bilac, influenciado por ele, compõe, em 1886, sua célebre “Profissão de Fé”, com uma epígrafe de Victor Hugo: – “Le poète est ciseleur/Le ciseleur est poète.” “Profissão de Fé” é um longo poema, com 31 estrofes de quatro versos, em que afirma, na quarta estrofe: “Invejo o ourives quando escrevo:/Imito o amor/ Com que ele, em ouro, o alto relevo/ Faz de uma flor.” Na oitava estrofe afirma: “Torce, aprimora, alteia, lima / A frase; e, enfim, / No verso de ouro engasta a rima, / Como um rubim.” Os parnasianos queriam a perfeição, a forma a serviço da idéia e concepção.

O élan poético de Olavo Bilac não impede sua luta pela Abolição. Com a libertação dos escravos no Ceará, em 1884, primeiro estado a realizar essa proeza, e a lei Saraiva-Cotegipe, em 1885 (Lei dos Sexagenários), a idéia vai angariando força e Joaquim Nabuco funda a “Sociedade Brasileira contra a Escravidão”. Não podemos esquecer, ademais, a grande figura de José do Patrocínio que faz com que a ele se juntem um bom número de jovens talentosos, como: Luís Murat,

Guimarães Passos, Aluísio Azevedo, Paula Nei, Coelho Neto, Olavo Bilac e Pardal Mallet.

Seu amor à pátria e seu desejo de transmiti-lo às crianças levaram Bilac a escrever o tão célebre poema “A Pátria” incluído no livro **Poesias Infantis**, obra esta em que há “descrições da natureza, cenas de família, hinos ao trabalho, à fé, ao dever; alusões ligeiras à história da pátria, pequenos contos em que a bondade é louvada e premiada.”

Lembre-o aqui:

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!  
Criança! não verás nenhum país como este!  
Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!  
A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,  
É um seio de mãe a transbordar carinhos.  
Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,  
Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!  
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!  
Vê que grande extensão de matas, onde impera  
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! jamais negou a quem trabalha  
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com seu suor a fecunda e umedece,  
Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!

Criança! não verás pais nenhum como este:  
Imita na grandeza a terra em que nasceste!”

Bilac defende nossa língua, sempre esteve ao lado dos oprimidos e não aceitava despotismos. Apaixonado pelo jornalismo, lutou ao lado de José do Patrocínio pela Abolição, como todos sabem, mas quando foi feita a Abolição ele continua, pois gostava do trabalho exaustivo que encontrara na imprensa. Com o pseudônimo de “Pierrot”, escrevia, todos os dias, uma seção intitulada “Vida Fluminense”, no Jornal “O Combate” Neste mesmo Jornal, na seção “Pimentões” fazia ironia acerbadada a Floriano Peixoto e ao Almirante Custódio de Melo.

As sátiras de Bilac ao Marechal Floriano chegaram à chacota, a ponto de fazer uma paródia do “Hamlet”, retratando Floriano Peixoto

com as roupas do célebre e angustiado príncipe dinamarquês, criado pelo gênio de Shakespeare, monologando em uma sala do Palácio Itamarati. Vejamos um trecho: “Ser ou não ser... Minh’alma, eis o fatal problema! / Que deves tu fazer, nesta angústia suprema, / Alma forte? Cair, degringolar no abismo? / Ou bramir, ou lutar contra o federalismo? / Morrer, dormir... dormir... ser deposto... mais nada! / Oh! a deposição é o patamar da escada ... / Ser deposto! Rolar por este abismo, às tontas...” Por coisas desse quilate, Bilac é detido, só conseguindo ser libertado pelo empenho de seus amigos. Como vingança, Bilac, juntamente com Luís Murat e Guimarães Passos, escreveram frases violentas contra Floriano Peixoto e, logo que o jornal entrou na máquina, Bilac tomou um trem para Minas, enquanto Murat e Guimarães Passos se abrigaram em navios estrangeiros no porto do Rio de Janeiro.

Quando da Primeira Grande Guerra, o poeta ficou impressionado com o fato de a guerra estar se alastrando e ficou temeroso por nossa pátria. O pessimismo tomava conta do país, vendo ele a situação moral do Brasil como muito grave. Acreditou, então, que o serviço militar obrigatório poderia “despertar as energias adormecidas”. Começa, aí, em 9 de outubro de 1915, uma campanha cívica, com um discurso bem contundente, na Faculdade de Direito de São Paulo. Disse ele, entre outras coisas, o seguinte: **“O que me amedronta é a míngua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse; sem desinteresse, não há coesão; sem coesão não há pátria.”** Mais adiante, disse ele no mencionado discurso: **“Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados.”**

Um mês depois, o Exército o homenageia com um banquete. Ao agradecer a homenagem, afirmou que o Brasil estava atravessando “a mais grave de todas as crises de sua História” e que sentia um grande medo. “Não era o da miséria pública, o da guerra ou o da invasão estrangeira. A guerra, com todos os seus males, seria uma ventura, pois formaria uma extraordinária força de união nacional. Ele apenas tinha receio da possibilidade de haver um desmembramento. Temia as lutas fratricidas, as rivalidades entre os Estados irmãos. Porquanto sem amor – raciocinava o poeta – sem a comunhão dos interesses recíprocos, sem

unidade, não existe, na alma do povo, o sentimento de pátria. (Fernando Jorge. **Vida e Poesia de Olavo Bilac**). Penitenciou-se nesse dia da “frívola e irônica literatura” que deixou pelos jornais, “muitas vezes eivada do fermento anárquico”.

Para Bilac, os brasileiros esclarecidos deveriam ir ao encontro do povo, visando a aperfeiçoá-lo “pois só o povo possui energias mais fortes e mais puras”. Deveríamos estimulá-los.

Em 1915, mais precisamente no dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, Bilac declama sua “Oração à Bandeira”, cuja parte final é grandiosa: **“Bendita sejas! e, para todo o sempre, expande-te, desfralda-te, palpita e resplandece, como uma grande asa, sobre a definitiva pátria, que queremos criar forte e livre; pacífica, mas armada; modesta, mas digna; dadivosa para os estranhos, mas antes de tudo maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lírica, mas escudada de energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de Exército destro e de Marinha aparelhada, para assegurar e defender a nossa honra, a nossa inteligência, o nosso trabalho, a nossa justiça e a nossa paz!**

**Bendita sejas, para todo o sempre, bandeira do Brasil!”**

Nosso poeta é o autor do “Hino à Bandeira” que tantas vezes cantamos nas escolas. (“Salve lindo pendão da esperança! / Salve, símbolo augusto da paz! / Tua nobre presença à lembrança/ A grandeza da Pátria nos traz./ Recebe o afeto que se encerra/ Em nosso peito Juvenil./ Querido símbolo da terra,/ Da amada terra do Brasil!”).

Bilac foi tido, ademais, na sua época, como o mais popular dos conferencistas, tinha a voz adequada quanto à musicalidade e ao timbre, além de gestos sóbrios e elegante. Suas palestras prendiam e entusiasmavam os ouvintes.

Apesar de todas as lutas e do valor poético de Bilac, o Dr. Brás não o perdoa. Não queria mais falar com o filho que, todavia, não deixava de visitar Dona Delfina, mas sem entrar na casa paterna. Conversavam na calçada, mesmo que seu genitor não estivesse em casa.

Olavo Bilac nunca perdeu de vista a imagem da pátria e afirmava que ele e seus companheiros de intelectualidade representavam, na última metade do século XIX, o mesmo papel que, para o seu progresso material, representaram, no século XVII, os heróis das bandeiras, por ele exaltados de forma definitiva, no poema “O CAÇADOR DE ESMERALDAS”, dividido em quatro partes, com estrofes de seis versos alexandrinos, tendo

no total 276 versos em que canta o feito de Fernão Dias Pais Leme , pleno de desejo ideológico e econômico, sonhando com as esmeraldas.

“O CAÇADOR DE ESMERALDAS” foi traduzido pelo Professor Carlo Parlagreco para o italiano e publicado em Roma, em 1908.

Em 3 de outubro de 1907, Bilac recebeu uma enorme homenagem no Palace-Théâtre. Foi um banquete com requintes de decoração. Na festa discursaram Augusto de Lima (em nome dos intelectuais mineiros), Coelho Neto e Martins Fontes. Ao final, Bilac diz que o maior serviço prestado por ele e seus companheiros ao Brasil foi terem pulverizado “a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá embaixo, no seio do formigueiro humano, ansiando com os outros homens, sofrendo com eles, padecendo com eles todas as desilusões e todos os desenganos da vida; e isso porque compreendemos em boa hora que um homem, por mais superior que seja, ou por mais superior que erradamente suponha ser, aos outros, não tem o direito de fechar os olhos, os ouvidos, a alma, às aspirações, às esperanças, às dúvidas da época em que vive: — quem faz isso comete um crime de lesa-humanidade.”

Por seu trabalho, Olavo Bilac foi convidado por Sousa Aguiar, Prefeito do antigo Distrito Federal, para ser seu Secretário e ganha, num concurso da Revista Fon-Fon, do Rio de Janeiro, o título de Príncipe dos Poetas Brasileiros, por votação popular. Sua glória como brasileiro, como poeta, como intelectual, foi em vida.

Apesar de tudo isso, sofreu com o afastamento do pai. Às vésperas da morte (dois dias antes), o Dr. Brás chama Bilac e com ele se reconcilia. Acharam depois, sob seu colchão, o livro de poesia de Bilac, muito manuseado de tanto lê-lo e relê-lo.

De Bilac herdamos, ainda, o **TRATADO DE VERSIFICAÇÃO**, escrito em parceria com Guimarães Passos. É, verdadeiramente, uma grande obra didática, um pequeno dicionário de tudo que diz respeito à arte poética. Conseguem os autores explicar, sem sofisticação, todos os segredos do verso.

Não poderia deixar de falar, de forma mais aprofundada, sobre o amor de Bilac por Amélia, já por mim citada anteriormente. No dia 11 de novembro de 1887, Bilac pede a Dona Saninha sua filha em casamento. O pedido foi acolhido com simpatia, mas com a solicitação de que escrevesse a seu esposo, José Mariano de Oliveira, que se encontrava doente em São José de Além Paraíba. O pai de Amélia dá seu

consentimento, mas, infelizmente, pouco depois falece, assumindo o papel de chefe de família, Juca, que, logo, faz sentir a sua mãe o desagrado com o idílio. Reconhecia em Bilac seu talento e tinha-o como excelente rapaz, porém boêmio. Acreditava que, por isso, jamais seria um bom marido, o que o leva a terminar o noivado de Amélia com Bilac. Duramente tratado pelo irmão de Amélia, acrescido pelo pedido de Dona Saninha para que devolvesse as cartas, os versos e os retratos da ex-noiva, Bilac se amargura e escreve um poema pretendendo recuperar a paz perdida, querendo deixar de sofrer. Diz ele:

### **“Extrema Verba”**

“Maldita a hora fatal, em que, à feição de um mar,  
Que sorve a água de um rio, alva e resplandecente,  
O meu sequioso olhar bebeu sofregamente  
A embriagadora luz do teu profundo olhar!

Ah! três vezes maldito o amor que me avassala  
E me obriga a viver dentro de um pesadelo,  
Louco! por toda parte ouvindo a tua fala,  
Vendo por toda a parte a cor do teu cabelo!

Hei de sempre te ver: tudo fala de ti,  
Tudo lembra o fulgor dos teus olhos amados...  
E ecoam dentro de mim, como um dobre a finados,  
As palavras cruéis e triste que te ouvi!

Desvairas-me a razão! tiras-me a calma e o sono!  
Nunca te possuirei, bela e invejada vinha,  
Oh Vinha de Nabot, que eu tanto ambiciono!  
Oh alma, que eu desejo, e nunca serás minha!

Oh! que febre mortal ruge dentro de mim,  
E atropela-me o sangue e me incendeia a face!  
Antes nunca eu te visse— antes nunca eu te amasse,  
Porque, livre do amor, não sofrerei assim!

Quantas vezes, em sonho, as asas da saudade  
Solto para onde estás e fico de ti perto!  
Como depois do sonho é triste a realidade!  
Como tudo sem ti fica depois deserto!”

Em “Desterro”, mostra um erotismo reprimido, mas sempre esperava que Juca pudesse mudar de opinião e que Amélia viesse a ser sua. Dizia Nietzsche que “A ilusão é a essência em que o homem se criou”.

Olavo Bilac só volta a encontrá-la, depois do rompimento do noivado, em 1910. Desiludido, torturado por um amor não realizado, escreve este soneto fantástico.

### **MALDIÇÃO**

Se por vinte anos, nesta fuma escura,  
Deixei dormir a minha maldição,  
– Hoje, velha e cansada da amargura,  
Minh’alma se abrirá como um vulcão.

E, em torrentes de cólera e loucura,  
Sobre a tua cabeça ferverão  
Vinte anos de silêncio e de tortura,  
Vinte anos de agonia e solidão ...

Maldita sejas pelo Ideal perdido!  
Pelo mal que fizeste sem querer!  
Pelo amor que morreu sem ter nascido!

Pelas horas vividas sem prazer!  
Pela tristeza do que eu tenho sido!  
Pelo esplendor do que eu deixei de ser!...

Amélia, também poeta, responde-lhe com outro soneto, também dos mais bonitos em língua portuguesa:

Não te peço a ventura desejada,  
Nem os sonhos que outrora tu me deste,  
Nem a santa alegria que puseste  
nessa doce esperança, já passada.

O futuro de amor que prometeste,  
Não te peço! Minha alma angustiada  
Já te não pede, do impossível, nada,  
Já te não lembra aquilo que esqueceste!

Nesta mágoa sorvida, ocultamente,  
Nesta saudade atroz que me deixaste,  
Neste pranto, que choro ainda por ti,

Nada te peço! Nada! Tão-somente  
Peço-te agora a paz que me roubaste,  
Peço-te agora a vida que perdi!”

Ao qual, comovido, ele responde:

“Ao céu, por teu perdão, a minha alma que encantas,  
Suba, como por uma escada de Jacó!  
Perdi-te... E eras a graça, alta entre as altas santas,  
A sombra, a força, o aroma, a luz... Tu foste a só!...”

A Literatura registra grandes paixões infelizes: D. Pedro e Inês de Castro, Beatriz e Dante, Carlota von Stein e Goethe, entre tantas outras.

Em 1890, Bilac embarca para a Europa. Em Paris, viveu modestamente, travando conhecimento com Eça de Queirós que reconheceu o valor de sua obra. No ano seguinte volta ao Rio de Janeiro.

Em 1916, teve uma recepção enorme na Academia de Ciências de Lisboa, numa sessão extraordinária, o que muito o lisonjeou.

Dois anos depois, enfraquecido, com problemas renais, edema crônico e fígado endurecido, Bilac não resiste a uma gripe e falece a 28 de dezembro de 1918. Amélia Oliveira, num último gesto de amor, confecciona uma almofada, enchendo-a com seus cabelos da época de moça, para nela repousar a cabeça do poeta, além de derramar, sobre o cadáver, um vidro do extrato “Vitória-Essência”, como haviam prometido um ao outro.

Bilac cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a de Direito de São Paulo, sem, todavia, haver concluído nenhum dos cursos, mas foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, tendo ocupado a Cadeira nº 15.

Concluindo, tivemos a feliz junção – por coincidência para uns, porque para outros nada acontece sem uma finalidade ou explicação – de três patronos coerentes, corajosos, envolvidos com a defesa de valores éticos, estéticos e socio-econômicos e fiéis: Bilac à poesia e aos ideais sociais; Pompeu de Sousa à verdade jornalística, ao magistério e à

honestidade na política, e Oscar Niemeyer a seus princípios estéticos e políticos. Pensaram sempre como dizia Terêncio: **“homo sum et nihil humani a me alieno puto”**.

Bilac, como já me referi anteriormente, agradecendo uma homenagem do Exército a ele, afirmou estar o Brasil atravessando “a mais grave de todas as crises de sua História”. Creio que esta crise se renova com a perda dos valores éticos e a impunidade que vem crescendo em nosso país. Se somos todos iguais perante a lei, a punição não deve ser só para os menos favorecidos. Um povo precisa acreditar em seus mestres e seus médicos, ora mal pagos e sem o necessário apoio para o exercício de suas funções; precisa acreditar em seus governantes, que devem estar sempre acima de qualquer suspeita, para serem respeitados; precisa acreditar em seus juizes, para que se sinta seguro de que a justiça será feita sempre que necessária, doa a quem doer, bem como precisa acreditar nos parlamentares, responsáveis por disciplinar o país, criando leis justas, visando sempre ao bem comum, sem diferença de crença, cor ou poder econômico.

Assusta-me, como educadora e brasileira, ver um grande número de jovens descrentes de todos os valores e entregues às drogas; ver pessoas querendo estudar e sem ter poder aquisitivo para comprar livros, ver doentes morrendo ou parturientes tendo filhos na rua por falta de assistência hospitalar adequada; ver pessoas matando outras, com requintes de crueldade, queimando-as vivas dentro de carros e violentando-as por alguns reais; ver a prostituição infantil, além de muitas crianças serem molestadas sexualmente dentro de sua própria casa; ver os prédios e até monumentos artísticos grafitados, dando às cidades um ar de sujeira e desleixo; ver policiais espancando inocentes; ver gente morrendo em seus leitos por balas perdidas de traficantes impunes e prósperos; ver o desemprego e o desespero de famílias sem ter como pagar suas contas e alimentar seus filhos; ver que índios e mendigos são queimados sem nada terem feito; ver prédios ruírem por serem mal construídos ou ver os que, com sacrifício, compram apartamentos que não são entregues ou onde não têm garantia de poder morar pela insegurança. Continuo, entretanto, acreditando que vamos mudar o que houver de errado com trabalho, honestidade, respeito às divergências, cultura e o fim de doenças que podem e devem ser erradicadas. Acredito no ser humano e Deus há de nos ajudar.

Não poderia deixar de afirmar tudo isto, pois acredito, como Vianna Moog, que **“Quando desaparecem homens com capacidade de afirmar, é a decadência, é o começo do fim.”** (Heróis da Decadência.p. 11)

Muito obrigada pela atenção e paciência.

*Branca Bakaj*

# REGISTRO ICONOGRÁFICO





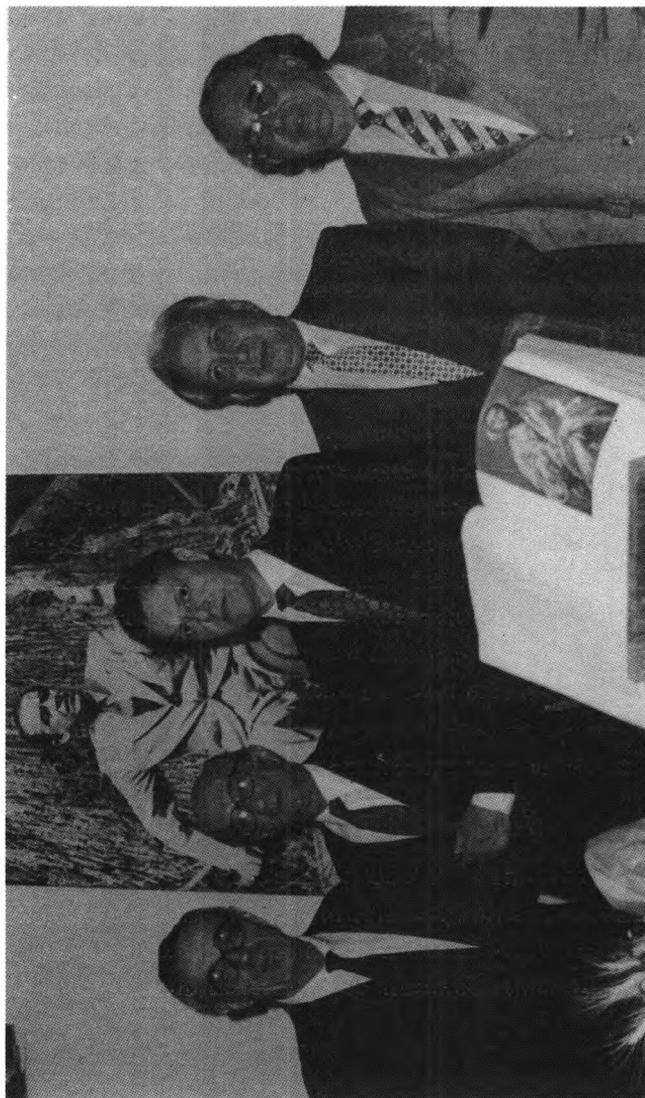
*Posse de Adison do Amaral, Alarico Ottoni R. Verano, Dario de S. Clementino, Flávio de O. Castro, Ivan Zanoni, Mercedes Kothe, Palmerinda Donato, Sophia Wainer e Willian D. de Almeida no IHG-DF, ocorrida no dia 12 de novembro de 1996. Na mesa, da esquerda para a direita: João Carlos Taveira, Vice-Presidente; Lélío Viana Lobo, Min. da Aeronáutica; Cel. Affonso Heitoro, Presidente do IHG-DF; Min. Guido Mondim e José Adirson Vasconcelos, ex-Presidentes da Casa*



*Acadêmico Ministro Lélto Viana Lobo, do Conselho Fiscal do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, confere ao novo Acadêmico Cel. Ivan Zanoni Hausen o título de sócio do IHG-DF, em cerimônia realizada na sede da Casa, no dia 11 de novembro de 1996*



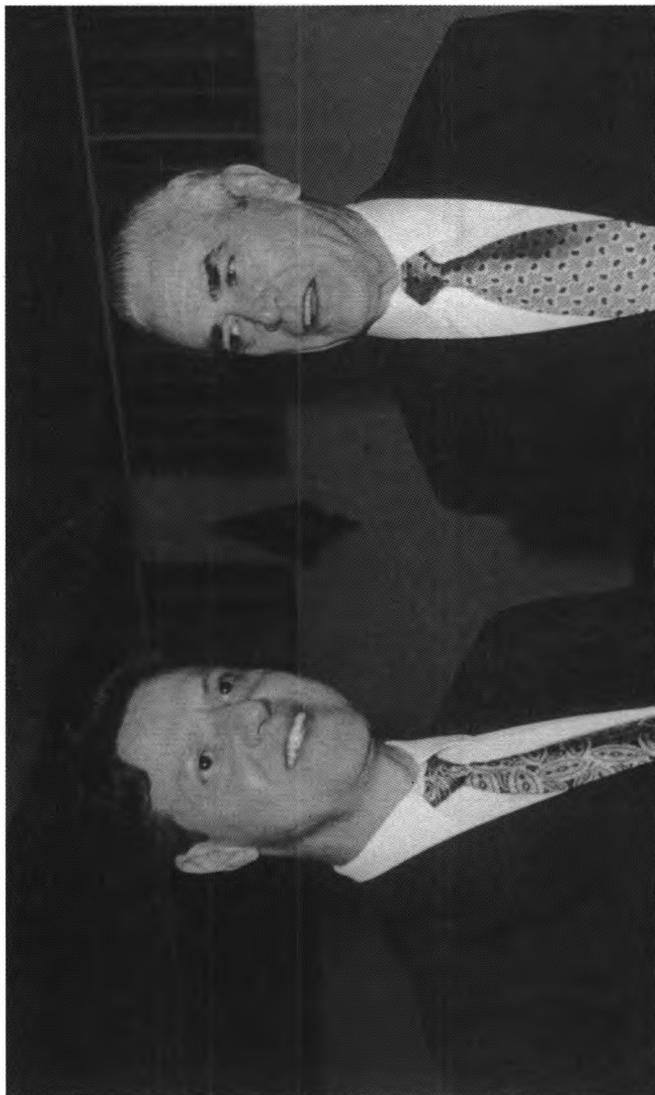
*Pose dos novos Acadêmicos Newton Egydio Rossi, Diniz Esteves, Romeu Barbosa Jobim (à esquerda), Arnaldo Serafim, Almir de Campos Brunetti e Lucídio Guimarães Albuquerque ladoando o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Cel. Afonso Heliodoro, em solenidade ocorrida em 14 de agosto de 1997*



*olenidade da Oração em memória do Presidente Juscelino Kubitschek, pela passagem do 21<sup>a</sup> aniversário de seu falecimento, realizada no Auditório do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, dirigida pelo Acadêmico Padre José Carlos Brandi Aleixo. Na foto, da esquerda para a direita, Padre Aleixo, Cel. Affonso Heliodoro, João Carlos Teveira, José Santiago Naud e Fagundes de Oliveira*



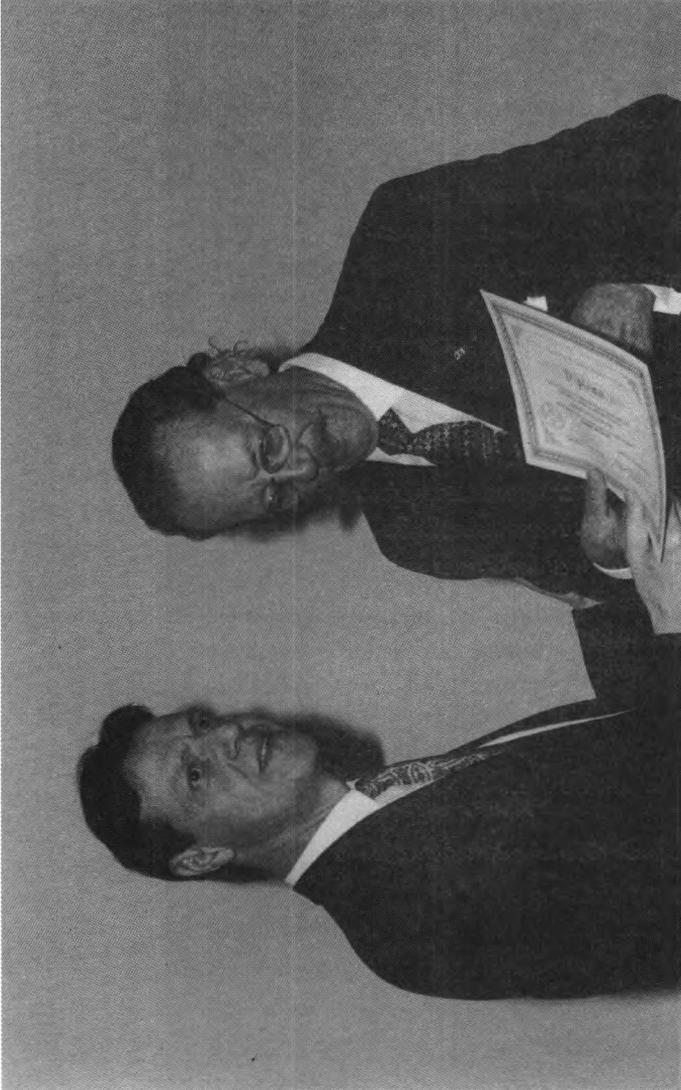
*Solenidade da Oração em memória do Presidente Juscelino Kubitschek, pela passagem do 21º aniversário de seu falecimento, realizada no Auditório do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal em 22 de agosto de 1997. Na foto, ao lado do Presidente Cel. Afonso Heliodoro dos Santos, os Acadêmicos Augusto Estellita Lins, Branca Bakaj e Fagundes de Oliveira*



*General Arnaldo Serafim, ao lado do Vice-Presidente João Carlos Taveira, no dia de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, juntamente com os novos Acadêmicos Almir de Campos Brunetti, Augusto Estellita Lins, Diniz Esteves, Lucídio G. Albuquerque, Newton Egydio Rossi e Romeu Barbosa Jobim, ocorrida em 14 de agosto de 1997*



*O Presidente do IHG-DF, Cel. Afonso Heliodoro dos Santos, inaugurou, em solenidade realizada no dia 30/09/97, às 19 horas, o busto do Patrono da Instituição Presidente Juscelino Kubitschek. À solenidade estiveram presentes Dr. Paulo Brasileiro do Valle Filho – Secretário Adjunto de Educação do DF; Antônio Soares Neto (Toniquinho); Paulo Afonso Martins de Oliveira (Acadêmico); Lélvio Viana Lobo – Ministro da Aeronáutica (Acadêmico); João Carlos Taveira – Vice-Presidente do IHG-DF*



*João Carlos Taveira, Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, confere ao Embaixador Augusto Estellita Lins o título de sócio do IHG-DF, em cerimônia realizada na sede da Casa, no dia 2 de outubro de 1997*



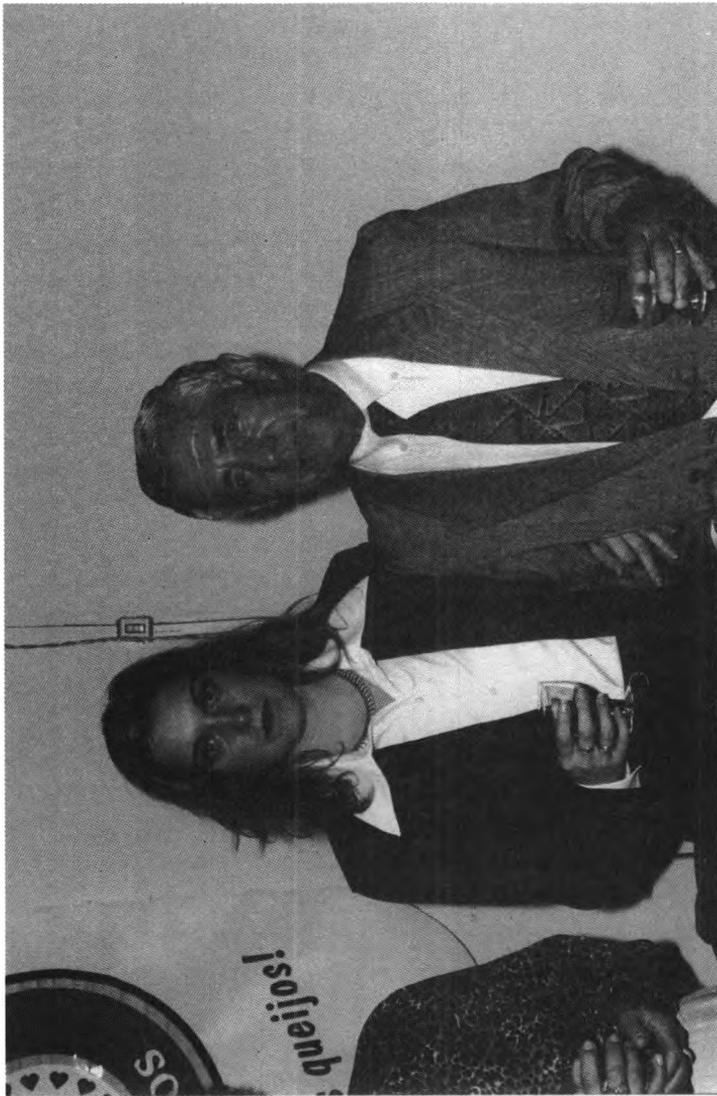
*Afonso Heliodoro dos Santos, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, saúda o novo sócio do IHG-DF, Rui Rasquilho, Adido Cultural da Embaixada de Portugal, na solenidade em que foram empossados igualmente os Acadêmicos Embaixador Augusto Estelitta Lins, Áureo Mello e Miguel Setembrino Emery de Carvalho, no dia 02 de outubro de 1997*



*Solemnidade de Posse dos novos Acadêmicos Branca Baktaj, Léo da Silva Alves e Maria de Souza Duarte, no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, realizada no dia 19 de março de 1998. Na foto, da esquerda para a direita, Newton Egydio Rossi, Hamilton Pereira da Silva (Secretário de Cultura e Esporte do GDF), Ivan Zanoni Hausen e o Presidente do IHG-DF, Cel. Affonso Heliodoro dos Santos*



*Márcia Kubitschek, ladeada por Antoninho Rapassi, Presidente do Instituto Semana Cultural JK em Americana-SP, e Afonso Heitodoro dos Santos, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, por ocasião da inauguração do Busto do Presidente Juscelino Kubitschek, patrono da Instituição, ocorrida em 30 de setembro de 1997*



*Pose da Senhora Solange Bertolo, ao lado de Antônio Soares Neto (Toniquinho), na Solenidade de lançamento do Vinho JK, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal em parceria com o Instituto Semana Cultural JK de Americana-SP, realizada no dia 02 de junho de 1998*

## NECROLÓGIO

O Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, neste primeiro número de sua Revista, reverencia a memória de três de seus sócios falecidos no ano de 1998: Edillis Bokel Snitocowski, Expedito Quintas e José Dilermando Meireles.



**Edillis Bokel Snitocowski** ocupava a cadeira 2 do Instituto Histórico e Geográfico do DF, tendo como patrono o Barão do Rio Branco. Funcionária do Senado Federal desde os primeiros dias de Brasília, prestou inestimáveis serviços a este Instituto trazendo documentação valiosa sobre o Congresso Nacional em Brasília e sobre a própria História do Parlamento brasileiro.



**José Dilermando Meireles** nasceu em Luziânia, Goiás, a 11 de maio de 1928. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Goiás em 1954, ingressou, no ano de 1967, na carreira do Ministério Público do DF, chegando ao cargo de Procurador Geral da Justiça no período de 1982 a 1985. Paralelamente, exerceu outras atividades como a de vereador e presidente da Câmara Municipal de Luziânia. Membro da Academia Goiana de Letras, Academia de Letras e Artes do Planalto Central, Instituto Histórico e

Geográfico de Goiás, Instituto dos Advogados do DF, Instituto Luso-Brasileiro de Direito comparado (RJ). Pioneiro, pertenceu ao Clube dos Pioneiros de Brasília. Instituidor da Fundação Cultural “José Dilermando Meireles”, em Luziânia. Como escritor publicou várias obras literárias, trabalhos jurídicos e artigos em jornais e revistas especializadas, destacando-se entre elas: Apologia de Brasília (1960); O Planalto Central do Brasil no Presente, no Passado e no Futuro (1973); Um Estudo sobre o Domínio das Terras do Distrito Federal (1974); Deste Planalto Central (1978); Ministério Público - Sua Gênese e sua História (1982); O Ministério Público na Constituição (1982); e Humor com Amor (1998). Exerceu o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.



**Expedito Quintas** nasceu na cidade do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro, em 1º de novembro de 1925.

Casado com Regina Stella Studart Quintas, teve oito filhos: Regina Stella, Sergei, Renio, Viviane, Nise Maria, Celia, Paula e Renan.

Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II - Internato - Rio de Janeiro, e licenciou-se em Química e Ciências naturais na Universidade do Distrito Federal - Rio de Janeiro, onde lecionou química.

Jornalista Profissional, Publicitário e Técnico em Finanças Públicas, foi Assessor da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Como jornalista do Diário de Notícias do Rio de Janeiro veio para Brasília como diretor-chefe da Sucursal na Capital Federal.

Foi Diretor do Diário de Brasília e no Correio Braziliense destacou-se como Diretor de Projetos Especiais, desempenhando ainda as atividades de Editorialista e Editor de Economia.

Como publicitário foi Fundador e Diretor da Agência de Publicidade PROMOVE - Promoção e Assessoramento Ltda.

Expedito Quintas foi também Chefe de Gabinete do Ministério da Viação e Obras Públicas do Ministro de Estado Clóvis Pestana, Ministro Virgílio Távora, Ministro Hélio de Almeida e Ministro Expedito Machado.

Na administração Plínio Catanhede foi Chefe de Gabinete da então Prefeitura do Distrito Federal e Membro da Comissão Especial de Estruturação e Implantação da Reforma Administrativa do GDF – Lei 4545.

Foi Chefe de Gabinete do Ministério do Interior na Gestão do Ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima e seu representante na Comissão da Reforma Administrativa do Governo Federal.

Ensaísta e Conferencista, foi Membro do Conselho de Administração da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Foi Chefe de Representação do Governo do Ceará no DF, bem como Chefe do Escritório de Representação do Governo do Piauí no DF.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, elaborou o projeto das comemorações dos 500 anos de Descobrimto do Brasil ainda em março de 1996.

Como Pioneiro na construção de Brasília, veio para a nova capital antes mesmo de sua inauguração, sempre imbuído do ideal de integrar o planalto central ao desenvolvimento do Brasil.



## EM MEMÓRIA DO ACADÊMICO JOSÉ DILERMANDO MEIRELES



*Lincoln Magalhães da Rocha*

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Affonso Heliodoro dos Santos, recebeu da presidência do Tribunal de Contas da União relato da solenidade plenária daquela Casa do dia 15/07/98, em que foi reverenciada a memória do acadêmico José Dilermando Meireles, falecido

em 9 de julho de 1998.

### **VOTO DE PESAR**

O Tribunal Pleno manifestou seu pesar pelo falecimento do Dr. José Dilermando Meireles, nas palavras do Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, tendo ficado assente que seria transmitida à família enlutada, bem como às autoridades mencionadas no último parágrafo do pronunciamento, o inteiro teor desta manifestação:

“As brumas da tarde de quinta-feira 9 de julho não trouxeram apenas a penumbra do anoitecer; com elas veio a escuridão da tristeza e do desapontamento de todos pela morte fulminante de um dos mais carismáticos pioneiros de Brasília.

Morreu Dilermando Meireles. Morreu trabalhando no quarto de um Hospital, do qual fizera o seu gabinete após 4 dias de internamento à procura de um diagnóstico que chegou junto com a explosão de sua aorta: o aneurisma fatal.

Filho do Planalto Goiano onde se edificou Brasília, dividiu com a cidade céu parte de seu patrimônio familiar para que a nova Capital aqui pudesse instalar-se.

Cultivou a terra, a arte, a literatura, a profissão jurídica, a cidade natal, a família e os amigos.

Por isso foi fazendeiro, violinista de fino gosto, escritor, advogado, Defensor Público, Promotor Substituto, Promotor Público, Curador, Sub-promotor Geral e Promotor Geral do Distrito Federal e Territórios, Desembargador do T.J.D.F. pelo quinto Ministério Público, função que se aposentou aos 70 anos de idade, fundador de um dinâmico Centro Cultural em Luziânia e de uma Academia de Letras e Artes do Planalto, esposo, pai, avô, filho, irmão e cultor de amizade que enriquecia os que tiveram a ventura de conhecê-lo de perto, como foi o caso do Rotary Club no qual acabara há três semanas de ingressar.

Como jurista deixou trabalhos excelentes como: “Ministério Público, sua Gênese e sua História”, monografia; “Posição Constitucional do Ministério Público”, Ensaio doutrinário; “Um Estudo sobre o Domínio das Terras do Distrito Federal”; “Rumos da Reforma Judiciária”; “O Juízo Arbitral Obrigatório como Forma de Descentralização Judiciária”; “Os Danos Morais em Face da Constituição de 1988”, entre outros artigos publicados em jornais e revistas especializadas.

Como escritor publicou **Apologia de Brasília**, em co-autoria, 1960; **O Planalto Central do Brasil no Presente, no Passado e no Futuro**, Ensaio; **Deste Planalto Central – O Histórico e o Pitoresco**, 1978; **A Morte Trágica de Americano do Brasil**.

A propósito do caráter regionalista do livro de Dilermando Meireles, assim se expressou Guimarães Lima em seu **Goyaz, Terra e Alma**:

“Com prefácio de Altainiro de Moura Pacheco, Dilermando Meireles publicou as suas crônicas com a epígrafe deste comentário, pela “Jorluz Editora”.

Essas crônicas têm valor relevante para o histórico do Planalto Central, particularmente para Luziânia, sua terra natal, e para Brasília, a obra do século.

Ele ministra aulas, brincando, o que, hoje, é o método recomendável pela pedagogia. Daí as palavras do seu apresentante, ao realçar: “Suas crônicas, impregnadas de fina e elegante verve, registram fatos, episódios sociais e acontecimentos participantes da história local.”

Com efeito, Brasília representa para o Brasil Central o abrir de uma constelação. É o oásis para o viajante fatigado...

O próprio autor salienta o valor ascendente das suas terras e o nível da sua educação.

Goiás concorreu, e muito, para a concretização de Brasília, podendo-se afirmar mesmo, sem exagero, ter sido a sua viga-mestra. Não reconhecer isso seria tão absurdo como negar o valor do oxigênio na vida animal.

Para alcançar esse objetivo, o governo de Goiás instituiu uma Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, com sede em Luziânia, composta dos magistrados Marcelo Caetano, Hamilton Velasco e Moacir Bonfim de Freitas, além dos promotores de Justiça Domingos Juliano e Arquelau Gonzaga, bem como do engenheiro Mozart Parada, técnicos especializados em direito imobiliário. Presidiu-a com a austeridade costumeira o prefaciador do livro.

Essa Comissão prestou relevantes serviços e o fez gratuitamente, em ato de fé, como os apóstolos de Cristo, conseguindo desapropriar 40.000 alqueires geométricos de boas terras ao preço de... pasmem! Oitenta centavos o alqueire.

Só isso basta para comprovar a contribuição de Goiás na construção de Brasília, distribuindo, sem alarde, como Santo Antônio, o pão de sua modesta pobreza, fazendo crer que ainda existe no coração do povo o sentimento de solidariedade humana. Somos herdeiros de uma raça que, por amor à Pátria, enfrentou perigos e penetrou mares nunca dantes navegados, dilatando a Fé e o Império, imortalizada no poema épico de Camões.

Além desses fatos, que enriquecem a nossa história, Dilermando Meireles focaliza o pitoresco, que compõe o nosso folclore. “Merece transcrita sua última mensagem de seu derradeiro livro, editado em 1997, “Humor com Amor”:

*“Neste modesto livro, o meu intuito é transmitir um pouco de alegria e bem-estar àquele que me honra com sua leitura.*

*As narrativas são curtas, de modo a não tomar muito tempo do leitor que, nos dias que correm, não dispõe de tempo para se dedicar a leituras demoradas e longas.*

*Este livro, cujo título bem traduz o seu conteúdo, propõe-se a divertir, descontraindo o cidadão das mazelas quotidianas.*

*Muitos amigos meus foram utilizados como personagens recriadas e estilizadas em várias das histórias narradas.*

*Todos haverão de perceber, porém, que a ninguém faltei com o devido respeito e a todos demonstrei o meu carinho, a minha confiança e a minha estima.*

*Sou um apaixonado pela vida, por minha terra e por minha gente. Todos esses três elementos estão invaria-velmente presentes nas minhas crônicas e narrativas.*

*Não faço coro ao negativismo. Testemunharão todos que mesmo nos momentos em que excepcionalmente manipulo com o trágico, sempre o faço quando o tempo já o transformou em cômico, de que é exemplo a historieta do 'Defunto Azarado'.*

*Sou magistrado de profissão e lido diariamente com as discórdias, as desavenças, as demandas, as fraudes, as falsidades, as ambições desmedidas e tudo o mais que aflige, infelicita e macula a criatura humana.*

*Não gostaria que a minha literatura fosse uma reprodução desse quadro de dissabores, levando a quem nada tem a ver com o peixe, às angústias que devem ficar confinadas no âmbito dos processos judiciais.*

*Censuro a televisão e a mídia, em geral, exatamente por isso: por levarem todos a sofrer por questões que não lhes dizem respeito e pelas quais nada podem fazer, senão infelicitar-se também.*

*As contradições do sistema levam os malfeitores à prisão mas deixam soltas as malfeitorias que, por ação de uma propaganda irresponsável, criam asas eletrônicas e continuam a causar malefícios à comunidade.*

*O mundo talvez ficasse melhor e a vida mais saborosa, caso houvesse um pacto social de não se espalharem senão as notícias capazes de transmitir felicidade, entretenimento e bem-estar.*

*Conquanto isolado, este modesto livro se propõe exatamente a isto. Se com sua leitura o leitor puder sentir-se um pouco mais aliviado, mais descontraído, mais alegre e mais feliz, o meu objetivo terá sido alcançado plenamente e me sentirei recompensado do esforço despendido e estimulado a prosseguir escrevendo e descrevendo o lado bom e alegre da vida, supremo Dom que Deus nos deu.*

Brasília, primavera de 1997

Não posso deixar de citar respeito e admiração pelo Tribunal de Contas da União. Na sexta-feira anterior, assessorando o Presidente do T.J.D.F., solicitei-me pesquisa no TCU a propósito de uma compra de objetos de arte e decoração. Era o administrador probo e reto querendo acertar e ser leal ao Presidente que nele confiara, para a chefia de seu gabinete.

Esse é o Dilermando que a família forense perdeu. Seu exemplo permanecerá.

Senhor Presidente,

Requeiro seja enviada cópia deste pronunciamento à sua esposa Solange Costa Meireles, a seus filhos Rogério, Virgínia e Maria Helena bem como ao Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves, Presidente do T.J.D.F., ao Procurador Geral do Distrito Federal, Dr. Humberto Ulhoa; ao Presidente da Academia de Letras e Artes do Planalto, Dr. Alan Viggiano e ao Cel. Affonso Heliodoro, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF e ao Sr. Frederico Monteiro, Presidente do Clube de Pioneiros de Brasília, e ao Presidente do Rotary Club Lago Sul, Dr. Joemil de Oliveira.

Requiesce in pace, amigo Dilermando Meireles, sit tibi terra levis.



## DE BOLIVAR A KUBITSCHKEK – O DESPERTAR DA AMÉRICA LATINA



*Affonso Heliodoro dos Santos*

Há quase duzentos anos vêm os povos da América Latina sonhando com a integração de seus Estados. Fisicamente há – por desígnio de Deus – essa integração. As fronteiras que separam os irmãos latino-americanos são fronteiras ideais, traçadas, digamos, também por Deus. Quis Ele ver os habitantes deste imenso Continente labutando, cada qual em seu território, para que tivessem – por seu trabalho – oportunidade de desenvolver-se espiritual e materialmente.

As diferenças estabeleceram-se e cada pedaço deste chão americano transformou-se em nação independente, dona de seus destinos, até onde lhe foi possível ser. Sempre tutelados por colonizadores declarados no início, e, hoje, por colonizadores que se escondem atrás dos cofres de seus tesouros recheados do ouro levado desses povos escravizados pela cultura egoísta, mercantilista e pela prática de uma pressão econômica tradicionalmente exploradora de nosso infortúnio, continuam à mercê de uma dominação política e econômica indesejada. Nesses quase duzentos anos de agitação pan-americanista, desde a “Carta Profética de Bolívar, o Libertador”, datada de 1815, têm surgido movimentos buscando a união entre os povos das Américas. Movimentos importantes se destacam nessa busca incessante de entendimento e colaboração entre os povos que compõem esta parte do mundo que, surgida da vontade aventureira e brava dos povos latinos da Europa,

transformou-se, depois, em vítima dolorosa da ganância e da avidez de seus descobridores e primeiros colonizadores.

Independentes, continuamos, contudo, sujeitos às injunções políticas e econômicas a nós impostas pelos que hoje constituem os países chamados Primeiro Mundo.

Da famosa “Doutrina Monroe”, em 1823, à Conferência de São Francisco, em 1945; e tantos outros encontros, tratados, cartas, acordos e a Operação-Pan-Americana do presidente Juscelino Kubitschek, em 1958 – substituída pela “Aliança para o Progresso”, do presidente Kennedy – e, ainda, todo o esforço realizado pelos governos, principalmente latino-americanos, culminando agora com os programas do Mercosul e do Nafta, o que temos assistidos, quase sempre, são eloqüentes sessões de muita retórica e pouco resultado prático.

Na carta enviada ao Presidente Eisenhower, naquele memorável dia 28 de maio de 1958, o Presidente Juscelino “adiantava, entretanto, que julgava ter soado a hora de rever fundamentalmente a política de entendimentos deste hemisfério, examinar o que estava sendo feito realmente em favor dos ideais pan-americanistas, em todas as suas implicações. E perguntou: “Estamos nós agindo no sentido de se estabelecer a ligação indestrutível de sentimentos e interesses que a conjuntura grave aconselha?” E mais adiante proclama: “A Operação Panamericana foi simples retomada de aspiração secular pela qual se bateram grandes homens do nosso Continente. Deu corpo e função a um ideal coletivo, quando chegou a hora de saber se havia ou não havia realmente algo a fazer pelo fortalecimento do Continente. Não visou apenas a combater adversários ideológicos, evitar infiltrações insidiosas em nossos territórios, mas também, e sobretudo, uma solução para a crise de nosso tempo.” E depois afirma: “A Operação Pan-Americana foi um grito contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, um brado público e alto diante dos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina. Desfraldamos o apelo à consciência da América, em voz de franca e leal. E fizemo-lo com o realismo de quem conhece claramente os obstáculos imensos a superar, os pontos de vista antagônicos a conciliar, as incompreensões a vencer.” Em outra parte diz o Presidente Kubitschek: “... nunca havíamos colocado, até então, perante o Continente, a idéia – inteiramente nova – de que o princípio de solidariedade comum ante a agressão e a ameaça externa deveria, agora, estender-se à luta comum contra o subdesenvolvimento e a miséria.”

Temos, tramitando no Congresso Nacional, o projeto do ex-presidente Itamar Franco propondo a obrigatoriedade do estudo da língua espanhola nas escolas brasileiras, iniciativa que busca levar a bom êxito este esforço secular. Bom seria que também o português fosse obrigatório nos países de língua espanhola, quando já se busca, no mundo, por sugestão da União Latina, reforçar nos países latinófonos a nacionalização de nossos falares, para que amanhã não tenhamos que nos entender com nossos irmãos latinos em inglês, como sugere e lembra Eugène Boudin, fundador da União Latina. Entrementes, perduram as dificuldades do entendimento, da comunhão de idéias e da convergência de ideais. Embora informal e sempre negado, o que vemos, repito, é o isolamento ou o afastamento em que vivem os povos da América Latina, isoladamente, procurando cada qual se bastar. Isoladamente, de chapéu na mão, à procura das burras cheias de nosso sangue e de nosso suor, transformado, qual milagre de um Midas, no ouro que nos é depois emprestado, instrumento de nossa dependência.

Em troca levam mais suor e mais sangue dos cofres de nossas vidas.

Os movimentos de integração e de cooperação, ora em evidência no nosso Continente haverão de encontrar, nas lideranças nacionais de cada país da América Latina, estadistas capazes de levar-nos, embora tardiamente, à independência tão sonhada por todos os povos do mundo.

Está na hora, mais do que na hora, de surgir alguém capaz de convocar este povo para uma união efetiva. É tempo de lutarmos – não pelas armas – mas pela inteligência, pela palavra, pela prosa e pela poesia, pela música, pelo teatro e pela dança, pelas artes plásticas, para levarmos às consciências de nossos irmãos a beleza da paz, da sadia convivência e da liberdade. Não a liberdade aparente, sem pão e sem teto. Mas a liberdade de fato, a liberdade que traz felicidade, que redunde em entendimento, em colaboração, em trabalho e assistência mútua.

Há 40 anos o presidente Juscelino Kubitschek lançava a Operação-Pan-Americana, cujo conteúdo seria: “Fraternidade entre as nações deste Continente; derrubada das barreiras entre pobres e ricos e desenvolvimento econômico e social equilibrado e solidário.” Tantos anos passados, ainda hoje buscamos ressaltar, para os povos irmãos da América Latina, a importância de se tentar, pelos meios diplomáticos e pelo intercâmbio cultural, o revigoramento e mesmo a ressurreição de um projeto que se previa de grande alcance para o entendimento, a

convivência e a colaboração entre os povos das Américas, propondo um largo projeto de desenvolvimento de cada país latino-americano, econômica e socialmente integrado.

Segundo Licurgo Costa, no prólogo escrito para o livro de Pedro Gomes Aparício “La Doctrina Kubitschek em Marcha”, “A agitada biografia do Pan-americanismo oferece quatro momentos culminantes: a chamada “Carta Profética” de Bolívar, escrita na Jamaica em 6 de setembro de 1815; a Doutrina Monroe, exposta a 3 de dezembro de 1823 ao Congresso Norteamericano – a atitude das vinte nações ibero-americanas na Conferência Mundial de São Francisco, inaugurada em 26 de abril de 1945, e, finalmente, a Doutrina Kubitschek, esboçada na carta que o presidente Juscelino Kubitschek enviou em 28 de maio de 1958 ao presidente Eisenhower e desenvolvida, posteriormente, em mensagem aos povos americanos.”

Dos registros acima devemos notar, todavia, que a Doutrina Monroe de 3 de dezembro de 1823, realmente firmava o princípio de não ocupação ou conquista de qualquer parte do território do Novo Mundo por países europeus, mas, sabidamente, deixava aberta a porta para a ocupação e conquistas norteamericanas no Continente Americano. Visava a América do Norte principalmente, a conquista de Cuba e Porto Rico, ainda sob o domínio espanhol. Os governantes americanos, àquela época, estavam certos “de que Cuba seria um dia anexada aos Estados Unidos embora não no futuro imediato”. E diziam mais: “Há leis de gravitação política como física– e se uma maçã cortada pela tempestade de sua árvore nativa não pode deixar de cair no chão, Cuba, separada pela força de sua conjugação artificial com a Espanha, e incapaz de auto sustentação, só pode gravitar na direção da União Norte Americana, a qual, pela mesma lei da natureza não a pode rechaçar de seu seio.” Claro está pois que Washington nutria ainda vontade de incorporar as ilhas de Cuba e Porto Rico aos seu governo. Por essas razões não podemos considerar a Doutrina Monroe, no meu modesto entender, como tendente a reforçar os princípios Bolivarianos ou de Kubitschek. Mais significativa que a Doutrina Monroe no processo de entendimento e unificação dos estados que compõem hoje a América Latina, parece-me, é o Tratado de Madri de 1750, quando o diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão obteve significativa vitória diplomática estabelecendo o princípio do *uti possidetis facto*. Tratado que possibilitou o estabelecimento das fronteiras do Brasil com seus vizinhos de fala espanhola, “estipulando que os

domínios dos dois Estados, Portugal e Espanha, deveriam, ser assinalados tomando como referência o curso de rios e de montes, mas obedecendo à posse efetiva do território delimitado pelos respectivos colonizadores.” E, a partir daí tudo se tem feito diplomaticamente. “Rodrigo Otávio e Araújo Jorge consideram Alexandre de Gusmão um verdadeiro precursor do pan-americano Sul-Americano.”

Motivado pelos desagradáveis acontecimentos que marcaram, naquele ano, a visita do então vice-presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos, à América Latina, sobretudo em Lima e Caracas, onde fora vítima de manifestações hostis que tiveram significativa repercussão em todo o continente, o Presidente Kubitschek com sua visão de estadista – antecipando-se aos entraves e lentidões burocráticas, enviou ao Presidente Dwight Eisenhower, dos Estados Unidos, a mencionada carta de 28 de maio de 1958. Carta que, neste ano, completa seus 40 anos e que daria origem e seria o primeiro passo para a criação, para o nascimento da Operação Pan-Americana, como um movimento de solidariedade e amizade entre os povos latino americanos, dependentes dos países ricos, desenvolvidos, interessados em manter-nos sob o jugo de suas economias.

Na palavra do embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, “A inconformidade com o subdesenvolvimento se espalhava por toda a América Latina e serviria de base sólida para uma diplomacia centrada no Continente.” Em mensagem de junho de 1958 ao Congresso Nacional o presidente Juscelino Kubitschek explica que sua política externa obedeceria às seguintes diretrizes: “Afirmação brasileira, fraternidade americana, solidariedade democrática, espírito universal e cristão.” A documentação que relata os acontecimentos e ocorrências da época são o testemunho de sua adesão a essas definições. As palavras, os gestos e as providências de JK nesse sentido “não eram referências ocas, mas compromissos que ganharam expressão em várias oportunidades”.

A Operação Pan-Americana, no seu sentido mais amplo e genérico, consubstanciou-se num amplo movimento continental, com o indiscutível e franco apoio dos países da América Latina. Buscava a OPA, sobretudo, transformar os princípios e propósitos do sistema interamericano em realidades tangíveis e práticas. Era a busca do desenvolvimento econômico e social integrado e regionalizado, na conjunção de esforços e na procura de objetivos comuns. Não mais a retórica, o palavreado rebuscado, nem as declarações bombásticas – certamente sinceras e bem intencionadas, todavia sem resultados práticos – mas programas concretos

de ação que atendessem às aspirações dessa comunidade de nações. Todo o esforço seria agora concentrado para erradicar do nosso Continente o malfadado subdesenvolvimento responsável pelo atraso e sofrimento de nossos povos. Era preciso acabar com os paliativos assistenciais. Chegara a hora de um grande esforço de cooperação.

No dia 20 de junho de 1958, JK dirigiu-se aos embaixadores dos Estados Americanos, acreditados junto ao governo brasileiro, para dizer-lhes: “Verifico que no Brasil – e creio que nos demais países do Continente – amadureceu a consciência de que não convém mais formarmos um mero conjunto coral, uma retaguarda incaracterística, um simples fundo de quadro.” Afirmando ainda: “Uma participação dinâmica nos problemas de âmbito mundial – é este pelo menos o pensamento de meu governo – deve ser precedido de uma rigorosa análise da política continental. Foi este o sentido de minha intervenção ao presidente Eisenhower.” A proposta era ambiciosa e revolucionária – revolucionária no sentido de uma tomada de posição no panorama americano e mesmo mundial – portanto, contrária aos rançosos conceitos relativos ao posicionamento latino americano nas decisões políticas, econômicas e sociais do Primeiro Mundo. Esta arrojada pretensão levaria a manobras – sutis é verdade que descaracterizassem os objetivos da Operação-Pan-Americana.

A quase simultânea troca de governantes do Brasil e dos EEUU em 1961 interrompeu o processo em curso. Processo que teve o inegável apoio e interesse do presidente Eisenhower.

Jânio Quadros, eleito Presidente do Brasil, não tinha nenhum interesse em dar prosseguimento a qualquer programa de JK, muito menos este de cunho internacional. Sua política externa caracterizou-se por uma aproximação com Cuba, países do Leste Europeu e África. Por sua vez o presidente Kennedy, nos primórdios de seu governo lançou a Aliança para o Progresso, cujos fundamentos dizia inspirados na Operação-Pan-Americana, “teoricamente destinada a dar prosseguimento à proposta brasileira.” “Os motivos podiam ser sinceros e as intenções corretas. As conseqüências, porém, não o foram”. (Embaixador Celso Souza e Silva).

Com a morte de Kennedy, a Aliança para o Progresso transformou-se naquele instituto paternalista e assistencialista tão do gosto de nossos vizinhos do Norte. A Operação-Pan-Americana, um projeto de tão significativa magnitude, fatalmente mudaria o comportamento dos países abaixo do Rio Grande. A praxis americana – à época voltada para o

combate ao comunismo – não quis entender e não se interessou pelos propósitos do presidente brasileiro ao propugnar por um projeto desenvolvimentista, único instrumento capaz de derrotar – sem violência, democraticamente – o então risco de uma comunização dos sofridos povos de nosso Continente. Já os emissários de Eisenhower – Roy Rubotton e Foster Dulles obcecados pela idéia do anti-comunismo – Cuba estava ali bem ao lado – se negaram a entender a mensagem de Juscelino. Para eles o fundamental não era o desenvolvimento econômico e social do Continente, e sim a defesa nacional, o policialesco combate ao comunismo. Esta política levaria nosso Continente a uma série de revoluções e à implantação de regimes militares; governos totalitários com restrição das liberdades; regimes fortes sem parlamento ou com parlamentos subjugados à força das armas.

Na verdade, o que propunha o governo brasileiro por meio da OPA era o pan-americanismo que sempre foi mais que uma simples idéia. Seria a concretização de um velho e histórico estado de espírito, uma consciência coletiva de autodefesa e autopreservação econômica. Há, mesmo, autores que procuram remontar esse ideal de convivência pacífica aos idos de 1750, quando os reis de Portugal e Espanha, no dia 13 de janeiro, assinaram o histórico Tratado de Madri, com a nítida preocupação de se estabelecer “uma política geral de paz e harmonia” entre as duas potências ibéricas. Os poderosos senhores D. João V, rei de Portugal e D. Fernando VI, rei da Espanha negociaram de modo a preservar suas colônias na América de possíveis conflitos entre seus países, recomendando, em cláusula específica: “Lã política de buena vencidad”, expressão usada mais tarde por Franklin Delano Roosevelt com sua política de “boa vizinhança” para os povos das Américas. Entretanto, o Tratado de Madri ia mais longe, o que seria, de certa forma, um embrião do pan-americanismo, quando em sua cláusula XXI expressa textualmente: “Mesmo em caso de uma guerra entre Espanha e Portugal, se mantenham em paz os vassallos de ambos estabelecidos em toda América Meridional, vivendo uns com os outros como se não houvesse tal guerra entre seus soberanos, sem praticar a menor hostilidade nem por si só nem juntamente com seus aliados.” E estabelecia ainda o compromisso de que as colônias da América se uniriam e se auxiliariam contra qualquer ataque ou invasão. Estava aí lançado o que mais tarde, 65 anos depois, pela força de Simon Bolívar, viria dar sentido ao saudável, porém difícil, estabelecimento de uma política real do pan-americanismo.

A troca das históricas cartas entre Juscelino e Eisenhower, fundamento e semente da Operação-Pan-Americana, viria trazer de volta aos nossos povos a esperança de assistir a uma cooperação real e eficiente do nosso parceiro maior: os Estados Unidos da América do Norte.

Em 1947, firmou-se o Tratado do Rio de Janeiro – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – que seria o embrião de uma nova organização regional, a OEA – Organização dos Estados Americanos – criada em 1948, durante a realização da IX Conferência Interamericana, em Bogotá. Mas o que se assistia era a velha política do **desinteresse** pelos problemas econômicos e sociais da América Latina. Tanto que o presidente Juscelino diria, em uma conferência na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro o seguinte: “Nos campos econômico e social a história do pan-americanismo é uma longa procissão de sonhos não realizados, de propósitos abandonados, de amargas decepções e frustrações.” O que o Brasil defendia, na palavra de Kubitschek, era a reestruturação na ordem econômica. Mas, aos países desenvolvidos não interessava – como não interessa ainda – o desenvolvimento dos países periféricos, o que poderia e pode ainda significar concorrência para seus produtos manufaturados, ou não, dos quais a América Latina é um mercado cativo. A nós deveria continuar cabendo a exportação de produtos primários, cuja oscilação de preços no mercado internacional acarreta oscilações e dificuldades cambiais, crises e endividamento para os países latino-americanos. Toda essa gama de dificuldades levou o presidente Kubitschek a apresentar “proposta concreta de ação para dar subsistência econômica ao pan-americanismo, ao lançar a Operação Pan-Americana”, com o declarado apoio do governo americano. – O presidente Eisenhower admite a importância da Operação-Pan-Americana na programação dos estudos e projetos para o desenvolvimento, – a criação do BID, com capital previsto de um bilhão de dólares e o Plano Eisenhower de ajuda à América Latina, com um capital inicial de quinhentos milhões de dólares foram as primeiras conseqüências do lançamento da Operação Pan-Americana. Pena que os governos que se sucederam no Brasil e nos Estados Unidos da América não tivessem tido sensibilidade política bastante para levar avante este projeto de colaboração que, certamente, teria conduzido os países do Sul da América a um alentado programa de desenvolvimento econômico, com seus naturais reflexos no plano social. Indústrias, escolas, hospitais e uma farta produção agrícola seriam hoje realidade em nosso Continente.

Surge agora a globalização da economia. Nossa indústria, hoje sucateada, vê-se como que forçada a ceder seu lugar para as multinacionais que já ocupam ponderável espaço no nosso parque e na nossa economia. Não somos contra o capital estrangeiro e achamos mesmo indispensável sua ocorrência em economias como as do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Mas nossas condições hoje seriam bem diferentes, se naquela ocasião os objetivos da OPA tivessem sido alcançados.

Temos hoje como propósito em Brasília a criação de mais um instituto para estudo dos problemas que aflingem nossos povos e a realização de um intercâmbio cultural interamericano, somando aos esforços realizados pelo Instituto Cultural Brasil-Chile, a UnB -com Casa da América Latina e outros. A realização do Festival Latino Americano de Arte e Cultura seria, certamente, um coroamento glorioso desse propósito. É nosso projeto criar instrumentos que hão de somar-se a outros tantos e que poderão propiciar – pela inteligência, pelo sentimento, pela alma, pela inspiração e pela pureza de seus propósitos – o sadio entendimento entre nossas nações de língua latina. Já outros como Jorge Borges, Gabriela Mistral, Gabriel Garcia Marquez, Miguel de Unamuno, Juan Rulfo e tantos mais, têm nos dado obras de profundo valor literário e que podem levar-nos a uma boa predisposição na tentativa de um encontro efetivo e maior entre nossas nações. Este ideal já nos permite antever auroras mais luminosas no relacionamento de nossas gentes. A integração latina há de se fazer, principalmente, por um esforço comum, consciente e pelo entendimento intelectual. Trabalhos neste sentido hão de ensejar um maior intercâmbio cultural entre nós que temos as mesmas raízes. – As marcas culturais de cada povo sul americano, nossa semelhança no falar, nossa identidade na fé cristã, nossa permanente humilhação ante outros povos hão de propiciar esta integração, este intercâmbio a que nos propomos realizar. Nosso objetivo é, portanto, essa busca e essa procura – que tratados, acordos e cartas tão parcamente têm conseguido – e que há de trazer, por intermédio da literatura – na prosa e na poesia, tão do nosso gosto – um melhor conhecimento de cada um de nós pelos nossos vizinhos. Este entendimento deverá robustecer e facilitar o que se tem procurado realizar pela diplomacia, às vezes tão fria e pragmática. É pela inteligência que se fala às almas, que se toca o sentimento. Há de ser por meio dela que faremos despertar esse imenso coração cheio da latinidade que habita em nós. Sentimento

tão arraigado desse amor à nossa terra, mas que dormita sem um estímulo capaz de despertar-nos, como Simon Bolívar soube despertar seus contemporâneos no início do século XIX.

É preciso, é mesmo indispensável, que os governos de nossas pátrias tomem em suas mãos esta oportunidade – em que tudo procura nos unir – e criem, além desse empenho em fazer-nos estudar o espanhol, levar também até os países de língua castelhana nossas letras, nossa prosa e nossa poesia, nossa música, nosso rico folclore, a beleza de nossa arquitetura e as formas de nossas artes plásticas. Assim como é preciso receber deles mais informações culturais, suas manifestações de inteligência e sentimento.

Aqui está, portanto, o instrumento.

Faz-se agora mister que surja alguém disposto a levar avante a idéia. E Brasília há de ser o cadinho onde podem-se misturar estes ideais. Aqui em Brasília estão os representantes de todas as nações irmãs do sul e do norte. Aqui – e por que não – neste Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, deve ser replantada a semente dessa maravilhosa árvore, que há de ser frondosa e há de dar boa sombra, rompendo de uma vez por todas, com a submissão a dependência e os sofrimentos de nossos povos.

Cantemos nossos hinos, toquemos nossas músicas.

Façamos nossa integração pela cultura. A literatura – na prosa e na poesia –, mais do que outras manifestações da inteligência, abre-nos estradas largas para a união de nossa gente.

O Mercosul, a Nafta, a Camacol e outros compromissos e tratados comerciais poderão ser, por envolver o interesse econômico, instrumentos facilitadores dessa integração que pregamos e que foi preconizada por Simon Bolívar e por Juscelino Kubitschek.

Que este trabalho que agora propomos – de tão honesta inspiração seja o instrumento que nos faltava para esse entendimento e essa convivência, tão necessários ao despontar de um novo ideal pan-americanista: moderno na reformulação política; diverso no trato dos interesses gerais e de cada um em particular, mas fundado nos ideais que moveram Simon Bolívar e Juscelino Kubitschek na sua luta pela integração de nossas pátrias.

Que o despontar desse novo século seja a grande porta por onde passarão os novo guerreiros da paz e da concórdia. Que os Continentes Americanos do Sul e do Norte, sejam enfim, a pátria de todos nós.

## BIBLIOGRAFIA

1 – Nações-Informativo de Questões Internacionais – Brasília, 1996  
JK, Pioneiro de La Integracion.

2 – Visão e Atuação Internacional de Simon Bolivar.  
José Carlos Brandi Aleixo-PhD  
Publicação da Embaixada da Venezuela, 1983

3 – La Operacion Panamericana  
Ricardo Jinesta e Julio C. Suilol San Jose, Costa Rica.  
Imprenta Trejos-San Jose, C.R.

4 – A Política Externa do Governo KUBITSCBEK  
Ricardo Wahrendorff Caldas. Thesaurus, 1996

5 – Política Externa-Segurança & Desenvolvimento.  
Meira Pena – Agir, 1967

6 – JK-0 Estadista do Desenvolvimento.  
Conferências-Memorial JK, 1991  
Senado Federal-Secretaria de Edições Técnicas.

7-A Marcha do Amanhecer.  
Juscelino Kubitschek.  
Bestseller – Importadora de Livros S/A, 1962

8 – Meu Caminho para Brasília – III Volume – 50 Anos em 5.  
Juscelino Kubitschek  
Bloch Editores-S/A, 1978.

Brasília, junho de 1998



## MONTEIRO LOBATO, ADMIRADOR DE EUCLIDES DA CUNHA (Um Estudo Comparativo entre os Dois Escritores)



*Cassiano Nunes*

Humano, demasiadamente humano, no meu entender, Monteiro Lobato representa um convite para a elaboração de estudos comparativos. Foi nesta área comparativista que, pela primeira vez, me animei a escrever sobre o autor de URUPÊS. Nos Estados Unidos, na modesta mas estimulante Miami University, de Oxford, Ohio, assisti a um excelente curso do prof. Edgar M. Branch sobre os escritores do Oeste Americano e foi aí então que me veio a idéia de comparar o gênio de Taubaté com o gênio de Hannibal, Missouri, Mark Twain. Na simpática cidade do Oeste Médio, no fim do citado curso, ofereci como o **paper** regulamentar ao prof. Branch, um esboço de comparação entre o contista de “O Engraçado Arrependido” e o famoso humorista de “The Celebrated Jumping Frog of Calaveras County”. Sim, não passava de pálido escorço pois, faltava-me, na terra estrangeira, o material lobatiano. Voltando ao Brasil no devido tempo, completei o ensaio ambicionado: “Mark Twain e Monteiro Lobato: um Estudo Comparativo”.

Recentemente, cogitando em apontar as possíveis influências de Euclides da Cunha em Monteiro Lobato, fui reler essa obra capital e singular que é a BARCA DE GLEYRE, pois recolheu a correspondência de Lobato, enviada durante cerca de quarenta anos, a seu companheiro de juventude Godofredo Rangel, residente em Minas. Pretendia eu, nessas

cartas, sobretudo as que foram escritas na juventude, respigar as referências a Euclides, o que de fato fiz. Mas uma leitura paralela das obras principais de Euclides da Cunha, cujo poder de atração é conhecido, acabaram por desencadear em mim o firme desejo de uma empreitada, que oferece riscos: estabelecer uma comparação entre os dois grandes escritores. É fácil perceber que tiveram alguns pontos em comum e será muito interessante observar em que divergiram essas almas de escol. Dois grandes intelectuais brasileiros nascidos e criados no interior, representantes lídimos da nossa cultura, das nossas letras, com freqüência se diferenciam, colidem, não obstante a herança epocal que receberam.

Por conseguinte, como primeiro ponto desta atividade, vou recolher as referências a Euclides na correspondência de Lobato dirigida a Godofredo Rangel e transcrevê-las aqui. Deixaremos claro, em primeiro lugar, quanto o taubateano admirava o fluminense. Em carta de 1º de novembro de 1908, aponto o seguinte trecho: “Uma desgraça nunca vem só, diz o povo. Não bastava o desaparecimento de Machado de Assis. Foi-lhe na péugada o Artur Azevedo e agora o João Pinheiro. Seria possível morrerem quase ao mesmo tempo três melhores homens? E houve nisso uma coincidência. Machado de Assis era diretor duma Secretaria e por sua morte foi promovido para o lugar o Artur Azevedo. Apareceu na repartição uma vez só. Parece lugar fatal. Tenho medo de que ponham lá o Euclides da Cunha...” Assim dessa maneira leve, cômica, Lobato confessa a sua admiração pelo criador de OS SERTÕES.

A 6 de julho de 1909, lá vem outra referência a Euclides, dando opinião sobre o livro de Alberto Rangel intitulado INFERNO VERDE: “O INFERNO VERDE é bom, mas não é essas coisas que o Ricardo anda dizendo. É um livro que seria original se não existisse Euclides da Cunha, mas não é obra-prima. O homem concentra coisas demais em cada frase, o que impõe ao leitor um grande esforço de atenção – e isso cansa.”

A 7 de julho de 1909, portanto no dia seguinte à escrita da carta anterior, Lobato, elogiando a leitura do dicionário e o melhor conhecimento do vocabulário, volta a referir-se a Euclides: “Euclides da Cunha foi um grande ledor de léxicos. Nos SERTÕES, eu notei como ele fugia à vulgaridade sem cair no abstruso, por meio do emprego de palavras que o jornalismo não estafou (porque a cachamorra que achata todas as palavras da língua é sempre o jornalismo). Em vez de prematuro, **imaturo**. **Implexo** por complexo etc. Uma variação do prefixo, o

afastamento dos prefixos habituais da imprensa – e a frase fica mais fina, toda petulante de distinção. A desgraça em tudo é a vulgaridade – ‘toda gente’.”

A 1º de setembro do mesmo ano, depois de fazer confidências a Rangel a respeito do que estava escrevendo, Lobato inesperadamente refere-se à morte trágica do historiador do massacre de Canudos: “E o Euclides da Cunha? Que horror, hein? Aquilo não me sai da cabeça. É como se eu houvesse levado a bala. Euclides naquele meio – com um inferno na cabeça...”

A 27 de setembro de 1910, de Taubaté, aonde foi em virtude da morte do sogro, Lobato assim se manifesta: “Coincide andarmos a ler o mesmo livro, À MARGEM DA HISTÓRIA. Como é novo, como são inéditos entre nós a idéia, o pensamento, o estilo, a língua de Euclides! E por causa dum simples mulher esse homem estupendo desapareceu na voragem.”

Ainda de Taubaté, a 11 de setembro de 1911, Lobato torna a falar de Euclides e o faz longamente numa análise do estilo do engenheiro que se revelou grande escritor: “Rangel, volto ao Euclides. Estive a lê-lo e pareceu-me que a sóbria e vigorosa beleza do seu estilo vem de não estar cancerado de nenhum dos cancros do estilo de toda a gente – estilo que o jornalismo apurou até ao ponto-de-bala acadêmico, tornando-o untuoso, arredondado e impessoal.” Lobato afirma que Euclides evita prepor o adjetivo ao substantivo “o que contraria a lógica da percepção cerebral”. O autor de CIDADES MORTAS também aponta, nesse gênio das Letras, a agudeza de dar a preferência às formas verbais simples, e empregando só as compostas, quando indispensáveis.

Em carta datada de 10 de outubro de 1911, referindo-se a uma página escrita por Edgard Jordão, seu companheiro de boêmia literária, e que fôra publicada em homenagem a Euclides, não sei se motivado pela lembrança do escritor épico da guerra de Canudos, Lobato se auto-analisa, subestimando-se como escritor. Assim se manifesta: “Quanto ao que me propões, não se... Sou incapaz de Literatura; convenci-me disso em Areias, onde tinha todo o lazer possível e não produzi nada. Minha literatura não é de imaginação; é pensamento descritivo; não cria – copia do natural.” Imagina-se o criador do Jeca Tatu um pintor, embora mau pintor. Conclui, então: “Talvez seja capaz dum livro de viagens, de impressões e até de pensamentos, porque meu cérebro pensa – mas é só.”

Já que falamos em Areias – cidade onde também andei na fase mais dolorosa da minha vida –, “cidade morta”, para usar a sua própria denominação, vale a pena lembrar que, por um tempo, lá Lobato ocupou o mesmo quarto em que antes se hospedara Euclides da Cunha... Como me comove pensar nessa coincidência!

Já radicado em São Paulo, em 1917, no começo de sua carreira triunfal de escritor e criador de progresso, e referindo-se a uns fios brancos de cabelo (decerto imaginários, ficção de literato), ele reconhece a influência brutal de Camilo. Confessa, então, seu interesse pelos escritores fortes, intensos, porventura violentos – os Kiplings, os Menckens, os Gorkis – e seu desinteresse pelos delicados, mimosos, femininos. Peço licença para lembrar um desses autores bravos, impiedosos, fortes, agressivos, que Lobato conheceu pessoalmente e admirou. Hoje está inteiramente esquecido. Refiro-me ao ex-padre e mulato de Diamantina, Antonio Torres, que escrevia calorosamente páginas de escritor clássico. Autor de VERDADES INDISCRETAS, PROS & CONTRAS, PASQUINADAS CARIOCAS... Citei Antônio Torres mais para homenagear o confrade Cel. Affonso Heliodoro dos Santos, valoroso filho de Diamantina. Aos autores graciosos, casquilhos, Lobato chamava de capilés. Não ofereciam sabor forte. Não transmitiam calor ao corpo, não embriagavam. Assim se refere a José de Alencar (a meu ver, injustamente), Macedo, Bernardo Guimarães. Mesmo Coelho Neto e Machado, não obstante o reconhecimento que lhes devota, a situação especial em que os distingue, não escapam da denominação básica e pejorativa de capilés. Só faz duas exceções: “Rui não é capilé. Euclides também não é capilé – mas se o fosse seria capilé com geodésia.”

Felizmente a pesquisadora lobatiana D. Hilda Junqueira Villela Merz, sabedora de que eu viria a São José do Rio Pardo, falar sobre Lobato e Euclides de maneira espontânea, mandou-me cópia de uma carta de Lobato, de que já me esquecera. Dirige-se a missiva a duas crianças pertencentes a um grêmio literário da cidade venerada, a que se dera consagradoramente o nome do criador do Sítio do Picapau Amarelo. Esse grêmio devia ter sido inspirado por pessoa generosa que Lobato bem conhece, mas não revela. Vamos à carta: “S. Paulo, 18-4-944. Arivésio e Maria Luiza: Presidente e Secretária do MEU Grêmio Literário em São José do Rio Pardo. Acabo de receber (e no dia dos meus anos) o belo, o belíssimo ofício de 14 que evidentemente não saiu de cabecinhas ainda cruas como devem ser as de vocês e o estilo está muito nas linhas

do dum “anjo” que há por aí... Nele se dizem de minha pessoa as mais lindas e bem estilizadas coisas e até chegam a dar-me tratamento de Vossa Excelência, um tratamento lusitano, que tem a propriedade de embaraçar as pernas como um vestido de cauda. E contam da fundação do MEU grêmio e me intimam a informar “com a possível presteza” da “minha honrosa aquiescência” à homenagem que os gentís meninos haverão por bem prestar-me na instalação oficial do grêmio.

Meu menino e minha menina: confesso que vocês me assustaram! Tanta pompa, tanta Excelência, tanto adjetivo de luva e cartola, tanta beleza estilística para cima do mais pobre dos marqueses, tudo isso o deixou mais chato que o Visconde quando o DOM QUIXOTE lhe desabou em cima. E fiquei num dilema: ou ir a escandalizar a requintadíssima assistência de São José com a minha viscondal chateza, ou... mandar alguém por mim. Porque, meus meninos, S. José do Rio Pardo é a única cidade deste país que me mete medo. Por causa do Euclides da Cunha. Rio Pardo se alcançou tanto, se aprimorou tanto em altas cavalarias estilísticas, tem ouvido tantos condores importados de fora que aí abrem as majestosas asas dos discursos e conferências, que um tipo insignificante como eu nem sabe como tratar um riopardano: Sua Excelência, Sua Truculência, Sua Euclidência... E fica tal qual Tia Nastácia quando defrontou S. Jorge na viagem à Lua (quarta edição do ano passado, pág. 53), atrapalhada e trocando as palavras. Cumpre ainda notar que tia Nastácia tinha no bolso umas palavras de alto coturno, próprias para tais emergências – e em matéria de penas de condor eu sou pelado como um ovo.

E, pois vou mandar por mim o Visconde de Sabugosa. Esse não se engasga em situação nenhuma, como demonstrou nas aventuras contadas no MINOTAURO. E garanto que vocês todos, pequenos grandes (e até o “anjo”, ou o “Deus ex-maquina” de Rio Pardo), hão-de de regalar-se muito mais com o discurso do meu milho científico do que com o encarçado trolólo dum sujeito que gosta de escrever mas paga para não falar. E desse modo tudo será para maior honra e glória do Sítio do Picapau Amarelo, amém.(a) Monteiro Lobato.

Em carta de 14 de maio de 1907, comunicando a Rangel a sua mudança para a cidade de Areias, Lobato mais uma vez faz referência a Euclides: “Acho-te extraordinário, Rangel. Formaste hoje; no dia seguinte, és nomeado promotor de Cambuí; no terceiro dia resignas em sequer ir ver se Cambuí realmente existe... O mesmo não posso fazer eu, pois vim ver se Areias existia e fiquei. Areias, Rangel! Isto dá um livro à Euclides

\* (e por falar, Euclides passou uns tempos aqui, ocupando exatamente o quarto que é o meu). Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias foi. Fogem da anemia do presente por meio de uma eterna imersão no passado.” A carta finda com referência a uma tradição popular do interior e ainda Euclides. Vejamos: “Terra de tradições. Anteontem queimaram diversos judas. Ainda há judas em Minas? Apareceu de Euclides um belo artigo sobre o Judas no Acre.” (Jornal do Comércio, de 31. Leia.)

Iniciando o trabalho de comparação entre Lobato e Euclides, e em que teremos de desdobrar as características mais pessoais de um e de outro, para, no final, podermos fazer o confronto, começemos apresentando as qualidades mais específicas do criador do Sítio do Picapau Amarelo. É uma figura mais fácil de expor, pela singeleza e tendência para exteriorização, enfim homem que se mostra com facilidade, sobretudo na superfície clara da expressão escrita.

Euclides é pessoa mais difícil de estudar. Nele, penso, domina o temor de mostrar-se como indivíduo. Nas suas páginas literárias, expõe-se o tema porém se omite o que há de pessoal, de íntimo, no autor. Nesse ponto, é bem diverso de Lobato que exterioriza tudo o que lhe vem à cabeça. Lendo-o vemos bem porque ele é o pai da Emília, indiscreta e implicante.

A contínua expressão do íntimo, do âmago pessoal, constitui a primeira observação que extraímos da leitura dos livros de Monteiro Lobato. É natural que nas páginas de A BARCA DE GLEYRE se exhiba, por inteiro, o ilustre filho de Taubaté, porque as cartas que encerra foram mandadas para um amigo íntimo, um confidente, e nunca ele poderia pensar que, um dia, seriam publicadas. Contudo, nas outras peças de prosa, tratando dos assuntos mais diversos, as opiniões pessoais de Lobato – às vezes, até esquisitas – ficam bem patentes. Descrevendo o Jeca Tatu miserável, o fazendeiro-escritor incompreensivo pelo distanciamento de classe, também se descreve. O personalismo do estilo tão singular do autor de URUPÊS foi o que o revelou logo, tanto a Rui como à Nação. Rui, senhor do classicismo mais tradicional, deve ter ficado surpreso pela espontaneidade de Lobato, aquilo que, decerto, pouco depois, os modernistas iriam procurar... E já que falamos em estilo, vou lembrar o que escrevi, há anos, num estudo sobre o prosador do Vale do Paraíba. Assinalei, então, a sua preferência por uma linguagem simples, de sabor oral, mas também a sua constância no emprego de metáforas ou outras

figuras de estilo, especialmente oriundas da vida interiorana, da domesticidade provinciana. Cheguei a chamá-lo – imaginem! – “estilo Jeca Tatu”, pois se arraigava na terra, na roça. Exemplifiquei na ocasião e vou exemplificar agora. Vamos ao primeiro exemplo: “A **Revista** cresce e engorda como bananeira.” A predileção botânica revela-se no segundo exemplo: “A árvore-Brasil ainda não chegou na fase de floração. Ainda é um pé de mamona, que nasceu ao léu no monte de esterco lusitano.” Outro exemplo na mesma linha: “até erva-de-passarinho me deu no estilo”.

Representações diversas de zoologia aparecem aqui e acolá: “A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos.” Outro exemplo: “O nosso piraquara é uma criação do Paraíba, tal e qual o lambari, o taiabacú de rabo vermelho, o nhacundá pintadinho.” Ainda outro exemplo: “Não sei como vai ser essa obra. Talvez um romance. Talvez uma série de contos e coisas com uma idéia central. Nessa obra aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão bem adaptado, como nas galinhas o piolho-de-galinha, ou como no pombo o piolho-de-pombo, ou como no besouro o piolho-de-besouro, incapazes de viver em outros meios.”

Nesta amostra, o escritor analisado passa da zoologia para a fisiologia: “A semana passada, li dum fôlego AGULHA EM PALHEIRO. Que garbo! É um romance saído de dentro dele (Camilo Castelo Branco) como um rato sai dum buraco. É um jato. (...) Isto, Rangel, não é dizer passado por alambique mas mijado.”

O setor da culinária não foi esquecido. “Como são curiosos, os bastidores do mundo e como seria sem graça se todas as criaturas fossem bem comportadinhas como nós! Rangel! Os anormais funcionam como o sal, a pimenta, a mostarda, o coentro, a salsa da vida!”

Ficou claro, pelo que foi mostrado, que Lobato é o tipo do homem aberto. E que sua concepção do estilo é orgânica, natural, como a sua concepção da Arte brota da existência, das vivências mais congênitas do indivíduo. A esse artista vital, imaginoso, mas de qualquer maneira muito arraigado na tradição – nas melhores tradições –, era difícil a aceitação de concepções estéticas que exigiam um certo cerebralismo como o cubismo, o abstracionismo e até o expressionismo audacioso de Anita Malfatti.

O humor permeia quase tudo o que é escrito pelo amator de caricaturas. É uma das suas características mais permanentes. Nos últimos

anos de sua vida, muito decepcionado, sofrido, Lobato funde, então, sátira com o amargor. E mesmo anatematizando a sociedade, a humanidade, o faz em termos cômicos.

Como fica bem evidenciado na carta que manda a um editor que o desejava incluir num compêndio, que iria reunir os Grandes Vultos Brasileiros: “S. Paulo, 10/5/1947. Prezado sr. J. Henriques. Recebi a sua carta de 2 deste, na qual me pede um verdadeiro “compte-rendu” da minha vida em benefício da obra a publicar-se OS GRANDES VULTOS DO BRASIL. Respondo declarando que, em sã consciência, não posso atendê-lo: mas se por acaso a Empresa Histórica Nacional houver, por bem, um dia, dar a público uma obra que muita falta nos faz OS GRANDES IDIOTAS DO BRASIL, terei o máximo gosto em responder a todas as perguntas e até tomarei a liberdade de insistir para que me coloque num dos primeiros lugares. Com a maior estima e sensibilizadíssimo pela honra que me fez considerando-me vulto, assino-me cordialmente Monteiro Lobato.”

Um dos elementos mais fecundos com que conta o Andersen brasileiro é a tendência para o cômico. É divertindo as crianças que Lobato cria a sua literatura infantil. Emília, o Visconde de Sabugosa e o Marquês de Rabicó que são senão figuras cômicas?

É verdade que por má sorte de Lobato e nossa, há evasões, fugas, do excelente escritor ao seu destino de criador de Literatura, que foram fatais para a realização plena, harmoniosa, da sua obra. Nesse ponto, ele foi o anti-Machado de Assis, escritor que soube muito bem se resguardar das seduções do mundo... O próprio Euclides da Cunha, engenheiro, demarcador de fronteiras, com morte imprevista e prematura, não nos dá como Lobato essa impressão desgostante de escritor inacabado.

Por ventura, essa tendência de Lobato para fugir às Letras ser-lhe-ia instigada por esse desapareço que existe, no Brasil, pela figura do escritor? Vivemos, no sistema capitalista, e, nele, o escritor se não fôr rico, está condenado à pobreza e às maiores humilhações. Ainda recentemente no Rio de Janeiro, o respeitado ensaísta Luís Costa Lima, num solene discurso universitário, notava criticamente que, no nosso país, ainda não se descobriu ou criou um lugar para que se situe o intelectual...

A intrusão de Lobato na área dos grandes negócios, que poderiam tornar-se o ferro e o petróleo, foi, contudo, a meu ver, uma prova da sua ingenuidade congênita. Cabia a ele, sem dúvida, como intelectual e patriota,

fazer a defesa da organização desses elementos da economia, em nome da redenção da pátria pobre e primitiva, mas evidentemente siderurgia e exploração de petróleo não são atividades para amadores... A petulância com que Lobato se atirava às mais diferentes aventuras de ordem econômica era, na verdade, lamentável... O resultado é que não temos uma literatura do café, o romance de São Paulo como o “Ciclo da Cana-de-Açúcar” de José Lins do Rego, que é ainda acompanhado por uma obra-prima FOGO MORTO.

Nelson Palma Travassos, forte empresário gráfico e escritor agradável, que conheceu bem Lobato, pois o acompanhou nos empreendimentos de visionário, concluiu – e, a meu ver, com razão – que a tendência de Lobato para a criação de novas empresas e negócios era estimulada pelo seu imaginário de literato... Travassos falava com a autoridade de quem tinha sensibilidade para a literatura, mas era, em primeiro lugar, um homem de negócios, atento, calculista, frio.

Depois de ter lido a correspondência de quatro décadas, que ocupa todo o volume de A BARCA DE GLEYRE, descobri uma nova área de criação literária de Lobato que até hoje não foi verdadeiramente avaliada. Refiro-me ao seu epistolário. Excetuando esse volume singular, o pouco e disperso que foi lançado da correspondência do grande autor paulista parece-me de pouca valia. Excetuo – e desculpem-me a falta de modéstia – o volume MONTEIRO LOBATO VIVO, que organizei a convite da agência de publicidade MPM e o pequeno livro que reconstitui a correspondência entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira, organizado por Priscila Fraiz. Posso anunciar a publicação, ainda este ano, pela Fundação Getúlio Vargas, e em organização da mesma Priscila Fraiz, a correspondência entre o autor de URUPÊS e o sábio Artur Neiva. Que luta foi a minha para obter esta publicação! Durante cerca de dez anos, bati a numerosas portas sem êxito. Que estranho país é o Brasil! Nele, é difícil até publicar Monteiro Lobato... Volto, pois, a tocar uma antiga tecla. É preciso, sem mais delongas, de que se faça um levantamento minucioso das missivas de Monteiro Lobato, que subsistem. Como já tive a oportunidade de anunciar, num artigo, só a família do grande erudito de Natal Luis da Câmara Cascudo possui mais de 200 cartas, assinadas pelo criador de Jeca Tatu.

Nessas epístolas, encontramos não só a capacidade literária de Monteiro Lobato mas também um repositório valioso de informações sobre a vida literária brasileira e sobre a história do país, nos seus mais

diversos setores. Vibrátil, agudo, imaginoso, curioso, sarcástico ou generoso, Lobato dá notícia de tudo e de todos.

Passemos, agora, a nos referir a Euclides. No início de sua interessante obra O ENÍGMA DOS SERTÕES, Regina Abreu destaca, para a formação do espírito de Euclides da Cunha, o fato dele ter passado parte de sua infância no interior, em fazenda. Era uma situação bastante comum no século passado: Lobato, de certo modo, também a conheceu. A escritora, penetrante, assim se manifesta na citada obra: “Até 1874, dos quatro aos oito anos, o menino viveu no interior, o que o marcaria profundamente. Naquela época, a vida numa fazenda do interior, nos “sertões” do Rio de Janeiro era bastante diversa da vida na cidade. Muitos escritores do período, como Joaquim Nabuco e Sílvio Romero, retiraram da singularidade do campo, especialmente da vida nas grandes fazendas, inspiração para tecer rentáveis fios de memórias, construindo a partir deles uma área temática na literatura: a dos contos e histórias sertanejas ou rurais.”

Mas se, rapaz, Lobato emerge da vida provinciana para o exercício estudantil em São Paulo, a boêmia inocente do Cenáculo, que ele jamais esqueceria, e as conversas despreocupadas dos cafés, muito diferentemente Euclides afunda-se nos estudos de militar e de engenheiro, com profunda seriedade, medita sobre as conquistas científicas e acompanha as mudanças e choques políticos do país.

É um introspectivo, um meditativo, que procura uma situação profissional que não o afaste demais das aspirações de intelectual e de patriota. A tarefa de jornalista, de repórter, que também era, o leva à tragédia de Canudos, ao terrível e absurdo massacre que marca a negro a história da nossa república. Estranha peripécia do acaso! É mandado para dar testemunho da tragédia um jornalista que também é um escritor e homem de profundo senso trágico. O seu fim horrível, penetrado pelas balas mortíferas de um inimigo ocasional, num avanço em que, porventura, mais se oferece do que ataca, comprova a sua vocação para a tragédia. No seu heroísmo desvairado, Euclides esperava decerto simplesmente resolver um problema de moral. Ele atuava como elemento natural de um sistema de moral duro, rígido, impiedoso. Na nossa sociedade de hoje, liberada, o drama de Euclides perdeu o sentido.

Parece a mim natural que um homem com o espírito grave e complexo de Euclides não escrevesse com a singeleza, a naturalidade, básicas no escritor Lobato, homem mais voltado para o exterior do que para o interior, atraído pelo espetáculo do mundo.

Uma pessoa com um fundo de pensamento tão inquieto como Euclides teria naturalmente que se expressar, em páginas literárias, numa forma complexa. Concordo, pois, de bom grado, com Gilberto Freyre, que o classifica escritor barroco. Assim se manifesta, o sábio de Apipucos, o prosador saboroso e inovador de CASA GRANDE & SENZALA a respeito do estilo do autor de OS SERTÕES: “Transpôs (Euclides) para a arte de escrever o viver perigosamente de que falava Nietzsche. Escreveu num estilo não só barroco – esplendidamente barroco – como perigosamente próximo do precioso, do pedante, do bombástico, do oratório, do retórico, do gongórico, sem afundar em nenhum desses perigos, deixando-o apenas tocar por eles; roçando, por vezes, pelos seus excessos, salvando-se como um bailarino perito em saltos mortais, de extremos de má eloquência que o teriam levado à desgraça literária ou fracasso artístico. Que o teriam tornado outro Coelho Neto.”

A tendência barroca não me parece apenas oriunda de sua esquisita singularidade mas creio que pode ser atribuída ao passado artístico brasileiro. Filho do interior, pessoa constantemente ligada ao interior, que era, até há pouco, no Brasil, região mais primitiva, mais ligada ao passado, podemos imaginar a mente desse artista interiorano naturalmente influenciado pelo passado vivo, atuante, que iria dissolver-se pelo impacto tantas vezes nefasto dos meios modernos de comunicação. Não terá sido o que aconteceu com os artistas posteriores Cornélio Pena e Adelino Magalhães?

Sobre o estranho Cornélio Pena, escreveu o poeta e crítico contemporâneo Leonardo Fróes: “Mas apesar de não estar no mercado, só ser lembrado por poucos, Cornélio Pena é um dos mestres da prosa brasileira moderna. Sob o aspecto temático é, por excelência, o romancista do barroco – o que viu o mofo das pedras a dimensão dos fantasmas.”

Quanto à singularidade de Adelino Magalhães existe de tal modo que Eugênio Gomes considerou-o, nas nossas letras, “uma ilha”. Esse autor individualista, contudo, enraizava-se na cultura popular. Xavier Placer o mostra ligado à sua província e à sua família: “É Adelino Magalhães a personalidade do autêntico fluminense, gente de caráter e maneiras trabalhados por larga tradição de sociabilidade, descrita no agir e no falar, valores que se vão surpreender nas suas mais representativas expressões humanas, na política como nas letras.”

Concordando perfeitamente com Gilberto Freyre, e, parece-me com a maioria dos conhecedores de Literatura, Miguel Reale assevera a

superioridade de Euclides na área da criação literária. Assim se expressa: “O que projeta Euclides da Cunha nas culminâncias da cultura nacional são sobretudo os seus méritos de escritor, o poder transfigurador de sua arte, ao revelar-nos a realidade brasileira, e não a parafernália científica de que se valeu para retratar homens e coisas, sobrevivendo e crescendo cada vez mais seus valores artísticos, apesar da caducidade dos conhecimentos científicos de que tanto se envaidecia.”

Quer-me parecer que os valores de Euclides não são apenas de categoria literária; são também de qualidade humana. E o mesmo se pode dizer de Lobato. A verdade é que nunca se pode separar o escritor do homem que basicamente ele é. É um traço humano não literário a simpatia que leva Euclides à descrição da fraternidade que une o caboclo à natureza em que ele vive. Leiamos Euclides: “Cercam-lhe relações antigas. Todas aquelas árvores são para ele velhas companheiras. Conhece-as todas. Nasceram juntos; cresceram irmãmente; cresceram através das mesmas dificuldades, lutando com as mesmas agruras, sócios dos mesmos dias remansados.” E depois de descrever as relações que os soldados travam com as árvores locais – o umbu, o araticum, o ouricuri –, atingimos à seguinte conclusão apoteótica: “A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu indomável. É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha dos exércitos.”

Este trecho faz-me pensar na tensão titanista, no clamor titanista, de fundo heróico e moral que encontrei na poesia de Cruz e Sousa e expressei num ensaio intitulado “Cruz e Sousa e o Mito do Poeta como Herói Moral”. Heroísmo não meramente físico, instintivo, mas de origem espiritual, é o que entrevejo na obra de Euclides da Cunha.

A mística heróica da República é salientada por Euclides que a conheceu na sua educação militar. Há uma interpretação psicanalítica desse culto: a República impor-se-ia, como mito feminino, aos rapazes fardados. Merece especial atenção este belo trecho de OS SERTÕES, em que contemplamos ações heróicas dos soldados da República: “Alferes e tenentes haviam, com desassombro incrível, malbaratado a vida em toda a linha. De alguns citavam-se, depois, os arrojados lances: Cunha Lima, estudante da Escola Militar de Porto Alegre, que ferido em pleno peito numa carga de lanceiros, concentrara os últimos alentos no último arremesso de lança caindo, em cheio, sobre o inimigo, feito um dardo; Vanderlei, que precipitando-se a galope pela encosta aspérrima da última colina, fora abatido ao mesmo tempo que o cavalo, no topo da escarpa,

rolando por ela abaixo, em queda prodigiosa, de titã fulminado; e outros baqueando todos, valentemente – entre vivas retumbantes à República – haviam dado à refrega um traço singular de heroicidade antiga, revivendo o desprendimento dos místicos lidadores da média idade.” Salientando esse “lirismo patriótico”, Euclides remata: “A luta pela República, e contra os seus imaginários inimigos, era uma cruzada.”

A relação do Homem com a Natureza é um dos aspectos mais lembrados por Euclides. A propósito, cito o trecho: “A ferocidade do jagunço era balanceada pela selvaticidade da terra.” Sugiro também que OS SERTÕES visualizam mais massas do que indivíduos.

No entanto do ponto de vista do sentimento, a que, como já disse, dou primazia, o que mais nos encanta e comove é o seu reconhecimento dos bravos jagunços, tão ingênuos que se sentiam obrigados a sofrer e a morrer pela defesa do seu arraial. No final da obra, contemplamos a exaltação dos jagunços, as maiores vítimas do formidável equívoco que gerou a guerra absurda.

Transcrevo os dois parágrafos em que, no encerramento da obra, Euclides mostra os próprios soldados da República, admirando, com respeito, os seus míseros antagonistas. Façamos a sua leitura: “Em muitos despertou, ao cabo, irreprimível e sincero entusiasmo pelos valentes martirizados. Não o encobriam. O quadro que se lhes oferecia imortalizava os vencidos. Cada vez que o contemplavam, tinham, crescente, o assombro.

A igreja sinistra bojava, em relevo, sobre o casario em ruínas; e impávidos ante as balas que sobre elas convergiam, viam-se no esplendor fugaz das fuzilarias, deslizando-lhes pelas paredes e entulhos, subindo-lhes pelas torres derrocadas ou caindo por elas abaixo, de borco, presos aos blocos disjuntidos como titãs fulminados, vistos de relance, num coriscar de raios, aqueles rudes patrícios indomáveis...”

“Aqueles rudes patrícios indomáveis ...” Atingi o ponto que almejava, isto é, o instante em que o intelectual bem provido de teorias científicas do tempo, bem próximas do racismo, através da experiência humana e da intuição miraculosa do artista – ser frequentemente generoso –, reconhece a grandeza humana no mestiço.

Euclides reconhece que os sertanejos sobrehumanos inverteram “toda a psicologia da guerra; enrijavam-nos os reveses; robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota.

Ademais, entalhava-se o cerne de uma nacionalidade. Atacava-se a fundo a rocha viva da nossa raça.”

Aos olhos penetrantes de Euclides não escapa a origem do drama de Canudos – na verdade, apenas um aspecto da terrível realidade brasileira: a faixa litorânea extensa, desenvolvida de costas para um vasto interior abandonado, desconhecido.

E ainda há no Brasil indivíduos – e alguns deles são até intelectuais – que não entendem porque Brasília foi construída. Ignoram que a sua fundação estimulou um desenvolvimento notável ao centro-oeste e promete prosperidade até para regiões amazônicas. Fato reconhecido, de corpo presente, por Clovis Sena, que está prestes a lançar um livro revelador.

Vejamos como Euclides busca reconhecer, no massacre estúpido, dialeticamente, a eclosão de um lampejo de esperança no triunfo de uma civilização brasileira. Ouçamos um dos seus pronunciamentos mais sábios: “Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários.”

Diferente da seriedade de Euclides, e seriedade dá-me idéia de imutabilidade, de algo que não muda, que não se move, Lobato diverge do seu autor querido e sugere-me a idéia da própria variabilidade. Se Euclides sonha sempre a inteireza do Brasil, Lobato, por um certo tempo, defende o separatismo de São Paulo. É claro que ao fim se descobre basicamente brasileiro e escritor, mas, na sua vida exterior, quantas vezes dá às costas às Letras que, por sorte, lhe deram fama, respeitabilidade e até dinheiro!... Talvez essas fugas às Letras provenham de querer salvar o Brasil e saber que, escrevendo, não o salvava. Assim se expressa o escritor vitorioso: “Sinto-me capaz de tudo, mas sempre por força da habilidade e da manha, não pela força ingênita do artista que cria inconscientemente e de jactos. Sou, em suma, o tipo do **curioso** que acho uma beleza de expressão popular, equivalente à nossa “amador”. Eis, Rangel, o que no fundo penso de mim...”

Estas palavras foram escritas em 1914, ano em que começa a ser conhecido com a invenção vitoriosa de Jeca Tatu, e é bem possível que ele não tenha tardado a mudar de idéia. Mas a verdade é que nunca deixou de se interessar por grandes empreendimentos que o afastaram das Letras.

Depois da sua experiência americana, que o deslumbrou, pois viu o progresso de modo concreto, triunfal, resmunga depois de se ter, de novo, radicado no Brasil: “Vida ativa, Rangel, que delícia! Pena sermos ainda tão água choca... O que não era possível fazer aqui se houvesse mais compreensão, mais cultura universal, mais ciência, mais eficiência...” Palavras razoáveis ainda hoje.

Sim, Lobato tinha razão quando critica, no nosso país, a tendência para o imobilismo que, a meu ver, provém de uma causa histórica: sempre fomos governados por uma oligarquia, em grande parte, de base latifundiária, que não tem nenhum interesse no progresso. Pesquisador norte-americano descobriu que, no princípio do século, senadores de Goiás, que era, talvez na época, o Estado mais atrasado do Brasil, trabalhavam secretamente para impedir a construção de estradas no seu Estado. E, hoje, a tendência para a globalização não representa um desestímulo para as nossas atividades próprias e um convite para ficarmos apenas à espera das pressões de fora?

De qualquer modo, como conclusão, creio que Monteiro Lobato e Euclides da Cunha chegaram a transcender os preconceitos do seu tempo, transmutados pela força redentora da Literatura, da Cultura.

Assim sendo, Euclides e Lobato puderam entender que a mestiçagem não impediu antes, pelo contrário, contribuiu para que o Brasil se estabilizasse como um país aberto, cordial e desejoso de progresso. O Brasil abraçou sírios, japoneses, judeus. E o nosso próprio racismo, de origem colonial, escravocrata, aqui foi muito menor do que em outras partes do mundo – lembro países africanos e os Estados Unidos – e hoje bastante diminuído, mostra sinais de próxima extinção. Não tanto pela força das leis como pelo impacto dos costumes.

Monteiro Lobato, Euclides da Cunha... Mas não se ligam esses espíritos aos de Machado de Assis, Lima Barreto, Cruz e Sousa? (Penso, no momento, na empolgante página de Euclides sobre o velório de Machado de Assis.) E mais proximamente a Gilberto Freyre, Gilberto Amado, Jorge Amado, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Rubem Braga? Paro aqui... A literatura brasileira – assim o sinto – constitui uma família espiritual, profundamente ligada às nossas raízes e história, e cujo objetivo mais alto sempre foi continua sendo: elevar o nosso povo, tornar-se a voz deste povo, enganado, explorado, sem voz.

Não obstante, todos os erros, e até ousar dizer, todos os crimes, somos uma nação da amizade, da cordialidade... Mário de Andrade que,

como Euclides, percorreu partes estranhas do nosso país-continente, para conhecê-lo verdadeiramente, isto é, captar a sua autenticidade, a sua capacidade criativa, pôde num verso resumir o que somos. E o que somos?

Disse-o Mário: “Nós somos, na Terra, o grande milagre do Amor!”

## BRASÍLIA NO CONTEXTO SOCIAL – A COMPLEXIDADE GEOGRÁFICA E A UNIDADE GEOPOLÍTICA



*Lucídio Guimarães Albuquerque*

Aprendemos na escola que as dimensões territoriais do Brasil delimitam um complexo geográfico não unitário, cujas amplitudes latitudinais e longitudinais, cobrindo 8,51 milhões de quilômetros quadrados, apresentam diferenças fisiográficas, étnicas, econômicas, sociais e culturais que lhe conferem grande diversidade regional, desde a Amazônia ao Pampa gaúcho, desde as encostas atlânticas à região dos cerrados, ao Pantanal de Mato Grosso, às caatingas do Nordeste etc.

Em suas dimensões continentais, o Brasil é um País de natureza contraditória, posto que, embora geográfica, econômica, social e culturalmente plural, é politicamente unitário, tendo como principais condicionantes dessa unidade:

- Dominantes geográficas, constituídas por um território prevalentemente continental contendo quatro megabacias hidrográficas que, partindo de um planalto central em direções opostas, percorrem milhares de quilômetros, formando uma rede hipotâmica extensa, e diversificada, que une regiões de diferentes latitudes, longitudes e condições socioeconômicas e culturais

- A unidade lingüística, herdada dos colonizadores.
- A unidade político-administrativa, herdada dos colonizadores, preservada e ampliada após a independência nacional.
- A unidade religiosa, fundamentada na fé cristã.
- O sentimento atávico de posse da terra, sedimentado desde os tempos heróicos das Entradas e Bandeiras.

Esse foi o quadro de condicionamentos políticos, geográficos, históricos e culturais que, no final do século XIX, norteou a doutrina geopolítica de identidade, integridade e intangibilidade da unidade territorial brasileira, esposada pelos republicanos.

Manter a unidade territorial do Brasil no contexto de nova ordem política e social, sem ruptura com os princípios secularmente consolidados na Colônia e no Império, eis a questão fundamental que demandava a percepção e a criatividade dos republicanos históricos, cujo pensamento, fortemente influenciado pela doutrina positivista de Auguste Comte, tinha seguidores brasileiros como Benjamim Constant, Teixeira Mendes, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Lauro Müller, e muitos outros chefes militares e líderes civis de expressão nacional.

Os primeiros governos republicanos, fortemente embaçados na doutrina positivista, essencialmente estruturada sobre fundamentos científicos, propôs soluções políticas para problemas socioeconômicos e culturais ao estabelecer correlações de coerência, interdependência e complementaridade entre os diferentes fenômenos que, ocorrentes no espaço físico, repercutem no campo econômico e no comportamento político-social dos povos, formulando leis e princípios que, relacionando causas e efeitos, ensejam regras e normas de procedimentos, em busca do equilíbrio entre as partes, mesmo que heterogêneas, para formar um todo homogêneo.

Para exteriorizar princípios filosóficos e doutrinários positivistas, os republicanos criaram fraseologia, simbologia e musicata próprias, impregnadas de mensagens envolvendo o mundo físico, político, econômico e social, prevalentemente expressos na bandeira nacional, no hino e no brasão, e em frases de efeito e conteúdo doutrinário: “Ordem e Progresso”, “A Sã Política é Filha da Moral e da Razão”, “Só o Amor Constrói” etc.

Com o intuito de alcançar seus objetivos doutrinários, os positivistas republicanos utilizaram simbologia audiovisual como, por

exemplo: na bandeira nacional, mantiveram as cores representativas dos recursos naturais, mas substituíram o símbolo imperial pela faixa branca, que dá conotação esferóide ao campo azul, simbolizando o elo da união indissolúvel de um universo unificado (a Pátria Brasileira) em cujas bandas estão as constelações que brilham no céu do Brasil na hora da proclamação da República, onde cada estrela identifica uma unidade federada; o brasão de armas, representado por uma estrela sobre pedestal com as cores nacionais; o hino nacional com acordes e frases musicais de sentido heróico, como a Marselhesa, foi mantido.

## **A Capital Federal**

A doutrina positivista é, em sua essência, unitária centralizadora e autoritária. Com referência ao federalismo, os republicanos de 1889 instituíram um Poder Central, sobreposto ao poder dos Estados Federados como condição político-territorial permanente e irreversível.

Para sediar o Poder Central na magnitude geográfica das diversidades regionais do Brasil, os fundadores da República, contrapondo-se à idéia de ser a capital brasileira apenas um município neutro, distante das unidades federadas, optaram pela instalação de uma Capital Federal no centro geográfico da República, com dimensão geopolítica capaz de orbitar 21 Estados Federados, administrativamente independentes, porém política e socialmente vinculados a um poder central maior, o Poder Federal, qual sistema de gravitação no qual a massa crítica prevalente induz, disciplina, dimensiona, subordina e comanda o direcionamento das massas orbitais menores, como no sistema cósmico.

Para consolidar esse ideal federativo e ao mesmo tempo estruturar na dimensão continental do Brasil uma República geográfica e administrativamente plural, mas política e socialmente unitária, o Poder Federal deveria constituir massa estelar e campo de força capazes de induzir as unidades federadas a alinhamentos orbitais, – desde que . geograficamente localizado no centro de gravitação geopolítica do sistema federativo recém estruturado.

Com esse propósito, os republicanos históricos idealizaram transferir a Capital Federal da orla do Atlântico para o interior do país, em território que, sendo a síntese da unidade nacional, tivesse localização e dimensões geográficas que, extrapolando o conceito de unidade

FEDERADA, pudesse alcançar a suprema condição de unidade FEDERAL, sede e foro da República: o Distrito Federal.

Assim, o território da Capital Federal deveria guardar proporcionalidade dimensional com a magnitude do Brasil, sob os pontos de vista geográfico, político, econômico e social para, desse modo, ensejar eficácia ao desempenho do Poder Federal em seus propósitos de edificação de uma permanente União de Estados.

Consoante essa tese, os fundadores da República buscaram soluções para os problemas da unidade geopolítica nacional por quatro vertentes principais:

- fortalecimento do Poder Central enquanto núcleo de gravitação federativa;
- interiorização do ecúmeno brasileiro como suporte geopolítico e econômico da federação de Estados;
- posse efetiva de extensas áreas geográficas, legal e politicamente possuídas, mas não economicamente ocupadas;
- o ordenamento Jurídico-institucional na correlação de forças geopolíticas entre as unidades federadas e o Poder Central, como objetivos republicanos permanentes, expresso na Constituição de 1891.

A questão geopolítica, ponto crucial da sobrevivência da República, exigia soluções globais, tanto no que se referia à nova estrutura federativa das antigas províncias, quanto à organização do Poder Central e sua localização geográfica, cujas dimensões territoriais, por óbvias razões filosóficas e doutrinárias, deveriam ser compatíveis com a magnitude do território nacional, no contexto de um universo unificado.

A Constituição de 1891, embora de inspiração republicana, era essencialmente autoritária, à medida em que, para evitar eventuais rupturas no quadro federativo, encampou teses positivistas ao caminhar pelas quatro vertentes supracitadas, privilegiando o Poder Federal, muitas vezes utilizado para preservar e consolidar o novo regime. A unidade geopolítica nacional foi mantida e ampliada, como é sabido, por comprovadas vias autoritárias, trilhadas pelo Poder Central da República, principalmente nos primeiros períodos presidenciais.

## O Retângulo Cruls

A questão geopolítica, na visão dos fundadores da República, exigia a localização do Poder Federal no interior do país em área geográfica que, guardando proporcionalidade dimensional com o território nacional fosse, a um só tempo, sede, foro e síntese do Brasil, elo de união entre os Estados, pressuposto, sujeito, predicado e parte indivisível de cada um, enquanto símbolo dos ideais federativos.

Com o propósito de viabilizar esse ideário, diz a nossa primeira Constituição Republicana, em seus artigos 2º e 3º:

- Art. 2º – “Cada uma das antigas Províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao artigo anterior.”
- Art. 30 – “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela ser estabelecida a futura Capital Federal”.

Em 17 de maio de 1892, o Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antão Gonçalves de Faria, constituiu a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, que, sob a chefia do cientista Luiz Cruls, em setembro de 1894, apresentou relatório contendo detalhadas informações sobre o Planalto Central, as coordenadas geográficas do futuro Distrito Federal e o mapeamento do seu território, cobrindo área retangular de 14.400 km<sup>2</sup> cujo lado maior tinha 160 Km, e o lado menor 90 Km.

Mas, por que 14.400 km<sup>2</sup> com aquelas coordenadas, e não uma área qualquer, com outro posicionamento geográfico?

Essas indagações merecem especial atenção dos estudiosos do quadro geopolítico brasileiro do final do Século XIX, à medida em que se identificam, em sua forma e estrutura, com as aspirações dos fundadores da República que, levando à prática fundamentos científicos nas realizações republicanas, tinham por objetivo preservar a unidade geopolítica nacional na suprema condição de universo unificado em torno de um poder maior: o Poder Federal.

Quer nos parecer que a questão dimensional, atribuindo ao Distrito Federal área geográfica de 14.400 km<sup>2</sup> tem embasamento no simbolismo positivista, eis que:

- No final do século XIX, o território, sem as fronteiras hoje internacionalmente definidas (não existia o Estado do Acre), tinha área estimada em oito milhões de quilômetros quadrados. Procurando identificar a proporcionalidade da área do futuro Distrito Federal com a magnitude do território nacional, e tomando-se como pressuposto que esta deveria guardar relação harmônica com aquela, da ordem  $1.000/2$ , chega-se à proporcionalidade dimensional:  $8.000.000/14.400 = 555,55555\dots$ , série infinita dizimal simples de base 5, repetitiva de um símbolo positivista, o numeral 5, e correspondente a 0,18% do território nacional, cuja razão é outra série dizimal simples infinita:  $8.000.000/18 = 444444,4444\dots$  equivalente a outra simbologia numérica positivista.

Com referência a sua forma e dimensões, a área demarcada constitui figura geométrica que expressa a relação harmônica  $160/90 = 1,77777\dots$ , outra condição dizimal simples, numericamente infinita que Luiz Cruls, por certo, aplicou como adepto da doutrina positivista que referencia o infinito como etapa superior do aperfeiçoamento humano, dentro do contexto do universo unificado, no qual, cada parte finita, integra um todo cósmico cujo equilíbrio dinâmico, no tempo e no espaço, deve ser não finito.

Quanto à sua localização no espaço geográfico nacional, o futuro Distrito Federal, para expressar a condição de elo geopolítico nacional, deveria ocupar as vertentes das três megabacias hidrográficas brasileiras (Amazonas, Prata e São Francisco), e ter base territorial significativa, guardando proporcionalidade dimensional com o Brasil, de modo a constituir massa crítica de polarização cósmica, como no sistema sideral.

### **O Quadrilátero Poli Coelho e o Retângulo Atual**

Consoante o propósito dos republicanos históricos, e tendo em vista atualizar os elementos técnicos e geopolíticos constantes do Relatório Cruls, o Governo Federal, em 1946, designou a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, chefiada pelo General Djalma Poli Coelho, que, em 1948, entregou ao Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, os resultados do seu trabalho.

A Comissão Poli Coelho seguiu a mesma metodologia adotada pela Comissão Cruls para estudo, pesquisa e levantamento de dados geográficos e dos recursos naturais do Planalto Central, mas propôs significativa alteração no conceito de proporcionalidade da área do futuro Distrito Federal em relação ao território nacional, ampliando-a para 77.000 Km<sup>2</sup> inclusive levando a fronteira norte do futuro Distrito Federal à Serra Geral, nos limites do Estado de Goiás com o Estado da Bahia, não apenas envolvendo a área do Quadrilátero Cruls, mas multiplicando-a por mais de cinco vezes, de modo a ensejar ao Poder Central maior base territorial, correspondentes 1, 1 % da área total do Brasil.

A lei nº 1.803 de 05 de janeiro de 1953, fixou em, aproximadamente, 5.000 Km<sup>2</sup> a área do futuro Distrito Federal, que segundo estudiosos de geopolítica brasileira, embora tendo o numeral 5, não guardava proporcionalidade dimensional com o espaço geográfico nacional, visto que representa apenas 0,058% do seu total, fato que poderia comprometer a base territorial do Poder Central.

Finalmente, em 15 de abril de 1955 foi definitivamente escolhida a área de 5.814 Km<sup>2</sup> (apenas 0,068% do território brasileiro), como base geográfica do Distrito Federal.

### **A Inadequação da Área Geográfica do Distrito Federal**

Tinham razão os que questionaram aquelas reduzidas dimensões, à medida em que, não guardando adequada proporcionalidade com o território brasileiro, o Distrito Federal concentra, potencializados, problemas de ordem econômica, social, demográfica e sanitária, que, por sua magnitude, por certo não encontrarão soluções dentro dos seus reduzidos limites geográficos, inclusive porque, sendo a origem das águas continentais, o seu território é fundamentalmente formado por componentes geográficas e biológicas extremamente frágeis às atividades antrópicas.

Deve-se ainda levar em conta que o território do Distrito Federal, situado no divisor das águas de três megabacias hidrográficas e em razão de sua configuração geomorfológica, as suas componentes geográficas (clima, água, solo, fauna, flora), tem estrutura ecológica extremamente frágil, cujo equilíbrio é freqüentemente rompido pelas pressões de uma população urbana da ordem de 1,8 milhões de habitantes concentrados em apenas 12% do território, enquanto a sua capacidade de suporte é de apenas meio milhão, como inicialmente proposto para a nova Capital Federal, mais 1 milhão de pessoas dispersas pelo restante do território.

## **Indicadores Econômicos e Sociais**

No contexto de uma visão geopolítica regional, o Distrito Federal constitui um polo econômico muito forte, atuando sobre um campo social excepcionalmente fraco. Este fato desencadeia um processo de indução socioeconômica que, alcançando segmentos demográficos menos favorecidos, atrai contingentes humanos de diferentes regiões brasileiras, que pressionam este pequeno território, seus equipamentos e sua estrutura econômica e social, principalmente localizados nos setores urbanos, gerando os quadros da mazelas sociais de todos conhecidos

Alguns indicadores econômicos e sociais revelam que a transferência da Capital da República, se por um lado acelerou o processo de integração do ecúmeno brasileiro, ainda não realizou a sua integração total visto que, deve-se reconhecer, Brasília, enquanto Capital Federal, está geograficamente localizada em uma das mais economicamente pobres regiões brasileiras: o Planalto Central, embora de reconhecidas potencialidades em recursos naturais ainda não explorados.

### **Território x População em 1997**

O território do Distrito Federal, não racionalmente ocupado, tem 5.814 Km<sup>2</sup>, dos quais 465 Km<sup>2</sup> constituem áreas urbanas e reservas de expansão urbana. Aproximadamente 1.278 Km<sup>2</sup>, (22%), são áreas de reservas biológicas e parques nacionais, lagoas e represas, e 3.488,4 Km<sup>2</sup> (60%), são áreas rurais com atividades econômicas diversificadas e áreas não exploradas, fato que reduz o desempenho da economia local, progressivamente dependente de outras economias regionais brasileiras.

A população, estimada em 2 milhões de habitantes, é constituída por 1,8 milhões (90%) residentes em áreas urbanas e 200 mil (10%) em áreas rurais.

Cotejando-se esses indicadores, nota-se a grande disfunção entre o território e a população, à medida em que revelam um quadro de elevadas pressões demográficas sobre as áreas urbanas, com densidade da ordem de 4.041 habitantes/Km<sup>2</sup> enquanto as áreas rurais apresentam densidade de apenas 43 hab/ Km<sup>2</sup>, incluindo os núcleos rurais, colônias agrícolas, agrovilas e áreas isoladas.

## **Território x População x Economia**

A existência de visível disfunção entre a população e a economia está associada à disfunção entre o território e a população, à medida em que Brasília, como Capital Federal é, por vocação e destino, cidade administrativa, economicamente estruturada no setor terciário e, cujas atividades, prevalentemente urbanas, têm óbvios desdobramentos nas Cidades Satélites que, a seu turno, têm suas economias estruturadas na renda do trabalho do setor terciário e, em pequena parte, sobre os setores primário e secundário.

O Distrito Federal, cujo PIB em 1997 é da ordem de US\$ 8,51 bilhões, tem US\$ 8,03 bilhões no setor urbano (99,41%) e apenas US\$ 0,48 bilhões no setor – rural (0,60%), podendo ser cotejado com outros indicadores, conforme os seguinte:

- o território, representando 0,068% da área geográfica brasileira, gerou 1,25% do PIB nacional;
- a população, equivalente a 1,25% da brasileira, gerou, em 1997, 1,23% do PIB nacional, com renda per capita da ordem de US\$ 4.050 sendo US\$ 4.646 no setor urbano e US\$ 2.400 no setor rural.

Em ambos os casos, embora pouco expressiva, a economia total do Distrito Federal demonstra a sua vitalidade, como polo indutor do desenvolvimento regional a partir do seguinte raciocínio.

### **O Crescimento Econômico**

Deve-se considerar que a expansão da economia interna do Distrito Federal encontra quatro obstáculos principais:

- as limitações do território, impeditivas do desenvolvimento de um setor primário expressivo;
- o regime de posse e uso da terra urbana e rural, aquela com baixa produtividade habitacional, e esta com baixa produtividade agrícola;
- a inaplicabilidade da implantação de um setor industrial auto sustentado, em razão dos motivos precedentes, e de uma mercado consumidor ainda não

suficientemente estruturado, que possa gerar expressivas demandas de bens e serviços;

- as limitações do crescimento do setor terciário, organicamente embasado em atividades administrativas, que já demonstra elevado grau de esgotamento;
- baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional da população, cujos reflexos sobre a força de trabalho são identificados como os principais motivos da baixa produtividade dos fatores da produção e dos baixos salários dos trabalhadores.

### **Uma Proposta Viável**

Não tendo o Distrito Federal base territorial compatível com as demandas sociais decorrentes do presente quadro conjuntural, que se supõe conducente à disseminação e generalização da pobreza na Capital da República, é oportuno lembrar que o suporte territorial de Brasília é a região em que se insere – o Planalto Central Brasileiro – cuja extensão geográfica, cobrindo mais 600.000 Km<sup>2</sup>, oferece a base geográfica e os recursos naturais necessários para sediar significativos centros de polarização demográfica, econômica e social. Subpolarizar Brasília, eis a questão geopolítica, de extrema importância para o Distrito Federal, no final deste século XX.

Deve-se entender que nunca existiu, e jamais existirá cidade rica em região pobre, e vice-versa. Todas as cidades ricas inserem-se em regiões igualmente ricas. A recíproca é verdadeira, à medida em que, sendo a cidade a síntese da região em que se insere é, a um só tempo, sua expressão demográfica, política, econômica, social e cultural.

Há de se entender que, sem base territorial compatível, o desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal jamais será um processo auto sustentado, principalmente se concentrado no setor terciário, com prevalência da economia de salários do serviço público. Há quem entenda que a União, tendo aqui a sua sede, deva viabilizar o Distrito Federal, em todos os seus desdobramentos socioeconômicos, e não apenas Brasília, em sua versão institucional de Capital da República, buscando soluções regionais para os problemas locais, como sugeria o Presidente Juscelino Kubitschek.

Neste enfoque, a viabilização socioeconômica do Distrito Federal, em sua condição de UNIDADE FEDERAL e sede da Capital da República, demanda a implementação de um abrangente processo de desenvolvimento regional, em base territorial cuja amplitude envolva o Planalto Central Brasileiro onde são enormes os espaços geográficos, abundantes os recursos naturais, escassa população e inexpressiva a economia.

### **Sustentabilidade Territorial e Sustentabilidade Social**

O planejamento para o desenvolvimento regional integrado tem por objetivo otimizar parâmetros físico-geográficos, demográficos, econômicos e sociais, para alcançar razoáveis termos de equilíbrio entre o território, a população e a economia. Com referência ao Planalto Central, a prática tem demonstrado que, em muitas de suas áreas geográficas, a correlação de forças, causas e efeitos entre a capacidade de suporte do território, as pressões demográficas sobre o mesmo e as atividades antrópicas causam disfunções que, a partir de determinada fase, provocam rupturas estruturais, quer no contexto territorial, quer no comportamento social de seus habitantes que, de reconhecido grau de convivência pacífica, ordeira e produtiva, muitos passam ao desemprego e à marginalização, exclusão e segregação, cujo produto final é a violência generalizada, de efeitos bastante conhecidos.

Com o propósito de contribuir para a solução desses problemas, encaminhamos à Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal os documentos em anexo, contendo roteiros preliminares e sugestões para o desenvolvimento regional integrado do Distrito Federal e dos municípios do Entorno, neste caso, a partir da dinamização de suas potencialidades, enquanto elementos indutores dos demais setores da economia regional, tendo por pressuposto transformar recursos naturais em recursos econômicos, e recursos inertes em recursos dinâmicos, para alcançar razoáveis termos de equilíbrio território-população-economia.



## SUBSÍDIOS À CONSTRUÇÃO CARTOGRÁFICA DO BRASIL



*Rui Rasquilho*

Quando se inicia a construção cartográfica do Brasil os portugueses haviam já encontrado a passagem para o Índico, povoado as ilhas de Açores e da Madeira no meio ao Atlântico Norte e enviado ao Brasil em 1498 Duarte Pacheco Pereira.

Ao serviço dos reis católicos Colombo chegara às Antilhas, explorando Hispaniola em 1491, a Costa Norte de Cuba em 1492, e a Costa Sul em 1494, na 2<sup>ª</sup> viagem. Em 1498 durante a 3<sup>ª</sup> viagem atinge a atual Costa da Venezuela e a foz do Orenoco, para em 1502, na sua última viagem às Antilhas entrar no Golfo das Honduras, e mais tarde na Jamaica, antes de regressar a Espanha.

No início do século XVI a principal dúvida relativamente ao recém descoberto Brasil era a de saber, se seria uma ilha ou um continente. A incerteza prevaleceu durante algum tempo até que no início do séc. XVII com a intensificação das viagens ao interior se aceitou a continentabilidade do Brasil.

Por volta de metade da centuria de quinhentos, apareceu na cartografia portuguesa a representação da ilha Brasil determinada por três caminhos de águas, o Atlântico, as bacias do Amazonas e do Prata, nascendo os rios desses complexos hidrográficos num enorme lago mítico denominado Lagoa Eupana. A carta de Luiz Teixeira desenhada em 1600

assinala claramente, aliás, como outras, esse imenso lago no atual nordeste brasileiro.

Também alguns textos do início do séc. XVI referem a Ilha Brasil.

Não há autor nem homem que tenham percorrido a terra firme ou os mares que a costeiam, que chame a esta província ou *a esta ilha* índia.

Rodrigo de Santaella

Cosmografia Breve introductória en el Libro de Marco Polo  
Sevilha 1503 – Boletim da Sociedade Geográfica de Lisboa 1957 pág. 285

“(…) deste porto seguro da *vossa Ilha* de Vera Cruz oje sexta feira primeiro dia demayo de 1500” – A carta de Pero Vaz de Caminha – Lisboa – 1968. Edições da Comissão Executiva do Nascimento de Cabral, pág. 58

É uma grande terra, mas não sabemos, se é *ilha* ou terra firme.

Relatório anônimo da viagem de Alvares Cabral – 1916, pág. 78

Fac simile de “Paesi novamente Ritrouvati” – 1507

Edição de Milão

O Brasil está cartograficamente representado em vários atlas nomeadamente nos de Teixeira Albernaz, avô e neto, Diogo Homem e Sebastião Lopes e no mapa dito de Cantino de 1502 onde pela primeira vez na história da cartografia aparece uma representação do Brasil com indicação do Rio d’Brasil – o actual Mutary – assinalado junto aos pés do papagaio desenhado mais próximo do mar. O meridiano de Tordesilhas, o Equador e os Trópicos de Câncer e Capricórnio também ai estão representados.

A carta pertence ao acervo da biblioteca Estense de Modena e é um documento car-tográfico de grande importância pois nela, como iremos ver, estão registadas as três descobertas de terras realizadas no Atlântico Ocidental entre 1500 e 1501:

- A Terra Nova avistada por Gaspar Corte Real
- As Antilhas de Cristóvão Colombo e a Costa da Venezuela
- O Brasil de Pedro Álvares Cabral

Aos intervalos ainda desconhecidos entre estas porções de terra descobertas do Novo Mundo corresponderiam outras terras que

delimitariam o Atlântico e o Índico como se estes fossem “lagos” imensos ou mares fechados.

A **Teoria ptolomaica** referia que: “para além das três partidas do Mundo existirá na direção do Sul e para lá do oceano, uma quarta parte que se desconhece por via do ardor do sol”.

No “Mundus Novus” da “América” de Waldseemüller como vem referida na *Cosmographiae introductória* publicada em Saint-Dié no início do séc. XVI a América é também uma ilha, e uma ilha no sul.

A centúria de quinhentos é um período extraordinário da história da construção geográfica do mundo. Imerso em naturais confusões devidas por um lado à lentidão da passagem de informação, por outro, à dificuldade com que as notícias eram compreendidas, nem sempre as academias recebiam com credulidade factos que simples navegadores lhes traziam destruindo muitas vezes as teorias penosamente construídas e defendidas por homens de ciência durante gerações.

Basta dizer-se que a passagem para o Indico encontrada graças à tenacidade de Bartolomeu Dias em 1487, e registada no mapa de Henricus Martelos de 1489, não terá sido suficiente para eliminar a teoria ptolomaica pois esta foi recuperada momentaneamente quando se pretendeu afirmar a continuidade da América com a parte austral e desta com a Ásia, em terra contínua fechando os oceanos pelo sul.

Apesar desta carta demonstrar com a passagem para o Índico e com a existência de um mar a ocidente da China que a terra afinal não envolvia o mar.

Após a chegada de Cabral a Porto Seguro, Fernão de Magalhães encontra a passagem para o Pacífico (1519)<sup>1</sup>, mas tal descoberta ainda não será suficiente para abolir de vez o mito ptolomaico.

Em 1511, na “1ª Década” do espanhol Pedro de Anghiera se diz que o Brasil era a Ásia. Falando do litoral setentrional diz-nos o seguinte: “De maneira que se pensa ter chegado ao continente da índia Gangética” (de *Orbe Novo*, pág. 111).

Refira-se no entretanto que nesta história de estreitos e passagens já Portugal estava implicado desde 1501, quando da expedição marítima ordenada por D. Manuel para procurar um estreito no caminho das molucas.

Entre o final do séc. XVI e a metade do primeiro quartel do séc. XVII João Lavanha e Luís Teixeira desenham o “*Theatrum Mundi*” no “*Atlas Cosmographie*” que está guardado na Biblioteca Real de Turim. Nesse mapa *Mundi* está um continente que fecha a sul todos os oceanos

e nele inclui a Terra de Fogo, o Promontório Austral, a província Aurífera de Beach, o reino de Lucach sobreposto ao ainda desconhecido espaço australiano.

Entre 1500 e 1533 Portugal fez o reconhecimento do Brasil<sup>2</sup> época em que detemos a vanguarda do conhecimento tecno-científico na construção naval, na navegação astronômica e na cartografia, enquanto do lado espanhol, Balboa descobre o Pacífico em 1513. Pizarro havia chegado ao Peru em 1527 e descobriria a Califórnia em 1532.

A nossa cartografia do Brasil é a princípio costeira e só a partir do séc. XVII decididamente iniciamos a construção orográfica e hidrográfica do Brasil. Veremos a mudança na carta de João Teixeira Albemaz desenhada em 1626. Esta carta foi oferecida pelo imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.<sup>3</sup>

O Atlas do Brasil dos Teixeira Albemaz, avô e neto, desenhados entre 1631 e 1666 traçam a conquista da Amazônia, aí se vêem, entre outros, os rios Amazonas e Pará explorados em 1666 por ordem do rei de Portugal.

Data desde período o Estado do Maranhão e Grão Pará independente do Governo-Geral do Brasil sertão imenso e praticamente desocupado.

Ainda antes das iniciativas do 1º Ministro Carvalho e Mello que foram estrategicamente decisivas para a consolidação das fronteiras amazônicas brasileiras, refira-se as iniciativas do Conde de Pagan que em 1655 publica em Paris a “**Relation Historique et Geographique de Ia Grand Riviere des amazones dans L’amerique**” com inclusão de um inovador mapa do grande Rio. O Ministro Mazarino aí era aconselhado a criar colônias francesas no Amazonas.

Quarenta anos depois um alemão, o padre jesuíta Samuel Fritz inverte a viagem de Pedro de Teixeira de 1637<sup>4</sup> e desce de Quito pelo Amazonas, sendo expulso pelas autoridades portuguesas e obrigado a voltar ao local de origem. Desenha o **Mapa Geographico del Rio Marañon o Amazonas Hecho por Samuel Fritz de Ia Copañia de Jesus, Missionero em este mesmo rio até Amazonas e ano de 1691.**

Rios, povoações, nações indígenas, ruínas e estradas são pela primeira vez transcritas em carta. Serão informações preciosas à consolidação do território para a qual muito contribuíram também as missões jesuíticas.

Durante o séc. XVIII o Brasil aparecerá nas cartas com uma configuração próxima à que tem hoje, passando muito além da linha de

Tordesilhas como foi decidido no Tratado de Madrid em meados desse século mais precisamente em 12 de Julho de 1750. No ano 2000, passarão não apenas os 500 anos do Descobrimento mas também os 250 da Consolidação das Ponteiros do Brasil colônia.

A mapoteca do Itamaraty guarda o mapa destas negociações que foram conduzidas pela parte portuguesa por Alexandre de Gusmão.

Este Ministro de D. João V propôs que as disposições geográficas do tratado de Tordesilhas não fossem consideradas, mas antes se acertasse no princípio da UTI POSSIDETIS, princípio jurídico que levou ao abandono da margem poente do Prata em troca da Amazônia por Portugal.

No fundo Portugal trocou a pequena colônia de Sacramento por Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul, mais tarde o Brasil compraria o Acre no pressuposto de nunca ter sido terra brasileira.

Já ao tempo do Marquês de Pombal, o tratado do Pardo anula em 1761 o de Madrid mas sem que as disposições relativas às fronteiras sofressem alterações.

Referira-se ainda que ao final do século XVIII se constróem algumas fortalezas que irão garantir no terreno as disposições diplomáticas discutidas sobre as cartas.

Em 1776 nas margens do Guaporé na Rondônia, em frente a Bolívia edifica-se o Forte do Príncipe da Beira e outros de menor dimensão ao longo dos rios fronteiros com relevo para o de S. José do Macapá.

Enfim, durante o séc. XVIII Portugal fundara só no Nordeste do Brasil 36 baterias, fortes, presídios e fortalezas e 30 no séc. XIX ao tempo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

---

<sup>1</sup> João de Empoli envia de Lisboa uma carta para seu pai onde um trecho afirma o seguinte: "A terra de Santa Cruz chamada Brasil a qual não está ainda bem descoberta pois supõe-se que a Antilha do rei de Castela assim como a terra de Corte Real se juntam à terra de Malaca e formam com ela uma unidade."

<sup>2</sup> 1498 – Duarte Pacheco Pereira negociador do Tratado de Tordesilhas vem ao Brasil por ordem de D. Manuel

<sup>3</sup> Em 1513 Vasco Nunes de Balboa descobre o Pacífico e em 1514 o piloto João de Lisboa sob o Comando de Diogo Ribeiro entra no Prata convencido de ter encontrado uma passagem para o Pacífico.

<sup>4</sup> A viagem de Pedro Teixeira contribui para o alongamento das fronteiras amazônicas do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Capistrano de – Capítulos da História Colonial, UNB 1963.
- Andrade, A. Banha de – Mundos Novos do Mundo, JIU, Lisboa 1972
- Aston Margaret – O século XV, Verbo, Lisboa 1967
- Blant, J.M. – The Colonizer’s Model of the World – Guüford Press, NY London 1993
- Cortesão, Armando – Cartografia Portuguesa Antiga, Lisboa, 1952
- Cortesão, Jaime – A Carta de Pero Vaz de Caminha – INCM, Lisboa, 1994
- Favier, Jean – Les Granos Decouverts, d’Alexandre à Majellan, Fayari Paris 1991
- Holanda, Sérgio Buarque – Raízes do Brasil – LTNB, Brasília, 1963
- Mapa – Imagens de Formação Territorial Brasileira – RJ
- Portugalia Monumenta Cartographica – INCM, Lisboa, 1987

## CARTAS APRESENTADAS

### **Cláudio Ptolomeu**

- Geographia ULM – 1482 – Biblioteca Nacional de Paris

### **Henricus Martelus**

- Mapa Mundi – 1489 – Cerca

### **Juan de La Cosa**

- Carta do Mundo – 1500 – Museu Naval Madrid

### **Anonimo**

- Carta Dita de Cantino – Cerca – 1502 – Biblioteca Estense, Moderna

### **Lopo Homem Reineis**

- Atlas Terra do Brasil – 1519 – Bibl. Nac. Paris

### **Lopo Homem**

- Pedro ou Jorge Reinel “Atlas Miller” – 1519 – Bibl. Nac. Paris

**Lopo Homem**

– Mapa Mundi

– 1519 – Coleção de Marcel Destombes –  
Paris

**Diogo Homem**

– Atlas de 12 folhas – América do Sul

– 1558 – The British Museum  
Londres

**Sebastião Lopes**

– Brasil Atlântico

– 1558

**Luiz Teixeira**

– Capitánias do Brasil/ Roteiro – 1586 – Biblioteca da Ajuda Lisboa

**Luiz Teixeira**

– Carta Atlântica

Cerca – 1600

**Anonimo**

– J.B. Lavanha/ João Teixeira “Mapa Mundi” – 1597/ 1612 – Bibl Porto  
– Toulon

**João Teixeira Albernaz**

– Estado do Brasil

– 1626 – Inst. Hist. Geogr. Rio de Janeiro

**Anonimo**

– João Teixeira Albernaz “Grupo de 4 Cartas”

– 1640 – Bibl. Porto – Toulon

**Antonio Sanches**

– Grupo de 7 Cartas/ América do Sul

– 1641 – Biblioteca Real Haia



## COMO DOM JOÃO II ENGANOU OS REIS CATÓLICOS DA ESPANHA

*José Hélder de Souza*



Quem diria? Colombo, o Crhistofer, o descobridor da América, era português, espião do Rei Dom João II o príncipe perfeito e filho da... bastardo do Duque de Beja, nascido que foi na Ilha da Madeira, no meio de uma família de ascendência judia. Batisara-se como Salvador Fernandes Zarco. Como era de família distinta esteve na escola de Sagres onde o Infante Dom Henrique preparou os capitães e pilotos portugueses para as grandes conquistas marítimas. Que ele é filho da Ilha da Madeira quem o afirma é o erudito fidalgo madeirense, Agostinho d’Ornellas, diplomata, tradutor do “Fausto”, de Goethe, autor da “Memória sobre a residência de Christovam Colombo na Ilha da Madeira”, publicado em 1892 nas comemorações dos quatrocentos anos da descoberta da América e publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa. É assunto do dia, quando são comemorados os 500 anos das descobertas marítimas portuguesas.

Como este Christovam acabou na corte espanhola dos Reis Católicos sendo-lhe confiada frota espanhola para ir ao mar oceano descobrir novas terras? Ai é que está o busílis.

O que se sabe é que bem antes da descoberta Da América, tal como é hoje celebrada, os navegadores portugueses, yasculhando incansavelmente o Atlântico, usando novas embarcações; as caravelas

de alto bordo e não mais as urcas de navegação costeira, além do astrolábio – o planisfério celeste – e do sextante que lhes permitiam saber, pelos astros, em que altura – latitude e longitude – se encontravam. como também a convicção científica da esfericidade da terra, já tinham costeado terras americanas, a noroeste. Estas viagens vinham de 1450 quando Diogo de Teive meteu-se ao mar percorrendo centenas de léguas e assinalando terras pelo menos avistadas. O próprio Colombo ou Zarco, em 1477, participou de uma exploração marítima, feita por portugueses e dinamarqueses, pelo Atlântico Norte passando pela Islândia e costeando grande parte da Groelândia até chegar ao que é hoje a Nova Inglaterra, costa nordeste dos Estados Unidos de hoje. Discretamente e cautelosamente os navegadores da Escola de Sagres, para não afrontar a poderosa e obscurantista Igreja Católica e sua Santa (e terrível) Inquisição, fingiam adotar a teoria do geógrafo grego Cláudio Ptolomeu, que desde o século II de nossa era, dizia ser a terra plana e o centro do sistema solar. A Escola de Sagre desconfiava de tal teoria e tendia mais para a teoria pitagórica – do grego Pitágora de Samos – formulada dois mil anos antes e reforçada por Anaxágora – também prístino sábio grego de que a Terra era redonda. Segundo eles todos os astros do sistema eram redondos e os marinheiros testemunhavam que as estrelas sumiam ou surgiam quando suas navees seguiam para norte ou para o sul. Nicolau Copérnico (+ 1473), um padre católico de grande erudição, astrônomo. exatamente na época dos descobrimentos comprovou a esfericidade da Terra e o sol como centro do sistema. Assim, nas águas dessa esfera os lusitanos iam buscando novos mundos, por “mares nunca dantes navegados”, sem dizer muito a ninguém sobre o que encontravam. Antonio Sérgio, na sua “Breve Interpretação da História de Portugal” (Livraria Sá da Costa Lisboa, 1978), atribui esses cuidados sigilosos à consciência dos portugueses da pequenez de seu território e de sua população com que não poderiam enfrentar a concorrência de povos mais anchos de território, mais ricos, bem armados e de maior população, inclusive a vizinha Espanha que já se aprestava também para grandes conquistas marítimas.

Mas haveria outros vários motivos ou origens para os segredos marítimos portugueses como procura demonstrar Augusto de Mascarenhas Barreto no seu livro “O Português Cristóvão Colombo Agente Secreto do Rei Dom João II” (Edições Referendo, LDA – Lisboa, 1988), de mais de 500 páginas. em que contesta a origem genovesa de

Colombo (que não falava nem escrevia italiano), para provar ser ele filho bastardo do Infante Dom Fernando, Duque de Beja e neto do grande navegador João Gonçalves Zarco. Mais mistério: a Ordem de Cristo, criada em Portugal para abrigar os remanescentes da esotérica Ordem dos Cavaleiros Templários, extinta e exterminados seus monges soldados no resto da Europa, tinha certo caráter secreto e recrutava filhos da nobreza bem capazes de guardar os segredos da instituição sempre a serviço da coroa. Dom João II serviu-se da ordem para manter segredo absoluto sobre as navegações e conquistas marítimas portuguesas. Chegou a mandar decapitar pilotos que davam demais com a língua nos dentes em suas conversas, nas tavernas, sobre as grandes viagens. A única explicação para a falta de registro de certos feitos, como a ida de Diogo de Teive e, mais tarde dos irmãos Corte-Real às costas norte da América, bem antes de Colombo, nas obras de cronistas portugueses da época, como Damião de Góis, foi decreto de segredo absoluto sobre tais feitos sob os signos cabalísticos da Ordem Templária, ou de Cristo, como passou a denominar-se em Portugal de Dom João II.

Dom João II, o grande consolidador dos feitos marítimos portugueses, subiu ao trono em 1481 e reinou até sua morte, em 1495, em pleno século das navegações e conquistas marítimas peninsulares. Em 1480, com a intercessão do Papado, os reinos de Portugal e Espanha celebraram o Tratado de Toledo. Por ele a esfera terrestre era dividida em duas: metade, a oriente, para Espanha e a outra, a ocidente, para Portugal. Dom João II já coroado, com certeza baseado nos dados e nos segredos dos navegadores da Escola de Sagres, não aceitou os termos do tratado que dava a seu reino o que houvesse a ocidente do mar grande, a partir de cem léguas da ilha dos Açores e do Cabo Verde. Dom João fincou pé e, ainda com a interveniência da Igreja, conseguiu a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494, depois das viagens de Colombo. Tal acordo, assinado na cidade espanhola de Tordesilhas, assegurava a Portugal, 370 léguas mar a dentro a partir das ilhas de Cabo Verde, rumo sudoeste. Porque não 310 ou 390 léguas? Ardiloso, Dom João II, por saber o que havia nos confins dos mares e as possibilidades de por eles chegar às riquezas das Índias, às especiarias das Molucas, exigiu extensão de exatas 370 léguas onde coubessem não só as terras do Brasil como todo o domínio do Atlântico Sul por onde seguiria Vasco da Gama e depois Pedro Alvares Cabral, para a conquista das “Índias pelo contorno da África”.

Atualmente sabe-se que navegadores portugueses e espanhóis costearam e aportaram em pontos distintos do nosso Nordeste, na região compreendida entre Pernambuco e Maranhão. Entre estes precursores estão Duarte Pacheco Pereira que teria costeado o Ceará e o Maranhão em 1498. Alonso de Hojeda, acompanhado de Juan de la Cosa e Américo Vespúci, cá esteve entre fins de 1499 e princípios de 1500; vieram depois, em janeiro e fevereiro de 1500, Vincente Yanes Pinzon e Diego de Lepe em viagens de “ínconscusa autenticidade”, como afirmou o Historiador Capristano de Abreu. Em sua “História Geral do Brasil”, Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde Porto Seguro, diz ter sido a ponta do Mucuripe, hoje porto e distinto bairro de Fortaleza, o local tocado por Pinzon, nome hoje de novo bairro acima do Mucuripe. Varnhagen escreveu sua “História” na segunda metade do século XIX e insiste na descoberta do Brasil na costa do Ceará, citando, ainda a Ponta da Jericoacoara, ao Norte da Fortaleza, como tendo sido visitada pelos espanhóis. As viagens de Duarte Pacheco Pereira e Alonso de Hojeda são objeto de controvérsias entre historiadores do descobrimento do Brasil por não ter eles deixado registro escrito.

Aí entra o mistério de Christofers Cólón, o Zarco ou Colombo, escolhido, como bom membro da Ordem de Cristo e experimentado navegador, nobre com escudo d'armas e capaz de ler em grego (Pitágora e Anaxágora, talvez) e latim e de argumentar diante de outros nobres e eruditos, para cumprir a patriótica missão de, sob sete capas, desviar as atenções dos Reis Católicos da Espanha para as terras já descobertas e interessá-los pelo impossível caminho das Índias pelos mares acima do Equador rumo a noroeste. O fato é que verdadeiramente foram os portugueses os primeiros a chegar a Calecute enquanto os espanhóis divertiam-se com os índios arauaques habitantes das antilhas e às quais Colombo matreiramente dizia ser as ilhas de Cipango (Japão). Fato significativo, registrado na história, é que Colombo depois da descobertas das novas terras, voltando para a Europa, aportou primeiro em Lisboa, onde teve encontro com o rei português D. João II, antes de seguir para Espanha e dar as boas novas aos Reis Católicos Fernando e Isabel. Se assim é, como parece ser, temos na história o maior embuste já empregado para erguer a grandeza e glória de um povo, os navegadores portugueses.

# MIGRAÇÃO, INTEGRAÇÃO, IDENTIDADE



*Mercedes Gassen Kothe*

## **Introdução**

Migração – emigração – imigração – são conceitos dos séculos XVIII e XIX, utilizados para indicar a movimentação de grandes massas humanas, ainda hoje estão em uso, e também indicam fatos que continuam acontecendo. Até meados de 1930, houve claramente países de emigração e de imigração. Hoje nenhum país mais se considera como de imigração. Num período em que se superam fronteiras entre países da Europa ou das Américas através do aumento da globalização, os conceitos de emigração e imigração precisam ser repensados. Existe agora o cidadão da Comunidade Européia, com o direito de ir e vir e, a partir de 1999, com uma moeda única. Assim, esse cidadão pode migrar para outro país da comunidade onde queira se estabelecer, motivado pelos baixos impostos, belezas naturais, menor discriminação ou problemas sociais. Nesse processo, porém não deixam de aparecer alguns entraves como por exemplo as barreiras lingüísticas, o que impedirá muitos de encontrar trabalho em determinados setores de serviços.

A migração de povos não é um fenômeno recente, nos séculos XVIII e XIX milhões de europeus migraram de uma região à outra ou emigraram para outros países, inclusive continentes em busca de trabalho nas indústrias nascentes, ou fugindo de perseguições religiosas, políticas, ou das agruras

que decorriam dos períodos de más colheitas, quando milhares morriam de fome.<sup>1</sup>

No limiar do século XXI, essas causas ainda movimentam milhões de pessoas no mundo à procura de outra área de sobrevivência – segundo, estatísticas recentes –, há 50 milhões de pessoas envolvidas no processo de migração, tanto interna quanto externa, sobressaindo-se a intracontinental na África.

Quando se emigra uma série de fatores podem facilitar ou dificultar a integração, e a conseqüente assimilação, dependendo do grau em que aparecem no imigrante ou na sociedade de adoção, encontrando-se entre eles:

- 1 – o isolamento em que vivem dos nativos;
- 2 – a dificuldade de obterem a cidadania no país de imigração;
- 3 – o fato de praticarem outra religião;
- 4 – a inexistência de escolas públicas nas colônias;
- 5 – a crença de serem portadores de uma cultura superior;
- 6 – a atitude adotada pela classe dominante do país, menosprezando as culturas dos imigrantes;
- 7 – o grau maior ou menor de diferença entre o aspecto físico, a língua, os usos e costumes dos imigrantes em relação aos do grupo dominante no país.

Esses fatores ocorreram em maior ou menor escala com os imigrantes alemães, com os japoneses, poloneses e italianos, que se dirigiram ao Brasil, como também com grupos étnicos que se dirigem à outros países.

Analisando os fatores acima relatados no caso brasileiro, podemos afirmar que o primeiro fator – o isolamento – ocorreu principalmente na região Sul do Brasil, devido à distância das colônias em relação aos grandes centros comerciais, fazendo com que, durante décadas, quase não existisse contato com os nativos, ficando o contato social restrito ao próprio grupo étnico.

Quanto ao segundo fator – a cidadania –, no Brasil, durante o período da monarquia, não foram dadas maiores facilidades para a aquisição da cidadania, desejava-se os imigrantes para o trabalho na agricultura e pequeno comércio mas não que ele viesse a participar como cidadão da vida política. O processo de naturalização era lento e caro. O que não deve ser entendido como um desejo em se manterem fiéis cidadãos dispostos a servirem aos interesses da Alemanha.

No terceiro fator – o religioso –, convém destacar que o catolicismo foi, a religião oficial brasileira durante a monarquia. Com isso, os imigrantes não católicos, acabaram não tendo condições de participar das atividades políticas, segundo a Constituição vigente na época. O fator religioso foi decisivo para a indiferença mostrada em participar da política nacional, mesmo durante os anos iniciais da República.

Quanto ao quarto item – a educação escolar –, deve ser aventado que a maioria da população brasileira era analfabeta. O contrário ocorria com os imigrantes, os quais possuíam razoável índice de escolaridade. Chegados ao seu destino, eles tratavam, de erigir escolas com os seus próprios recursos não somente nas colônias como também nas cidades, a educação era feita na língua do país de origem, o que permitiu a continuidade de contatos com o país de origem. Segundo Schrader, o sistema escolar foi utilizado como um dos principais instrumentos de proteção da identidade do grupo.<sup>2</sup>

Em relação ao quinto item – a auto-avaliação de sua cultura –, a maioria dos que se dirigiram ao Brasil, considerava-se étnica e culturalmente superior a população nativa, não medindo, portanto, esforços em transmitir aos seus descendentes a cultura da antiga pátria. Durante decênios, não foram praticamente realizados casamentos inter-étnicos.

No que se refere ao sexto item – a atitude da classe dominante –, podemos afirmar que o menosprezo e a indiferença por parte da elite, fez surgir nos recém-chegados o desejo de se isolarem. Essa atitude pode ser ainda favorecida pelo isolamento e pela distância das colônias. No momento da chegada, o distanciamento pode ser entendido como dificuldade de comunicação e medo de confronto com uma outra cultura, fazendo surgir em ambos os grupos o desejo de se isolarem entre os seus, para evitar a perda de sua identidade e não se expor.

Quanto ao sétimo item – o da distância entre a cultura da minoria étnica e a cultura dominante no país –, é de fundamental relevância para entender as diferenças de “adaptação” entre, por exemplo, católicos e luteranos nos grupos de origem alemã, e entre alemães e italianos nos diversos grupos de imigrantes. Em um país oficialmente católico e de formação predominantemente latina, os imigrantes italianos se “assimilaram-se” em média mais rápido à “cultura brasileira” do que os alemães e, entre estes, os católicos mais rápido que os luteranos. O que quer, no entanto, dizer isso? – Quanto mais rápido se adaptaram, mais rápido perderam geralmente a cultura de origem.

A tendência é considerar a “adaptação”, incluindo-se aí a integração e a assimilação como um processo positivo, uma necessária metamorfose que, quanto mais rápida e completa, menos traumática, tanto melhor. Tende-se a assumir, nesse processo, como verdade última a perspectiva da cultura do grupo dominante. Essa perspectiva não só exclui a validade de outras alternativas, mas esquece o valor inerente à cultura eliminada ou substituída, bem como a própria limitação da cultura dominante.

## **Integração**

Com raríssimas exceções, em regiões muito isoladas, nenhum país do mundo é formado apenas por uma só raça e cultura. Se o *slogan* de que cada povo deve formar um Estado tem, à medida que não é realizado, acarretado a perseguição e destruição de etnias, por outro, quando se transforma no *slogan* de que cada Estado deve ter um só povo, tem acarretado a destrição interna de diversas etnias e culturas.

Na atualidade diversos países europeus possuem grupos étnicos não assimilados que se estabeleceram há décadas no território, oriundos principalmente de suas ex-colônias. É a situação da Inglaterra, França e Holanda. A situação da Alemanha tem origem diferente: são os “Gastarbeiter”, geralmente trabalhadores turcos, requisitados na década de 50.

Políticos e cientistas sociais e agentes culturais discutem, na atualidade as possíveis formas de integração desses grupos na sociedade, a fim de que não permaneçam os “quistos” que se formaram ao longo dos anos e que são motivo de preocupação social na comunidade, na maioria dos casos encontram-se ali as áreas mais violentas em crimes, agressões, roubos, etc. motivados pelo desemprego e falta de perspectivas.

Na Europa Ocidental, devido basicamente ao elevado número de nativos desempregados tem aumentado nos últimos anos o ódio ao estrangeiro – que muitas vezes possui a cidadania local – e os grupos mais radicais desejam que eles todos retornem ao seu país de origem. Muitos são também favoráveis a integração desses grupos na sociedade, já que a integração não tem como condição básica a perda das diferenças, das especificidades: esse modelo tornaria a sociedade nativa mais rica culturalmente, mas isso não interessa tanto quando os desempregados nativos vêem estrangeiros ocupando os empregos ou recebendo a ajuda

por desemprego. O estrangeiro tem aí poucas chances de ser bem aceito pela sociedade do país onde se estabelece, pois o “diferente” é o “inferior”, o que vem do “terceiro mundo”, sem boa qualificação profissional, ou, se a tem, ela representa concorrência aos profissionais locais.

A integração é um conceito mais recente da sociologia e antropologia, ainda que muitas vezes utilizado para definir a assimilação. É um Processo que precede a assimilação, mas é diferente desta, porque a assimilação envolve o aniquilamento da diferença. Ambos os processos atuam sobre os indivíduos que se locomoveram para outra região ou país, de modo rápido ou lento dependendo inclusive de predisposição do indivíduo ou do grupo étnico.

Sobre o processo de transformação que os indivíduos atravessam, quando emigram, antes de se integrarem na sociedade adotiva, e as dificuldades daí decorrentes, mereceram de Robert Park uma observação que tende a ser esquecida, embora fundamental, enquanto se discutem problemas que parecem ser apenas espirituais:

“O processo de assimilação, não transcorre com a mesma facilidade em todos os casos. Especialmente onde as pessoas que estão juntas pertencem a culturas divergentes e a características raciais muito diferentes, assimilação não ocorre tão rapidamente quanto em outros casos. (...) O principal obstáculo à assimilação cultural de raças não são os traços mentais diferentes, mas sobretudo seus traços físicos divergentes.”<sup>3</sup>

Subjacente a termos fundamentais como, assimilação, integração, alemão, luso, nativo ou imigrante, há uma série de valorizações e preconceitos. Antes de usar tais termos como conceitos é preciso examinar preconceitos neles existentes. Assim, demasiado apressadamente se costuma tomar “assimilação” e “integração” como processos por si positivos, sendo negativa, “reacionária”, a não-assimilação, a não-integração. Não se trata de dizer simplesmente, em contraposição, que tais processos seriam em si negativos, já que a sua contrapartida aparenta ser tão só a marginalização, e a falta de identificação com a sociedade adotiva.

No conceito de “integração”, deve ser diferenciado entre o conceito existente até pelo menos a Segunda Guerra Mundial, quando se considerava, de um modo geral, que os imigrantes, para terem os mesmos direitos na sociedade de adoção, tinham de abdicar de sua cultura de origem, daquele conceito predominante na atualidade entre os sociólogos

– ainda que nem sempre na prática política –, onde se é mais favorável à tese de que os imigrantes poderiam ser integrados sem que tivessem de perder a sua especificidade cultural, o que seria um enriquecimento para a sociedade de adoção.

Segundo uma definição do sociólogo James Zanden:

“A integração impõe alterações no relacionamento entre as pessoas, naqueles padrões de interação que caracterizam a vida cotidiana dos povos. (...) Ela envolve a fusão de grupos, no sentido de que a interação social não é mais predicada somente à determinada Identidade étnica ou racial. Os descendentes do antigo grupo minoritário e do antigo grupo dominante não continuam mais fazendo distinções em termos de “dominante/minoria”.<sup>4</sup>

No Brasil, com a língua e a cultura dos imigrantes aconteceu, na prática, exatamente o contrário do que pretendiam os sociólogos americanos: enquanto estes consideravam melhor a assimilação, predominou no Brasil a não-assimilação, a manutenção da diferença específica; e quando a sociologia descobriu o valor da “não-assimilação”, da identidade como diferença específica, os políticos e educadores brasileiros impunham a “assimilação” dos imigrantes, tratando de aniquilar a diferença.

A assimilação não pode ser confundida com a aculturação. Entre os teutobrasileiros, foi freqüente a posição de aprovar a aculturação e rejeitar a assimilação, enquanto as novas gerações, desde a Segunda Guerra Mundial, tenderam a assumir também a assimilação como condição para a integração. No caso, no entanto, as colônias de imigrantes alemães eram constituídas tradicionalmente por pessoas “integradas” ao seu meio específico – e este meio operava e cooperava com o resto do país, ainda que muito se diferenciasse dele –, pessoas produtivas, e solidárias, tendo em alguns decênios conseguido extraordinário grau de desenvolvimento.

No Brasil, a lógica do sistema escravocrata acabava sendo que o senhor branco tratava de fazer os outros trabalharem para ele, enquanto ele se distinguia por não ser um elemento produtivo, era “diferente”. O negro, por sua vez, tinha de se esforçar ao máximo. Um instrumento de produtividade e de ordem social era o castigo corporal. O esforço cotidiano, entre os imigrantes para conseguir alcançar o progresso individual e coletivo pode ser considerado como a principal causa do desenvolvimento das áreas onde se localizaram no Sul do Brasil. Por

isso pode-se deduzir que a falta de integração é que lhes permitiu a integridade de assumir o trabalho braçal e a produtividade como valores positivos.

Como contrapartida, também ocorreu a experiência da região de “Santo Amaro”, em São Paulo, onde um grupo reduzido de alemães criou uma pequena colônia, que, por sua localização e suas reduzidas dimensões, rapidamente se assimilou ao meio caboclo e caipira. Em poucos anos, tinham aí desaparecido como tais, mas tinham se metamorfoseado em decadentes caboclos, de cabelos loiros e olhos azuis.

Especificamente nos Estados do Sul do Brasil, os imigrantes e seus descendentes não se “assimilaram” logo à cultura dominante. E isso mesmo após a instauração da República e da criação de escolas que ensinavam em português. Poucos solicitaram a cidadania brasileira, e bastante reduzida foi a sua participação na vida política, provavelmente porque não tinham a menor chance de romper com o modelo oligárquico que dominava o país. O fato de se manterem distantes da política pode ser explicado, para os grupos que entraram no Brasil após a revolução de 1848, não só pela necessidade de terem de lutar para sobreviverem, mas pelo próprio fracasso de sua política na Europa.

Assimilação, do ponto de vista sociológico, pode ser considerada como um pré-requisito da naturalização. A assimilação é um processo mais demorado, que não é realizado por indivíduos, mas por gerações: implica a perda de uma identidade cultural para assumir uma outra. No caso dos imigrantes no Brasil, foi um processo de substituir uma cultura européia, de um país mais desenvolvido, por uma miscigenação de culturas e baseado no sistema escravocrata.

No processo de assimilação, considera-se como premissa básica a adoção da cultura predominante no lugar de imigração, o que significa a imposição dos valores vigentes, não restando, na nova sociedade, propriamente espaço para a contribuição da cultura que os imigrantes traziam do país de origem. Esse fato se comprova, se analisarmos a cultura brasileira nas áreas da música, da literatura ou das festas populares, no Brasil de hoje, onde os milhões de imigrantes entre eles basicamente os italianos, alemães e japoneses, bem como seus descendentes – não tiveram praticamente espaço de contribuição.

Ainda que muitos fossem pobres e, possuísem pouca formação, vinham com uma tecnologia e uma cultura que eram mais ricas, complexas e produtivas que as encontradas aqui. Ocorreu também que, muitos

possuíam recursos e inclusive uma boa formação profissional, não tiveram a correspondente oportunidade de contribuírem para a formação da cultura brasileira, tendo sido sempre encarados como elementos estranhos ao meio. Oficialmente, não existe discriminação no Brasil. Inclusive ela não tem apoio direto e claro na legislação brasileira, mas nem por isso ela deixa necessariamente de existir dentro da prática social.

Sobre as possibilidades de contribuição na construção da sociedade brasileira, um estudo feito pelo diretor da Sociedade Evangélica, Dedekind, após a Primeira Guerra, considerava que:

“(...) a nação brasileira está ainda hoje em fase de formação. As mais diversas influências atuam na formação da futura população brasileira. Será que não poderão influenciar nesse desenvolvimento também os imigrantes que, hoje, vivem no Brasil como cidadãos brasileiros, através de seus dotes físicos e culturais que lhes foram transmitidos pelo seu povo? Os setores governantes no Brasil não desejam tal influência e procuram desligá-la à medida que privam logo todos os imigrantes de suas especificidades, tratando de assimilá-los.”<sup>5</sup>

Com a república, surgiu, no entender de vários historiadores e sociólogos, um forte “nacionalismo”, para o qual, segundo um estudo de Egon Schaden:

“Bom cidadão é aquele que compartilha de maneira plena dos padrões culturais da população majoritária. Considerando-se descabida e pretensão de um descendente de estrangeiros querer ser reconhecido como cidadão brasileiro em pleno sentido da palavra e ao mesmo tempo reclamar para si o direito de viver segundo o estilo cultural de seus antepassados.”<sup>6</sup>

Isso significava na realidade, para os imigrantes, a perda de sua identidade cultural, recebendo em troca a brasileira, mas sem conseguir competir em pé de igualdade com os nativos em cargos administrativos, políticos etc. Na medida em que fossem aceitos na cultura alta do país, que aceitava e respeitava a influência da francesa, isso podia significar concretamente que eles teriam condições de competir com os nativos e assumir postos públicos de destaque. Mas, para os milhares que formavam a população do campo e os pequenos artesãos, restava a assimilação caipira.

Pode-se ressaltar que nos Estados brasileiros onde os imigrantes de uma nacionalidade foram colocados em colônias oficiais ou em

fazendas de café ao lado de imigrantes de outra, ou de caboclos nativos, o processo de aculturação e posterior assimilação ocorreu mais rápido, já na primeira ou segunda geração. Nesse caso, a rápida assimilação da cultura nativa, deve-se ao fato de pertencerem a camadas mais pobres, tendo emigrado com subsídios do governo brasileiro ou dos cafeicultores, e ao fato de terem vindo com menor formação do país de origem. No Brasil, lutaram para sobreviver com um pequeno salário, não lhes sendo possível arrecadar recursos para a construção de escolas comunitárias, nas quais pudessem continuar os estudos na língua materna.

Na imigração para a Argentina, a grande maioria era composta por pessoas de posses médias, as quais, com o correr dos anos, conseguiram prosperar economicamente, mantendo suas tradições, devendo ser considerado, portanto, no estudo do processo de aculturação e assimilação, o fato de que nem sempre e nem de um modo generalizado as pessoas de menor poder aquisitivo, e com menor formação cultural se integram mais rapidamente.

Outra particularidade a ser ainda considerada é que após as várias tentativas feitas pelo governo brasileiro em evitar que se formassem quistos essas tiveram pouco efeito para que os imigrantes e seus descendentes aceitassem e assumissem a cultura nativa. O processo de assimilação ocorreu mais rápido após a Segunda Guerra Mundial e mais entre os católicos do que entre os protestantes e com mais sucesso entre os mais jovens do que entre os mais velhos.

## **Identidade**

Num país como o Brasil de meados do século XIX, a que poderiam “assimilar-se” os imigrantes, a que podiam tomar-se “iguais”, qual a identidade outra, que poderiam assumir como sua? O país ainda era preponderantemente escravocrata e oficialmente católico, portanto um país atrasado em seu modo de produção e em suas liberdades: “assimilar-se” a isso era assumir a regressão. Era uma situação muito diferente do modelo dominante nos Estados Unidos, com o qual os imigrantes europeus e seus descendentes tiveram maior facilidade de adaptação.

Houve um período do confronto com uma dupla identidade (nativa “lusa”), em que o descendente do imigrante não conseguia diferenciar a que ambiente realmente pertencia.

A sensação, mais ou menos vaga, de “exclusão” não era apenas a consciência do imigrante de que ele não pertencia à oligarquia dominante no país ou de que ele estava longe dos centros de decisão política e econômica. Havia diferenças físicas; havia a questão do relacionamento entre a cultura européia e a cultura americana; havia diferenças de mentalidade e havia um mundo de intransponíveis preconceitos. Para uma parcela, o processo foi inconsciente e paulatino, acabando por se adaptarem à nova sociedade sem maiores conflitos externos aparentes, especialmente à medida que essas pessoas aceitavam desempenhar papéis mais humildes na sociedade.

O processo imigratório acarreta uma série de conflitos para as pessoas nele envolvidas. Destacando entre estas as diferenças culturais, que no século XIX eram tanto maiores quanto menor o conhecimento que se tinha do lugar para onde se imigrava. Para Martins, o processo migratório compreende três fases: 1 – a motivação para migrar ; 2 – a transição física da sociedade original para a nova; 3 – a assimilação dos imigrantes na nova sociedade. Durante essas fases o sujeito se primeiramente se dessocializa, para aos poucos se ressocializar, em virtude dos papéis que passa a desempenhar na sociedade. A última fase culmina com a sua assimilação.<sup>7</sup>

Nesse contexto, o imigrante assume os valores vigentes na nova sociedade abandonando ou reelaborando os anteriores, como meio para ser aceito na comunidade. Isso significa que, à medida que tenta preservar parte de seus antigos costumes e tradições, fica restrita sua participação na sociedade adotiva. Willems afirma:

“No imigrante, as combinações de atitudes e valores que o prendem emocionalmente à sua cultura originária só aos poucos podem ser substituídas por combinações novas resultantes da aquisição de elementos culturais estranhos. O ritmo da substituição varia em função da intensidade e freqüência dos contatos estabelecidos com a sociedade nativa. Em caso algum a perda da cultura originária pode ser total e simultânea nas diversas esferas, pois do contrário a personalidade do imigrante desintegrar-se-ia por completo.”<sup>8</sup>

No Brasil, costuma-se, no sistema escolar , considerar natural que haja uma “identidade brasileira”. Examinando-se o caso de grupos europeus e asiáticos no Brasil, sente-se a força destrutiva, e coercitiva, existente nesse conceito. Isso não é reconhecido pela versão oficial da história. Por isso, os depoimentos de jornais das minorias, de relatórios de chancelarias estrangeiras, de cartas familiares e experiências pessoais, são muitas vezes mais esclarecedores do que os livros didáticos ou as assertivas dos políticos.

A “identidade de imigrantes europeus” – como a brasileira – acaba sendo um repositório de preconceitos, em que as qualidades positivas nunca podem ser completamente dissociadas das negativas, e vice-versa. Quando se pertence a uma determinada identidade, tende-se a defendê-la, como toda vida procura defender-se e sobreviver. Existem, no entanto, marcas diferenciais entre povos, marcas físicas, marcas de mentalidade, de comportamentos, e sistemas diferenciados de valor.

O conceito de “identidade” é, de certo modo, exatamente o contrário do que seria de se esperar: nele impera a diferença, a não-identidade. O indivíduo humano, como corporificação da identidade, é visto tradicional como, e mostra-se, dividido não só em corpo, alma e espírito, razão e afetividade, mas a sua psique se divide em consciente, pré-consciente e inconsciente, sendo possível fazer todo um rastreamento de motivações verdadeiras diversas das alegadas para o seu comportamento.

Em suma, a identidade acaba sendo aquilo que parece restar como denominador comum depois de eliminadas as diferenças. Estas são concretas e, muitas vezes, especialmente quando o denominador-comum não está sendo questionado ou é assumido como natural, assumem o caráter de absoluto, levando à dinâmica e à história do grupo. Ou seja, a diferença cria a historicidade, mas a história de um grupo enquanto tal só é possível por causa da não-diferença em determinados marcos específicos unitários.

Nesse sentido, a identidade também é concreta enquanto marco existente em diversos indivíduos, em agrupamentos diversificados, mesmo que não esteja na consciência dos atingidos. Essa identidade não é, no entanto, necessariamente idêntica à concepção que o grupo tem de si mesmo ou que outros grupos sociais tenham dele. O grupo

tende a encarar-se de modo positivo, apenas em suas qualidades, enquanto outros grupos podem ter, no preconceito, uma visão negativa dessas, ou inclusive exagerá-las. De certo modo, as qualidades positivas são inseparáveis das negativas, tendendo a ser apenas o avesso da medalha.

Conferência proferida no dia 19 de junho de 1998 na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

---

<sup>1</sup> Saskia Sassen. *Migrantes, Siedler, Flüchtlinge. Von der*

*Massenauswanderung zur Festung Europa*. Fischer, Frankfurt a. Main, 1997.

<sup>2</sup> Achim Schrader. *Êxitos da Aculturação Urbana e Rural de Imigrantes de Origem Alemã e dos seus descendentes no Sul do Brasil*. In: *II Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros*. Recife, 1974.

<sup>3</sup> Robert E. Park. *Migration and the Marginal Man*. In: *On Social Control and Collective Behavior. Selected Papers*, Chicago and London, 1967. p. 203

<sup>4</sup> James W. Vander Zanden. *American Minority Relations*. 2ª ed. New York, 1966. p. 300.

<sup>5</sup> P.M. Dedekind. *Brasilien das Ziel deutscher Auswanderer und die deutsche Evangelische Kirche*. Elberfeld, 1924. p. 7.

<sup>6</sup> Egon Schaden. *O Estudo Sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil*. In: *II Colóquio de Estudos Teuto Brasileiros*. Recife, 1974. p. 159.

<sup>7</sup> José de Souza Martins. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, 1973.

<sup>8</sup> Emilio Willems. *A Aculturação dos alemães no Brasil*. In: *Brasiliana*, Nr. 250, São Paulo, 1980. p. 119.

## BRASÍLIA, CAPITAL FEDERAL

*Adalberto Lassance*

“Brasília é a Capital Federal.” Esta é a expressão e o conceito constitucional, definindo Brasília como a Capital da República Federativa do Brasil.

A partir dessa clara e insofismável definição, é muito difícil entender porque algumas pessoas (inclusive de formação superior) teimam em afirmar que a capital brasileira é o Distrito Federal e não Brasília, porquanto “acham” que Brasília e o Distrito Federal são a mesma coisa, que o Distrito Federal sempre foi a capital brasileira (após a instituição da República), que o Distrito Federal foi criado no modelo americano, em que Washington se confunde com o Distrito de Colômbia e, portanto, aqui deveria ser a mesma coisa, etc, etc, etc...

Tenho certeza que a confusão provocada por uma minoria (porém influente), é estimulada muito mais pelo “achismo”, do que pela correta interpretação dos preceitos constitucionais, expressados de forma clara e evidente pelos artigos primeiro, dezoito e trinta e dois, da Constituição Federal de 1988.

Portanto, “achar” que Brasília deve ser o nome do Distrito Federal, “acha” que o território do Distrito Federal é equivalente ao território de Brasília e vice-versa, “achar” que Brasília deve ser o Distrito Federal porque o DF foi a Capital Federal até ser transferida para Brasília, “achar” que Brasília deveria ser chamada expressamente de cidade e ter o seu perímetro definido pela própria Constituição da República de 1988, é, no mínimo, desconhecer ou não saber interpretar os nossos textos constitucionais, entre eles os da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Evidentemente, ninguém deve se colocar como “dono da verdade”, mas, como o assunto parece ser polêmico para alguns, o propósito deste artigo é transcrever “ipsis-literis” a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Distrito Federal, no que concerne às definições do Distrito Federal e de Brasília.

Se lermos esses preceitos constitucionais com isenção de ânimo, sem comparações evasivas com o “que era” mas “não é”, com o “que deveria ser”, mas não está explícito nesses textos constitucionais, se não insistirmos em fazer prevalecer apenas o nosso modo de pensar e querer, contra aquilo que está escrito, o entendimento certamente será outro.

E aí será fácil interpretar de maneira correta o que estabelece o artigo primeiro da Constituição Federal de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do **Distrito Federal**, constitui-se em Estado Democrático de Direito”...

No título III a Constituição de 1988, ao tratar da Organização do Estado, estabelece a “Organização Político-Administrativa” e determina em seu artigo dezoito: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o **Distrito Federal** e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição.

E o seu parágrafo primeiro é claro e conciso: “Brasília é a Capital Federal”.

O que se procura evidenciar através das expressões grifadas, é o fato da Constituição vigente estabelecer o Distrito Federal como unidade federativa autônoma distinguindo-a de Brasília, Capital Federal.

As duas são distintas: o Distrito Federal é o território, a unidade federativa autônoma que contém a cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil. E, como tal, Brasília é a cidade que abriga a sede dos Três Poderes da República e a sede do Governo do Distrito Federal.

Portanto, entende-se que não há como confundi-las: o Distrito Federal é uma Unidade Federativa do Brasil, enquanto Brasília é a Capital Federal, cidade-sede do Governo da União e também sede do Governo do Distrito Federal.

O Distrito Federal, entretanto, não tem capital. Como também não tem organização político-administrativa, pois o artigo 32 da Constituição de 1988 proíbe a sua municipalização.

O artigo oitavo da Lei Orgânica do DF não deixa dúvidas quanto ao conceito de sua territorialidade quando estabelece: “O território do

Distrito Federal compreende o espaço físico-geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição”.

Assim, a divisão territorial do DF é consagrada pelo artigo décimo da Lei Orgânica do Distrito Federal, que estabelece a sua organização físico-administrativa em Regiões Administrativas, “com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida”.

Brasília é, indubitavelmente, a Capital Federal e o Distrito Federal é uma unidade federativa autônoma do Brasil onde se localiza a cidade de Brasília.

## **PORQUE BRASÍLIA E NÃO PLANO PILOTO**

Ao longo dos anos, a mídia, os colégios e até mesmo autoridades governamentais, têm sido responsáveis – embora de boa fé – na disseminação de uma informação errada perante a sociedade, confundindo-se a si próprios e induzindo as pessoas a entenderem de forma equivocada o verdadeiro conceito do que é Brasília e do que é Plano Piloto.

Em primeiro lugar, é a Constituição Federal de 1988 que estabelece: **“BRASÍLIA é a Capital Federal”**.

A Lei Orgânica do DF, ratifica e complementa o texto constitucional quando expressa em seu artigo sexto: **“Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, é a sede do Governo do Distrito Federal”**.

Mas, o que é verdadeiramente a cidade de Brasília, Capital Federal?

Em 1989, <sup>(2)</sup> o perímetro urbano da cidade de Brasília – equivalente à própria área da Região Administrativa 1 – foi definido pelo Decreto nº 11.921/89 <sup>(2)</sup> que regulamentou a Lei nº 049/89, <sup>(2)</sup> posteriormente alterada pela Lei nº 110/90 <sup>(3)</sup>.

Essa definição, embasada em legislação jurídica e constitucionalmente correta, não deixa nenhuma margem de dúvida quanto ao perímetro da cidade de Brasília, com as suas zonas e setores inscritos dentro dos limites físico-administrativos da Região Administrativa.

Assim, finalmente, definiu-se a real ocupação física de Brasília, Capital Federal, sede do Distrito Federal, sede das embaixadas, politicamente a principal metrópole brasileira.

Definido o que é Brasília, o que vem a ser, então, o Plano Piloto?

A expressão plano piloto, conforme o dicionário Aurélio, é um brasileiro e que se refere ao “planejamento básico de uma obra, ao qual deverão ajustar-se todas as instalações e construções”.

Dentro desse conceito, em 1955 o governo brasileiro lançou o Concurso para o Plano Piloto na Nova Capital Federal, estabelecendo no edital a apresentação de “apenas um traçado simples da cidade, um esboço – acompanhado de um memorial, ou seja, apenas o traçado básico da cidade e um relatório justificativo”.<sup>(4)</sup>

Portanto, sem nenhum demérito para o Mestre Lúcio Costa, o plano piloto é o planejamento básico que ensejou a execução de uma notável obra denominada Brasília. Porém, é muito claro que nem os idealizadores do concurso e nem mesmo Lúcio Costa, pretenderam algum dia dar ao “Plano Piloto” um “status” igual ou maior ao de Brasília.

Quando Brasília foi tombada pelo IPHAN e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, Brasília é que foi tombada e não o Plano Piloto. Entretanto, como em 1987 Brasília já extrapolava em seu crescimento, a área do Plano Piloto, os limites foram estabelecidos pelo Decreto 10.829, regulamentando o artigo 38 da Lei nº 3.921, restringindo, porém, a área de tombamento ao que se conceitua como “centro histórico de Brasília”.

Portanto, é injustificável a confusão que se faz entre a definição institucional da cidade de Brasília, Capital Federal e sede do Governo do Distrito Federal, com o Plano Piloto que é apenas uma parte de Brasília, ou seja, o seu centro histórico que deu origem à construção da cidade de Brasília; Assim, deve-se conceituar a cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil e sede do Governo do Distrito Federal, como o conjunto urbanístico de Brasília, construído em decorrência do Plano Piloto, de autoria de Lúcio Costa, acrescido dos seguintes setores e respectivas siglas da nomenclatura urbana: Parque Nacional de Brasília (PqNB), Setor Militar Complementar (SMC), Parque Ferroviário de Brasília (PFB), Setor de Armazenagem e Abastecimento (SAA), Setor de Múltiplas Atividades Norte (SMAN), Setor de Oficinas Norte (SOFN), Parque de Exposição Agropecuária do Torto (PqEAT), Granja Modelo do Torto (GMT) e Setor Invernada do Torto (SIT).

Os novos setores que vierem a ser legalmente criados pelo Governo do Distrito Federal, dentro dos limites físico-administrativos da Região Administrativa 1, também integrarão a cidade de Brasília.

É considerada urbana, toda a área compreendida pelo limite da cidade de Brasília e de sua correspondente Região Administrativa I.

É coincidente, o limite da cidade de Brasília, com os limites físico-administrativos da Região Administrativa I.

Conceitua-se o Plano Piloto, como a realidade físico-territorial correspondente à concepção urbana da cidade, conforme se acha definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações que constituem o projeto de autoria de Lúcio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova Capital do Brasil.

Entende-se por Plano Piloto, a área delimitada ao Norte pelo Ribeirão Bananal, ao Sul pelo Riacho Fundo, a Nordeste, a Leste e a Sudeste pelo Lago Paranoá, compreendendo o seu espelho d'água definido pela cota altimétrica de 1.000,00m acima do nível do mar, e a Oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, considerando-se esta área como o Centro Histórico de Brasília.

Considerando, portanto as dificuldades de discernimento de uma parcela da população, do que é Brasília e do que é Plano Piloto, propõe-se a regulamentação do uso das expressões e conceitos referentes a BRASÍLIA e ao PLANO PILOTO, o que poderá ser feito por Decreto do Governo do Distrito Federal, pondo um ponto final à confusão existente.

*Adalberto Lassance*

Cartógrafo e pioneiro. Reside em Brasília desde 1958.

---

(1) Artigo 18, § 1º da CF de 1988

(2) Lei 049 e Decreto 11.921, ambos de 25.10.89

(3) Lei 110, de 28.06.90

(4) História de Brasília – Ernesto Silva



# AS DEFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO DISTRITO FEDERAL E AS ALTERNATIVAS PARA A SUA INTEGRAÇÃO

*José Dilermando Meireles <sup>1</sup>*



## I. AS DEFORMAÇÕES

Não há, no momento histórico que estamos vivendo, voz de prestígio que não afirme e confirme as distorções que Brasília vem sofrendo ao longo de sua história, seja no terreno político, social e econômico.

Não há opinião responsável a negar que Brasília já foi muito melhor do que é hoje e que já esteve muito mais próxima do cumprimento do seu ideário histórico, político, econômico e social, do qual se vem distanciando à medida que os anos passam e as suas novas administrações se sucedem.

O primeiro setor a sentir o impacto foi, certamente, o histórico, notadamente pelo desvio de finalidade.

Todos sabem que Brasília não foi construída como uma cidade a mais na vastidão do panorama nacional, mas foi plantada como pólo de desenvolvimento do Centro-Oeste e das áreas ociosas da nossa imensa hinterlândia, como forma de provocar a sua real integração ao território nacional, do qual era apartada pelo imenso vazio interior.

O Presidente Juscelino Kubitschek, em seu livro monumental, “Por que construí Brasília”, dá, em bela síntese, a dimensão histórica da Nova

Capital. Após relacionar as distâncias que separam Brasília de alguns dos principais pólos do desenvolvimento nacional, acrescenta:

“Construída num ponto estratégico, as estradas que a servem – um verdadeiro tecido conjuntivo de artérias e veias de intercomunicação interna – realizam, com perfeição, uma verdadeira costura do Brasil por dentro, aproximando os Estados que, embora geograficamente limítrofes, viviam tão distanciados, uns dos outros, como se pertencessem a países diferentes”.

O falecido intelectual luzianiense Joaquim Gilberto, que também compôs os quadros da Academia de Letras e Artes do Planalto, deixou escrita no livro intitulado “Apologia de Brasília”, 1960, uma verdadeira profissão de fé na obra histórica de Juscelino, afirmando:

“Perante o testemunho da história, a ação do Presidente Kubitschek apresentará singularidades de tal maneira marcantes, no destino do País, como força atuante na marcha de seu processo de desenvolvimento, a ponto de nos levar a opor reservas à famosa doutrina ratzeliana, da subordinação do homem, de suas conquistas e civilização a um inexorável determinismo geográfico”.

E depois de citar, em abono de suas afirmações, uma página de beleza peregrina do poeta Ronald de Carvalho, prossegue, dizendo:

“Não é pois só a geografia que condiciona o progresso e a civilização. Sobrepondo-a, existe a ação disciplinadora exercida pelos grandes orientadores de povos, os Sesóstris, os Pércles, os Césares, os Napoleões, os estadistas, enfim, que, num dado momento histórico, têm o poder e a capacidade de, com seu gênio administrativo, superar as forças negativas e as limitações de toda ordem, sobrepor-se à mediocridade, redimir um povo e construir uma nação”.

“O Presidente Kubitschek se nos mostra, efetivamente, como um desses artífices e plasmadores de nacionalidade. Sacudiu o Brasil em todos os setores de atividade. Despertou no povo um estado de consciência. A consciência do desenvolvimento. E com essa consciência a Nação hoje se ergue e se recupera para a conquista de seu lugar no concerto dos povos civilizados.

Fez o Presidente da mudança da Capital a infra-estrutura para a edificação do País. É a sua meta-síntese, como afirmou ele. Estamos, pois, no limiar deste fato. Brasília se inaugura e com ela se inaugura uma nova era na história do Brasil. Consideremos, agora, o transbordamento deste fato. A Nova Capital chamou a atenção para o interior. Deu sentido efetivo à marcha para o Oeste. Brasília requereu

ligações com as demais regiões do País. É a sua influência que se transborda. Enseja ela a construção dos caminhos novos, ligando o Sul ao Norte, o Leste ao Oeste, articulando, enfim, as diferentes regiões do país num sistema de comunicações apto a criar ao longo do seu curso novos centros populacionais, proporcionando à Nação uma feição demográfica distribuída e equilibrada. O desnível econômico e social que, ao correr dos anos, cada vez mais vai se acentuando entre as diferentes regiões do país, criando graves e sérios problemas de administração, sem dúvida, deterá o seu ritmo e malefício, mercê da dinamização proporcionada por Brasília em todos os quadrantes da Pátria.

Os centros de maior vitalidade econômica que ora se industrializam nas abas do litoral, por sua vez passarão a contar com um mercado interno mais consumidor e em constante expansão. Os que combatem Brasília não o fazem no sentido do bem-comum e da grandeza da Nação, mas, ao contrário, servem a interesses privados que se contrariam com essa grande obra civilizadora. A sabedoria evangélica afirma: “Não se esconde a luz da candeia que se colocou no alto do velador. Só os cegos não a enxergam.” Para fecho dessas considerações, resta-nos, apenas, repetir as palavras de um Juiz, um homem sereno e atento não apegado a interesses mesquinhos, o Ministro Vilas Boas, que assim vê a mudança da Capital: “...A transferência da Capital da República sagrada, como o cumprimento do dever, abre um centro dinâmico de vida no centro da Nação, e com ele dá ao brasileiro de todos os pontos do País uma confiança nova, uma sensação de plenitude”.

Esse é o retrato da realidade brasileira, antes de Brasília, e que constituiu o motivo determinante, o fundamento histórico, de sua criação, como pólo de integração e agente estimulador do desenvolvimento nacional.

Com o fim do governo Kubitschek, logo após a inauguração de Brasília, e o holocausto político que impediu o seu retomo, Brasília começou a ser questionada por setores políticos interessados em frustrar a sua consolidação e a desviar-se, paulatinamente, do seu curso.

Com isto e a sucessão de crises por que passou a Nação, a partir de 1964, agravadas pela ascensão ao Poder Republicano, de homens descomprometidos com os ideais mudancistas, o curso da história foi sofrendo desvios e distorções tais, que acabaram por reduzir Brasília a mera sede dos Poderes da União, confinados na Praça dos Três Poderes, porém com a mesma visão anterior e perda quase total de sua perspectiva histórica.

Hoje, ao invés de pólo de desenvolvimento nacional, reduziu-se a uma imensa e problemática cidade, cercada de assentamentos de populações carentes, sem mercado de trabalho, precocemente emancipada, sem vida própria, enfim, para ser o que é, talvez fosse melhor que não houvesse sido criada.

Em recente entrevista concedida à revista “Brasília em Dia”, o urbanista Lúcio Costa manifesta-se indignado com as distorções da cidade, afirmando:

“Estão desfigurando o meu projeto. Não foi essa a cidade que projetei. Isso me entristece, causa um sentimento de frustração que não tem tamanho. Já faz muitos anos que não vou por lá, mas sei que surgiram favelas estimuladas por um governador, distribuindo lotes em troca de votos. Isso desvirtua tudo. Quem ama Brasília tem que se opor a esse tipo de política, inchando a capital com favelas próximas ao Plano Piloto, onde já se viu? O meu projeto não previa sequer cidades-satélites.”

Nesse ponto é que talvez possa ter havido um erro de origem, qual seja, o da desapropriação de todo ou quase todo o território que compõe o Distrito Federal, tornando o governo proprietário de terras além das necessidades e utilidades públicas. Terras do governo ou ficam sujeitas a invasões descontroladas ou ficam sujeitas a distribuições por critérios eleitoreiros, ambos condenáveis, ao passo que, em poder de particulares, cada qual zela do que lhe pertence, não permitindo invasões, e mesmo quando se propõem a promover um parcelamento, estão sujeitos à apresentação de prévio projeto, dotado de equipamentos básicos, prévia aprovação e fiscalização do Poder Público e sempre se destinam à venda a quem possa nele investir suas economias, de modo a evitar o favelamento.

O segundo impacto que Brasília sofreu, a meu ver, foi o político. A sua autonomia política haveria de vir, sem dúvida, porque prevista na legislação que a criou; no entanto, sábia teria sido a lei se houvesse disposto que, somente após a comemoração do seu cinquentenário, ou talvez até mesmo do seu centenário, pudesse discutir-se a emancipação política e administrativa do Distrito Federal. Jamais antes desse prazo.

Antes disso, não se pode negar ter sido um ato de insensatez a sua emancipação. Faltava-lhe maturidade para o penoso processo de auto-determinar-se. Só mesmo as desmedidas e obscuras ambições políticas locais, interessadas em criar novas fontes de poder e novas oportunidades de afirmação política, social e econômica, poderiam ter tido tão desastrosa iniciativa, de atuação sáfara e nada contributiva para o progresso e

desenvolvimento da Capital, além de mantê-la desviada de sua verdadeira função política de pólo de desenvolvimento nacional.

O quanto se perdeu com isto, é balanço que ainda está por ser feito, mas que não é difícil de ser avaliado. Do ponto de vista político, é patente o distanciamento do Poder Central, desobrigando-o de encargos que normalmente lhe caberiam assumir, para a manutenção de toda a Brasília, e não apenas da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, como Capital da República.

A distância, que era curta e direta, entre o Palácio do Planalto e o Palácio do Buriti, hoje é longa, indireta e nem sempre tem o trânsito livre. Na minha opinião, a emancipação precoce marginalizou a cidade de Brasília em relação à Capital da República, além de ter facilitado o acesso ao poder local, de homens desafinados com o comando central, dotados de capacidade de criar situações incompatíveis com a harmonia desejável entre a administração da cidade e a administração do País, a que ela deve precipuamente servir.

Do ponto de vista econômico, a emancipação é desastrosa. Sem que antes a cidade houvesse conquistado as suas próprias fontes de riqueza, o seu próprio mercado de trabalho, as suas próprias fontes de produção, não era possível pensar-se em emancipação política, porque uma coisa depende necessariamente da outra.

O resultado é o que estamos assistindo, com a crise dos Poderes locais, todos eles afogados em dificuldades econômicas e financeiras graves, geradoras de conflitos resultantes da insuficiência orçamentária para fazer face aos novos e pesados encargos desnecessariamente criados.

Enquanto isso, os investimentos em áreas prioritárias, como energia, transporte, educação, energia elétrica, conservação e limpeza, saúde e outros mais, ficam relegados, por falta de recursos, dissipados com a manutenção de aparatos político-administrativos adotados extemporaneamente.

Por fim, temos pela frente o problema social de Brasília, hoje um destaque da pobreza nacional.

Como resultante da extemporânea emancipação política e administrativa do Distrito Federal, ocorreu a estimulação do fenômeno migratório local, transformando Brasília em uma cidade superpovoada e incapaz de oferecer uma condição de vida digna à sua população.

Evidente que esse fenômeno não teria sido estimulado se a administração local estivesse vinculada à administração federal, porque a decisão não poderia ser tomada em ambiente local.

O administrador de Brasília, pessoa da confiança do Chefe da Nação e a ele por isso mesmo vinculado, não poderia conduzir a sua orientação administrativa em desarmonia com o Poder Central, onde o debate seria mais amplo, menos sujeito aos interesses políticos meramente locais.

Do modo como as coisas foram feitas, houve uma implosão brusca e violenta de todos os equipamentos urbanos, preparados para uma cidade menor, tomando insuficiente o transporte, a habitação, a rede de ensino, a rede de saúde, as fontes de energia e de abastecimento.

Sobreveio a predação do meio ambiente, a poluição das fontes de abastecimento de água, fatos de gravidade tal, que levaram o Professor Menna Barreto, da Academia de Letras e Artes do Planalto, a afirmar, em memorável palestra ali produzida, que os problemas ocorrentes na região do Planalto chegam a pôr em risco a qualidade de vida de sua população e a própria estabilidade de Brasília, como Capital Federal. Aludiu ao fluxo migratório descontrolado e, às vezes, até mesmo incentivado, em Brasília e sua zona periférica, gerando miséria e violência onde há pouco tudo era paz e tranqüilidade.

Verberou o Professor contra a poluição ambiental, especialmente contra a destruição do ecossistema do cerrado do Brasil Central e dos seus recursos hídricos, comprometedor do futuro da região escolhida exatamente em razão da salubridade de seu clima, da uberdade do seu solo, da pureza de suas águas e da segurança aparentemente por ela garantida contra os problemas gerados nos grandes centros urbanos do Brasil litorâneo.

Estas, em síntese, as distorções mais salientes, que Brasília vem sofrendo através de sua história.

## **2. AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS**

Como solução reconhecidamente utópica, porém inegavelmente verdadeira, creio que haveria de constituir um gesto de inteligência, grandeza e patriotismo inédito na história humana, um passo atrás na emancipação política e administrativa do Distrito Federal e sua dilação pelo prazo de cinquenta anos, pelo menos.

Como soluções propostas, temos dois projetos em andamento no Parlamento Nacional. O primeiro deles, de autoria do Senador Francisco Escórcio, dispõe sobre o desmembramento e transformação em

municípios, das atuais regiões administrativas do Distrito Federal, reduzindo-se este ao perímetro compreendido pelo Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Lagos Sul e Norte, Candangolândia, Guará e Paranoá. As demais regiões administrativas, transformadas em municípios autônomos e somadas aos atuais municípios de Buritis, Formoso e Unaí, em Minas Gerais; e Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Corumbá de Goiás, Cristalina, Damianópolis, Flores de Goiás, Formosa, Luziânia, Mambá, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São João da Aliança, Simolândia, Sítio d'Abadia, Valparaíso de Goiás e Vila Boa de Goiás, passariam a formar um novo Estado da Federação, com a denominação de Estado do Planalto Central, cuja capital seria a atual cidade de Taguatinga.

Na justificativa do projeto, disse o seu autor, dentre outras considerações: “A evolução populacional do Distrito Federal cresce em proporção muito superior à do Plano Piloto (BRASÍLIA), evidenciando a urgente necessidade de expansão do seu território espacial, com o grande objetivo de se promover a instalação de grandes e médias indústrias, agroindústrias, que se constituirão em novos pólos de desenvolvimento do Planalto Central, produzindo o progresso, novas fontes de receitas, novas escolas, novos hospitais, com a oferta de novos empregos, redução dos gastos públicos, que poderão ser convertidos em investimentos, etc. A Brasília caberia tão-somente as funções de Capital do Brasil, abrigo dos Poderes da República e as Missões Diplomáticas. Este o desafio. Vamos enfrentá-lo ou simplesmente vamos ignorá-lo e deixar que no Futuro sejamos acusados de sequer lutarmos em busca de alguma solução para o problema ou simplesmente ficarmos na esperança pura e simples de que com o passar do tempo tudo se acomodará”.

Prossegue, um pouco mais adiante, o Senador Escórcio:

“A realidade do Distrito Federal e da população residente nos municípios do chamado entorno é digna de atenção da sociedade brasileira e do Congresso Nacional. O Distrito Federal é um ente federativo de duvidosa viabilidade econômico-financeira, enquanto a população dos municípios circunvizinhos vive à míngua de qualquer política pública mais consistente: o Governo

do Distrito Federal não tem competência legal para atendê-los enquanto os dos Estados de Goiás e Minas Gerais Parecem considerar esta população vinculada ao DF, não lhe dedicando a devida prioridade.”

O segundo projeto, de iniciativa do ex-Deputado goiano Délio Braz, posteriormente alterado por substitutivo do Deputado Augusto Carvalho e, por último, modificado por substitutivo de autoria dos Senadores Íris Rezende, de Goiás, e José Roberto Arruda, do Distrito Federal, autoriza a criação da Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, com a mesma constituição dos Municípios goianos elencados para a formação do Estado do Planalto, e ainda incluindo o Município de Unaí, em Minas Gerais a ser administrado por um Conselho Administrativo integrado por cinco Representantes da União e cinco outros do Distrito Federal, do Estado de Goiás e do Estado de Minas Gerais.

O diagnóstico que serviu de base à concepção do Senador Francisco Escórcio, para propor a criação do Estado do Planalto, guarda semelhança com o do projeto de criação da região metropolitana, como se pode ver de sua justificativa:

“A solução para os graves problemas sociais, econômicos e urbanos que se acumularam ao longo dos últimos 30 anos em Brasília não será encontrada dentro das fronteiras do Distrito Federal. A solução para tais desafios deve ser buscada fora desses limites – mais precisamente no Entorno de Brasília, onde se encontram carências estruturais de grandes proporções. Se o Poder Público não instrumentalizar a região para reduzir essas carências, em poucos anos ela se tomará área de conflitos insolúveis, com carga de violência e insegurança sociais semelhantes ou mais graves que as verificadas hoje nos grandes centros urbanos brasileiros.”

Um pouco mais à frente se lê:

“A ausência de indústria e de produção agrícola expressiva traz como conseqüência imediata o baixo

desempenho da arrecadação tributária, eis que dentre os principais tributos existentes apenas o imposto de renda propicia nível satisfatório de receita.”

Com isso, temos que a União é a grande beneficiária com o exercício da exação da região, ficando prejudicados o Distrito Federal, os Estados e Municípios. Saliente-se que os Municípios do Entorno nada mais são do que verdadeiras cidades-dormitório, cuja vida gira em torno da Capital Federal e que atingiram estão de crescimento em função dessa Capital”.

Até agora estas são as soluções postas pelos políticos e estudiosos dos problemas de Brasília e sua região periférica todas elas polêmicas, sobre as quais não se formou ainda uma opinião de consenso ou que possa apresentar-se como majoritária e confiável.

A criação do Estado do Planalto, pela complexidade da proposta pelo seu alto custo financeiro, pelo inconciliável atrito que gera entre as comunidades elencadas para a constituição da nova unidade federativa e pelo pouco que promete como solução dos problemas postos, parece excluir-se por si mesma.

Restaria a segunda a da criação da Região Metropolitana , de Brasília que conta com a chancela de dois Senadores, sendo um deles o atual Ministro da Justiça .

O Professor Paulo César Timm, da Universidade de Brasília, autor do projeto de criação da Região Geoeconômica de Brasília medida que possibilitou a edificação de obras e a aplicação de recursos financeiros do Distrito Federal em determinados setores de sua zona fronteira, fez acerbas críticas ao projeto de sua criação e regulamentação, em recente palestra pronunciada perante a Academia de Letras e Artes do Planalto, em Luziânia.

Disse ele que a evolução normal da Região Geoeconômica teria sido a criação de um pólo de desenvolvimento da Região Centro Oeste, nos moldes da Sudene ou da Sudam solução por ele alvitrada na época porém, rechaçada pelo Presidente Ernesto Geisel, que nisto via uma forma de fortalecimento excessivo e contra-indicado do Estado de Goiás.

Este sonhado pólo de desenvolvimento teria, a seu ver, propiciado a industrialização do Brasil Central, em zonas próximas, porém fora do Distrito Federal e de sua zona periférica, atraindo para as regiões dos parques industriais, o contingente populacional que hoje recai inteiramente sobre Brasília e seu entorno.

Lembrou o Professor Paulo Timm que o mesmo resultado não se pode esperar da chamada Região Metropolitana, criação constitucional utópica que não se mostrou eficaz em nenhum dos setores em que foi experimentada, dado que o seu papel é mais o de criar burocracia e distribuir pobreza do que de criar riqueza e gerar desenvolvimento.

Gostaria de terminar esta despreziosa palestra apresentando mais duas singelas propostas. A primeira delas é que a Câmara Distrital de Brasília elabore um documento legislativo que proíba o chefe do governo de criar novos assentamentos e de ampliar os já existentes, pelo prazo de dez a vinte anos.

Com isto, se haveria num primeiro momento, de colocar um paradeiro na progressiva *expansão* da cidade, dando tempo a que a administração cuidasse de arrumar a casa para os que já moram nela.

Esta proposta é dirigida à cidade de Brasília sem vínculo com a Capital da República que ela sedia.

---

<sup>1</sup> Desembargador e Membro da Academia de Letras e Artes do Planalto e do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

## PEQUENA HISTÓRIA DAS LIBERDADES NO BRASIL



*Kurt Pessek*

A derrubada da monarquia representou o epílogo de longo período de lutas em busca do sistema republicano que teve início com a Inconfidência Mineira, apesar de alguns considerarem a revolta de Filipe dos Santos o marco inicial deste ciclo. Sem dúvida, o rompante de Filipe inspirou os conspiradores de Vila Rica,

cujo movimento surgiu quatro anos após ratificada a constituição dos Estados Unidos da América. Nasceu, portanto, embebido do ideal republicano, só alcançado no final do século seguinte.

As pugnas em busca da liberdade no Brasil começaram bem antes de Filipe dos Santos e não de perdurar séculos afora pois ainda muito nos falta para atingir o estável equilíbrio das classes sociais, tal o idealizado pelos nossos avoengos. O fadário de sempre lutar pela liberdade justifica-se pois ela jamais é concedida, outorgada, é, sim, fruto de conquista e sujeita à eterna vigilância. Paira sempre o perigo de perdê-la por omissão e timidez. Lembrem-se de Rousseau : “A força fez o primeiro escravo, sua covardia os perpetuou.”

Aos dispostos a argumentar com o perigo em perder a vida, o mais precioso dos bens, recorro a máxima de Cúrio Dentato: “Prefiro estar morto a viver morto,” ou de Platão: “Não se tenha por difícil escapar à morte, porque muito mais difícil é escapar à maldade, ela corre mais ligeira que a morte.”

Nós brasileiros temos orgulho do nosso imenso colar de lutas pela liberdade iniciadas no descobrimento. Nossa história está pontilhada de revoltas, motins, bernardas, revoluções e símiles, algumas de longa duração, tal a dos bravos Farrapos. Destaque-se o ímpeto indomável para iniciá-las e mantê-las mesmo em condições adversas. A nossa aparência de resignados e cordatos muito esconde da nosso repúdio aos limites impostos ao nosso livre arbítrio e muita vez ele nos impele para pugnas nem sempre justas. Este arrebatamento ou pendor para lutar pela liberdade foi herdado dos antigos lusos do tempo da espada à cinta, dos guiões de bravos, da bala-na-boca e dos morrões sempre acesos. Vem do individualismo português conforme atestam Authur Rios, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e outros.

O individualismo tem cordão umbilical com a ânsia pela liberdade, a antecede e a estimula. Se levado a extremos, pode gerar o descomedimento, mãe da iniquidade. Ensina Blaise Pascal: “Summum jus, summa injuria” – o direito extremo é a extrema injustiça. Henry Bergson nos mostra os desvirtuamentos da introspeção quando buscamos dentro de nós os sentidos da verdade e da liberdade. Pontifica: “A alteração principal (ocorrida) é sem dúvida aquela que criou o problema da liberdade – um pseudo problema oriundo da confusão entre duração e extensão.” Ou seja, o mesmíssimo erro quando sé entabula o raciocínio lógico e nele inserimos as variantes teóricas do tempo e do espaço, terreno escorregadio já do conhecimento dos antigos gregos.

A grave abusão do individualista apaixonado consiste em recusar ser mero elo na cadeia evolutiva da história. É princípio e fim do universo, a baralhar a sua virtude com o artifício do tempo e sua marcha com o ilusório espaço. Daí os apelos arrebatados para “salvar” o País da famosa beira do abismo, onde se encontra desde a Colônia, segundo alguns.

Tamanho e cansativo prólogo se faz necessário para entender a azáfama em estabelecer a República no Brasil sem estudar as conseqüências daquele ato, sem conquistar o apoio da população, sem tecer acordos internacionais, sem medir com cautela os futuros artigos da nova constituição para impedir todo rastro de sangue e soluços políticos dos anos seguintes, cujos efeitos alcançam os dias de hoje.

Eris, a deusa da discórdia, irmã de Ares ou Marte, de mala e cuia, instalou-se no Rio de Janeiro, durante a Guerra do Paraguai. A partir deste dia, a desavença vigeu na Capital do Brasil. Em 14 de julho de 1868, Eris provoca a queda do Gabinete Zacarias de Góes e Vasconcelos,

marco inicial do fim do Império. O próprio Zacarias, treze dias antes daquela data, vaticinara: “O governo do Brasil está nas mãos de uma seita que se denomina progresso, querendo as forças de um terceiro partido, mas cuja religião desconhecemos.” Surpreende-nos o fato de ter Zacarias, em 1862, formado a famosa Liga, união de liberais e conservadores, adiante chamados progressistas.

O progresso positivista tinha endereço certo – a república com ditadores. A república, ou o tipo de república almejado pela maioria dos intelectuais, era cópia exata da Constituição dos Estados Unidos da América, a atual tomou-se o verdadeiro manípulo da época. Bem diz o Livro da Sabedoria: “Cada qual fabrica um deus para si.” “Unusquisque sibi deum fingit”(SAB 15,8) Hoje, podemos medir as resultantes de tamanho açodamento sem nos inclinar pela monarquia rediviva. Em verdade, o Império desmanchou-se tal castelo de areia castigado pela brisa marinha. Faltou o necessário ímpeto ao velho Imperador. Nem mesmo o reconhecido apoio da famosa Guarda Negra foi capaz de tirá-lo do imobilismo. Sequer a surpresa ele poderia alegar, falava-se pelas esquinas sem reboços sobre as maravilhas do sistema republicano e a imprensa alimentava as chamas das paixões. Em simples passe de mágica, pensavam todos, chegar-se-ia ao desejado progresso, mesmo a ter notícia bem vaga do significado daquele vocábulo. Notem as palavras de Raimundo Correia ao sintetizar as tendências vigentes. Ele figurou a república em forma de possante locomotiva, engenho imenso a assombrar pelo tamanho e força:

.....

“Rijo, forte e veloz; é uma Idéia  
Condensada em metal, em ferro espesso;  
Não recua, não cai, não titubeia;  
E voa, e rasga, o luminoso ingresso  
O ramo arterial, a grossa veia  
Por onde corre o sangue do Progresso.”

As idéias surgiam em catadupas. Positivismo, socialismo, comunismo, anarquismo, germanismo e outras do mesmo quilate abriam-se em leque para espanto de nossa minúscula intelectualidade, sempre disposta a adotá-las a priori por justas e verdadeiras. Amor à prima vista,

ou seja, qualquer coisa em troca da monarquia. Os militares, agora formados pelas escolas, denominavam-se “científicos” e devotavam profundo desprezo aos mais antigos forjados na tarimba diária, os reíunos. E toda insatisfação era debitada na conta do Império.

A crise financeira mundial chega ao Brasil e provoca o encerramento dos bancos Nacional e Mauá. O Governo, de indústria, recusa-se a auxiliar Irineu Evangelista de Sousa. Tinham-no por desprezível onzenário, inclusive os republicanos. Queriam o progresso porém faltou-lhes tino para ver no Barão de Mauá o melhor instrumento para alcançá-lo. Corroíam-se pela inveja daquele grande brasileiro, capaz de assombrar o mundo, porém entre nós visto por mascate de luxo.

A imprensa, sem peias, ultrapassou os limites exigidos pela ética e se esmerava a apontar as injustiças tuteladas pelo Paço Imperial. Foi o caso da opereta “bufo-mitológica” escrita por Artur de Azevedo e dada a público pela Gazetinha. Tratava-se do misterioso roubo das jóias da Coroa encontradas pelo Chefe de Polícia na casa de Manoel de Paiva, servidor do Paço e tido por proxeneta. Fato propício para enlamear a honra de Pedro II e toda sua família:

“Argos – o Chefe de Polícia – diz a Mercúrio – Manoel de Paiva – Estás livre.

Mercúrio – Home’essa! Pois as jóias foram encontradas no meu quintal e estou livre?!

Argos – Ordem superior.

Mercúrio – Pois há ordem superior à lei?

Argos – E há lei superior à ordem?

Ensina Pascal: “A arte de agredir e subverter os estados consiste em abalar os costumes estabelecidos, sondando-os até sua fonte para apontar sua carência de justiça.” E exato assim ocorreu com a monarquia.

De 1870 a 1872, surgiram mais de vinte jornais republicanos, além de inúmeros folhetos de todos os tipos, inclusive militares. Os fatos aconteciam ou eram forjados de cambulhada. Abolicionismo, manifesto republicano, rebeldia dos jangadeiros, questão militar e religiosa, revolta do vintém, assassinato de Apulco de Castro, tentativa de matar o Imperador, problemas com a imigração, lei Saraiva, recrutamento militar e símiles prenunciavam claros, inequívocos, o futuro tumultuado.

Os boatos corriam céleres. “Em tempo de guerra, mentira como terra”, diziam os antigos. O major Solon, na véspera do dia “D”, vai ao largo de São Francisco, à noitinha, em traje civil, e solta o boato da

prisão de Deodoro, Benjamin Constant e outros líderes do movimento. Valia tudo.

E a disciplina militar? Ora a disciplina! Vejam o juramento ao qual se obrigavam todos os militares, publicado em decreto de 1823:

“ Juro aos Santos Evangelhos, em que ponho a mão...obedecer com a mais exacta prontidão e respeito às ordens do Imperador e **geralmente** a de meus superiores.”

Em verdade, tentavam entender-se três classes, ainda dominantes desde a Regência: latifundiários em processo falimentar, militares melindrados e clérigos temerosos com a hostilidade devotada à Igreja. Aquelas classes predominadoras só conseguiram ver no sistema republicano a trilha adequada para manter o equilíbrio entre eles, nada mais além disto. Haveria perdas, sem dúvida, mas o pacto continuaria de pé.

E o povo? Ora o povo! Lembra Amaro Juvenal no seu Antônio Chimango:

“O povo é como boi manso,  
Quando novilho atropela,  
Bufa, pula, se arrepela,  
Escrapeteia e se zanga:  
Depois...vem lamber a canga  
E torna-se amigo dela.”

A ditadura militar prescrita pelos comtistas ultimou por soar abemolada aos intelectuais, e, por incrível, a deixar os do castro temerosos de assumir tamanha responsabilidade. Lembra Walter Gortitz no seu livro, *O Estado Maior Alemão*: “Os homens militares raramente são militaristas, mas com frequência tendem a estimar as dificuldades em adaptar os recursos militares às exigências políticas.”

Chega o dia 15 de novembro, lá vem a hoste disposta a pagar para ver. Pronta para tudo. Colocam o velho Marechal – cuja residência ficava a poucos metros do esperado campo de batalha – sobre o lombo do cavalo cedido pelo subordinado. Tiraram-no da cama, onde prostrara-o a dispnéia e as vascas da febre malsã. Empurraram-no para dentro do Quartel General do Exército.

Ante a tropa formada no pátio interno, e sem espada, Deodoro só lembrou de gritar: “– Viva o Imperador”. Adiante, na sala de comando, para o Visconde de Maracaju, Ministro da Guerra, ele diz:”– Adeus primo

Rufino.” E sobre o Imperador: “– ...seus direitos serão respeitados e garantidos.” Patético, confrangedor.

Só ante a ameaça de D. Pedro II entregar o Gabinete ao senador Silveira Martins, inimigo figadal de Deodoro – conforme afirmaram recomendado por Ouro Preto – ele mandou cercar o Paço Imperial. Escreve Francolino Camêu: “Agora estava feita a República. Seriam mais ou menos cinco horas da tarde.”

Senhores, nós temos o direito de criticar o passado porém cabe-me respeitar os vultos dela irrompidos. Ouro Preto, Deodoro, Pedro II, Zacarias, Benjamin Constant... todos foram homens de elevado valor, caráter inquestionável. Cumpriram com honra seus papéis históricos. Caso estivéssemos no lugar deles talvez agíssemos do mesmo modo, ou pior. Em cada passo levado a efeito, eles preservaram a dignidade, sentimento pouco conhecido nos dias de hoje. Vide o exemplo de rara fidalguia no episódio de Euclides da Cunha. Ele quebra o espadim, abandona a carreira das armas mas não quebra a palavra empenhada.

Antes de perorar, presto aos líderes compartes da Proclamação da República minha homenagem com as palavras do notável poeta negro, João da Cruz e Souza, o mais destacado simbolista daquele período histórico:

“Fecha os olhos e morre calmamente!  
Morre sereno do Dever cumprido!  
Nem o mais leve, nem um só gemido,  
Traia sequer o teu sentir latente.

.....  
Vai abrindo sacrário por sacrário  
Do teu Sonho no templo imaginário  
Na hora glacial da negra Morte imensa...  
Morre com teu Dever! Na alta confiança  
De quem triunfou e sabe que descansa,  
Desdenhando de toda Recompensa!”

Estimados confrades. Impelidos pelo acerbo individualismo muito sangue foi espargido na terra em busca da nossa liberdade. Grande parte de nossos compatriotas confunde liberdade com progresso, palavra tisonada de ambição desmedida, do êxito pela soma dos haveres, exato como é entendido em alguns países chamados de desenvolvidos, onde o valor se mede pelo cabedal nunca pela erudição ou pela nobreza. Troca-

se assim o ter pelo ser com profundos prejuízos, conforme pontificava Aristóteles e meticulosamente bem exposto por Erich Fromm em precioso volume sobre o tema.

Os males da monarquia até hoje perduram entre nós, ainda muito nos falta para alcançar a estabilidade enquanto a maioria de nossos irmãos viverem em extrema penúria. Ainda o líder político se coloca acima dos interesses dos mais carentes. Ainda vigete entre nós o individualismo libertário porém disposto a oprimir conforme seus particulares interesses. Ainda somos meros severinos, no conceito de João Cabral de Melo Neto em sua perspicaz obra “Morte e vida severina”. O homem retratado naquela saga luta pela sobrevivência contra a natureza agreste, usurária, contra a sociedade gananciosa, neo-escravocrata e entorpecida pela cupidez de amealhar proveitos. Só colhe alegrias quando ele mesmo, Severino, promove suas explosões, tal o nascimento do filho, triste herdeiro da cruz, do estigma e do desprezo das classes melhor aquinhoadas. Revela João Cabral:

“e não há melhor resposta  
que o espetáculo da vida:  
vê-la desfiar seu fio,  
que também se chama vida,  
ver a fábrica que ela mesma  
teimosamente, se fabrica  
vê-la brotar como há pouco  
em nova vida explodida.  
mesmo quando é assim pequena  
a explosão, como a ocorrida;  
mesmo quando é uma explosão  
como a de pouco franzina  
mesmo quando é a explosão  
de uma vida severina.



## TESTEMUNHO DA MENSAGEM DE ANÁPOLIS (Carta endereçada a Antônio Soares Neto, o Toniquinho)



*Antoninho Rapassi (\*)*

Amanhã é 4 de Abril. Nesta data decisiva da história do Brasil, sou levado à vontade de querer homenageá-lo, por justiça imanente do meu coração.

Lembro-me de um outro passado 4 de Abril, em que o Rinaldo foi meu portador de um busto do Presidente JK, esculpido pelas mãos privilegiadas de arte, do nosso companheiro Tyrone.

Neste 4 de Abril, nesta data que é o marco da sua entrada para a história, e tendo havidos já 43 anos daquele memorável episódio, tenho o orgulho de oferecer-lhe uma cópia da Mensagem de Anápolis. Documento derivado do seu predestinado aparte feito em Jataí ao candidato que ali iniciava sua vitoriosa campanha presidencial. A Mensagem de Anápolis, assim chamada naquela manhã de 18 de abril de 1956, que em virtude de contratempos da meteorologia, teve o nome de Goiânia riscado pelo próprio Presidente Juscelino que escreveu Anápolis, numa toska mesa de um barzinho, próximo ao aeroporto.

Assim outro passo firme estava sendo dado para o nascimento de Brasília, dentro do maior respeito constitucional, o que sempre caracterizou o espírito de estadista de Juscelino Kubitschek.

Bem sei que esta cópia da Mensagem de Anápolis, vai se constituir num justo troféu da sua vida. Antevejo várias cópias sendo feitas,

emolduradas e os quadros sendo colocados nos seus escritórios de Jataí e de Goiânia. Um outro quadro, vamos encontrá-lo no seu apartamento residencial, em local escolhido pela Dona Nelita.

Porque a todos os que o cercarem, você sempre terá o orgulho em mostrar como tudo aconteceu, para que a Capital da República do Brasil fosse construída no Planalto Central.

Você vem na linha direta iniciada pela visão profética de D.Bosco, em 1833. Então, não é para se viver na euforia? Como já lhe disse, outras vezes, não foi você instrumento da Providência Divina? Claro que sim!

Portanto, receba este Documento como prova maior da minha admiração, respeito e amizade. Não seria possível, entretanto, oferecer-lhe este presente, se não fosse a dedicação beneditina deste homem notável que coleciona todas as palavras sinônimas de Virtude, Dignidade, Lealdade, Amor etc...etc... Este homem é o Cel. Affonso Heliodoro dos Santos. O mais dedicado, leal e respeitado soldado de Juscelino Kubitschek. Nós que nos orgulhamos tanto de formarmos sob o seu comando, aqui estamos para, mais uma vez, enaltecer a figura apolínea do Cel. Affonso. Graças ao seu denodo e infatigável esforço, podemos hoje divulgar orgulhosamente, como se fazia naquele tempo, para engrandecer e bem governar o nosso País, Aliando competência e amor ao próximo, fazia-se triunfar a Democracia mantendo intocada a constituição e a nossa soberania.

O tempora, o mores!

Desta maneira, feita esta minha homenagem, cumprindo mesmo este dever, finalizo com os votos de saúde e de felicidade pessoal, bem como a da sua família, que tanto estimo.

Seu amigo devotado.

\* Presidente do Instituto Semana Cultural JK – Americana, SP.

## O HOMEM DA SERRA DO CAFEZAL



*Paulo Bertran*

Vivo literalmente do passado. Quase que só leio sobre História, quase tudo o que escrevo é sobre História.

Um dia dei-me conta de que, visto do futuro, talvez a maior carência de novas gerações fosse sobre como o historiador registrava seu tempo e sua circunstância – ou seja – quais percepções hauri do tempo presente, filtradas pelos meus juízos de valor, pelas minhas emoções imediatas, pelas ideologias que me envelopam.

Lembrei-me então dos diários de viagem dos velhos filósofos naturalistas, como um Saint-Hilaire, o Dr. Pohl, o Conde de Castelnau, ou um mais moderno, como o português Oscar Leal. Era o modelo a seguir.

Dias depois de pensar por este modo novo de ver a história presente, o arqueólogo Altair Sales Barbosa, colega nosso de longa data, convidava-me para integrar a equipe que iria assistir à exumação dos mais antigos esqueletos humanos até hoje descobertos no Brasil. Os Serranópolis, no extremo sudoeste de Goiás, datados de 11.000 anos.

Há sítios pré-históricos no país bem mais antigos do que este – como, por exemplo, no Piauí – mas neles ainda não se encontraram restos humanos, de sorte que, para fins científicos, aquelas ossadas do cerrado goiano são, até o momento, as mais antigas do país.

Imbuído daquele sentimento a que me referi atrás, de homem do meu tempo, de viajante, de cronista, é que me resolvi a contar a história daquela descoberta por um modo diferente.

É o que desejo partilhar agora, esperando que o leitor tenha paciência com esta nova, conquanto antiquíssima (Heródotos, o pai da História, era muito mais um viajante atento do que propriamente um historiador) maneira de contar uma história.

Fevereiro de 1996, dias de Carnaval. Saímos tarde de Goiânia, já a desoras, que deve ter lá sua raiz etimológica para dez horas, para tardio. As saídas das capitais brasileiras são geralmente de desoladora feiura. Bairros pobres, construções precárias, arborização mal feita, cheiros ruins não se sabe de quê. Anda-se, anda-se e parece que não acaba a fealdade citadina.

O calor escaldante, cansativo. Não choveu quase nada no mês.

De repente passam os últimos vilarejos metropolitanos, e o automóvel como que alça um sereno vôo por sobre os altiplanos, cheios de bons ares que invadem as janelas escancaradas do carro, lambendo os passageiros. Meto no rádio do carro uma fita das últimas gravações de Tom Jobim e ofereço às senhoras presentes – minha mulher e minha filha – uns bombons que antecipadamente havia comprado em Goiânia.

O calor excessivo costuma rarear o humor humano. Não pela sudorese, que é benéfica, mas pela constante queda da umidade durante o dia, causando dores de cabeça e mal-estar. E brigas, azedumes, indisposições gerais de causas bio-ambientais que às vezes degeneram em verdadeiras tempestades psicológicas, algumas com conseqüências dolorosas.

Detesto a prisão do automóvel, mas de longa data admiro a ciência e arte dos antigos motoristas profissionais, que aquilo lá de dirigir já foi uma arte elaborada, de criar conforto para seguir uma viagem de muitas horas.

Avançando suavemente sobre Jataí, em velocidade de cruzeiro, sem pressa, fomos invadidos pela felicidade de Tom Jobim no gravador do carro. Tom Jobim é a única unanimidade brasileira e mundial do século, exceto talvez o Pelé. Jobim, amorosíssimo, a expressão do “brasileiro cordial” de Sérgio Buarque de Holanda ou por outra, transcendendo ao equivocado Sérgio, pai do angustiado Chico Buarque – foi o maestro Tom o construtor da noção brasileira musical de felicidade. Então, com a magia do seu piano e de seus arranjos, aquele amoroso som resolveu o bem-estar da navegação rumo às profundezas do Rio Verde e Jataí.

E além do maestro Jobim os bombonzinhos que oferecia – injeção inocente de glicose que ofertava, fez, na viagem calorenta – um extraordinário micro-clima confortável.

Um lembrete: jamais, cavalheiro sedutor, ofereça flores à amada. De alguma forma serão sempre lezadoras do meio ambiente. Dê-lhes glicose, da qual são extremamente carentes. Ofereça sempre bombons e chocolates. Dizem os médicos que engordam. Diz-me a experiência que a espécie feminina tem tudo a ver com doces. O verdadeiro fruto proibido de Eva, não é uma maçã. É um doce. O segredo das viagens e dos namoros felizes.

## NO SUDOESTE GOIANO

Fluía tranqüila a Brasília-Cuiabá, rumo ao sudoeste goiano. As rodovias goianas interioranas são de um bom senso ímpar: pouco trânsito, acostamentos amplos, carros novos, segurança.

Pecam, com raras exceções, os postos de gasolina: sujos, banheiros imundos, quitandas intragáveis, como no assustador posto/hotel de Acreúna.

De Goiânia até mais ou menos Acreúna o relevo á um tanto montuoso, e devia ser densamente florestado no passado, o extinto “*cordão*” do Mato Grosso goiano, célebre na história. Hoje pouco dele se vê, tudo tomado pelo capim africano “*braquiária*”, às vezes pelo “*colonião*”.

De Acreúna para Sudoeste, começam as chapadas intermináveis dos rios que vão dar ao Paranaíba, limítrofe de Goiás com o Triângulo Mineiro e com o Mato Grosso do Sul.

Pastagens belíssimas, plantações de milho e de cana para silagens, e aqui e ali, a soja.

Passamos por Rio Verde, cercada de grandes silos e galpões, erichando-se com uma meia dúzia de prédios altos. Terra dos Borges, aos quais acostou-se o fundador de Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira.

Depois, Jataí, que deve tirar seu nome da abelhinha melífera Jataí.

Hospedamo-nos no maior hotel do local, que ainda mostra arcas de um passado luxuoso e hoje mambembe, apesar das diárias continuarem caríssimas.

Jataí ainda conserva uma dúzia de bonitos casarões de adobe. O resto é desta merda da arquitetura funcionalista da segunda metade do século, com estruturas de concreto, esquadrias de alumínio, estética nenhuma e nenhuma preocupação de adequação ambiental de moradia.

Há em Jataí um único prédio interessante, sob todos os pontos de vista, para os propósitos de uma viagem filosófica e naturalista: aquele que abriga o seu museu arqueológico.

Pareceu-me pela construção sofisticada, pela elaboração de seus guarda-pós e sacadas de ferro trabalhado, com algumas das casas nobres da cidade de Sabará, em Minas Gerais.

Há de ser o sobradão do museu de Jataí, um dos mais preciosos exemplares, em Goiás, da grande arquitetura imperial do Século XIX.

Por todo lado, no hotel, no museu, cordialidade, prestezas, informações, gentilezas. Eu estava em Goiás verdadeiro, no seio do povo goiano, numa cidade goiana do extremo sudoeste, pátria dos Vilela e Costa Lima e Moraes.

A Sudoeste de Jataí, imperava uma paisagem de campos limpos e cerrados mais ou menos ralos que já não se distinguem mais, substituídos por sojais intermináveis onde raríssimas árvores foram poupadadas.

## O TÚMULO DO TEMPO

Em Jataí, depois de um sono reparador, partimos cedo para Serranópolis, excitados com a expectativa de assistirmos à exumação arqueológica de restos humanos os mais antigos até então achados no Brasil.

Vale do Rio Verde, matações rochosos isolados e ao longo do vale a muralha da Serra do Cafezal, de onde vem o nome de Serranópolis, cidade pequenina mas aprazível.

Depois de vencer um caminho ruim costeando a Serra, divisamos, à beira de um córrego cristalino, o acampamento de barracas de náilon da expedição.

Recebe-nos o Prof. Altair, designa nossas barracas, apresenta-me o celebrado Seu Meco/Binômio da Costa Lima – de quem já ouvira muito falar – e que confirmava sua fama, ao longo de muitas horas de conversa que tivemos, de maior naturalista do cerrado que já conheci.

Conhecedor profundo, arguto, inventivo, sensato, seu Meco é o maior monumento cultural do sudoeste goiano.

Logo nos aviamos e andamos para a Lapa do Diogo, onde, a 2 metros de fundura, nos esperava o homo cerratensis de 11.000 anos.

A Lapa de pedra olha-nos, imensa e rústica, como se fosse uma concha de rocha ou um anfiteatro às avessas.

Na sua geologia sólida, em sua esmagadora grandeza, lembra um templo das forças mais brutas da natureza, um majestoso pórtico mostrando as entranhas da terra. Mais adiante outra cova se abre, com seus recintos lóbregos e inimitável arquitetura. Das paredes da pedra

brotam fontes de água, adornadas de samambaias e bromélias, celebrando a glória intimista da natureza ante a nossa humana rusticidade.

E lá está, no templo maior, a profunda trincheira aberta. No fundo, os dois pobrezinhos, nas suas vestes de ossos entranhados à terra de 11.000 anos.

Um rapaz, idade presumível de 21 anos, a idade de meu filho mais velho. Teria, como ele, a envergadura que já começa a desenhar-se da sobriedade adulta?

Ao seu lado, a criança. O crânio esmagado. A bacia e as pernas ainda enterrados sob o peso enorme de séculos de deposição de terras e pedras desmoronadas da ábside rochosa.

O túmulo do tempo, aberto. Para sempre incompreensível. Quem eram eles, o rapaz e a criança? Imaginavam-se como? Sonhavam-se por qual forma e pulsão?

Porquê jaziam ali na Lapa inóspita? Qual o mistério de suas mortes?

Em volta, a azáfama dos arqueólogos e da equipe de televisão. Ainda assim, às vezes, soprava um vento de silêncio onde podia-se apalpar a contida emoção de todos os presentes. Do fundo poço olham-nos o rapaz e a criança e como que exigem-nos a magnificação dessas novas exéquias no próprio ato da exumação.

Vejo minha filha interrogando as pedras e crescendo como pessoa ante ao impacto do tempo muito antigo e do templo de rocha. E sei que isto vai adicionar-lhe a coisa indelével de novas formas de sentir e saber. Agradeço-me por tê-la trazido, tão bela e serena, mal saída da vida encantada dos 15 anos.

E eu, historiador, como situar-me entre os tempos mais antigos do que toda a História datada?

A história, ciência arrogante. Despir-me da sua roupagem anômala, desobstruir-me de meu tempo sem qualidades. Aprender a ver o incognicível e a sua consequência cósmica.

Lanço o derradeiro olhar sobre o rapaz, a criança, afasto-me da lapa tutelar, ganho a luz do sol, ainda rebrilhando no pasto verde gotas da chuva que caiu e agora reinaugurava o ciclo da vida.

Esplendem as rochas do Homem da Serra do Cafezal, que o Prof. Altair me honrou pedindo para eu batizar, e assim já consta na edição 1997 do guia turístico da Editora Abril.



## MISSÃO UNIVERSAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

*José Santiago Naud*

Este texto serviu como orientação para o “I Encontro da LBV sobre Lusofonia”, preparatório do Colóquio de Lusofonia projetado em Brasília pelo ParlaMundi. Realizou-se em Portugal, dia 11 de janeiro de 1997, no Ateneu Comercial do Porto, e dele participaram os embaixadores Dário Castro Alves, brasileiro, e José Augusto Seabra, português, com a adesão de representantes do Timor Leste ou países africanos.

Quando Fernando Pessoa, na pele de Bernardo Soares, dizia que a sua pátria era a Língua Portuguesa, para além dos desassossegos da Baixa lisboeta, era esta intuição a mais iluminada, entre tantas que com o seu gênio haveria de marcar para sempre a poesia e a verdade do século XX. Augurava a árvore frondosa do Terceiro Milênio. De fato, hoje, a multidão dos povos que falam esse idioma pode somar à noção territorial de pátria outra mais entranhável, ou seja: a *mátria*, cujo espaço fronteiriço funde, infinito, nos limites da matéria o imensurável sutil espiritual. Assim, a língua que querem falar mostra-se unívoca em toda a diferença.

### **Situação Histórica**

Nem sempre foi assim, contudo. Até fins do século passado, precisamente o grupo de extraordinários escritores, que dinamizavam a língua conferindo-lhe valores positivos, laborara num incrível pessimismo, herança do romântico Alexandre Herculano, ao chamá-la “túmulo do pensamento”, declarando-se eles próprios “vencidos da vida”.

Mesmo um dos pensadores mais ousados e eruditos, que se atrevera a contestar as reduções positivistas, inquinava o negro pelas travas que seguravam o “Brasil Mental”, exatamente naquilo em que a contribuição africana foi particularmente fecunda: a área lingüística, sem exclusão é claro da enorme contribuição a outros quantos elementos formadores do nosso processo civilizador.

Tais equívocos vêm decerto assinalando a evolução da língua portuguesa, desde a penúltima década do longínquo século XII, quando ela ganhou foro literário. Contam-se pois mais de 800 anos. E, ainda, continua-se arranhando a sabedoria do bom Dom Dinis, rei e trovador com outras mais utilidades, que na graça de sua boa esposa, a Rainha Santa, Dona Isabel, iluminados pelo divino Espírito Santo, segundo a moda queria também cantar em provençal, mas sem pecar contra a natureza do idioma, então na forma galaico-portuguesa, receptora das originais “cantigas de amigo”.

Também nós, que usamos a mesma língua, apesar da sua diversidade efusiva, aberta a vários continentes, teimamos na imitação ou no importado, quando aqui mesmo entre nós mora pulso novo. Quem sabe, porém, tal complexo de inferioridade não oculte certa virtude mais forte que, ao fim e ao cabo, acabe por fazer prevalecer a palavra final que, em bom e claro idioma, terminará por proclamar o que essencialmente a Língua guarda em si: as riquezas do mundo e o apelo fraterno. Teríamos então o impulso missionário e um chamado universal. Neste sentido nossa proposta inicial versava. *A expansão do Português no Brasil e sua atualidade na missão de unificar fraternalmente o mundo*. Mas logo percebi que outros dois títulos poderiam vir também a servir de gancho neste discurso – A Língua Portuguesa e sua unidade no mundo ou Missão Universal da Língua Portuguesa, permanecendo por mais expedito e de igual modo abrangente.

Nosso idioma moveu-se em expansões desde a “Canção da Ribeirinha” e dos forais, até o Quatrocentos da prosa de Fernão Lopes ou poética do Bernardim Ribeiro, que já aponta o Renascimento, codificando-o em seguida o gênio de Camões na sua versão moderna. Vieira enche um século inteiro e lavra em sua índole o que viria a consagrá-lo como característica essencial: força primordial, conciliação de contrários, algo visceralmente mítico e místico, nas voltas da lógica ou na estrutura profunda da psique, identificado esteticamente com o Barroco. É um fato histórico que, este, veio a ser uma excelência nacional,

manifestada por mais de dois séculos em todo o território, com força inigualável na Bahia. Pernambuco ou Paraíba, Rio de Janeiro e, já absolutamente nosso, em Minas Gerais. Na idade romântica, o racionalismo anterior, de corte arcádico, cruza o inconsciente e promove-se nação. Já o Brasil apruma outra nova etapa, reunindo nas “três raças tristes” do poeta Olavo Bilac a sua alegria etnográfica, que o Extremo Oriente viria a completar – a partir da I Grande Guerra, com a imigração japonesa. Impossível descartar por isso a nomenclatura de luso-brasileiro. Se o Realismo, de cá e de lá, representou certa confrontação, nossa contemporaneidade, não obstante os conflitos, jamais chegou a alterar – antes somando – o espírito da Língua.

### **Sua Geografia no Brasil**

Sem estreito intuito nacionalista, valha recordar o papel do nosso país nesta expansão. Seis anos antes do seu descobrimento oficial, por decisão de um papa, o Tratado de Tordesilhas repartiu entre Portugal e a Espanha os benefícios do mundo. Traçaram uma linha em certo meridiano, ficando para a Espanha o que estava a oeste, e o leste para Portugal. A abstração desse *Greenwich* da época passaria a 370 léguas no poente das ilhas de Cabo Verde e foi o responsável pela ilusória imperfeição da cartografia portuguesa, cujos autores fizeram aumentar para leste as terras do Brasil, quando a linha nos parava antes do Pará ou na ponta atlântica de Santa Catarina. Em tal palco o idioma se esbaldou, marcando freguesias. Verdade é que antes da implantação oficial de Brasília, no mês de abril de 1960 (posta no ermo e arrancada do nada graças ao gênio de JK), ao longo de três séculos e meio o Brasil conheceu dois centros capitais do poder, situado primeiro em São Salvador da Bahia e depois em São Sebastião do Rio de Janeiro. Mas a Língua conta outros sítios de irradiação, primeiramente referida ao sul, em São Vicente, de onde os irmãos Martim Afonso de Sousa e Pelo Lopes de Sousa navegaram pelo mar ou pela selva, para a configuração do Brasil austral ou do núcleo de civilização que foi Piratininga, origem de São Paulo. No Diário de Navegação escrito entre 1530 e 1532 dá-se fé da proeza, e é onde podemos achar aquela frase encampada pelo Agostinho da Silva: “fazer a vida conversável”. Ao norte, foi Duarte Coelho quem fincou os troncos da energia capaz de sustentar o florescer do idioma e redimir do erro os mil e um equívocos das Capitânicas Hereditárias, decisão

anacrônica que degenerou nas malfadadas sesmarias, hoje ainda um câncer em nosso organismo social multiplicando outros frutos espúrios.

De tais pontos estratégicos abalaram as gentes para cobrir o vasto território.

Já no ano de 1581, portanto pouco após o desastre de Alcácer-Kibir, em certa ilha do rio Paraíba do Norte, João Tavares plantou um estabelecimento que Frutuoso Barbosa levou para Cabedelo, lançando-se quatro anos depois a pedra fundamental de Filipéia, que é hoje João Pessoa, a capital. Em 1597 construiu-se o forte dos Reis Magos, na foz do Potengi, hoje a cidade de Natal, capital também. No século XVII então a coisa se acelera. Na ponta de Mucuripe, um forte foi a semente da hoje Fortaleza, capital do Ceará. Era 1610, e Martim Soares Moreno sonhava com os lábios de mel de Iracema, olhando os verdes mares bravios e ouvindo a jandaia cantar na frondes da carnaúba. São Luís do Maranhão, outra capital, teve o seu ano em 1615, quando Alexandre de Moura dela expulsou os franceses. A mando do rei Filipe IV, Jácome de Noronha funda a capitania maranhense da foz do Oiapoque em 1637, e neste mesmo ano Pedro Teixeira subiu o rio Amazonas, como bem sabe a gente de Manaus, capital do Estado. A vez do Piauí chegou com Domingos Afonso, originário de Mafra em 1674. A terra ou o rei eram de novo portugueses. O século seguinte é o da expansão para o sul, tendo por referência a cidade catarinense de Laguna. Seu capitão-mor, Francisco de Brito Peixoto, mandou abrir caminho até a portuguesa Colônia do Sacramento, o que fez João Magalhães em 1727, passando por território hoje gaúcho. Em 1737 Silva Paes funda a cidade de Rio Grande, porto importante, a duas léguas de sua barra. Para o oeste não foi diferente. Desde o princípio do século os paulistas usavam o rio Tietê como entrada para o interior. Em 1709, independentes do Rio de Janeiro, vão fazer estripulias em Minas Gerais, e a palavra *emboaba*, de raiz indígena, marca o primeiro choque de nacionalidades: há os paulistas e os portugueses. E é um paulista igualmente que sobe o rio Coxipó-mirim, para fundar Forquilha em 1719. Esta povoação de Pascoal Moreira Cabral é depois transferida para Cuiabá, hoje capital do Mato Grosso que, pelo tamanho, foi em nossos dias dividido em dois. Ali descobriu-se ouro em 1726. Dois anos depois, os irmãos Barros, que também eram dois, estão às margens do rio Guaporé, e a sua antiga Vila Bela vai conformando a província. São de novo os confins. Ocidentais. Mais perto de nós, em 1735, Bartolomeu Bueno da Silva alcança o rio Vermelho, e temos a Vila Boa de Goiás, berço da poetisa contemporânea Cora Coralina ou

lar do escritor Hugo de Carvalho Ramos, um dos nossos mais expressivos regionalistas. Pelo Tratado de Madri, firmado em 1750, trata-se de regularizar na América do Sul a situação luso-espanhola. Começa a demarcação dos limites do Brasil meridional e da expansão do idioma, resolvidas afinal em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso, que assinalou no Rio Grande do Sul a tragédia das missões jesuíticas (República dos Guaranis) com a morte do índio Sepé Tiaraju, que o povo canonizou e é agora nome de cidade – São Sepé – ou nosso herói gaúcho. O resto da expansão foi realizada pelos Bandeirantes que, célebres ou anônimos, organizavam as “bandeiras”, compostas de brancos, negros e índios, regulados pela técnica empregada nas monções das viagens para a Índia. Foram o primeiro movimento da nossa tão sofrida, badalada ou detratada democracia racial. Como quer que seja, tanto esforço épico assustava os castelhanos, os quais, por uma “secretíssima” do Marquês de Pombal, sabemos que temiam a chegada desses “come-léguas” à Cordilheira andina, o que, se não fizeram, definiu muito antes da Independência o nosso território, herdado no infrangível.

Hoje, Portugal e Brasil não são mais sós. Cinco outros países, de cara para o Índico e o Atlântico, acrescentam a expansão da Língua Portuguesa, que assim incorpora modos, costumes, meios de expressão, acenando ainda a outros enclaves históricos que, lá onde o Sol nasce, testemunham há séculos as permanências de um idioma com a promessa de crescer culturas diferentes. Podemos usar então serenamente para tal forma de expressão o adjetivo universal e perguntar com sentido de grandeza, sem megalomania, sobre o chamado de sua verdadeira missão. Desde Babel, sabemos que elas as línguas podem ser signo de confusão sobre a Terra como dizem os chineses, mas também harmonia, porque o conceito de *koiné* para os gregos entrelaçava a partir do senso comum, amor e civilização. Ora, a Língua Portuguesa, nosso idioma, apesar de estigmatizada pelos seus próprios cultores mais esclarecidos com a afronta de “túmulo”, é hoje uma das mais faladas no mundo, aceita oficialmente na organização dos Estados modernos e, mais que isso, senhora de pujante herança cultural e expressão de uma forte identidade multirracial.

### **Vale refletir neste sentido**

Para explicação do fenômeno civilizacional dos Estados Unidos da América pouco se menciona um fator positivo, essencial na relação

de um novo mundo. Com o Mayflower, também lá aportou na vontade de ficar, a força do trabalho honesto, o culto da liberdade e respeito ao saber, certo exercício religioso que apontava para o místico e, lingüisticamente, edificava a palavra sagrada no exemplo eficiente, haurido em vernáculo à versão bíblica do piedoso King James. Tal fervor jacobita, em sua virtude nacional ou no esconjuro posterior a tantos furores jacobinos, reuniria particularidades regionais e idiossincrasias, sem redução do universal, igualmente, agora o reconhecimento da Língua Portuguesa pela ONU e a articulação comunitária dos povos desse idioma, fazem despertar correspondências históricas e respondem à implantação profética de Brasília, sua adesão à terra, anseio de integração, olhando-se qualquer ocupação antes como oferendas: oferta de fortuna e trabalho, sim, mas distribuídos – um desígnio de justiça e congraçamento. Que as coisas se façam com maior ou menor apuro, não exclui a nova mentalidade a se expandir, germe de um mundo novo. Apesar de um proverbial derrotismo, que desgraçadamente nos assalta cá ou lá, a Língua Portuguesa no Brasil foi sempre infensa ao mofino, desde Pero Vaz de Caminha ou Frei Vicente do Salvador, no século XVI, até Euclides da Cunha ou Monteiro Lobato, no alvorecer deste nosso tão conturbado século. Toda a nossa literatura moderna reflete o melhor de tais autores, que souberam reagir às lassidões litorâneas quando ameaçavam afogar-nos em preconceitos e distorções da realidade maior e nacional, em favor dos subalternos interesses criados.

### **A Pintura Exemplar**

Tal evidência pintou-se há meio milênio, ora vejam!

No último quartel do século X quando desde a França o rei português Dom Afonso V voltou à pátria, depois da batalha de Nancy, trazia a morte na alma por ver rota a coroa das Espanhas e destruído o condado da Borgonha. Quis fazer-se peregrino e renunciou, ferido com as felonias políticas do rei francês. Aí prenunciava-se se o fim do ideal cristão e, em consequência, a exaltação da matéria, vitória dos banqueiros, o surto imperialista, abuso da razão de Estado, maquiavelismo, capitalismo, escravismo. A Idade Moderna trazia para o orbe, na órbita do Belo sem o Bem, a indiferença com o mal. Goethe, no *Fausto*, viria a denunciá-lo. pois, em sua origem, Dom Afonso V se lhe antecipou. Versado nas ciências do céu e da terra, da paz e da guerra, renunciou à

munificência real antes de deixar o testemunho de sua visão apocalíptica, mandando pintar um políptico de seis tábuas e representando sessenta personagens. É conhecido em nossos dias como o *Painel Português atribuído ao pintor-régio Nuno Gonçalves*, exposto em sala nobre no Museu da Arte Antiga na cidade de Lisboa. Cinquenta e oito figuras humanas compõem o que hoje poderíamos designar como os “estamentos da sociedade medieval” e circundam uma outra, aureolada e duplicada, que ostenta, num dos painéis centrais, um livro aberto com palavras do evangelho de São João e, no outro, um dourado bastão de mando. É uma peça pictórica contemporânea da devota pintura flamenga e predecessora do humaníssimo Renascimento italiano, mas esteve oculta por 400 anos. Achada (por acaso?) e em fins do século passado, desencadeou uma torrente polêmica, viva e avolumada tempestuosamente ainda hoje, levantando no mínimo questões enigmáticas ou misteriosas. Entretanto, do pouco seguro que se possa avançar, está ali explícito sob um véu de tristeza o conflito entre bem e mal, as promessas de Cristo e o reino de Satã, adivinhando-se quem sabe a solução humana pelo culto do divino, que as Festas do Espírito Santo celebravam, desde os anos d’El-Rei Dom Dinis e da Rainha Santa. Tais festas, em resumo, começavam por coroar um menino, chamado “Imperador do Divino”, o qual iniciava seu reinado com a libertação dos presos, e logo distribuía o pão (*bodo*, diziam), decretando a folia em que bailavam sem peias nobres e plebeus. Tais festas, depois perseguidas e finalmente suprimidas; pelo dogmatismo eclesiástico e a aprovação real, pelos Açores e a Madeira atravessaram o oceano para refúgio no Brasil, onde empolgaram mais do que as devoções ao Cristo-Rei, mas acabaram por diluir-se no folclore. Em sua essência, tal obra nos concerne, por cifrar em si as promessas da própria redenção que a língua portuguesa preserva em suas expressões artísticas. Repasse-se o messianismo ou o protesto manifestos em nossa poética, veja-se se ao racionalismo que teorizamos com a Revolução Francesa não subsiste o arquétipo de um rei para além do cetro, sorrindo como o Deus-Menino, a que a fraternidade confere maior crença ou coesão do que as abstrações de liberdade e igualdade, enredadas em qualquer ordinária Teoria Geral do Estado para uso equívoco. O intuito é cantado de modo exemplar no VIII poema de “O Guardador de Rebanhos” que Pessoa firmou com o nome de Alberto Caeiro, não falso nome, apenas diferente.

Da cisão que sugere o Painel fala-se portentosamente em *Os Lusíadas*, quando o poeta contrapõe Vasco da Gama e o Velho do Restelo,

interpondo-lhes no fim da viagem a Ilha dos Amores. Neste poema, paradigma e monumento nacional, Camões quis nos dizer que a pátria é infrangível, mágica e transcendente, necessitamos de todos, porque em todos os povos há aqueles que partem e aqueles que ficam, uns que plantam e outros que colhem, alguns cozem e comem todos. Guimarães Rosa, aliás, sabia disso: “A colheita é para todos, mas o carpir é sozinho”. Pois, o que se quer na união lusofônica é a reunião de todos que usam o mesmo idioma, sem privilégios nem exclusão. Uma aposta no que a nossa cultura tem de melhor: beleza, amor e liberdade, sempre comprometidos pelos condicionamentos sócio-econômicos e, ainda mais, políticos. Assim, nenhuma palavra de ordem, muito menos sanções que venham de cima, logariam soar o toque de reunir. Tal ato deve ser voluntário para somar as boas vontades, em verdade desejosas da boa obra. Caminho serão encontros como este, sem dono que escravize ninguém nem alguém que faça por ser dono.

### **Obra a Realizar**

Já se realizaram várias mesas-redondas em meu país no sentido de reuni-lo a Portugal e África lusófona, todos juntos no mar da Língua Portuguesa. E, como quem volta à origem ou, grave, mira um ovo, devo dizer que – em símbolo – Portugal extravasa. Nós somos ele lá atrás, como ele é nós agora. Por isso, quando uma das parcelas exclui a outra, é a si mesma que exclui, e define. Morre, ao avesso da holotúria, aqui lembrada só como homenagem a dado poema do Prêmio Nobel de Literatura 1996: Wislawa Shymborska, voz excelente de outra pátria excelente e messiânica. Cantou a poetisa polaca esse animal marinho capaz de repartir-se reconstituir-se, apelando a Horácio: “Non omnis moriar” (*Não morreremos de todo*). De hoje em diante já nos sentimos mais fortes, porque ao pai e ao filho unem-se irmãos mais novos e, graças à *mátria* portuguesa, corporizada nas formas da língua, articulam-se presente, passado e futuro. De igual modo, conosco se perde o engodo de *raça pura* ou qualquer prurido racista. Somos a consagração do mestiço, infensos ao que seja mais claro ou mais escuro, de resto um pecado contra a totalidade. A nossa honra está selada na paleografia futurista de Teilhard de Chardin, pois do nosso dicionário não se podem apagar termos como caboclo, mulato, cafuso ou nissei. Ante nós está o desafio do próximo milênio, ocasião de conquistarmos a nossa carta de

alforria. Que o seja sob as asas do Espírito Santo, hoje entendido à luz da ciência, da razão operante e, sobretudo, da íntima fraternidade. Com o olho no dito popular, é possível repetir sem pecado contra a antropologia: Todos os gatos são pardos, na noite imensa e fecunda que estamos constelando.

Este é um trabalho imprescindível e urgente. O ensino do nosso idioma deve preceder a expansão que o Brasil experimentará fatalmente neste fim de século. Centros de difusão cultural representam um ponto de apoio complementar, apto a sustentar a alavanca que virá a erguer internacionalmente o peso substancial de quanto já produzimos, vimos produzindo e continuamos a produzir. Os serviços de intercâmbio e cooperação do Itamaraty, com a reconhecida competência e organização do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, há décadas vêm realizando um trabalho sem favor extraordinário, e é lamentável que os resultados de tal plantio ou os arquivos resultantes não tenham sido ainda aproveitados, numa política psicologicamente mais agressiva e fraterna, visando à colheita inteligente dos dividendos que, com certeza, já se encontram lá fora. Outro assunto apaixonante são as multiplicações lingüística e artística, em cuja atividade o Brasil surpreenderia. Com população preponderantemente jovem, um campo produtivo em expansão e imenso território, os motivos de atração para outros países nos estão abertos a uma programação com ampla reciprocidade. Dela poderiam participar a indústria, o comércio, a agropecuária, as escolas coordenadas por universidades e o vasto campo de ação das forças militares voltadas à defesa civil, podendo alimentarem-se projetos a partir da informática. Urge implementar uma idéia feliz, retomada pelos últimos Governos, apressando-se a correspondência dos estudos de português e espanhol voltados à América Latina ou Península Ibérica, sem descartar com isso cuidados com o inglês, cuja soma incluiria África e Oriente. Só assim viríamos a superar o abominável “portunhol” e limitar o uso do idioma anglo-saxônico a patamares de eficiência, com o seu emprego no mínimo decente. Também devíamos prestar mais atenção em como, afinal, foi o castelhano enriquecido das diversas modalidades peninsulares e, após os Descobrimentos, da imensa variedade americana, que veio a consagrá-lo no designativo genérico de Espanhol. Entretanto, valeria a pena um esforço conjunto de nações para que em *nuestra América* também o Português alcançasse vigência, integrado para ser compreendido e, graças a tal aceitação, carresse até, por acréscimo, simpatia para as demais

línguas peninsulares, como o galego, o basco e o catalão, mais as modalidades regionais alicantinas e andaluzas. Só a utopia valeria por um mapa colorido ou, muito mais ainda, pela alegria humanitária de viver toda essa diversidade na unidade. A nossa inclinação à África será mais forte com nossa integração continental, segundo o previa Juscelino Kubitschek de Oliveira em sua Operação Panamericana, sonho nascido de um estadista sem igual e de um poeta espiritualista e generoso como Augusto Frederico Schmidt. Afinal, o jeito humanístico e humaníssimo de conjurar o imperialismo que ambições subalternas mal escondem no fundo de nós. A instalação de uma biblioteca pública e universal em Brasília, de acordo com os governos federal e local, seria de inestimável valia, mormente se, com o apoio das Embaixadas acreditadas na capital, conseguíssemos bibliotecas básicas para o estudo das três Américas, da África de língua portuguesa e do mundo inteiro. Ação meritória seria estimular-se a presença cultural de língua portuguesa no continente asiático, respeitadas as soberanias nacionais e multiplicando o intercâmbio técnico-científico, mediante convênios que amparassem o uso do nosso idioma. É imprescindível definir esse afã lingüístico como busca de paz, concórdia e fraternidade, configurando nossa fidelidade ao espírito e nosso respeito à singularidade do homem, como apanágio insubstituível da Língua Portuguesa. Os lucros (se alguém está pensando neles) viriam por acréscimo: aspectos econômicos, comerciais ou turísticos, intercâmbio com os meios de comunicação ou de transporte são na verdade secundários nesta perspectiva, e apenas constituiriam a estrada larga por onde rolaria um patrimônio muito maior e permanente. Conforme já desvelam as luzes irisadas do Painel de Dom Afonso V, é tempo de propor aos impasses do materialismo, seja o político totalitário ou o escravista monetário, uma límpida civilização do Espírito.

### **“Ao seu o cujo é”**

Nesta altura sinto que devo mencionar o nome de José Aparecido de Oliveira., ex-governador do Distrito Federal, ex-embaixador brasileiro em Lisboa e o grande animador da CPLP, a comunidade dos povos de língua portuguesa distribuída por sete países. Faço-o por dois motivos. Começando pelo menor, é que sou oriundo de uma região meridional do Brasil, também conhecida por sete Povos das Missões. O confronto ali das águas luso-castelhanas fez-me sentir a vida em duas vozes, desde a

infância, como se fosse na carne ou escorrendo pelos rios do sangue, e facilita-me compreender a importância deste salto sobre o Atlântico, reunindo num abraço Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, para pular o continente, olhando com Moçambique ao Índico, onde sem bombardas nem culebrinas reverteríamos a rota do Gama no reencontro do que de melhor deixaram, lá no Oriente, os Navegadores. Motivo dois, nada secundário, o encontro que tive nos primórdios de Brasília, quando ainda era o jovem professor pioneiro do ensino secundário, com certo assessor presidencial que, no Palácio do Planalto, em companhia do colega jornalista Carlos Castelo Branco ilustrava um momento crucial de viragem na política patriciana. Era familiarmente o Zé Aparecido. Mas, na vida altamente produtiva e ilustre do visionário José Aparecido de Oliveira, há uma circunstância que de per si já o consagraria. Foi sua amizade com Agostinho da Silva e a funda compreensão demonstrada pela justa estatura deste homem. Valha a referência, porque, no momento em que se pensa o mundo da Língua Portuguesa, avulta o Agostinho, colossal, gigante ainda não devidamente inscrito nos anais da literatura, por certo avesso aos postilhões das letras e, mais indiferente ainda, às vaidades irritantes e irritáveis que postergava o Antero. Desde a sua entranhável Barca d'Alva ao valoroso Porto, no entanto, distribuído como rosados-ventos ele está vivo, enche os sertões e as cidades brasileiras, vivifica universidades, traça rumos, desperta consciências, e os seus dispersos continuam a voar pelo mundo inteiro tal qual as fortes felpas de carvalho do seu rincão nortenho. Morreu significativamente num domingo de Páscoa da Ressurreição e, para gente como ele, cabe também a verdade novelesca veiculada **no Grande Sertão: Veredas** – “Não morreu, ficou encantado...”. Não exagero nada se, ao debruçar-me criticamente sobre a sua vida e a sua obra, disser que ali se pode ver a clara dimensão imensurável de gestos e signos só encontráveis na glória de um Camões, de um Vieira, de um Verney, de um Garretot ou de um Fernando Pessoa.

### **Voltemos ao tema da Língua Portuguesa e da Identidade**

Desventuradamente, as fulgurações singulares de tais personalidades não se refletem ainda no baço comprometimento da *mass media* onde, inerente ao termo, “massa”, língua estranha põe a questão do indiferenciado e, “media” em língua nossa remete-nos à mediocridade.

Pois nesse transe o nosso próprio idioma poderá servir, revertendo as inversões da comunicação, que anda agora com estupidez global nivelando por baixo a voz personificada. Bastava-lhe um resgate de fidelidade a componentes seus, estruturalmente básicos, ou o cuidado inteligente para a nossa identidade haurida, desde o século XV, no ato planetário.

Do indígena, elemento autóctone, muito mais do que uns quantos topônimos inalteravelmente pregados à corografia, resta esse apego visceral à Natureza, indispensável à salvação da Terra, e sobretudo as sabedorias do abraço, das danças, dos rituais, consubstanciados na forma do comportamento com que, em liberdade, cuida do velho não descurando a infância, perfeição do círculo teoricamente inscrito na sabedoria pitagórica e pragmaticamente estraçalhado em nossa civilização.

Do negro, presente desde o povoamento, bastaria para consagração apenas as lembranças da alegria, preservada através dos séculos de degradação, num holocausto incomparável, ainda hoje mascarado pela discriminação. Só no Brasil, como entender esta nação sem ele? Mesmo antes do 13 de maio de 1888, data da Lei Áurea que os livrou pela metade, foi um branco aristocrata, político de alta cepa e alma de estadista, embaixador competente e escritor emérito, quem escreveu e firmou com o nome de Joaquim Nabuco: “A raça negra é um elemento de considerável importância nacional, estreitamente ligada por infinitas relações orgânicas à nossa Constituição... O que existe hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça... Onde ela não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores... Por seus sacrifícios sem número (...), terrível concatenação com o progresso lento do país que faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua”.

Da superestrutura peninsular, somos cada um a própria evidência. E nos tesouros do idioma ressalta-se uma produção literária coesa e organizada, compondo objetivamente a combinação dos elementos díspares mas convergentes, capazes de iluminar veredas de salvação ao mundo. Guardo a convicção, por isso, de que tais valores serão valores basilares no milênio a vir.

Contudo, tais parcelas jamais tiveram acesso ao quadro sócio-político-econômico que tantas vezes finge sustentar o país. Neste sentido

será preciso questionar duramente as chamadas elites, exigindo-lhes que façam jus às pretensões do nome e substituam sua avidez escandalosa, ante a perversa demanda de lucro ou de prestígio utilitário apenas, pelo senso – já não digo de serviço, mas comum. Assim como vamos, será o caos. Urge um programa de projetos verdadeiramente sociais, um compromisso honesto e grande com os destinos do país, uma filosofia, voltada para os nossos princípios de identidade; em síntese, o respeito pelo profano e a devoção ao sagrado. Tal desafio envolve, é claro, a Língua Portuguesa. Põem-se aqui tais questões como o nosso calcanhar de Aquiles.

Um dos sintomas mais clamorosos de subdesenvolvimento ou do nosso complexo colonialista será fazer o dado nacional girar em torno de eixos ou de polaridades, e isso no que concerne tanto à política externa quanto à interna. A falácia de que o país vive mais onde se vende mais, ou lá de onde mandam a notícia, tem sido a causa principal das nossas tragédias e desgraças. O sinal mais gritante continua sendo o episódio épico ocorrido há cem anos na história de Canudos, exemplarmente descrito na obra-prima **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Entretanto, na resistência de municípios como aquele, tem sido sempre do interior que se ergue o sustenláculo do equilíbrio nacional, esconjuro da pouca vergonha escarrada no palco ostensivo do poder. Mesmo agora, a decisão superior não parece ter-lhe dado a atenção devida, indo à frente dos bois do bom senso a ronqueira carreta da má política. Sofre as conseqüências a própria capital federal, maliciosamente exposta ao olhar ominoso da nação. Mas, o fato de que a ribalta não reflita as incidências da verdade, embora cruel, não quer dizer que esta deixe de existir. Também a fama pode enrolar-se na mentira, pois é mentira supor que tudo quanto nós produzimos seja ruim.

Por tudo, os horizontes dilatados sob o céu aberto, que se aspira azul apesar de tantos véus escuros, não estão para esconder-nos o mundo. Vivemos sem dúvida um momento tempestuoso, mormente quando vem morder a nossa pátria – posta assim no olho do furacão. Aí vem socorrer-me a voz de Hölderlin, poeta por excelência, intérprete peregrino do Verbo e fundador do verso atual. Já há dois séculos sabia ele em alemão: “Onde é maior o perigo, cresce também o que salva”. E, o disse, buscando sempre harmonizar sobre a incoerência o mistério cristão e a Grécia mitológica. Tal sentido ecumênico me anima, e há de alcançar sua plenitude entre o painel de Afonso de Avis e a modernidade da Língua

Portuguesa. Igualmente é chegada a hora do lobo, cabendo a cada um decidir no livre arbítrio entre o martírio do Nazareno e a gargalhada de Mefisto. Pois, no meio deles é que está posta a questão da Nova Era, voltada para o império do Espírito sobre a Matéria – uma das idéias-força que impulsionaram a gesta dos Descobrimientos e explicam o sentido da nossa presença aqui. Por outro lado, também explicariam símbolos algo mais antigos, como aquele de dois homens compartirem uma só montaria, Galaaz ativo, memória de Nunálvares a enterrar sua glória num convento, cavaleiro-monge trocando a espada do guerreiro pela cruz da caravela (que, afinal, viria a ancorar em Porto Seguro para um baile com os índios Pataxós) ou Rei Artur compondo no tempo, além de nós, a sua mesa-redonda. Bastaria então, como conquista moral sobre qualquer pendor à “feira de vaidades”, a singela disposição de sermos corretos segundo a sagesa singular ou coletiva de Gil Vicente: eleger Deus como “o capitão do barco”. É decidir, em troca do lobby, tocar o mutirão.

Brasileiro do extremo sul, quisera enfim falar-vos antes de acabar, muito pausado, tal qual se diz lá em cima, em meu país, sem cujo norte a gente se desnorteia: Estamos conversados!

# SOBERANIA, “SOBERANIA LIMITADA”, “DEVER DE INGERÊNCIA”, “INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA”

*Manoel Soriano Neto*



Em nome da chamada “nova ordem internacional”, procura-se diversificar o entendimento de “soberania”, ao sabor das conveniências das lideranças mundiais pós-Guerra Fria. É sobre esses diferentes entendimentos que se ocupa o artigo.

“Não me mandas contar estranha história,  
mas mandas-me louvar dos meus a glória.”

Camões

## NOÇÃO DE SOBERANIA

### **Conceitos de Independência e soberania**

É fato assente entre os maiores juristas, que o Estado se caracteriza quando uma população estável convive em um território bem delimitado sob a autoridade de um governo. Entretanto, como salienta Francisco Rezek *in Direito Internacional Público*, o Estado, apesar de possuir os seus três elementos constitutivos, que são o povo, o território e um governo organizado, não pode ser identificado como tal, se não for independente e soberano.

Assim, deve-se agregar à idéia de Estado, os conceitos de independência e soberania, os quais são totalmente imbricados.

Segundo Caldas Aulete in *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, um dos significados da palavra independência é o de “condição do Estado ou poder que se não submete a um outro e se administra por suas próprias leis; ainda libertação, restituição ao Estado livre; a independência do Brasil”.

No *Vocabulário Jurídico* de Plácido e Silva, encontramos: “Soberania – de soberano, oriundo do baixo latim *superanus*, e este de *super* (sobre, em crina), ou de *supernus* (superior), designa a qualidade do que é soberano, ou possui a autoridade suprema. É o poderio supremo, ou o poder sobre todos. No conceito jurídico, entende-se como o poder que se sobrepõe ou está acima de qualquer outro, não admitindo limitações, exceto quando dispostas voluntariamente por ele, em firmando tratados internacionais ou em dispondo regras e princípios de ordem constitucional.”

Clóvis Beviláqua nos ensina que “soberania é noção de Direito Público Interno, mas aparece no campo de Direito Internacional, quando o Estado já está constituído, e, conseqüentemente, já se apresenta com a sua qualidade de soberano”. E continua mestre Beviláqua: “o Direito Internacional respeita a soberania, acata-a e o reconhecimento de um Estado pode (enquanto subsistir essa prática) ser interpretado como declaração que os outros fazem, de que na qualidade de soberano, pode ter ingresso na comunhão internacional. Assim, reputada como *indivisível*, logicamente a soberania não comporta divisões, desde que ela é uma e única. Não tem aceitação generalizada a divisão de soberania interna e de soberania externa”.

A soberania, como noção do Direito Internacional Positivo vai aparecer no século XVII, na Europa, quando os governos monárquicos deixaram de ser controlados ou pelo Papa ou pelo Monarca do Sacro Império Romano-Germânico. Ela, hoje, é reconhecida por quase todas as nações da humanidade, máxime por aquelas de origem judaico-cristã e greco-romana, e esse reconhecimento consta do texto de toda a jurisprudência internacional, aí compreendida a da Corte de Justiça Internacional de Haia, as Cartas da ONU, da OEA, etc. A propósito, a Carta da ONU reza em seu Art. 2º, § 1º, que “a Organização das Nações Unidas é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros”. Igualmente, a Carta da OEA estatui, no Art. 3º, alínea “f”,

que “a ordem Internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados”. Diferentemente não poderia reger-se o Brasil em suas relações internacionais, pelo que estabeleceu, no Art. 4º da Constituição Federal, dez princípios entre os quais constam o da independência nacional, o da autodeterminação dos povos, o da não-intervenção e o da igualdade entre os Estados.

Em *Teoria Geral do Estado*, o celebrado lente Darcy Azambuja afirma ser complexo o conceito de soberania, pois tem variado no tempo e no espaço. Ensina mestre Azambuja, que “a soberania não pode ser considerada como um característico essencial do poder do Estado, pois há Estados que não são soberanos, como por exemplo, os “Estados Membros de um Estado Federal”. Lembra ainda que existem, hodiernamente, os chamados “Estados protegidos”(através de mandatos outorgados com espeque no Direito Internacional), os “Estados vassalos”, etc. todos constituindo “formas imperfeitas” de Estado. Portanto, consoante a lição de Darcy Azambuja, a soberania designa não o “poder”, mas uma “qualidade do poder” do Estado e, apesar das “formas imperfeitas” por ele apresentadas, não há, coonestadas pelo Direito Internacional Público, as figuras da “soberania restrita” ou “limitada”, criações recentíssimas, oriundas de declarações de proeminentes autoridades em nível mundial, ao arpejo das normas jurídicas.

A soberania do Estado é considerada sob dois aspectos: o interno e o Internacional ou externo. A soberania interna é aquela em que o poder do Estado edita e faz cumprir, para todos os indivíduos que habitam em seu território, leis e ordens, que não podem ser limitadas ou restringidas por nenhum outro poder (por exemplo, a existência de “cláusulas pétreas” em nossa Constituição, como a que proíbe a abolição da forma federativa do Estado, por força da letra do inciso I do § 4º do An. 60). A soberania Internacional, ou melhor dizendo, em nível Internacional ou externa, significa que nas relações recíprocas entre os Estados, não há subordinação nem dependência e sim igualdade, como bem preceituam as Cartas da ONU e da OEA, como já assinalamos.

Acrescente-se, interativamente, que há íntima correlação entre Independência. Soberania, pois determinado país não pode ter completa autonomia política, não possuir, em grau compatível, parecer da soberania para a manutenção e consecução de seus *objetivos nacionais permanentes*, pelo que avultam, em especial nos dias atuais, os problemas com a *segurança nacional*, expressão, aliás, desafortunadamente, estigmatizada por nossa Carta Magna, que a suprimiu de seu texto.

Por derradeiro, nesta abordagem perfunctória acerca do conceito de soberania, cabe relembra uma citação do emérito tratadista, José Cretella Júnior: “a soberania não é traço de sistema de governo, republicano ou monárquico, mas da Nação, do Estado que constitui pessoa jurídica pública distinta dos indivíduos que a integram, o que significa que a expressão ou manifestação da soberania não se consegue pela mera soma de certo número de vontades individuais, mas pela proporção de uma coletiva vontade, que traduza o sentir de toda a Nação”. E finaliza o emérito jurista, repetindo Clóvis Boviláqua:” a soberania se caracteriza por ser una, indivisível, inalienável e imprescritível”.

### **A soberania “limitada” ou “restrita”**

Há Estados cujo grau de soberania, apesar de independentes, não é suficiente para seus objetivos sejam alcançados, mormente em âmbito Internacional. Estados há ainda, que contêm em seus territórios, enclaves, como a Itália em relação ao Estado do Vaticano, principados, ducados, etc. Existem, outrossim, aqueles que pertencem a comunidades possuidoras de ordenamento político-jurídico que os limitam na persecução de seus objetivos. Em síntese, a busca da plena autonomia política (auto-determinação) desses Estados é restrita ou limitada. Entretanto, este é um entendimento unicamente semântico, sem conotação jurídica, eis que houve assentimento prévio para a situação em que eles se encontram.

Na verdade, repita-se, a soberania é indivisível e inalienável, como anteriormente afirmado.

Recentemente, no entanto, surgiram determinadas expressões (“soberania limitada”, “restrita”, “compartilhada”, “dever de ingerência”, “intervenção humanitária”, etc.) cunhadas por notáveis personalidades, expressões essas que se tomaram usuais, mas que vêm trazendo danosos efeitos para os países mais fracos, como se o Direito não os pudesse tutelar. Em decorrência dessas exdrúxulas e inaceitáveis jnvençionices, que conflitam com as normas do Direito Internacional e com os textos de diplomas legais do mais alto nível, como as Cartas da ONU e da OEA e as convenções de Haia, Genebra, etc., o velho e imutável princípio jurídico, *pacta sunt servanda* (os tratados devem ser respeitados), não vem sendo cumprido, pasmemos, pelas nações hegemônicas deste mundo pós-Guerra Fria.

Aliás, ainda no período da bipolaridade Leste-Oeste, houve, em menor escala, tentativas de limitação de soberanias de países em desenvolvimento no mundo ocidental como a proposta de criação de um “Banco Mundial de Matérias-Primas” para o controle global das mesmas. Tal proposta foi formulada, em 1975, pelo então Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e logo rechaçada por vários países, inclusive o Brasil.

Entre outros, podemos citar, na atualidade, os seguintes atentados e ameaças à ordem jurídica Internacional, pela violação à soberania de Estados Independentes e membros da ONU:

- a decisão da Suprema Corte de Justiça do EEUU, do dia 15 de junho de 1992, que ficou conhecida como *doutrina Thornburg*, autorizando o poder executivo, a polícia e as forças armadas daquele país a prender qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, para julgá-lo nos tribunais americanos. Por força desse ucasse,<sup>1</sup> foi unilateralmente decretado e “legalizado”, o seqüestro internacional;

- proposta do ex-Secretário de Defesa dos EEUU e ex-Presidente do Banco Mundial Robert McNamara para que os países do Terceiro Mundo reduzam em até dois terços os seus efetivos militares e revertam esses recursos em programas sociais e de proteção ao meio-ambiente. O terço restante se destinaria à defesa interna, ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado. E ainda: a defesa externa passaria a ser encargo da ONU, através de Forças multinacionais;

- sugestão do Secretário de Defesa dos EEUU, Richard (Dick) Cheney, levada à deliberação da XIX Conferência dos Exércitos Americanos, para que as forças armadas da América Latina se engajem no combate ao tráfico de drogas, armamentos às necessidades de auto-defesa, obedeçam aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de mísseis balísticos e renunciem a toda tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares;

1. Nome que tinham os decretos do Czar: Decisão eivada de absolutismo (adaptação do russo Ukass)

– Nota da Redação.

- resolução n° 688 de 1992, da ONU, estabelecendo dois cordões de isolamento dentro do Iraque, um ao Sul do paralelo 32 e outro ao Norte do paralelo 36, para a proteção de minorias curdas ao N e muçulmanas xiitas ao S, criando-se duas “áreas ou zonas de exclusão”.

Diga-se, ainda, que outra “zona de exclusão” aérea foi delimitada na Bósnia Herzegovina pela ONU, sob a responsabilidade da OTAN, que, a partir de 12 de abril próximo passado, recebeu a incumbência de executar missões de guerra, pela primeira vez, desde a sua criação em 1949.

Como corolário da estranhíssima expressão “soberania limitada ou restrita”, criou-se outra expressão: “soberania compartilhada” em que dois ou uma coalização de Estados avençam-se compartilhar as respectivas soberanias, abrindo mão de princípios do Direito Internacional, com a finalidade de atingir determinado objetivo comum. Como exemplo, podemos citar a criação de Forças Militares Internacionais com o fito de desencadear operações conjuntas, até mesmo nos seus próprios territórios, contra o narcotráfico, o narcoterrorismo, etc., como se a soberania não fosse uma qualidade de Estado, una e indivisível, como aludido, linha atrás.

Por final, nesta visão sumária acerca da extravagante expressão “soberania limitada ou restrita”, diga-se que causa espanto a declaração feita em dezembro de 1992 pelo secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, que, do alto de sua experiência de distinguido homem público, no exercício de uma das mais relevantes funções para o ordenamento jurídico mundial e a paz Internacional, afirmou: “a noção de soberania dos Estados é um conceito flexível e cada caso é um caso”...

### **O “Dever de Ingerência”**

Desde a 2ª Guerra Mundial, a ONU vem enfrentando um dilema: a defesa dos direitos humanos versus o temor de que essa defesa seja interpretada como intervenção nos negócios internos de um Estado independente e soberano. Assim, com base no princípio da “não-ingrerência”, durante o período da Guerra Fria, não houve, praticamente, intervenção estrangeira em locais onde os direitos humanos eram abertamente violados. Entretanto, na nova ordem mundial, tal procedimento não mais ocorre, principalmente porque o Conselho de Segurança, através de seus membros-permanentes, cresceu de importância e vem adotando deliberações de toda a ordem sem consulta à Assembléia-Geral da Organização.

Entre 17 e 20 de dezembro de 1991, em Paris, realizou-se a Conferência Mundial das Organizações não Governamentais (ONGs), por iniciativa da França, com a participação de 800 delegações do mundo

inteiro. Ao discursar, o Presidente François Mitterrand referiu-se ao “dever de ingerência” (*devoir d'ingérence*) da comunidade mundial na proteção ao meio-ambiente, sugerindo a criação de uma autoridade supranacional para se responsabilizar pela dita proteção. Posteriormente, a tese do “dever ou direito de ingerência ou de intervenção” foi estendida aos direitos humanos, lembrando Mitterrand que, “entre os Estados, a obrigação de não-ingerência cessa no lugar preciso onde nasce o risco de não-assistência”. A tese foi encampada pela ONU e usada como respaldo ético e jurídico para as operações contra o Iraque.

Acrescente-se que inúmeras “Organizações não Governamentais” volvidas para a ecologia, apoiadas por ponderáveis segmentos religiosos, vêm brandindo argumentos para a aplicação do “dever de ingerência” na Amazônia, considerada por elas, como o “pulmão do mundo” e “patrimônio comum da humanidade”, com vistas a internacionalizá-la. Assim, a tese do “dever de ingerência” (não inculpada nos textos dos mais importantes diplomas legais do Direito Internacional), vai tomando vulto, mormente porque se baseia em conceitos imanentes aos direitos humanos e à proteção do meio-ambiente tão simpáticos à “mídia” internacional.

### **A “Intervenção Humanitária”**

Um dos principais ramos do Direito Internacional Público é o chamado Direito Internacional Humanitário, nas suas três grandes vertentes: o “Direito de Haia”, o “de Nova Iorque” e o “de Genebra”.

O “Direito de Genebra” é o que mais aprofundadamente trata do “imperativo humanitário”, ou seja, da obrigação que têm os Estados em prestar auxílio humanitário a prisioneiros de guerra, a vítimas da fome, de epidemias, de conflitos étnicos, etc., desde que haja o consentimento dos países que celebraram as Convenções estabelecidas. Estas foram em número de quatro, versando, nesta ordem, acerca da proteção dos feridos e enfermos na guerra terrestre; dos feridos, enfermos e náufragos na guerra naval; do tratamento devido aos prisioneiros de guerra e, finalmente, da proteção dos civis em tempo de guerra. Além dessas Convenções, de 1949, foram celebrados em 1977, dois protocolos adicionais às mesmas. As convenções tiveram aceitação universal, mas os protocolos, por apresentarem limitações às soberanias dos Estados, não foram ratificados pela maioria dos países signatários das Convenções,

entre eles, o Brasil. Eis porque o “Direito de Genebra” é chamado, vulgar e erroneamente, de “Direito Humanitário”, sendo exercido, basicamente, pelo “Movimento Internacional da Cruz Vermelha” e operacionalizado pela “Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha” (IFRC), com sede na Suíça, da “Cruz Vermelha Internacional” e do “Crescente Vermelho” (para os países maometanos).

O “Direito de Genebra”, no entanto, não pode ser imposto como um *diktat* aos Estados da comunidade Internacional, a não ser com a anuência desses.

Entretanto, sob a máscara de “ajuda humanitária”, o Conselho de Segurança da ONU (por intermédio de seus membros-permanentes) elegeu a opção de passar por cima de soberanias nacionais, invocando o “direito humanitário”. Assim, os *marines* norte-americanos intervieram na Somália, assolada pela fome, desencadeando a operação “Restaurar a Esperança”.

Por mais benemérito que tenha sido aquele retumbante e badalado desembarque, houve violação da soberania de um Estado periférico, de Terceiro Mundo. O precedente aberto poderá servir de justificativa legal para intervenções ou ajudas humanitárias em países sem o necessário poder nacional para manter as respectivas soberanias, em tratos de seus territórios, onde possam existir minorias marginalizadas, quistos raciais, “nações” indígenas, movimentos separatistas, zonas de guerrilha, questões ecológicas, etc.

## CONCLUSÃO

O velho conceito de Soberania vem sofrendo impactos de toda ordem no sentido de que seja modificado, ao sabor da época. Verdadeiras aberrações jurídicas estão sendo cometidas em face de uma miríade de interpretações do que seja “soberania” – figura do Direito Internacional e que, segundo juristas de nomeada, repita-se à saciedade, é una, indivisível, inalienável e imprescritível.

Assim, apesar de pressões de organismos internacionais como a ONU e o BIRD, de associações de comércio exterior, de ONGs, de *lobbies* de toda a espécie, de bancos internacionais, etc., etc., devemos resguardar a pureza do entendimento conceitual do que é esse objetivo nacional permanente, qual seja, a soberania.

E o Brasil, país-continente, possui um incomensurável potencial, em que devemos acreditar, convictos do inexorável destino de grandeza da Pátria, nossa Mãe Comum.

Recentes estudos internacionais apontam o nosso país, o Canadá, a Rússia (mais precisamente a Sibéria) e a Austrália, como os últimos espaços disponíveis de recursos para o desenvolvimento. A propósito, importante é lembrar que a Amazônia, em sua biodiversidade contém o maior banco genético do mundo, lá também se encontrando a maior província mineral do planeta, onde ocorrem, entre outras, abundantes jazidas de ouro e cassiterita e de minérios estratégicos, de terceira geração, como a platina, o urânio, o titânio, o nióbio, etc.

E mais: o Banco Mundial, através do Relatório de 1992 acerca da riqueza do mundo, informa que o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente nos últimos 130 anos, com uma taxa de 4,7%, seguido pelo Japão com 4,4% e pelos EUA com 4,1%.<sup>2</sup> Portanto, o Estado Brasileiro vem crescendo desde os áureos tempos do Império, do qual somos legatários deste verdadeiro milagre – a unidade nacional – que cumpre ser preservada.

2. Possui a décima economia do Ocidente e, segundo outros critérios, desta feita adotados pelo FMI, neste ano de 1993, é a sétima economia mundial.

Destarte, não podemos desconhecer essas evidências históricas, bem assinaladas pelo Banco Mundial e pelo FMI, na certeza de que o Brasil, fatalmente, retomará a honrosa posição de país que, por mais de um século, apresentou os maiores índices de desenvolvimento econômico. E tal certeza se baseia em dados científicos de entidades internacionais da mais alta credibilidade, que vêm avaliando, com percuciência, as nossas possibilidades no quadro dos três clássicos cenários – o pessimista, o realista e o otimista.

Entretanto, para que se resolva o “dilema shakespeariano” de “ser ou não ser Potência”, urge que a Soberania Nacional permaneça intangível. E o Brasil, uma nação emergente, apesar de suas imensas dificuldades, possui, em grau mais do que necessário e suficiente, essa qualidade do poder que é a Soberania (em âmbito interno e Internacional) para manter e atingir os seus objetivos.

Abdicar dessa qualidade, é ato de lesa-pátria e de grande desamor à terra em que nascemos.

## BIBLIOGRAFIA

- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Ed. Delta S<sup>a</sup> RJ, 1958.
- SILVA, de Plácido E. *Vocabulário Jurídico*, Ed. Forense, RJ, 1991.
- REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público*, Ed. Saraiva, SP, 1991.
- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*, Ed. Globo, RJ, 1981.
- CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Constituição de 1988*, Ed. Forense Universitária, RJ, 1990.
- MACHADO PAUPÉRIO, Arthur. *Teoria Geral do Estado*. Ed. Forense, RJ, 1969.
- BEVILÁCQUA, Clóvis. *Direito Internacional Público*, Ed. Freitas Bastos, RJ, 1939.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, Ed. Revista dos Tribunais, SP, 1984.
- McNAMARA, Robert S. *A Essência da Segurança*, Ibrasa, SP, 1968. Manual Básico da ESG, 1976 e 1983.
- Jornais e Revistas da atualidade.

**RELAÇÃO NOMINAL DOS SÓCIOS EFETIVOS DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO  
FEDERAL**

Adison do Amaral  
Patrono: Benjamin Constant  
Cadeira nº: 103

Adonias dos Reis Santiago  
Patrono: Elias Brito Sobrinho  
Cadeira nº: 44

Affonso Heliodoro dos Santos  
Patrono: Juscelino Kubitschek  
Cadeira nº: 76

Agnelo Paz Sobreira  
Patrono: Ernesto Ule  
Cadeira nº: 34

Alarico Ottoni Ramos Verano  
Patrono: Guimarães Rosa  
Cadeira nº: 104

Alberto Martins da Silva  
Patrono: Deodoro da Fonseca  
Cadeira nº: 10

Almir de Campos Brunetti  
Patrono: Cassiano Ricardo  
Cadeira nº: 113

Anderson Braga Horta  
Patrono: Medeiros e Albuquerque  
Cadeira n°: 46

Antônio Carlos Elizalde Osório  
Patrono: José Ludovico de Almeida  
Cadeira n°: 47

Antônio Pimentel  
Patrono: Evangelino Meireles  
Cadeira n°: 40

Ari Cunha  
Patrono: Gen. Ernesto Dornelles  
Cadeira n°: 28

Aristides Gonçalves Leite  
Patrono: Agnaldo Caiado de Castro  
Cadeira n°: 39

Armando José Buchmann  
Patrono: Donald Belcher  
Cadeira n°: 48

Arnaldo Serafim  
Patrono: Aires da Mata Machado  
Cadeira n°: 115

Augusto Estellita Lins  
Patrono: Visconde de Taunay  
Cadeira n°: 112

Aureo Mello  
Patrono: Filipe dos Santos  
Cadeira n°: 119

Benjamin Roriz  
Patrono: João D'Abreu  
Cadeira n°: 49

Bernardo Carvalho de Araújo

Patrono: Íris Meinberg

Cadeira nº: 50

Branca Borges Góes (Bakaj)

Patrono: Olavo Bilac

Cadeira nº: 45

Carlos Fernando Mathias de Souza

Patrono: José Capistrano de Abreu

Cadeira nº: 11

Carlos Mário da Silva Velloso

Patrono: Ribeiro da Costa

Cadeira nº: 51

Cassiano Nunes Botica

Patrono: Monteiro Lobato

Cadeira nº: 52

Cláudio de Paula Penna

Patrono: Segismundo de Araújo Mello

Cadeira nº: 53

Clóvis Sena

Patrono: Getúlio Dornelles Vargas

Cadeira nº: 21

Cyl Gallindo

Patrono: Joaquim Cardozo

Cadeira nº: 25

Danilo Gomes

Patrono: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Cadeira nº: 54

Dario Abranches Viotti

Patrono: João Coelho Gomes Ribeiro

Cadeira nº: 55

Dario de Souza Clementino  
Patrono: Pedro Aleixo  
Cadeira nº: 105

Denilda Martinez Cataldo  
Patrono: Eugênio Hussak  
Cadeira nº: 24

Dinair Andrade da Silva  
Patrono: Pedro Ludovico  
Cadeira nº: 56

Diniz Esteves  
Patrono: Aurélio de Lyra Tavares  
Cadeira nº: 114

Dorália Duarte Galessio  
Patrono: Cândido Mariano Rondon  
Cadeira nº: 05

Doryval Borges de Souza  
Patrono: Tiradentes  
Cadeira nº: 20

Edisio Sobreira Gomes de Matos  
Patrono: Hipólito José da Costa  
Cadeira nº: 30

Ernesto Silva  
Patrono: Mal. José Pessoa C. de Albuquerque  
Cadeira nº: 19

Esaú Afonso de Carvalho  
Patrono: Eleazar de Carvalho  
Cadeira nº: 31

Fernando Lourenço Fernandes  
Patrono: Domingos Jorge Velho  
Cadeira nº: 41

Flávio Mendes de Oliveira Castro  
Patrono: Barão Duarte da Ponte Ribeiro  
Cadeira nº: 106

Francisco Braga Sobrinho  
Patrono: Jerônimo Coimbra Bueno  
Cadeira nº: 57

Francisco Ferreira de Castro  
Patrono: Joaquim Nogueira Paranaguá  
Cadeira nº: 58

Francisco Pinto Cabral  
Patrono: Augusto Tasso Fragoso  
Cadeira nº: 17

Francisco Xavier da Silva Guimarães  
Patrono: Adroaldo Mesquita da Costa  
Cadeira nº: 59

Gilberto Amaral  
Patrono: Felinto Epitácio Maia  
Cadeira nº: 60

Guido Mondim  
Patrono: Barão de Mauá  
Cadeira nº: 01

Guilherme Fagundes de Oliveira  
Patrono: Lauro Sodré  
Cadeira nº: 61

Hélio Morato Kranhenbuhl  
Patrono: Mário Augusto Teixeira de Freitas  
Cadeira nº: 35

Hemenegildo Fernandes Gonçalves  
Patrono: San Thiago Dantas  
Cadeira nº: 14

Humberto Gomes de Barros  
Patrono: Carlos Maximiliano  
Cadeira n°: 62

Inácio de Lima Ferreira  
Patrono: José Maciel de Paiva  
Cadeira n°: 63

Ivan Zanoni Hausen  
Patrono: Alphonsus Guimaraens  
Cadeira n°: 107

Jairo Valladares Pinto  
Patrono: André Malraux  
Cadeira n°: 66

Jarbas Gonçalves Passarinho  
Patrono: Nelson Carneiro  
Cadeira n°: 67

Joanyr de Oliveira  
Patrono: Domingues Velasco  
Cadeira n°: 68

João Batista Cascudo Rodrigues  
Patrono: Parsifal Barroso  
Cadeira n°: 69

João Carlos Taveira  
Patrono: Thomaz Antônio Gonzaga  
Cadeira n°: 70

João Henrique Serra Azul  
Patrono: Pe. Antônio Tomaz  
Cadeira n°: 71

Joaquim Roriz  
Patrono: Bernardo Sayão  
Cadeira n°: 09

José Adirson de Vasconcelos  
Patrono: Francisco A. de Varnhagen  
Cadeira nº: 27

José Carlos Brandi Aleixo  
Patrono Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota  
Cadeira nº: 72

José Carlos Fonseca  
Patrono: Luiz Cruls  
Cadeira nº: 07

José Carlos Gentili  
Patrono: Dario Cardoso  
Cadeira nº: 73

José Gilberto Louzada  
Patrono: Eurico Gaspar Dutra  
Cadeira nº: 74

José Gonçalves Zuza  
Patrono: Alcides Celso Ramos Jube  
Cadeira nº: 37

José Hélder de Souza  
Patrono: João Alberto Lins e Barros  
Cadeira nº: 75

José Santiago Naud  
Patrono: Luiz Carlos Prestes  
Cadeira nº: 77

Kurt Pessek  
Patrono: Juarez Távora  
Cadeira nº: 78

Léa Sayão C. de Araújo  
Patrono: Djalma Poli Coelho  
Cadeira nº: 22

Lélio Viana Lôbo  
Patrono: Santos Dumont  
Cadeira nº: 79

Lenine Fiuza Lima  
Patrono: Pedro Américo  
Cadeira nº: 80

Léo da Silva Alves  
Patrono: Oscar Niemeyer  
Cadeira nº: 64

Leon Frejda Szklarowsky  
Patrono: Arthur Bernardes  
Cadeira nº: 13

Lilia Portugal Magnavita  
Patrono: Pedro Calmon  
Cadeira nº: 81

Lincoln Magalhães da Rocha  
Patrono: Silvio Romero  
Cadeira nº: 82

Lourenço Fernando Tamanini  
Patrono: Lauro Muller  
Cadeira nº: 32

Lourierdes Fiuza dos Santos  
Patrono: Machado de Assis  
Cadeira nº: 83

Lucídio Guimarães Albuquerque  
Patrono: Sette Câmara  
Cadeira nº: 118

Luiz Adolfo Pinheiro  
Patrono: Lúcio Costa  
Cadeira nº: 84

Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira  
Patrono: Edgard Roquete Pinto  
Cadeira n°: 85

Luiz Solano  
Patrono: Gelmires Reis  
Cadeira n°: 86

Luiz Vicente Cernichiarro  
Patrono: José Clemente Pereira  
Cadeira n°: 87

Lusitano Abrantes Malheiro  
Patrono: Vasco da Gama  
Cadeira n°: 88

Manoel Soriano Neto  
Patrono: Everaldo Backeuser  
Cadeira n°: 89

Márcio Cotrim  
Patrono: Josué Montello  
Cadeira n°: 90

Márcio de Carvalho Firmino  
Patrono: Salviano Guimarães  
Cadeira n°: 91

Marcone Formiga  
Patrono: Assis Chateaubriand  
Cadeira n°: 26

Maria de Souza Duarte  
Patrono: Pompeu de Sousa  
Cadeira n°: 03

Mário Miguel Nicola Garófalo  
Patrono: Cláudio Santoro  
Cadeira n°: 92

Mário Tomelin  
Patrono: Henrique Teixeira Lott  
Cadeira nº: 93

Mauro Cunha Campos de Moraes e Castro  
Patrono: Gilberto Freyre  
Cadeira nº: 94

Meira Penna  
Patrono: Heckel Tavares  
Cadeira nº: 65

Mercedes Gassen Kothe  
Patrono: Florestan Fernandes  
Cadeira nº: 108

Miguel Setembrino Emery de Carvalho  
Patrono Viriato Correia  
Cadeira nº: 120

Napoleão Emanuel Valadares  
Patrono: Carlos de Laet  
Cadeira nº: 42

Newton Egydio Rossi  
Patrono: Alvarenga Peixoto  
Cadeira nº: 116

Nina Maria Harres T. Rangel de Freitas  
Patrono: Jofre Mozart Parada  
Cadeira nº: 95

Oscar Alberto Mattos Horta Barbosa  
Patrono: Duque de Caxias  
Cadeira nº: 18

Palmerinda Vidal Donato  
Patrono: Atílio Fontana  
Cadeira nº: 109

Paulo Afonso Martins de Oliveira  
Patrono: Euclides da Cunha  
Cadeira nº: 36

Paulo Bertran Wirth Chaibub  
Patrono: Altamiro de M. Pacheco  
Cadeira nº: 96

Paulo Cabral de Araújo  
Patrono: Tobias Barreto  
Cadeira nº: 04

Paulo César Timm  
Patrono: José Bonifácio de Andrade e Silva  
Cadeira nº: 06

Pedro Wilson Carrano de Albuquerque  
Patrono: Bartolomeu Bueno da Silva  
Cadeira nº: 12

Raimundo Nonato da Silva  
Patrono: Antônio Gonçalves Dias  
Cadeira nº: 97

Raul Bernardo Nelson de Senna  
Patrono: Israel Pinheiro da Silva  
Cadeira nº: 98

Reinaldo Mustafa  
Patrono:  
Cadeira nº: 08

Romeu Barbosa Jobim  
Patrono: Bárbara Eleodora  
Cadeira nº: 117

Rubem de Azevedo Lima  
Patrono: Neiva Moreira  
Cadeira nº: 99

Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho  
Patrono: Floriano Peixoto  
Cadeira nº: 16

Santa Alves Soyer  
Patrono: Ernesto Balduino de Almeida  
Cadeira nº: 23

Sérgio Mário Pasquali  
Patrono: João Batista Mascarenhas de Moraes  
Cadeira nº: 33

Sérvulo Coimbra Tavares  
Patrono: Pe. Primo Scussolino  
Cadeira nº: 43

Sophia Wainer  
Patrono: Cyro dos Anjos  
Cadeira nº: 110

Stella dos Cherubins Guimarães Trois  
Patrono: Júlia Kubitschek  
Cadeira nº: 100

Valdo César Damasceno de Carvalho  
Patrono: Ernesto Silva  
Cadeira nº: 101

Victor José de Mello Alegria Lobo  
Patrono: Fernão Dias Paes Leme  
Cadeira nº: 15

Waldemar Zveiter  
Patrono: Rui Barbosa  
Cadeira nº: 102

William Dalbio Almeida de Carvalho  
Patrono: Joaquim Felício dos Santos  
Cadeira nº: 111

## **SÓCIOS BENEMÉRITOS**

1. Hélio Lobato de Almeida
2. José Newton de Almeida Baptista



